



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

HACIA UNA GEOGRAFÍA ÚTIL: EL PAPEL DE LA GEOGRAFÍA EN EL SIGLO XXI EN ESPANHA
Jordi Tormo i Santonja

ANÁLISE AGRÁRIA DA MULTIFUNCIONALIDADE DA TERRA NA PROVÍNCIA DE ALICANTE - ESPANHA
João Osvaldo Rodrigues Nunes e José Antonio Segrelles Serrano

A GENEALOGY OF BLACK ORGANIZING IN BRAZIL
Bernd Reiter

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS, GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO: A PARTICIPAÇÃO DO MST
Harry E. Vanden

**ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO DA COOPERATIVA
DE AGRICULTORES ASSENTADOS TERRA VIDA - COOPERVIDA, RS**
Marcos Botton Piccin, Vinicius Ballbianco, Marcelo Trevisan e Mauricio Botton Piccin

LUTAS CAMPONESAS E DIFERENTES ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NOS ASSENTAMENTOS DE SEM-TERRA
Djoni Roos

AGRONEGÓCIO E IDEOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS
Juscelino Eudâmidas Bezerra

**DO SONHO À DEVASTAÇÃO, ONDE TUDO SE (RE)CONSTROI:
EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS NAS LUTAS POR TERRA DA REGIÃO DO CARIRI-CE**
Judson Jorge da Silva e Francisco Amaro Gomes de Alencar

Jan./Jun.

2009



Revista NERA nº. 14

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jan.- jun./2009

Revista NERA

Coordenação de publicação

Bernardo Mançano Fernandes
Matuzalem Cavalcante
Eduardo Paulon Girardi
Anderson Antonio da Silva
Clifford Andrew Welch
Janaina Francisca de Souza Campos
Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Conselho editorial

Abdurazack Karriem – Cornell University (Ithaca, NY, EUA)
Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Arioaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Claire Barbay – Université de Paris X (Nanterre, França)
Clifford Andrew Welch – Grand Valley State University (Michigan, EUA)
Eduardo Paulon Girardi – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
Emília de Rodat Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Isaias Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Jorge Montenegro Gómez – UFPR (Curitiba, PR, Brasil)
José Antonio Segrelles - Universidade de Alicante (Espanha)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Miguel Teubal – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Monica Arroyo - USP (São Paulo, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Norma Giarraca – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sam Moyo – African Institute for Agrarian Studies (Harare, Zimbábue)
Sívio Simione da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Wilder Robles – University of Manitoba (Canadá)

Endereço

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Endereço eletrônico: revistanera@fct.unesp.br

Distribuída por

Indexada por



Ficha catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, nº. 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, nº. 4
2004 – ano 7, nº. 5
2005 – ano 8, nº. 6
2005 – ano 8, nº. 7
2006 – ano 9, nº. 8
2006 – ano 9, nº. 9
2007 – ano 10, nº. 10
2007 – ano 10, nº. 11
2008 – ano 11, nº. 12
2008 – ano 11, nº. 13
2009 – ano 12, nº. 14
Semestral

ISSN 1806-6755

Sumário

HACIA UNA GEOGRAFÍA ÚTIL: EL PAPEL DE LA GEOGRAFÍA EN EL SIGLO XXI EN ESPANHA

7

POR UMA GEOGRAFIA ÚTIL: O PAPEL DA GEOGRAFIA NO SÉCULO XXI

TOWARDS A GEOGRAPHY USEFUL. THE ROLE OF GEOGRAPHY IN THE XXI CENTURY

Jordi Tormo i Santonja

ANÁLISE AGRÁRIA DA MULTIFUNCIONALIDADE DA TERRA NA PROVÍNCIA DE ALICANTE - ESPANHA

28

ANÁLISIS AGRARIO DE LA MULTIFUNCIONALIDAD DE LA TIERRA EN LA PROVINCIA DE ALICANTE-ESPAÑA

AGRARIAN ANALYSIS OF THE LAND MULTI-FUNCTIONALITY IN THE ALICANTE PROVINCE – SPAIN

João Osvaldo Rodrigues Nunes e José Antonio Segrelles Serrano

A GENEALOGY OF BLACK ORGANIZING IN BRAZIL

48

UMA GENEALOGIA DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS NO BRASIL

UNA GENEALOGÍA DE LAS ORGANIZACIONES DE NEGROS EN BRASIL

Bernd Reiter

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS, GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO: A PARTICIPAÇÃO DO MST

63

NUEVOS MOVIMIENTOS SOCIALES, GLOBALIZACIÓN Y DEMOCRATIZACIÓN: LA PARTICIPACIÓN DEL MST

NEW SOCIAL MOVEMENTS, GLOBALIZATION, DEMOCRATIZATION, MST PARTICIPATION

Harry E. Vanden

ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES ASSENTADOS TERRA VIDA – COOPERVIDA, RS

72

ANÁLISIS DEL PROCESO DE CONSTITUCIÓN Y DESESTRUCTURACIÓN DE LA COOPERATIVA DE AGRICULTORES

ASENTADOS TIERRA VIDA - COOPERVIDA, RS

ANALYSIS OF THE PROCESS OF SETTING UP AND DESTRUCTURING
FARMERS COOPERATIVE OF TERRA VIDA SETTLEMENTS-
COOPERVIDA, RS

**Marcos Botton Piccin, Vinicius Ballbianco, Marcelo Trevisan
e Maurício Botton Piccin**

97

**LUTAS CAMPONESAS E DIFERENTES ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NOS
ASSENTAMENTOS DE SEM-TERRA**

LUCHAS CAMPESINAS Y DIFERENTES ACTIVIDADES DE ASOCIACIÓN EN LOS
ASENTAMIENTOS DE SIN-TIERRA

FIGHTS PEASANTS AND DIFFERENT ASSOCIATIVE ACTIVITIES IN THE
WITHOUT-LAND NESTINGS

Djoni Roos

112

AGRONEGÓCIO E IDEOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

AGRONEGOCIO E IDEOLOGÍA: CONTRIBUCIONES TEÓRICAS

AGRIBUSINESS AND IDEOLOGY: THEORICAL CONTRIBUTIONS

Juscelino Eudâmidas Bezerra

141

**DO SONHO À DEVASTAÇÃO, ONDE TUDO SE (RE)CONSTROI: EXPERIÊNCIAS
E MEMÓRIAS NAS LUTAS POR TERRA DA REGIÃO DO CARIRI-CE**

DEL SUEÑO A LA DEVASTAÇÃO, DONDE TODO SE (RE)CONSTRUYE:
EXPERIENCIAS Y MEMORIAS EN LAS LUCHAS POR TIERRA DE LA REGIÓN DEL
CARIRI-CE

FROM THE DREAM TO THE DEVASTATION, WHERE EVERYTHING RE(BUILDS):
EXPERIENCES AND MEMORIES IN THE CONFLICT FOR LAND OF THE CARIRI-
CE REGION

JUDSON JORGE DA SILVA E FRANCISCO AMARO GOMES DE ALENCAR

Apresentação

O debate crítico sobre teorias e políticas é a essência dos artigos deste número da Revista NERA. Reflexões sobre a ciência geográfica e as relações entre movimentos populares, governos e políticas contribuem para a atualização dos conhecimentos na América Latina, Espanha e especialmente no Brasil. Análises socioterritoriais a partir da diversidade de elementos da natureza e da sociedade foram feitas nos estudos sobre os campos e as cidades, ampliando nossa compreensão sobre os problemas contemporâneos.

Nas últimas décadas, a questão agrária sofreu profundas transformações, consolidando o modelo de produção de commodities e a hegemonia da agricultura capitalista. No Brasil, as atividades dirigidas, principalmente, pelo agronegócio, subvencionados pelas políticas de Estado, possuem grande mobilidade sobre o espaço e causam terríveis impactos sobre a comunidade camponesa. Entre esses impactos, destacam-se o aumento da miséria e a expropriação das famílias camponesas do seu território. Mesmo assim, o agronegócio apresenta-se à sociedade como o modelo a ser adotado. Embora subalternizado, o campesinato continua lutando contra a sua expropriação, na busca por melhores condições de vida, recriando espaços e (re)territorializando-se através da luta e da resistência.

Entretanto, esse conjunto de mudanças não se desdobra em todos os lugares da mesma forma, materializando-se em diferentes ritmos no espaço geográfico. Na tentativa de acompanhar essa realidade, contribuir com o debate e expor as especificidades que a questão agrária manifesta, nesta edição da Revista NERA, apresentamos um conjunto de leituras, cujos artigos referem-se a diversas temáticas, mas que compartilham uma mesma visão: a insustentabilidade do atual sistema e a necessidade de novas alternativas que alterem as relações de exploração que a classe camponesa encontra-se sujeita.

Podemos agrupar os artigos selecionados em dois eixos principais: os efeitos das políticas neoliberais e a atuação dos movimentos populares. A imposição de políticas neoliberais gera conseqüências desastrosas às famílias camponesas, desterritorializando-as. Como forma de resistência e superação à imposição de tal modelo, os movimentos sociais lutam contra a atual ordem instaurada, através de mecanismos que visam a luta pela terra e a afirmação da sua identidade. As experiências de luta e resistência, vivenciadas através das associações e cooperativas gestadas pelos movimentos sociais, fazem parte do rol de práticas na luta contra a miséria e a desigualdade social.

No primeiro artigo, Jordi Tormo i Santonja questiona o papel ocupado pela ciência geográfica nesse início do século XXI e nos aponta para a necessidade de um novo direcionamento paradigmático. O autor preocupa-se com o ensino dispensado à formação acadêmica e com a aplicabilidade dos conhecimentos geográficos junto aos órgãos estatais e privados encarregados de gerenciar a organização sócio-espacial.

O trabalho dos professores João Osvaldo Rodrigues Nunes e José Antonio Segrelles Serrano realiza uma análise sobre os efeitos da multifuncionalidade agrária na Província de Alicante (Espanha). Os autores sinalizam os efeitos negativos e a conseqüente transformação espacial da região, desencadeados pelo conceito de multifuncionalidade disseminado pela política agrária adotada pelo governo.

No terceiro artigo, o professor da Universidade do Sul da Flórida Bernd Reiter, apresenta uma genealogia das organizações negras no Brasil, enfatizando as raízes da resistência popular no Brasil na luta contra o preconceito e na luta a favor da sua afirmação identitária.

Preocupado com a forma avassaladora das políticas neoliberais e a conseqüente condição de dependência vivenciada pelos camponeses, o também professor da Universidade do Sul da Flórida, Harry Vanden, problematiza a conscientização das massas populares no que tange a insustentabilidade do modelo neoliberal adotado na América Latina. Nesse sentido, o autor sinaliza para a importância dos movimentos sociais, com destaque para o papel do MST e suas estratégias de luta, resistência e apoio ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Marcos Botton Piccin, Vinicius Ballbianco, Marcelo Trevisan e Maurício Botton Piccin discutem as dinâmicas que levaram a implantação da COOPERVIDA no Estado do Rio Grande do Sul, bem como na sua posterior desestruturação física e social.

O artigo de Djoni Roos enfoca as estratégias de resistência que o campesinato utiliza para garantir a recriação do seu modo de vida no Estado do Paraná, com destaque para a presença do MST no estado. Nesse sentido, o autor mostra que a territorialização do campesinato reflete nas mais distintas dimensões, tais como na organização da atividade econômica em atividades associativas ou mesmo na constituição de laços solidários nos assentamentos sem-terra.

Na sequência, o artigo elaborado por Juscelino Eudâmidas Bezerra traz a tona a relação entre agronegócio e ideologia na tentativa de contribuir com debate conceitual e mostrar o poderoso discurso ideológico que o grande capital elabora a fins de consolidar-se.

Por fim, encerramos essa edição com o texto escrito por Judson Jorge da Silva e Francisco Amaro Gomes de Alencar, da Universidade Federal do Ceará. Nesse artigo, são analisadas as táticas promovidas pelos camponeses no Estado do Ceará na conquista da terra e na constituição do movimento social, bem como suas práticas econômicas, sociais, culturais e religiosas.

Esta 14ª edição da Revista NERA introduz um novo elemento na composição editorial: o compêndio. A partir dessa edição, a revista irá acompanhar uma relação completa de todos os artigos publicados, desde o seu primeiro número. Assim, acreditamos que além de auxiliar o leitor (a) na busca por textos divulgados em outras edições, a inserção do compêndio propiciará um panorama geral dos artigos já publicados pela revista.

Em suma, esperamos mais uma vez, que essa edição favoreça a interlocução de idéias e enseje novos debates. Aproveitamos também para agradecer o interesse dos autores aqui listados em submeter seus artigos para avaliação e convidar os autores (as) que ainda não sujeitaram seus estudos à apreciação.

Boa leitura!

Janaina Francisca de Souza Campos
Membro da coordenação de publicação

Hacia una Geografía útil: El papel de la Geografía en el siglo XXI en España¹

Jordi Tormo i Santonja

Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL)
Departamento de Geografía Humana. Universidad de Alicante (España)
Facultad de Filosofía y Letras
Campus de San Vicente del Raspeig
03690-San Vicente del Raspeig
Correo-e: tormo_santonja@yahoo.es

Resumen

La Geografía sigue siendo una disciplina de poca utilidad para la sociedad y las distintas administraciones, organismos y entidades públicas y privadas. Con todo, constantemente, un mayor número de geógrafos ejercen su actividad profesional como técnicos de organismos para el fomento del desarrollo local y de consultorías especializadas en cuestiones territoriales y ambientales, entre otras.

Esta situación se debe principalmente a las deficiencias del sistema formativo universitario, la inexistencia e/o ineficaz gestión de prácticas profesionales para el alumnado y la falta de contenidos técnicos que permitan al alumnado conocer y utilizar técnicas y herramientas que puedan aplicarse con posterioridad durante su actividad laboral.

El geógrafo brasileño M. Santos propone en un número importante de sus obras la necesidad de poner en marcha una nueva forma de hacer Geografía. En su opinión, ésta debe ser útil para la sociedad y debe posicionarse como una disciplina que permita fomentar la ordenación del espacio geográfico.

Palabras clave: Geografía, Espacio, Desarrollo, Ordenación, Estratégica.

Resumo

Por uma Geografia útil: o papel da Geografia no Século XXI

A Geografia continua sendo uma disciplina de pouca utilidade para a sociedade e as distintas administrações, organismos e entidades públicas e privadas. Contudo, constantemente, um maior número de geógrafos exerce atividades profissionais como técnicos de organismos para o fomento do desenvolvimento local e de consultorias especializadas em questões territoriais e ambientais, entre outras.

Esta situação ocorre, principalmente, por causa das deficiências do sistema formativo universitário, da inexistência ou ineficácia de gestão de práticas profissionais para o alunado, da falta de conteúdos técnicos que permitam ao alunado aprender a utilizar técnicas e ferramentas que possam ser aplicada nas atividades profissionais.

Milton Santos propõe, em um número importante de suas obras, a elaboração de uma nova forma de fazer Geografia. Em sua proposta, a geografia deve ser útil para a sociedade e deve posicionar-se como uma disciplina que permita pensar e fazer o ordenamento do espaço geográfico.

¹ Este artículo se enmarca en la tesis doctoral 'Caracterización socioeconómica, políticas y proyectos para el desarrollo de la comarca funcional de l'Alcoià, el Comtat y la Foia de Castalla. Una apuesta por la planificación estratégica territorial' que se ha realizado gracias a la concesión de una Ayuda a la Investigación (Convocatoria 2007) por parte del Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert (Excma. Diputación de Alicante).

Palavras chave: Geografia, Espaço, Desenvolvimento, Ordenamento, Estratégia.

Abstract

Towards a Geography useful. The role of Geography in the XXI century

Geography is a discipline that still in a little use to society and the diferents departments, agencies and public and private entities. However, consistently, more geographers operate vocational and technical agencies to promote local development and consultancy specializing in environmental and territorial issues, among others.

This situation is mainly due to deficiencies in the university training system, the absence and / or inefficient management practices for students and lack of technical content to enable students to learn and use techniques and tools that can be applied during subsequent activity work.

Brazilian geographer M. Santos proposes an important number of his works to the need to launch out a new way to geography. In his view, it should be useful to society and it should be positioned as a discipline to allow spatial geography.

Key words: Geography, Space, Development, Management, Strategic.

El Espacio Geográfico y la Geografía del Presente en la obra de Milton Santos

El geógrafo brasileño M. Santos realizó una profunda caracterización del concepto de *espacio geográfico* en obras como *La naturaleza del espacio. Técnica y tiempo. Razón y emoción* (2000) y *Metamorfosis del espacio habitado* (1996). Según M. Santos (1996, p. 27), el espacio “no es ni una cosa ni un sistema de cosas, sino una realidad relacional: cosas y relaciones juntas”. En su opinión, el espacio “debe considerarse como el conjunto indisociable del que participan, por un lado, cierta disposición de objetos geográficos, objetos naturales y objetos sociales, y por otro, la vida que los llena y anima, la sociedad en movimiento. El contenido (de la sociedad) no es independiente de la forma (los objetos geográficos); cada forma encierra un conjunto de formas, que contienen fracciones de la sociedad en movimiento. Las formas, pues, tienen un papel en la realización social” (p. 28).

M. Santos establece en su obra *Por una geografía nueva* (1990) la necesidad de instaurar y profundizar una nueva forma de hacer Geografía que permita posicionar a los geógrafos en el conocimiento y análisis del espacio. Para ello, realiza un estudio crítico de las corrientes geográficas y propone el desarrollo de una *Geografía crítica o radical* que considere el espacio como un conjunto de fuerzas externas e internas y que permita organizar el futuro de la sociedad. Además, analiza en su obra *La naturaleza del espacio. Técnica y tiempo. Razón y emoción* (2000) como la Geografía puede actuar sobre el espacio geográfico desde una perspectiva que denomina la *Geografía del presente*. Para ello, M. Santos piensa necesario considerar las técnicas, el tiempo, los sistemas de objetos, los sistemas de acciones, la noción de la totalidad del espacio, el sistema de redes y las horizontalidades y las verticalidades, entre otros, que caracterizan al espacio geográfico. El objeto de esta *Geografía del presente* es conseguir un espacio racional. Según M. Santos (2000, p. 255), los espacios de la racionalidad “funcionan como un mecanismo regulado, donde cada pieza convoca a las demás a ponerse en movimiento, a partir de un control

centralizado”. Sin embargo, indica que los principales límites que dificultan su consecución son los efectos de la mundialización² y la creciente desigualdad entre el campo y la ciudad.

El geógrafo, a partir de su formación integral y una necesaria especialización técnica, debe de jugar un papel determinante en las actuaciones, políticas y proyectos de ordenación del territorio que pongan en marcha las distintas administraciones públicas, con la finalidad de lograr el desarrollo de espacios racionales desde un punto de vista social, económico, ambiental y relacional, entre otros.

Esta nueva forma de hacer Geografía, que en este artículo se identifica como *Geografía del siglo XXI*, debe sustentarse en la *Geografía del presente* de M. Santos, y en su caracterización del *espacio geográfico*, y asumir, adscribir y profundizar en las corrientes geográficas *política, crítica o radical y aplicada*. El objeto de esta *Geografía del siglo XXI* debe centrarse en identificar los factores que tienen una influencia determinante en la metamorfosis del espacio y que no suelen analizarse en las investigaciones geográficas como son “los poderes políticos, sociales y económicos, de las relaciones y conflictos sociales, de la toma de decisiones, de los flujos de capital, de la difusión de las innovaciones, de los mercados o de las economías externas” (Segrelles, 1998, p. 228).

Hacia una *Geografía del siglo XXI* crítica, política y aplicada que sea útil para la sociedad

La Geografía y los distintos paradigmas geográficos: los enfoques crítico, político y aplicado

La Geografía ha sido, y es hoy en día, una fuente inalterable para la aparición de multitud de paradigmas y/o corrientes geográficas como son las geografías descriptiva, posibilista, humanista, cuantitativa, del comportamiento o crítica, entre otras. Estas corrientes han servido para su caracterización y han tenido como consecuencia el enriquecimiento de las principales áreas de conocimiento de la Geografía, es decir, física, humana y regional, ya que a fecha de hoy la unidad de la Geografía sigue siendo una ficción desde el punto de vista académico. A. Reynaud (1976) analizó en profundidad esta cuestión en el trabajo “El mito de la unidad de la Geografía”, publicado en el número 2 de la revista *Geocrítica. Cuadernos críticos de Geografía humana*. Ahora bien, esta afirmación sobre la división de la Geografía en tres áreas de conocimiento muestra ciertos matices a partir del desarrollo de la *Geografía aplicada*.

La *Geografía aplicada*, en yuxtaposición a la *Geografía académica o teórica*, se basa en la adaptación del cuerpo teórico y de las técnicas y métodos geográficos para la resolución de los problemas planteados en un espacio geográfico concreto, siendo necesario para ello el conocimiento de varios campos de análisis entre los que destacan el medio físico y humano, las estrategias para la ordenación y planificación del territorio, así como el conocimiento y la utilización de las técnicas y los métodos para la resolución de las cuestiones planteadas.

El desarrollo de la *Geografía aplicada* surge a partir de la confirmación por parte de los geógrafos teóricos de la utilidad social de la Geografía, entre los que destacaron A. Baker, M. Philipponneau, P. George y A. Tener, si bien su mayor impulso se registró tras el término de la Segunda Guerra Mundial cuando los servicios de un grupo de geógrafos, entre ellos, J. Gottman, I. Bowman y R. Cholley, fueron solicitados para el desarrollo de diversos

² Según indica M. Santos (1996) en su obra *Metamorfosis del espacio habitado*, “la mundialización que se percibe es perversa. Concentración y centralización de la economía y del poder político, cultura de masas, cientificación de la burocracia, fuerte centralización de las decisiones y de la información, sirven de base para estimular las desigualdades entre países y entre clases sociales, así como para la opresión y la desintegración del individuo (p. 21)”.

programas de planificación territorial y promoción económica³. En el estado español, según indica H. Capel (1976), el impulso de la *Geografía aplicada* se realizó una vez acabada la Guerra Civil e instaurada la dictadura del General Franco, ya que un número importante de geógrafos, en su mayoría discípulos J. M. Casas Torres, fueron seleccionados para la realización de los Planes de Desarrollo Regionales de la administración franquista. Por todo ello, se puede indicar que durante los primeros años de la *Geografía aplicada* los geógrafos estuvieron a la orden del poder que utilizó sus conocimientos para la realización de obras de reconstrucción del territorio y promoción económica.

Según M. Philipponneau (2001), la evolución contrastada del pensamiento geográfico ha permitido la aplicación de los conocimientos adquiridos por el geógrafo universitario durante su posterior carrera profesional, sobre todo en las materias del medio físico, del ambiente, las actividades socioeconómicas y la ordenación del territorio. Ahora bien, los contenidos de los planes de formación españoles todavía están lejos de conseguir que los geógrafos universitarios se conviertan en expertos profesionales y en actores imprescindibles que puedan revalorizar la Geografía ante la sociedad, las administraciones públicas y los agentes privados.

Según J. A. Sotelo (2001), el pensamiento ideológico actual está marcado por la crisis de las ideologías. En su opinión, esta situación “no debe arrastrarnos a la consideración exclusiva y excluyente del espacio geográfico, como herramienta, como instrumento hermenéutico, como marco teórico para abordar al complejo mundo actual desde una perspectiva específica” (p. 235). En este sentido, I. Ramonet (1998) establece que esta falta de pensamiento ideológico ha promovido el desarrollo de un nuevo modelo que denomina el *Pensamiento único*, es decir, “la traducción en términos ideológicos con pretensión universal de los intereses de un conjunto de fuerzas económicas, en particular las del capital” (p. 15). En su opinión, a partir de esta situación de falta de ideologías “se acabará considerando de alguna forma que las decenas de millones de parados europeos, el desastre urbano, la precarización general, la corrupción, los suburbios en llamas, el saqueo ecológico, el retorno de los racismos, de los integristas y de los extremismos religiosos y la marea de los excluidos son simples espejismos, alucinaciones culpables, discordantes de forma extremista en el mejor de los mundos, que construye, para nuestras conciencias anestesiadas, el pensamiento único” (p. 17)

El espacio geográfico, al igual que lo considera el geógrafo brasileño M. Santos y los propulsores de las geografías política y crítica o radical, es el contexto en el que se plasman las interacciones sociales, de producción y las actuaciones de carácter político, así como los procesos de circulación del capital, lo que le infunde unas características únicas que lo diferencian de otros territorios. Por todo ello, es necesario evitar caer en lo que J. A. Segrelles (2002) ha considerado una de las principales debilidades de la *Geografía aplicada*: la autocensura. En su opinión, “ya no importan que existan geógrafos profesionales, que el personal universitario participe cada vez más en tareas de planificación, que los investigadores hayan adquirido una formación más adecuada y dispongan de medios instrumentales óptimos o que abunden los estudios de ordenación del territorio y de gestión de los recursos, siempre y cuando el control permanezca en las mismas manos, la ciencia se oriente según las necesidades y conveniencias de las clases que detentan el poder económico-financiero del país y se consolide un mecanismo mucho más eficaz que la censura: la autocensura” (p. 16).

La *Geografía política* o *Geopolítica* es un paradigma geográfico moderno que se desarrolló a partir de las aportaciones de F. Ratzel, H. J. Mackinder, K. Ritter y E. Reclus. Las contribuciones de estos autores se sustentan en las aportaciones de pensadores clásicos como Hipócrates, Herodote y Aristóteles. Entre las obras de referencia destaca *Politische geographie* (1897) de F. Ratzel, en la que el autor analizaba cuestiones como el papel del

³ No se debe olvidar que en el núcleo de la *Geografía aplicada* también surgieron varias corrientes internas que tuvieron sus principales diferencias a la hora de caracterizar el espacio geográfico. En concreto, M. Philipponneau fue el promotor de la corriente *Geografía y acción* y P. George fue el precursor de la corriente *Geografía activa*.

Estado en el desarrollo, los movimientos y los acontecimientos históricos, los espacios políticos y la definición de las fronteras entre los estados, entre otras cuestiones, desde una perspectiva teórica, histórica y crítica. Sin embargo, fue el profesor sueco de Historia y Ciencias políticas R. Kjellen quien acuñó este concepto.

La *Geografía política* ha mostrado su mayor desarrollo filosófico y académico en países como Francia y Alemania, donde los principales representantes de esta corriente son geógrafos como A. Tener, Y. Lacoste y P. Claval, entre otros. Entre las publicaciones de referencia dentro de esta corriente del pensamiento geográfico destaca la revista europea *Herodote. Revue de Géographie et de Géopolitique*.

Según J. Nogué (1998, p. 33), la *Geografía política* se encarga de estudiar “las relaciones entre los factores geográficos (físicos y humanos) y los fenómenos y las entidades políticas. Se interesa especialmente por la distribución y las consecuencias espaciales de los procesos y los fenómenos políticos”. Entre los aspectos básicos analizados por esta corriente geográfica destacan los límites y las dimensiones territoriales, los recursos, el concepto político del lugar, las formas del poder, la ideología y las relaciones de la sociedad, entre otras, que tienen su influencia en un espacio geográfico determinado⁴.

Se trata de una corriente geográfica que surgió bajo una concepción filosófica que enaltecía el nacionalismo y que entró en crisis tras el término de la Segunda Guerra Mundial, si bien a partir de segunda mitad del siglo XX volvió a recuperar una posición de liderazgo. Según L. López y P. Benito (1999, p. 7), F. Ratzel definió la *Geografía política* en su obra *Politische Geographie* como “la ciencia que estudia el Estado, concebido como forma de vida, como un organismo que vive en el espacio”. Según esta definición, el Estado es el elemento central de un espacio y se concibe como el órgano que promueve las transformaciones sociales y espaciales a partir del establecimiento de unos espacios políticamente valiosos y con perspectivas de crecimiento territorial. A. Dix (1943, p. 9) establece que la *Geografía política* es la ciencia que “estudia la morada y esfera de poderío de los Estados. Su zona de observación es la superficie de la Tierra, contemplada como campo de actividad de las sociedades humanas y como escenario donde se desarrolla la vida de los pueblos organizados en Estados. Océpase, por consiguiente, de las relaciones de las colectividades políticas con el espacio que habitan y el área de tráfico”⁵. En este sentido, I. Wallerstein (2007, p. 21) indica que “el Estado como árbitro constituye el papel más sólido que pueda desempeñar el Estado”.

Esta concepción central del Estado establece que los elementos geográficos pueden incidir en el desarrollo de los mismos, por lo que se relaciona el espacio geográfico con la acción política, es decir, las relaciones causales entre la política y el espacio geográfico. La *Geografía política* ha centrado sus estudios en el papel de los Estados para el desarrollo de las naciones, las zonas de fricción y las fronteras a lo largo de la historia, entre otros. Sin embargo, durante sus inicios, la *Geografía política* analizó intensamente el papel de los elementos geográficos y de la naturaleza en la fortaleza del Estado. En este sentido, M. de Terán (1951) establecía desde una posición determinista que “el medio geográfico, las condiciones del suelo, el clima, el relieve, la naturaleza de la red hidrográfica, son capaces

⁴ Según J. E. Atencio (1975, p. 41), la *Geografía política* “es la ciencia que estudia la influencia de los factores geográficos en la vida y evolución de los estados, a fin de extraer conclusiones de carácter político. Guía al estadista en la conducción de la política interna y externa del Estado y orienta al militar en la preparación de la defensa nacional y en la conducción estratégica; al facilitar la previsión del futuro mediante la consideración de la relativa permanencia de la realidad geográfica les permite deducir la forma concordante con esta realidad en que se pueden alcanzar los objetivos y, en consecuencia, las medidas de conducción política o estratégica convenientes.

⁵ A. Dix (1943) establece en su obra *Geografía política* que “la aspiración de los pueblos a conseguir la satisfacción de sus necesidades, cuyas manifestaciones históricas son el objeto que interesa a la Geografía política, no se reduce en manera alguna a dejarse atraer por los lugares mejor dotados desde el punto de vista de su fertilidad agrícola, o más bien donde los productos del suelo sean suficientes para cubrir las necesidades humanas en materia de indumentaria y vivienda, además de la alimentación; sino que establece como consecuencia la necesidad del cambio de productos entre territorios de diversos climas” (p. 20).

de imprimir una determinada forma al Estado y de encauzar su actividad, y el objeto de la Geografía política consiste esencialmente en esclarecer lo que en la forma y en la vida del Estado existe de geográfico” (p. 5-6).

El geógrafo P. Claval (1994, p. 3) indica que la *Geografía política* es una ciencia que “está de moda” y que, actualmente, se encarga de analizar el entramado de las preocupaciones de los diversos actores con poder de decisión en la escena internacional, entre ellos, los Estados, la diplomacia, las organizaciones no gubernamentales y la opinión pública. Según L. López y P. Benito (1999), a partir de la segunda mitad del siglo XX la *Geografía política* se renovó y adquirió nuevas formas y contenidos, diversificando las temáticas de estudio, sobre todo a partir de las contribuciones de la escuela geográfica norteamericana. En su opinión (p. 50-52), esta nueva *Geografía política* se encarga de analizar las siguientes cuestiones⁶:

- “Las relaciones de poder y territorio, en su manifestación a través de la interrelación social en las diferentes escalas espaciales de los procesos políticos.
- El sustrato que pueda haber en las políticas y el carácter de las decisiones adoptadas por las Administraciones Públicas en su propia organización territorial.
- Las estrategias de los Estados y de los bloques internacionales ante los conflictos y problemas que aparecen en el sistema mundial o en los subsistemas regionales y locales.
- La participación y comportamiento político de los ciudadanos y el estudio de las bases del orden democrático a partir de la geografía electoral”.

La *Geografía política* también vuelve a estar vigente por el desarrollo de una nueva forma de entender las relaciones entre los países a partir de la mundialización y la generación de conflictos. Algunas obras de referencia son las publicadas a instancias del grupo Le Monde Diplomatique como son *Pensamiento crítico vs Pensamiento único* (1998) y *Geopolítica del caos* (1999), entre otras. Otras obras de interés son *Guerras del Siglo XXI. Nuevos miedos, nuevas amenazas* (Ramonet, 2002), *Géopolitiques du pétrole* (Sébille-Lopez, 2006), *Géopolitique de la Méditerranée* (Lacoste, 2006) y *Políticas del miedo* (González, 2002), entre otras. Según Y. Lacoste⁷ (2006), el concepto de *Geopolítica* designa y analiza los factores desencadenantes de los conflictos de influencia entre los territorios y la población que vive en ellos. En este sentido, J. Ancel (1936) indica que la *Geografía política* es una ciencia para el estudio de las guerras.

Es necesario indicar que la influencia de la *Geografía política* a nivel global también ha tenido su incidencia en la realización de estudios a nivel local. En este sentido, A. Dix (1943) establece que también existe una *Geografía política* a nivel interior del Estado que “no carece de importancia en si misma” (p. 14). Según J. E. Sánchez (1992), la importancia del espacio geográfico local y la escala municipal para la *Geografía política* radica en que es “el más genuino espacio de relaciones sociales como relaciones socio-territoriales. De ahí la importancia de la intervención política de los agentes productores de espacio en la gestión del espacio local” (p. 127).

El espacio geográfico es un objeto básico de análisis para la ciencia de acción política (Corna, 1977), sobre el que pesan una serie de factores políticos que lo organizan como son las políticas directas e indirectas para la transformación del territorio, la dimensión internacional del poder económico y político y sus efectos en la especialización territorial. El espacio geográfico se constituye para la *Geografía política* como un elemento esencial para

⁶ Otra delimitación de interés de las diversas áreas de estudio de esta corriente geográfica ha sido la realizada por J. E. Sánchez en su obra *Geografía política* (1992). En su opinión, sus principales ámbitos de estudio son la política y los intereses sociales y territoriales, la apropiación del espacio-territorio y de los excedentes, el control del espacio, las políticas y los conflictos sociales y espaciales y las relaciones espaciales del poder en las diversas escalas

⁷ Y. Lacoste (2006) analiza en su obra *Géopolitique. La longue histoire d'aujourd'hui* las estrategias geopolíticas de las que denomina grandes naciones como son la Unión Europea, Brasil, China y Japón, entre otras, así como los principales conflictos geopolíticos y espaciales mundiales como son los que tienen lugar en África, los Balcanes, Afganistán, Irak e Irán, entre otros.

delimitar la identidad de un grupo humano. Según A. L. Sanguin (1981), el sentimiento de pertenencia a un espacio geográfico determinado se transmite a través de los valores de la Geografía, la Historia y la instrucción educativa. En su opinión, los elementos que constituyen la territorialidad de un espacio geográfico y el sentimiento de pertenencia al mismo son “el sentido de identidad espacial, el sentido de exclusividad y las características de la interacción humana” (p. 49). En este sentido, P. J. Taylor (1994, p 293-294) indica que “la nueva teoría de la política en las ciudades redescubre la actividad política de la gente que vive en las localidades. Desde esta óptica no son sujetos inertes que se limitan a soportar pasivamente su localidad y que se socializan en su cultura para comportarse según sus directrices”.

Por su parte, la *Geografía crítica o radical*⁸ surgió de las bases filosóficas e ideológicas formuladas por pensadores como K. Marx, G. W. Hegel y V. I. Lenin y tiene entre sus máximos exponentes a geógrafos como W. Bunge, Y. Lacoste, D. Harvey y J. R. Peet. Esta corriente tiene entre sus publicaciones de referencia la revista *Antipode. A Radical Journey of Geography* en Estados Unidos. En el estado español destacan las revistas dirigidas por H. Capel como son *Geo Crítica* y *Scripta Nova*.

Según H. Capel (1981) el nacimiento de la *Geografía crítica o radical* fue motivado por una serie de autores preocupados por la transferencia de las teorías marxistas de las relaciones de la producción y la lucha de clases al espacio geográfico. En su opinión, “la idea de que el espacio es un producto social [...] ha sido una de las aportaciones fundamentales que los geógrafos han obtenido de la relación con la sociología y el urbanismo marxista” (p. 436). Asimismo, M^a. D. García Ramón (1985, p. 142), indica que “un objetivo primordial del enfoque radical es la integración de ambos tipos de procesos, sociales y espaciales, en el estudio de la realidad”, al igual que lo considera M. Santos en sus distintas obras.

El geógrafo D. Harvey (2005, p. 35) ha definido la *Geografía crítica o radical* como la “Geografía del manifiesto comunista”⁹. Según D. Harvey (2007, p. 255), “la dimensión espacial de la teoría marxista sobre la acumulación bajo el modo de producción capitalista¹⁰ se ha mantenido mucho tiempo olvidada. Esto es, en parte, responsabilidad de Marx, ya que sus escritos sobre el tema son fragmentarios y a menudo sólo están esbozados. Pero un cuidadoso estudio de su obra revela que Marx reconocía que la acumulación de capital se produce en un contexto geográfico” (p. 255).

La *Geografía crítica o radical* siempre ha sido una corriente geográfica incómoda para los intereses de las clases dominantes y los partidos políticos, ya que, según indica D. Harvey (1977), los postulados de esta corriente permiten comprender el modo de actuación del sistema de producción capitalista y sus consecuencias sobre el territorio a la población que no tiene el control de los medios de producción. En su opinión, “para que el capitalismo se impusiera como un sistema social dominante fue necesario que la burguesía emergiera victoriosa sobre otras fuerzas de clase controladoras del excedente” (1977, p. 33). Además, D. Harvey (2005, p. 37) establece que “la burguesía crea y destruye las bases geográficas (ecológicas, espaciales y culturales) de sus propias actividades, construyendo un mundo a su propia imagen”.

En este sentido, K. Marx y F. Engels indican en su *Manifiesto del Partido Comunista* (1848) que las ideas dominantes en la sociedad de cualquier época han sido siempre las

⁸ Según H. Capel (1981) dentro de la *Geografía radical* se podrían identificar dos corrientes: la *Geografía radical marxista* y la *Geografía radical humanista*.

⁹ Según C. Raffestin (1986, p. 281), es evidente que “existe una intersección que debe ser observada de cerca, muy de cerca, entre la reflexión de Marx y la evolución contemporánea”.

¹⁰ Según D. Harvey (2007), las características fundamentales del sistema de producción capitalista se sustentan principalmente en la continua circulación del capital a partir de la expansión del valor de las mercancías producidas, en el crecimiento de los beneficios mediante la explotación del trabajo en la producción, el sostenimiento de una relación de clases relacionada con la circulación inestable del capital lo que genera antagonismo y lucha, la transferencia de los cambios tecnológicos y organizativos al modo de producción capitalista mediante la inversión de capital y fuerza de trabajo y la devaluación de los excedentes ante las situaciones de crisis, entre otras. En su opinión, “los excedentes de capital y de fuerza de trabajo son el eje del desarrollo capitalista” (p. 337).

ideas de la clase dominante, por lo que, según F. Rodríguez (1995), el espacio geográfico no pertenece a sus habitantes ni se ordena según sus intereses, sino de acuerdo con los intereses de la clase dominante. En su opinión, uno de los principales objetivos de la *Geografía crítica o radical* consiste en exponer que la función ideológica de la tradicional ciencia social burguesa, teóricamente neutra y objetiva, es únicamente una cortina de humo tras la que se esconden los intereses de esta clase dominante. Según F. Rodríguez (2000, p. 29), la *Geografía crítica o radical* “aparece como una reacción frente a las pretensiones de neutralidad y objetividad de la perspectiva teórica y cuantitativa, a la que acusa de centrar exclusivamente su interés en la descripción y cuantificación de las distribuciones espaciales, y de hacerlo, además de una manera totalmente acrítica”. Se trata de una teoría comprometida que se sustenta en la identificación de las desigualdades, los grupos dominantes, los conflictos territoriales, en la aplicación del método dialéctico, en considerar al espacio como un elemento que no es neutro y en concederle importancia a la historia y al paisaje como resultado de los procesos que tienen lugar en un espacio geográfico determinado. Por todo ello, J. Borja (1990) indica que la Izquierda debe optar por fomentar la democracia territorial a fin de articular políticas e iniciativas positivas para la sociedad.

En síntesis, según indica J. Nogué (1989, p. 53) el espacio ha sido concebido por esta corriente geográfica como “un producto social, como una especie de amorfo contenedor donde se dan cita procesos sociales diversos. Los modelos espaciales tendrían su explicación en el marco de teorías de carácter estrictamente social y económico”.

La *Geografía política* y la *Geografía crítica o radical* muestran una serie de aspectos comunes, por lo que J. Nogué y J. V. Rufí (2001) definieron la *Geopolítica crítica* como la suma de ambas corrientes. En su opinión, la *Geopolítica crítica* “como metodología implica un análisis de los fenómenos y hechos geopolíticos hasta cierto punto heterodoxa en relación a otras perspectivas. Heterodoxas en sus contenidos, puesto que amplía el interés geopolítico hacia temas tradicionalmente alejados (como el medio ambiente, la cultura o el género), y en sus formas, al renunciar a las rigideces paradigmáticas. Ambos aspectos permiten unas visiones más complejas de la realidad, y por lo tanto ‘más reales’, y más críticas respecto a los discursos institucionalizados que intentan explicarlos” (p. 26).

La economía política marxista se basa en que la estructura económica o el modo de producción capitalista se establece como la fuerza determinante de la sociedad. Según R. J. Johnston (1986), esta conceptualización de debe a la combinación de “las fuerzas productivas, que se encuentran disponibles en la sociedad, y las relaciones de producción, mediante las que se utilizan dichas fuerzas”. En su opinión, las principales características de la base económica capitalista son las siguientes:

- Todas las sociedades tienen una base material.
- El modo de producción capitalista se basa en las clases.
- El “progreso” es cíclico, no lineal.
- La movilidad del capital supone la reestructuración espacial.

Según K. R. Cox (2002), para comprender el mundo actual es necesario empezar por entender el sistema capitalista. En su opinión, se trata de un modelo que promueve el desarrollo de la capacidad productiva de la población, pero cuya implementación resulta conflictiva. Este autor define al sistema capitalista como “la producción de mercancías con mercancías” (p. 36), lo que tiene una serie de consecuencias en el orden global. Se trata de la principal fuerza estructural del ordenamiento mundial actual.

Las corrientes de la *Geografía aplicada*, la *Geografía política* y la *Geografía crítica o radical* se pueden considerar corrientes geográficas totalmente antagónicas y con escasa interrelación, ya que para los defensores de cada una de ellas las causas que generan impactos positivos y negativos y ordenan los espacios geográficos son distintas y atienden a intereses diferentes. Sin embargo, no se debe olvidar que P. George (1973) define la Geografía como una ciencia de síntesis en la que concurren una gran variedad de métodos, lo que la califica como una ciencia heterogénea desde la perspectiva metodológica.

Desde el punto de vista de la *Geopolítica crítica o radical* es una falacia intentar aplicar los conocimientos geográficos y proponer medidas para el desarrollo ordenado y

neutral de un espacio determinado, ya que la toma de decisiones final se realizará de acuerdo a los intereses del capital, por lo que estas acciones serían incapaces de corregir los desequilibrios y desigualdades generadas bajo el amparo del capitalismo. Por el contrario, desde el punto de vista de la *Geografía aplicada* también resulta irreal negar el poder de ordenación y planificación de los recursos espaciales amparándose en la existencia de una serie de fuerzas de orden económico que vehiculan las decisiones en torno a sus intereses. Ahora bien, este enfoque resulta enriquecedor a la hora de establecer una metodología que encuentre las sinergias positivas entre estas distintas corrientes geográficas y permita establecer un marco teórico con la suficiente firmeza con el que desarrollar esta nueva *Geografía del siglo XXI*. El enfoque crítico debe permitir analizar la situación socioeconómica del espacio geográfico en el que se va a intervenir con el objeto de conocer los subterfugios sometidos por las fuerzas del capital y el enfoque político debe permitir analizar los proyectos puestos en marcha por los distintos estamentos administrativos con el objeto de promover un pretendido desarrollo neutral e integral para el área de estudio. Por su parte, el enfoque aplicado debe permitir elaborar propuestas de acción que sean aplicables para superar las debilidades y amenazas y posibilitar el desarrollo futuro del espacio geográfico en particular. En este sentido, se estima necesario considerar que el principal objeto de la aplicación del método de la *Geopolítica crítica* debe ser la generación de estrategias aplicables que permitan organizar el desarrollo futuro del espacio geográfico analizado bajo su perspectiva.

La Geografía del siglo XXI. Una Geografía metodológicamente heterogénea

Según L. A. Domínguez (1981), la temática que se estudia atribuye un método de investigación específico que se basa en la aplicación de diversas técnicas de análisis sobre un fenómeno concreto con el objeto de estudiarlo en todas sus fases. Como se ha indicado arriba, según P. George (1973), la Geografía es una ciencia de síntesis en la encrucijada de los métodos de distintas ciencias, por lo que es metodológicamente heterogénea. La Geografía se centra en el estudio de un espacio geográfico limitado y es una ciencia dirigida a la acción y guiada por la coyuntura. En su opinión, resulta “difícil definir unos métodos que sean propios de la Geografía en la movilización de los documentos. La Geografía es mucho más que una manera de clasificar, de ponderar y de cualificar los resultados brutos obtenidos mediante la ampliación de los métodos elaborados por unas ciencias de carácter más analítico” (p. 37).

Esta heterogeneidad metodológica de la Geografía demuestra que no se puede realizar un análisis parcial e incompleto y esperar obtener unos efectos determinados que demuestren la organización interna de un espacio geográfico acotado. Según P. George (1973, p. 37), es imposible “determinar unos problemas económicos sin intervenir en lo social, o sin provocar unos efectos sociales, sin influir en los ritmos demográficos o sin provocar unas mutaciones de mentalidad”. En este sentido, indica que “todo balance estático debe ser complementado por una determinación de las fuerzas que se ejercen continuamente en el interior de un espacio viviente y vivido. La manifestación concreta de estas fuerzas es el desplazamiento de los hombres, mercancías, medios de producción, informaciones y decisiones (George, 1974, p. 206). En concreto, no se debe olvidar que “la particularidad de los estudios geográficos viene determinada por el carácter espacial de los objetos a analizar” (Santos Preciado, 2002, p. 19).

La metodología a desarrollar en los nuevos estudios e intervenciones en el espacio geográfico bajo el paradigma de la *Geografía del siglo XXI* puestos en marcha por los geógrafos profesionalizados debe basarse en la utilización de los siguientes métodos y técnicas:

- Método interpretativo. Se desarrolla a partir del análisis de la realidad utilizando para ello técnicas inductivas (observación y explicación de casos particulares que permiten conseguir conocimientos generales), deductivas (búsqueda de problemas a

solucionar a partir del desarrollo de hipótesis) y dialécticas (análisis de fenómenos históricos, sociales y de experiencias para conocer la evolución social y económica).

- Método procedimental. Se desarrolla a partir del estudio de las estadísticas y monografías que ofrecen una información útil y fiable para el fenómeno estudiado.
- Método de investigación. Se desarrolla a partir de una serie de técnicas de investigación científicas, como por ejemplo la selección del problema, la obtención de información, la formulación de hipótesis, la verificación y generalización de las mismas, la explicación y la aplicación.

Por último, se debe indicar que la principal herramienta utilizada para profundizar en el conocimiento del espacio geográfico y representar los fenómenos analizados por los geógrafos deben ser los mapas. Según D. Harvey (1969, p. 371), “los geógrafos disponen de muchas técnicas para describir, representar, almacenar y generalizar información. De éstas no hay ninguna tan apreciada con el corazón y la cabeza por los geógrafos, como el mapa [...] En suma, el mapa es un sistema simbólico. Es el lenguaje completo, quizá el lenguaje de la geografía”.

Las distintas utilidades de la *Geografía del siglo XXI*

Una Geografía útil para una nueva articulación del espacio geográfico

Actualmente es inadmisibles considerar a los municipios como elementos únicos y diferenciados. Son unidades dentro de un espacio geográfico amplio al que pertenecen otros municipios como son las ciudades y los núcleos rurales y que muestran unas relaciones específicas entre ellos. Según J. Borja y M. Castells (1997), “la ciudad es hoy en día una ciudad plurimunicipal o metropolitana, con tendencia a estructurar funcionalmente un espacio regional discontinuo y asimétrico” (p. 151), por lo que es necesario determinar un nuevo marco de análisis y planificación del espacio geográfico que se fundamente en una escala superior como marco habitual (Benabent, 2006).

Uno de los principales objetivos de la *Geografía del siglo XXI* es proporcionar un nuevo modelo para la articulación del espacio geográfico que se fundamente en las relaciones funcionales entre los municipios. En este sentido, M^a. J. González (2007) indica que las estrategias espaciales deben basarse en el principio de colaboración interadministrativa y en la aplicación de un proyecto supramunicipal común.

La Carta Europea de Ordenación del Territorio, aprobada en Torremolinos en 1983 por el Consejo de Europa, define la Ordenación del Territorio como la “expresión espacial de las políticas económica, social, cultural y ecológica de toda la sociedad y, a la vez, de una disciplina científica, una técnica administrativa y una política concebida como una aproximación interdisciplinar y global que tiende a un desarrollo equilibrado de las regiones y la organización física del espacio a través de un concepto director”.

La disciplina de la *Ordenación del territorio* surgió para dar respuestas a las demandas planteadas por la sociedad en las siguientes materias:

- Mejorar la calidad de vida mediante el acceso a los equipamientos colectivos y la dotación de infraestructuras.
- Fomentar la gestión responsable de los recursos y la protección del ambiente.
- Utilizar adecuada y equilibradamente el territorio.

En síntesis, la disciplina de la *Ordenación del territorio* permite implementar los tres objetivos principales de la Unión Europea:

- Fortalecer la cohesión económica y social.
- Conservar los recursos naturales y el patrimonio cultural.
- Mejorar la competitividad y el equilibrio del territorio europeo.

En este sentido, se debe destacar la importancia que tiene para el proceso de promoción del espacio geográfico la adopción de medidas y el desarrollo de proyectos de planificación que superen la escala municipal y otorguen un peso importante a áreas territoriales como las comarcas, las mancomunidades de municipios o las agrupaciones de ambas en consorcios. Desde la *Geografía del siglo XXI* se debe apostar por la implementación de acciones para la ordenación del espacio geográfico que resalten la figura territorial del espacio funcional y, mediante la redacción de un *Plan estratégico*, se actúe como una herramienta para el desarrollo de los municipios integrantes. Sus ámbitos de actuación deben versar en torno a la ordenación y planificación del conjunto de los mancomunados, la mejora de los espacios para el desarrollo de las actividades económicas, la comunicación y el transporte público, los equipos, la gestión de residuos, el aprovechamiento de aguas y energías, el desarrollo cultural y la investigación, entre otros, obrando como un instrumento de desarrollo económico y bienestar social para la población de este territorio.

Una Geografía útil para el análisis y diagnóstico del espacio geográfico

Como norma general cualquier proceso y acción que se desarrolle sobre el espacio geográfico debe partir de la realización de un análisis y diagnóstico socioeconómico del ámbito territorial de actuación, ya sea un municipio, comarca o mancomunidad. Según D. Gómez (2001, p. 181), el ámbito territorial viene determinado por la existencia de una serie de elementos y procesos naturales, culturales y económicos que lo caracterizan. En su opinión, las dos herramientas esenciales para estudiar un espacio geográfico son las siguientes:

- El análisis territorial. Se trata de la herramienta utilizada para comprender el modelo territorial, es decir, las características naturales, los procesos económicos, sociales y ambientales y sus repercusiones territoriales.
- El diagnóstico territorial. Se trata de la herramienta utilizada para interpretar el modelo espacial, su trayectoria histórica y su posible evolución en caso de no intervenir. Esta herramienta sirve para determinar los problemas actuales y definir las potencialidades.

Según el Centro de Estudios de Ordenación del Territorio y Medio Ambiente (1981, p. 21), las herramientas del análisis y el diagnóstico territorial deben conseguir establecer un sistema estadístico de referencia que logre los siguientes objetivos:

- “Permitir la utilización de la información estadística elaborada con carácter rutinario por los centros de información existentes y que permiten, sobre todo, la disposición de series históricas.
- Estratificar los elementos constitutivos del sistema de referencia en orden a su previsible funcionalidad territorial y a su posible capacidad de organización del espacio.
- Procurar un máximo de homogeneidad interna en cada uno de los subsistemas, en orden a poder deducir conclusiones válidas para los mismos, con un reducido grado de dispersión.
- El sistema de referencia ha de ser lo suficientemente flexible para que el mismo no quede invalidado, a medio plazo, por el paso de elementos de unos subsistemas a otros, sino que tal evolución sirva para conocer el dinamismo estructural del propio sistema.
- El sistema debe de tener una facilidad de representación cartográfica altamente expresiva y capaz de aportar una visión global de conjunto respecto a la organización del espacio territorial”.

Se trata de herramientas que desde la *Geografía del siglo XXI* se deben de utilizar con el objeto de conocer la situación actual, social, económica y ambiental, en que se encuentra un espacio geográfico concreto a fin de determinar su situación respecto a otros, detectar las fortalezas y debilidades que lo caracterizan y, de este modo, poder planificar actuaciones aplicables en su desarrollo futuro. Según indica J. R. Gallego (2006, p. 198) “cualquier actuación debe basarse en un conocimiento profundo de la realidad sobre la que se pretende actuar”. En este sentido, según M. Santos (1996) el objeto principal de análisis de la Geografía debe de ser el uso que el ser humano da al espacio geográfico. En su opinión, se trata de “una forma impura, un híbrido, una noción que, por eso mismo, carece de constante revisión histórica. Lo que tiene de permanente es ser nuestro marco de vida. Su entendimiento es pues fundamental para alejar el riesgo de alienación, el riesgo de la pérdida del sentido de la existencia individual y colectiva, el riesgo de renuncia al futuro” (p. 123).

Para ello deben utilizarse desde esta perspectiva geográfica una serie de fuentes estadísticas, bibliográficas y técnicas de diversa procedencia como son el análisis de las debilidades, amenazas, fortalezas y oportunidades (DAFO), el sistema de indicadores y la comparación entre escalas diferentes, entre otras, que se deben compatibilizar con la realización en un trabajo de campo que permita identificar las necesidades de los diferentes actores que intervienen en el proceso de desarrollo local. Según S. García (2003), se trata de herramientas que requieren el desarrollo de un método que aúna diversos enfoques y técnicas variadas de la sociología y de la economía.

La finalidad principal de este proceso desde la perspectiva de la *Geografía del siglo XXI* estriba en el conocimiento y comprensión de las dinámicas demográficas, las características de los sectores y actividades económicas, la situación del mercado de trabajo, los equipos socioculturales existentes, los atractivos y potencialidades del territorio, su situación ambiental, así como los recursos y organismos existentes para el fomento del desarrollo local (organismos de promoción y asociaciones empresariales), con el objeto de realizar una prospección territorial. Se trata del proceso basado en la realización de una proyección de los escenarios futuros imaginables positivos y negativos que serán utilizados como referencia para definir el modelo futuro deseado para el área de estudio.

En definitiva, según G. Rodríguez (1999, p. 3), la realización del análisis y del diagnóstico socioeconómico permite dar una “respuesta adecuada a los problemas existentes y construir la futura estrategia de desarrollo sobre las oportunidades detectadas”.

Una Geografía útil para la planificación estratégica del espacio geográfico

La *Planificación estratégica* es el proceso de reflexión, decisión y organización que permite analizar la situación actual en la que se encuentra un espacio geográfico, detectando las debilidades, fortalezas, amenazas y oportunidades que lo caracterizan, con el objeto de diseñar un plan de trabajo que le permita llegar a una visión de futuro deseada. En este sentido, según J. M. Fernández (2006, p. 55) la *Planificación estratégica* es “un proceso participativo que sienta las bases de una actuación integrada a largo plazo, que define el modelo futuro de desarrollo”.

Según R. Pujadas y J. Font (1988), la planificación del territorio surgió para dar solución a tres retos que no tenían un tratamiento específico como eran el crecimiento urbano y la formación de las áreas metropolitanas, los desequilibrios regionales o territoriales y el desarrollo de áreas con problemas específicos. Este modelo se encuentra actualmente obsoleto, por lo que durante las últimas décadas se han asentado las bases para la caracterización de una nueva herramienta que es la *Planificación estratégica*. En su opinión, la “planificación estratégica¹¹ se presenta como un instrumento nuevo para resolver

¹¹ Según R. Pujadas y J. Font (1988, p. 367), “a diferencia de la planificación territorial, un plan estratégico no tiene carácter normativo pero, en cambio, está encaminado a la acción, mientras que el plan territorial define un escenario futuro que se ha de desarrollar en el planeamiento derivado

problemas nuevos o, al menos, que han cobrado nueva relevancia en los últimos tiempos; problemas relacionados básicamente con la creciente competencia entre ciudades y territorios con ventajas comparativas similares, en un contexto marcado por la gran movilidad de las empresas y por la necesidad de combinar los esfuerzos del sector público y de los agentes privados” (p. 365).

La gestión del territorio está muy condicionada en la actualidad por los cambios que se están manifestando en su entorno y que se relacionan, básicamente, con tendencias y condicionantes económicos, sociales, demográficos, territoriales, ecológicos, culturales y políticos. Según A. Ramos, A. M. Rico, J. Olcina y P. Tattavull (1996, p. 17) “resulta esencial para el territorio la elaboración de un Plan Estratégico conducente a la superación de los diversos problemas sectoriales planteados que, por sus particularidades, exigen un análisis integral y un enfoque supramunicipal, para ofrecer alternativas operativas en la optimización de los recursos naturales, productivos y humanos”. En este sentido, la verdadera esencia de la *Planificación estratégica* radica en la definición de un modelo ideal diseñado por los diferentes agentes que intervienen en su gestión (asociaciones empresariales, culturales, sociales, sindicatos y partidos políticos) y por los ciudadanos a título individual o colectivo, adaptando el modelo utilizado durante años en el ámbito empresarial a su entorno territorial.

Esta moderna concepción es el escenario privilegiado para el desarrollo de un nuevo modelo que incorpora a la administración municipal en el diseño de líneas estratégicas para el desarrollo local, cuyo objetivo es generar ventajas competitivas municipales, favorecer la cooperación entre los agentes participantes y la administración municipal y, con ello, conseguir la promoción eficaz del espacio geográfico. Este proceso se sintetiza en el documento del Plan Estratégico. Según J. Noguera (2006, p. 189), este instrumento debe considerar los siguientes aspectos:

- Mostrar que se ha seguido un procedimiento sistemático y lógico para explicar cada actuación propuesta.
- Identificar de forma clara el/los problema/s y los objetivos.
- Mostrar habilidad para utilizar técnicas apropiadas y conocer sus limitaciones.
- Evaluar adecuadamente la evidencia y considerar los modos en que los valores influyen los resultados.
- Utilizar técnicas apropiadas para generar alternativas y presentarlas de forma clara.
- Mostrar que se pueden evaluar opciones y seleccionar efectivamente la mejor solución.
- Justificar adecuadamente las recomendaciones.
- Utilizar métodos efectivos para presentar la decisión, incluyendo gráficos y mapas, análisis y argumentos.

En síntesis, la aplicación del modelo de *Planificación estratégica* en un espacio geográfico determinado se puede definir como el proceso de reflexión, decisión y organización que permite analizar su situación actual, detectando las debilidades, amenazas, fortalezas y oportunidades que lo caracteriza, con el objeto de diseñar un plan de trabajo que le permita llegar a una visión de futuro deseada.

Se trata de una iniciativa que se debe fundamentar en la realización de un profundo estudio sobre la realidad socioeconómica y ambiental del área de aplicación y en el establecimiento de un proceso de debate y participación de los agentes públicos y privados y de la ciudadana que permita definir su situación actual y sus posibilidades de desarrollo de cara al futuro.

Este proceso debe seguir seis fases concretas y diferenciadas que cuentan con un objeto común como es fomentar la puesta en marcha de un plan de actuación estratégico que permita desarrollar un espacio desde un punto de vista geográfico.

posterior. Dada su similitud, no es extraño que se hayan producido simbiosis interesantes entre las dos modalidades de planificación”. En este sentido, J. A. Sánchez (2004) indica que es necesario “consolidar políticas de seguimiento de la planificación territorial y el desarrollo estratégico según los principios de la concertación y la coordinación entre las Administraciones públicas” (p. 315).

La primera fase del proceso de *Planificación estratégica* consiste en la realización del análisis y diagnóstico socioeconómico y ambiental. Se trata de un profundo estudio que permite conocer la situación socioeconómica y ambiental en el momento de inicio del proceso de *Planificación estratégica*. La metodología utilizada se centra en la realización de un estudio basado en las fuentes de información de carácter primario y secundario que permitirán caracterizar la situación actual a partir de una serie de indicadores sociales, económicos, ambientales y culturales, entre otros, que servirán para la definición de las líneas de acción.

La segunda fase consiste en la presentación del proceso a los agentes socioeconómicos públicos y privados participantes y a la ciudadanía con el objeto de motivarlos e invitarlos a participar en el mismo. La metodología de esta fase se centra en la presentación pública a los agentes participantes de los resultados del análisis y diagnóstico realizado, así como de los objetivos del plan y su utilidad para el desarrollo del área a través del método de exposición. Además, se debe acordar un calendario preliminar de las futuras sesiones de trabajo.

La tercera fase consiste en la definición filosófica, es decir, la concreción de la visión, la misión y los valores del área. Esta fase se centra en madurar la visión futura del espacio, la misión que deberá cumplir para lograr el ideario del área y la delimitación de los valores de esa visión futura. La metodología se basa en el filtrado de las ideas aportadas por los agentes y los ciudadanos participantes.

La cuarta fase consiste en la realización del estudio analítico a partir de la definición de las ideas clave sobre la situación del área, detallando las debilidades, amenazas, fortalezas y oportunidades e identificando las alternativas estratégicas sobre las que desarrollar las líneas de promoción. La metodología de esta fase se sustenta en el filtrado de ideas que permiten concretar el análisis DAFO e identificar los factores críticos, los distintivos de éxito y las ventajas competitivas respecto de otros espacios a partir de la participación de los agentes socioeconómicos.

La quinta fase consiste en la concreción de la decisión estratégica. Se trata de definir las áreas de trabajo e identificar los objetivos y las líneas y actuaciones estratégicas, así como la definición de los indicadores para la evaluación, el calendario de trabajo y la asignación de las tareas. La metodología de esta fase se concreta en la constitución de mesas de trabajo especializadas en una temática concreta como pueden ser las de industria, agricultura, turismo, sanidad, entre otras, y en el filtrado de las ideas para definir los proyectos específicos a desarrollar. A partir de estas se identifican las líneas estratégicas que permitirán superar los problemas detectados en el diagnóstico socioeconómico y ser priorizadas en base a su importancia y viabilidad.

La sexta fase consiste en la realización y presentación pública del *Plan estratégico*. La redacción del plan tiene lugar a partir de la definición de las líneas y actuaciones estratégicas a realizar. A continuación se debe realizar una presentación pública a los agentes participantes, a la sociedad y a los medios de comunicación. La metodología que se utiliza en esta segunda acción se centra en la exposición de la visión, los valores y la misión, la identificación de las debilidades, amenazas, fortalezas y oportunidades, la definición de las áreas de trabajo y objetivos generales y la identificación de las líneas y actuaciones estratégicas definidas.

Como se ha indicado arriba, el objeto principal de la aplicación del modelo de *Planificación estratégica* desde la perspectiva de la *Geografía del siglo XXI* es analizar la situación actual de un espacio determinado para detectar sus características básicas y diseñar un plan de trabajo que le permita lograr la visión de futuro deseada. En este sentido, la aplicación del modelo de *Planificación estratégica* debe de tener como objeto posicionar y potenciar al espacio geográfico como un lugar sostenible, emprendedor, compacto, competitivo, educador, equilibrado, intercultural, con estructura urbana en red, participativo, inclusivo, responsable, comprometido, creativo, democrático, accesible, habitable e incluyente, cuyo proceso de desarrollo se sustente en la concreción e implementación de una serie de actuaciones estratégicas.

Una Geografía útil para fomentar la mercadotecnia del espacio geográfico

La *Mercadotecnia del espacio* es una herramienta que facilita su promoción eficaz (interna y externa) mediante la difusión de una imagen propia desarrollada a partir de un proceso de creatividad. Para ello, es necesario tener en cuenta los tres principales tipos de imágenes:

- La imagen funcional derivada de su función socioeconómica actual.
- La imagen percibida por los destinatarios de las acciones de *Mercadotecnia del espacio*.
- La imagen deseada que se quiere hacer llegar al público objetivo.

Como norma general, las acciones para la promoción del territorio a través de la *Mercadotecnia del espacio* surgen a partir de la concreción de un proceso de *Planificación estratégica* con el que se pretende definir el modelo de espacio geográfico ideal diseñado por los diferentes agentes que intervienen en su gestión y se trata de una cuestión que no ha centrado el interés necesario por parte de la Geografía, si bien su importancia es máxima en el proceso de desarrollo del espacio geográfico y debe aplicarse por parte de esta nueva forma de hacer Geografía que es la *Geografía del siglo XXI*.

Según G. Seisdedos (2007, p. 153), la *Mercadotecnia del espacio* aplicada en la ciudad (city marketing) necesita sustentarse en una serie de supuestos indispensables entre los que destacan los siguientes:

- Conexión con las estrategias de desarrollo económico.
- Voluntad política suficiente para desarrollar el proceso y mantenerlo a largo plazo.
- Inversión en medios suficientes para cruzar el umbral de notoriedad requerido en una sociedad sobresaturada de estímulos comunicativos.
- Definición clara del público objetivo de la estrategia seguida.
- Conocimiento de la percepción original de la imagen por parte de los colectivos implicados.

En síntesis, las acciones de *Mercadotecnia del espacio* implementadas desde el enfoque geográfico deben permitir mejorar la imagen pública (interna y externa) que se tiene del mismo, difundir los proyectos puestos en marcha, implicar a los ciudadanos y agentes (compromiso en la imagen), atraer a nuevos pobladores, promocionar al territorio y mejorar su competitividad, así como favorecer su promoción socioeconómica.

Una Geografía útil para la diversificación productiva del espacio geográfico

Las teorías del crecimiento económico se aplicaron durante la primera mitad del siglo XX sobre las economías capitalistas, en concreto en las empresas (Dobb, 1979). Según H. I. Ansoff, R. P. Decker y R. L. Hayes (1983, p. 9), el origen se situó en “un desajuste técnico y económico entre los productos de las firmas, por un lado, y las demandas del mercado, por el otro. Se vio que la solución radicaba en la *Planeación Estratégica*”.

Durante los últimos años las teorías de la competitividad han dejado de aplicarse únicamente sobre los sectores y agentes económicos. Actualmente, no es descabellado afirmar que existe la posibilidad de impulsar la existencia de *Espacios competitivos*, de ahí que sea necesario fomentar la implementación de diversas acciones para la *Diversificación territorial* desde la intervención geográfica.

La *Diversificación territorial* es una iniciativa que tiene como principal objetivo detectar, impulsar y mantener las ventajas competitivas de un espacio geográfico, a fin de apoyar su desarrollo a través de acciones y políticas públicas y privadas que faciliten la existencia de una base económica diversificada. Según A. Vázquez (1998, p. 17) se trata de lograr un “desarrollo duradero, de cohesión y de desarrollo social”.

En este sentido, no se debe olvidar que para la consecución de este objetivo son necesarias, entre otras, las siguientes actuaciones:

- Realizar un proceso de *Planificación estratégica* que concrete objetivos y acciones a ejecutar.
- Difundir y aplicar herramientas para el fomento del desarrollo local.
- Impulsar la interacción entre los agentes públicos y privados, las organizaciones sociales y económicas, los organismos empresariales y otras instituciones como las universidades e institutos tecnológicos.
- Favorecer la constitución de un ambiente de trabajo abierto, activo y de progreso.
- Fomentar que el espíritu emprendedor, la consolidación y la innovación sean capacidades básicas del tejido empresarial.
- Promover la existencia de un tejido empresarial flexible con capacidad suficiente para producir bienes y servicios que cubran las necesidades demandadas por el mercado.

En definitiva, la *Diversificación territorial* es una iniciativa para el desarrollo integral de los espacios geográficos que debe permitirles ser flexibles y adaptarse a las necesidades socioeconómicas de cada momento. Se trata de una cuestión novedosa que la *Geografía del siglo XXI* no puede dejar pasar de largo y que puede suponer un empuje importante para posicionarla como una disciplina útil para el desarrollo económico y útil para la sociedad.

Una Geografía útil para el desarrollo local del espacio geográfico

La Geografía ha prestado durante los últimos años un especial interés por la puesta en marcha de acciones para fomentar el desarrollo local de los espacios geográficos, sobre todo con la constitución de las Agencias de Desarrollo Local, que han supuesto una importante salida laboral para los licenciados en Geografía, y de la impartición de cursos de postgrado y master por parte de distintos departamentos de las universidades públicas españolas.

Según define P. Houée (1993), el *Desarrollo local* es una estrategia de acción integral llevada a cabo por los agentes de una colectividad determinada con el objetivo de desarrollar el territorio, manteniendo contactos con los centros de decisión económicos, sociales y políticos, a partir de un proceso de valorización de sus recursos humanos y materiales endógenos (Valcárcel *et al*, 1996, p. 31). Según esta definición, los agentes con poder de decisión en este campo de aplicación deben ejercer acciones y políticas concretas con el objeto de realizar un desarrollo integral para el espacio que permita satisfacer las necesidades de la población ejerciendo un control sobre su futuro (Vaesken, 1994). Estas acciones y políticas de aplicación deben abordar todos los campos de trabajo posibles (economía, territorio, ambiente, necesidades sociales o cultura), aunque algunas experiencias tratan los campos de acción como apartados sectoriales, sin mostrar las relaciones entre estos elementos interdependientes y olvidando continuamente las variables sociales y territoriales. Para ello, según M. P. Alonso y R. Méndez (2000), las relaciones del entorno socioeconómico (instituciones, agentes sociales y económicos y redes público-privadas) juegan un papel muy destacado.

A este respecto, J. Menguin (1989) define el *Desarrollo local* como una acción voluntaria encaminada y organizada que interviene en el proceso de cambio social. A su entender, para lograr un medio propicio a la creación de actividades económicas se debe contar con los equipos adecuados, una población formada y una situación social y cultural dinámica. Por todo ello, J. R. Sanchís (2006, p. 22) afirma que “el desarrollo tiene, además de un carácter económico tradicionalmente identificado, un carácter de tipo sociocultural, lo cual nos permite hablar de un desarrollo local y social en el que los recursos humanos adquieren un especial protagonismo”.

Recogiendo lo más importante de las indicaciones anteriores, el progreso de un grupo social es la finalidad de toda actividad de *Desarrollo local*. No obstante, en muchas experiencias se priman las acciones de dinamización económica de las comunidades locales, ya que se considera que éstas llevarán aparejado el desarrollo social. Este último proceso ha sido definido por A. Redondo (1987) como el proceso deliberado de cambio en una estructura social para la consecución del bienestar mediante intervenciones instrumentales, donde la participación y la planificación son dimensiones prioritarias del proceso. Dicho proceso debe realizarse desde la gestión de los organismos públicos y privados, aplicando los instrumentos disponibles a tal efecto, así como las acciones que se deben realizar en los planos temporal y espacial.

En este sentido, se asume la idea de que el espacio se configura como un conjunto de elementos fijos y flujos (Santos, 1986). Según indica este autor, el espacio habitado se caracteriza por la existencia de una serie de elementos fijos, los cuales, a través de flujos, resultado directo o indirecto de las acciones de éstos, permiten cambios en el medio social y territorial. De este modo, se modifica el propio lugar, por lo que es necesario actuar sobre los cambios que afectan a la población local, dotándola de los servicios básicos con el objeto de lograr el desarrollo personal y espacial.

A modo de conclusión

Como se ha indicado arriba, el geógrafo brasileño M. Santos propuso en 1990 el establecimiento de una nueva forma de hacer Geografía que fuese útil para la sociedad, los geógrafos y, en definitiva, para la propia disciplina geográfica. Diez años después, planteó que esta nueva forma de aplicación de los conocimientos geográficos debía enmarcarse bajo una nueva corriente geográfica que denominó *Geografía del presente* y que debe de vehicular sobre el espacio geográfico la implementación de los conocimientos, técnicas y herramientas utilizadas por los geógrafos.

Para que la Geografía se convierta en una disciplina útil es necesario reformular el sistema formativo universitario con el objeto de orientarlo hacia la capacitación profesional del alumnado. Para ello, es necesario profundizar en los fundamentos y métodos geográficos a partir de la aplicación de los paradigmas críticos, políticos y aplicados. Con ello, la Geografía académica podrá convertirse en una Geografía aplicable y útil para la sociedad y las administraciones, organismos y entidades públicas y privadas, que en este artículo ha sido definida como la *Geografía del siglo XXI*.

Esta nueva forma de hacer Geografía debe posicionarla como una disciplina válida y que incida, entre otras en cuestiones, en la articulación del territorio, el análisis y el diagnóstico socioeconómico desde una perspectiva geográfica, la planificación estratégica, la mercadotecnia del territorio, la diversificación productiva y el desarrollo local de los espacios geográficos en los que intervengan los futuros geógrafos profesionales.

Bibliografía

ALCOCEBA, M. A. (2008): La política europea de ordenación del territorio y su incidencia en la práctica urbanística de las políticas autonómicas y locales. En Revista de jurisprudencia. Madrid, n. 4. El Derecho, pp. 1-7.

ALONSO, J. L.; MÉNDEZ, R. Innovación, pequeña empresa y desarrollo local en España. Madrid: Civitas, 2000.

ANCEL, J. Geopolitique. Paris: Delagrave, 1936.

- ANSOFF, H.; DECTERCK, R.; HAYES, R. El planteamiento estratégico. México: Trilles, 1983.
- ATENCIO, J. E. Qué es la geopolítica. Buenos Aires: Pleamar, 1975.
- BENABENT, M. La ordenación del territorio en España. Evolución del concepto y de su práctica en el siglo XX. Sevilla: Junta de Andalucía, 2006.
- BORJA, J. Políticas y gobierno en las grandes ciudades. Las grandes ciudades en la década de los noventa. Madrid: Sistema, 1990.
- BORJA, J.; CASTELLS, M. Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus, 1997.
- BORJA, J.; MUXÍ, Z. Una breve y agitada historia entre lo local y lo global. Urbanismo en el siglo XXI. Barcelona, UPC, pp. 11-16, 2004.
- CAPEL, H. Capitalismo y morfología urbana de España. Madrid: Los Libros de la Frontera, 1975.
- CAPEL, H. La Geografía española tras la Guerra Civil. Geo Crítica, nº 1, Barcelona, 35 pp, 1976.
- CAPEL, H. Filosofía y ciencia de la Geografía contemporánea. Barcelona,; Barcanova, 1981.
- CASAS, J. M. La ciudad como problema. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1958.
- CENTRO DE ESTUDIOS DE ORDENACIÓN DEL TERRITORIO Y MEDIO AMBIENTE (1981): Análisis territorial. Definición de un sistema nodal de referencia. Madrid: M.O.P.U., 1981.
- CLAVAL, P. Géopolitique et Géostratégie. La pensée politique, l'espace et le territoire au XX siècle. Paris: Nathan, 1994.
- CORNA PELLEGRINI, G. Geografia e política del território. Problemi e ricerche. Milano: Vita e pensiero, 1977.
- COX, K. R. Political geography. Territory, state, an society. Oxford: Blackwel, 2002.
- DE TERÁN, M. Introducción a la Geopolítica y las grandes potencias mundiales. Madrid, Atlas, 1951.
- DIX, A. Geografía política. Barcelona: Labor, 1943.
- DOBB, M. Ensayo sobre crecimiento económico y planificación. Madrid: Tecnos, 1979.
- DOMÍNGUEZ, L. A. Investigación documenta, revisión de documentos y fuentes de información. Redacción de monografías y tesis. México: Diana, 1981.
- FERNÁNDEZ, J. M. Planificación estratégica de ciudades. Nuevos instrumentos y procesos. Barcelona: Reverté, 2006.
- GARCÍA J.; GONZÁLEZ L. Para comprender la ciudad. Madrid: Nuestra Cultura, 1979.

- GARCIA DÍEZ, S. Análisis socioeconómico de la estructura productiva de los hogares. Madrid: CES, 2003.
- GARCÍA RAMÓN, M. D. Teoría y métodos en Geografía humana anglosajona. Barcelona: Ariel, 1985.
- GEORGE, P. Los métodos de la Geografía. Barcelona: Oikos-Tau, 1973.
- GEORGE, P. Sociología y geografía. Barcelona: Península, 1974.
- GÓMEZ OREA, D. Ordenación territorial. Madrid: Mundi-Prensa, 2001.
- GONZÁLEZ, E. Políticas del miedo. Madrid: Biblioteca Nueva, 2002.
- GONZÁLEZ, M. J. Planeamiento y gestión. La Asociación de Cuatro Valles. León: Diputación Provincial de León, 2007.
- HARVEY, D. Teoría, leyes y modelos de Geografía. Madrid: Alianza, 1969.
- HARVEY, D. Urbanismo y desigualdad social. Madrid: Siglo XXI, 1977.
- HARVEY, D. Espacios de esperanza. Madrid: Akal, 2005.
- HARVEY, D. Espacios del capital. Hacia una geografía crítica. Madrid: Akal, 2007.
- JOHNSTON, R. J. La economía política marxista, el estado y la Geografía política. Geografía y marxismo. Madrid, pp. 247-278, 1986.
- LACOSTE, Y. Géopolitique. La longue histoire d'aujourd'hui. Paris: Larousse, 2006.
- LACOSTE, Y. Géopolitique de la Méditerranée. Paris: Armand Colin, 2006
- LÓPEZ TRIGAL, L.; BENITO DEL POZO, P. Geografía política. Madrid: Cátedra, 1999.
- MARX, K.; ENGELS, F. Manifiesto comunista. Madrid: Alianza, 2001.
- MENGUIN, J. Guide du développement local et du développement. Paris: L'Harmattan, 1989.
- NOGUÉ, J. Espacio, lugar, región: Hacia una nueva perspectiva geográfica regional. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, nº 9, pp. 49-62, 1989.
- NOGUE, J. Nacionalismo y territorio. Lleida: Milenio, 1998.
- NOGUE, J.; RUFÍ, J. V. Geopolítica, identidad y globalización. Barcelona: Ariel, 2001.
- NOGUERA, J.; PITARCH, M. D.; ESPARCIA, J. Gestión y promoción del desarrollo local. València, Universitat de València, 2006.
- PHILIPPONNEAU, M. Geografía aplicada. Barcelona: Ariel, 2001.
- PUJADAS, R.; FONT, J. Ordenación y planificación territorial. Madrid: Síntesis, 1988.
- RAFFESTIN, C. Marxismo y Geografía política. Geografía y marxismo. Madrid, pp. 247-278, 1986.

RAMONET, I. El pensamiento único. Pensamiento crítico vs pensamiento único. Madrid, Cibermonde, pp. 15-17, 1998.

RAMONET, I. Guerras del siglo XXI. Nuevos miedos, nuevas amenazas. Barcelona: Mondadori, 189 pp, 2002.

RAMONET, I. Capitalismo de pánico. Le Monde Diplomatique, nº 150,. València, pp. 1, 2008.

RAMOS, A.; RICO, A. M.; OLCINA, J.; TATTAVULL, P. Ordenación del territorio y planificación estratégica en el eje de desarrollo del Vinalopó. Alacant: UA, 1996.

RATZEL, F. Géographie politique. Paris: ERESA, 1988.

REDONDO, A. Conceptos básicos del bienestar social. Madrid: Comisión de Sociología del Bienestar Social, 1987.

REYNAUD, A. El mito de la unidad de la Geografía. Geocrítica. Cuadernos críticos de Geografía humana, nº2, año I, Barcelona, 1976. Disponible en www.ub.es/geocrit/menu.htm.

RODRÍGUEZ LESTEGÁS, F. Propuestas para una didáctica del espacio urbano: un enfoque crítico y constructivista. Revista Didáctica de las ciencias sociales, geografía e historia. Barcelona, pp. 45-56, 1995.

RODRÍGUEZ LESTEGÁS, F. La actividad humana y el espacio geográfico. Madrid, Síntesis, 2000.

SÁNCHEZ, J. E. Geografía política. Madrid, Síntesis, 1992.

SANCHEZ DE JUAN, J. A. La coordinación de estrategias territoriales y sectoriales como modelo de inteligencia gubernamental. Ordenación del territorio y desarrollo territorial. Gijón, pp. 313-324, 2004.

SANCHÍS PALACIO, J. R. El papel del agente de empleo y desarrollo local en la implementación de las políticas locales de empleo y en la creación de empresas en España. Estudio empírico y análisis comparativo entre CC.AA. Madrid, Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 365 pp, 2006.

SANGUIN; A. L. La Géographie politique. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.

SANTOS, M. Por una geografía nueva. Madrid: Espasa-Calpe, 1990.

SANTOS, M. Metamorfosis del Espacio Habitado. Barcelona, Oikos-Tau, 1996.

SANTOS, M. De la totalidad al lugar. Barcelona: Oikos-Tau, 1996.

SANTOS, M. La naturaleza del espacio. Técnica y tiempo. Razón y emoción. Barcelona: Ariel, 2000.

SANTOS PRECIADO, J. M. El tratamiento informático de la información geográfica. Madrid: UNED, 2002.

SÉBILLE-LOPEZ, P. Géopolitiques du pétrole. Paris: Armand Colin, 2006.

SEGRELLES, J. A. “¿Tiene sentido actualmente una Geografía marxista en la universidad española?”, en Revista do Departamento de Geografia, Sao Paulo, pp. 225-243, 1998.

SEGRELLES, J. A. Conceptualización y metodología de la Geografía Humana. Geografía Humana. Fundamentos, métodos y conceptos. Alacant: ECU, pp. 11-35, 2002.

SOTELO, J. A. Estudiar la región. Madrid: Infodal, 2001.

TAYLOR, P. J. Geografía política. Economía-Mundo, Estado-Nación y Localidad. Madrid: Trama, 1994.

VAESKEN, P. Identification des secteurs ruraux de la region nord Pas-de-Calais (France) et strategie globale de développement local: adaptation des methodes de développement local à des territoires constituís. Desarrollo Local: Realidades y perspectivas. Valencia, Universidad Internacional Menéndez Pelayo (UIMP), celebrado del 6 al 10 de junio, 1994.

VALCÁRCEL-RESALT, R.; TROITIÑO, M. A.; ESTEBAN, L. Desarrollo Local y medio ambiente: la iniciativa comunitaria Leader. Santander: UIMP y Diputación de Cuenca, 1996.

VÁZQUEZ, A. La diversificación económica española. Aspectos teóricos prácticos. Diversificación económica y desarrollo local. Elx, Ajuntament d’Els, pp. 15-31, 1998.

VILAGROSA, J. Creixement urbà i agents de la producció de l’espai. El cas de la ciutat de Lleida (1940-1980). Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya, , 1990.

WALLERSTEIN, I. Geopolítica y geocultura. Ensayos sobre el moderno sistema mundial. Barcelona: Kariós, 2007.

Análise agrária da multifuncionalidade da terra na Província de Alicante – Espanha

João Osvaldo Rodrigues Nunes

Doutor em Geografia pela UNESP (2002)

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista

Endereço profissional: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia,
Departamento de Geografia – Rua Roberto Simonsen, 305, 19060-900 – PRESIDENTE

PRUDENTE, São Paulo, Brasil

Telefone: (18) 3229-5388; Fax: (18) 3221-8212

Endereço eletrônico: joaosvaldo@fct.unesp.br

José Antonio Segrelles Serrano

Doutor em Geografia pela Universidade de Alicante (1990)

Catedrático do Departamento de Geografía Humana da Universidade de Alicante

Endereço profissional: Departamento de Geografía Humana. Facultad de Filosofía y Letras.

Universidad de Alicante. Carretera de San Vicente, s/n. 03080-San Vicente del Raspeig
(Alicante, España)

Telefone: (34) 965 90 34 00 (Ext.: 3345); Fax: (34) 965 90 34 64

Endereço eletrônico: ja.segrelles@ua.es

Resumo

A Espanha, com o fim da ditadura Franquista (1975), e a entrada na União Européia (UE) em 1986, passou a receber forte apoio financeiro (ajuda e subvenções), dos Fundos de Orientação e Garantia Agrária (FEOGA) e da Política Agrícola Comum (PAC). Estes investimentos tem tido uma importância capital na recente transformação dos espaços rurais espanhóis. No caso da Província de Alicante - Espanha, esta tem passado ao longo das últimas décadas, por intenso processo de alterações sócio-ambiental e territorial, tendo a água como principal aspecto de insustentabilidade ambiental dos sistemas produtivos (industriais e agrícolas), bem como os fortes investimentos nas áreas turísticas. Em relação a estrutura fundiária, na Província de Alicante predominam as pequenas propriedades rurais com cultivos de secano (amêndoas, oliva, uva para vinícola, etc.) e irrigados (hortaliças, citros, frutas, etc). Assim, a implantação das políticas agrícolas da União Européia no campo alicantino, através do conceito de multifuncionalidade rural, tem ocasionado aumento da concentração fundiária, empobrecimento e abandono dos pequenos e médios agricultores, aumento da concorrência com produtos externos, incentivos à especulação imobiliária, tendo o turismo como vetor principal.

Palavras-chaves: multifuncionalidade, União Européia, Espanha, Alicante, sustentabilidade, território.

Resumen

Análisis agrario de la multifuncionalidad de la tierra en la provincia de Alicante-España

Con el fin de la dictadura franquista (1975) y la entrada en la Unión Europea en 1986, España pasó a recibir un fuerte apoyo financiero (ayudas y subvenciones) del Fondo Europeo de Orientación y Garantía Agraria (FEOGA) y de la Política Agrícola Común (PAC). Estas ayudas han tenido una importancia capital en la reciente transformación de los espacios rurales españoles. En el caso de la provincia de Alicante – España, durante las últimas décadas ha pasado por un intenso proceso de alteración territorial y socioambiental,

teniendo en el agua el principal factor de sostenibilidad ambiental de los sistemas productivos (industriales y agrícolas), sin olvidar el papel que han representado también las fuertes inversiones aplicadas en las áreas turísticas. Con relación a la estructura de las explotaciones agropecuarias, en la provincia de Alicante predominan las pequeñas empresas rurales con cultivos de secano (almendro, olivo, viñedo de vinificación, etc.) y también de regadío (cítricos, hortalizas, frutales, etc.). Así, la implantación de las políticas agrícolas de la Unión Europea en el campo alicantino, a través del concepto de multifuncionalidad rural, ha ocasionado un aumento de la concentración de las explotaciones, el empobrecimiento y abandono de los pequeños y medianos agricultores, el aumento de la concurrencia de los productos foráneos, los incentivos para la especulación inmobiliaria, teniendo al turismo como vector principal.

Palabras clave: Multifuncionalidad, Unión Europea, España, Alicante, sostenibilidad, territorio.

Abstract

Agrarian analysis of the land multi-functionality in the Alicante Province – Spain

The of Franco's dictatorship (1975) and the admittance to the European Union (1986) enable Spain to get strong financial support (subsidies) from the Agrarian Undertaking Funds (FEOGA) and from the Common Agricultural Policy (PAC). These investments had changed Spain into an industrialized and agricultural country. In the last decades the Alicante Province has undergone profound processes of socio-environmental and territorial changes, being water the main aspect of environmental sustainability of the productive systems (industrial and agricultural), as well as the strong investments into touristic areas. As regard to the agrarian structure, inside the Alicante province prevails the small rural properties with dry (grape, olive, etc.) and irrigated (vegetables, citrus, etc.) farming. Therefore, the implantation of agricultural policies from the European Union into the Alicante province, by the concept of rural multi-functionality, has increased the agrarian concentration, the pauperization of the small producers and has increased also the competition with external products and the incentive to the speculation, being the tourism the main vector.

Keywords: multi-functionality, European Union, Spain, Alicante, sustainability, territory.

Introdução

O presente artigo é o resultado de pesquisa realizada no estágio de pós-doutorado, durante o período de 01 de novembro de 2008 a 31 de janeiro de 2009, no Departamento de Geografia Humana da Universidade de Alicante-Espanha, intitulado "*Análise ambiental e agrária da multifuncionalidade da terra na Província de Alicante – Espanha*", resultado de convênio firmado entre a Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia (Brasil) e a Universidade de Alicante (Espanha), tendo como título "*Multifuncionalidade rural, pluriatividade campesina e desenvolvimento local. A experiência europeia e a potencialidade do Brasil*".

Na Espanha, a área de estudo onde realizou-se a pesquisa, compreendeu o território da Província de Alicante, que pertence a Comunidade Valenciana. Foram estudados os aspectos ambientais, tendo a água como principal enfoque devido às características climáticas, geológicas e de relevo, e os aspectos sócio-territoriais tomando como base o conceito de multifuncionalidade rural. É justamente sobre os aspectos agrários que trataremos neste artigo.

Na primeira etapa do texto é discutido o conceito de multifuncionalidade rural e a influência das políticas de agricultura comum, desde a década de 50, nos países pertencentes a União Européia e no momento atual. E a segunda etapa do texto, trata dos resultados das políticas do PAC, especificamente na Província de Alicante e os impactos sociais, territoriais e ambientais.

Desta forma, foi possível compreender historicamente, e através de indicadores econômicos e estatísticos, como as transformações socioambientais ocorreram no território alicantino, gerando sérios problemas aos pequenos e médios agricultores, bem como os desafios que estes terão que enfrentar decorrente das políticas agrícolas que a União Européia tem implantado no campo.

A multifuncionalidade rural e as Políticas Agrícolas Comuns

O conceito de multifuncionalidade rural foi utilizado pela primeira vez na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro - Brasil (1992), em que os governos participantes reconheceram o "...aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável" (SOARES, 2000/2001; p.41).

No caso da União Européia, o conceito de multifuncionalidade rural foi associado ao plano de Política Agrícola Comum – PAC (1992), estabelecendo as bases econômicas e financeiras para a AGENDA 2000 (1997), que de acordo com Santonja (2008), foi a partir do Tratado de Roma (1957) que começou a ser traçada a base para o PAC, tendo como objetivo:

[...] asegurar el abastecimiento alimenticio a los países europeos, tras la situación de carestía de alimentos que había sufrido Europa durante los años cincuenta. Para ellos se establecieron los fondos y ayudas europeas de FEOGA-Orientación y FEOGA-Garantía a partir de 1962, con los que se conseguían mantener los precios de las producciones agrarias. (SANTONJA, 2008; p.377)

O que esta por traz do conceito de multifuncionalidade é um modelo teórico e prático de agricultura, que na Europa, deste a década de 50, estava centrado na modernização e rentabilidade agrícola, esquema este que atualmente advoga por considerar-se integral, global, sustentado e multifuncional no meio rural.

A União Européia tem implantado as Políticas de Agricultura Comum (PAC) através do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), que são investidos nos países membros da UE, tendo cinco objetivos fundamentais: aumento da produtividade nas áreas de produção agropecuárias; garantia de sustento financeiro aos agricultores; estabilização dos mercados; estabilidade nos preços para os consumidores e segurança no abastecimento alimentar

Soares (2000/2001) destaca que nas décadas de 70 e 80 a FAO (Organização para a Agricultura e a Alimentação), como outras instituições, amplia a importância de incorporar à agricultura tradicional, novos elementos vinculados a segurança alimentar, produtividade e sustentabilidade.

Neste contexto, o conceito de multifuncionalidade viria a ampliar esta abordagem através da seguinte maneira (SOARES, 2000/2001; p.42).

[...] • ampliando o alcance para incluir os serviços prestados pela agricultura para a sociedade em geral;
 • estabelecendo um marco para a valorização das compensações mútuas e sinergias entre as diferentes funções da agricultura e o correspondente uso da terra;
 • examinando as relações dinâmicas entre as zonas urbanas e rurais em diferentes escalas;

- incorporando toda a gama mundial de situações, desde as sociedades predominantes rurais, onde a produção primária de alimentos e outras mercadorias é prioridade, até as nações altamente industrializadas, com uma pequena população rural e importância da produção primária igualmente modesta.

Foi com declaração de Cork (1996) que constitui-se o início dos debates europeus a respeito das mudanças no PAC (1992), tendo como paradigma centralizador a multifuncionalidade rural.

Este novo enfoque teve como pretensão (SEGRELLES, 2007):

- combinar a função produtora de alimentos mantendo os produtores rurais no campo;

- a conservação do meio ambiente;

- a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e sua população rural.

Todavia, para tentar garantir o sucesso desta proposta, os agricultores europeus têm sido beneficiados com auxílios protecionistas, que comparados aos agricultores dos países subdesenvolvidos e emergentes, como o Brasil, não tem tido apoio governamental igual aos europeus.

Conforme Segrelles (2007), os agricultores dos países subdesenvolvidos e emergentes, ficam a mercê das lógicas do mercado livre sem condições de concorrerem com produtos que recebem subvenção protecionista. Ademais as condições históricas são muito distintas, bem como as políticas agrárias e agrícolas.

O modelo da multifuncionalidade rural europeia ao ser aplicado a realidade do campo brasileiro precisa ser repensado, pois mesmo tendo como proposta a diversificação econômica da produção agrícola, a fim de obter renda complementar, diminuindo a pobreza rural, aumentando a produção da agropecuária sustentável, gerando condições sanitárias com respeito ao ambiente, para o Brasil pode se tornar um “mito inalcanzable” (SEGRELLES, 2007).

Para Segrelles (2002), a implantação de tal proposta precisa antes e paralelo, ser enfocado os sérios problemas agrários que o Brasil tem, tais como:

- absurda concentração de terra em poucas mãos;

- as políticas de marginalização dos pequenos e médios agricultores;

- o grande poder que as agroindústrias têm sobre os pequenos e médios agricultores;

- o desperdício de terras férteis para cultivos não alimentares do tipo exportação e não de subsistência;

- o predomínio de modelos agroexportadores;

- a ausência de políticas agrárias e recursos econômicos necessários para manter os agricultores no campo;

- deficiência de autoabastecimento alimentar.

Procurando compreender melhor o PAC da União Europeia, este tem como princípios básicos: a unidade do mercado, a preferência comunitária frente a outros países que não pertencem a UE e a solidariedade financeira entre os países membros da UE.

Para isto o PAC tem cinco objetivos fundamentais, ambos procurando paralelamente atingir as metas econômicas, sociais e políticas:

- aumento da produtividade nas áreas de produção agropecuárias;

- garantia de sustento financeiro aos agricultores;

- estabilização dos mercados;

- estabilidade nos preços para os consumidores;

- segurança no abastecimento alimentar.

Durante muito tempo esta estrutura manteve-se intacta. Todavia, nos últimos anos uma série de protestos, principalmente vindo dos países subdesenvolvidos e emergentes, tem questionado os enormes subsídios que a FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola), tem fornecido aos países membros da UE. Além disto, sérios problemas ambientais têm sido gerados com base nas políticas produtivistas implantadas, tais como:

erosão dos solos, contaminação da terra, da atmosfera, das águas superficiais e subterrâneas (SEGRELLES, 2007).

Com a implantação do PAC os países membros da UE obtiveram vários resultados, destacando:

- a UE tornou-se a 2ª exportadora mundial de produtos agroalimentarios;
- a agricultura tornou-se uma atividade protegida;
- gerou-se um enorme excedente de alimentos;
- os gastos por parte do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola garantiam a comercialização dos produtos;
- geraram enormes pressões internacionais por parte dos Estados Unidos e Grupo de Cairns para abertura dos mercados.

Assim, a partir de 1992 o PAC, associado ao fracasso das negociações de dezembro de 1999, realizadas em Seattle pela OMC (Organização Mundial do Comercio), tem sido reformulado deixando de ser agrário para tornar-se um desenvolvimento rural integrado, apoiando e financiando políticas heterogêneas e multifuncionais com base no desenvolvimento sustentável.

Estas alterações podem ser mais bem compreendidas na Tabela 1.

Tabela 1. Proposta de Reforma do PAC (1992).

Adaptação da agricultura europeia a mundialização da economia e a liberalização comercial.	Jubilaciones anticipadas dos campesinos.
Fomento das práticas agropecuárias extensivas.	Revalorização dos espaços e recursos naturais.
Projetos de Reflorestamento.	Difusão dos conceitos de <i>multifuncionalidade rural e pluriatividade campesina</i> .
Redução da tradicional política de preços.	Apoio as zonas desfavorecidas e de montanhas.
Supreção de cultivos e abandono de terras.	Revalorização do carácter ambiental, cultural e paisagístico do campo.
Ajudas para abandonar a atividade agrária	Desequilíbrios territoriais, produtivismo larvado e prejuízo para os países mediterrâneos.

Fonte: Segrelles (2007)

Teoricamente as políticas são muito bem elaboradas. Na prática a UE tem mantido sua política tradicional com eficácia produtiva e competitiva em relação aos mercados internacionais. Todavia, a nova proposta de PAC (2003), tem intensificado o acirramento das políticas agrícolas dentro do território europeu, aprofundando a divisão territorial do trabalho com o aumento de recursos para a Europa Central e Oriental.

Conforme aponta Segrelles (2007; p. 8), na prática tem ocorrido da seguinte maneira, apontando as contradições no processo:

1. El desacoplamiento o disociación de las ayudas agrarias

* Contradicciones: Consolidación del productivismo histórico, beneficio para las explotaciones de mayor tamaño y perjuicio para los países subdesarrollados

2. La (eco)condicionalidad agraria

* Coartada para seguir subvencionando la agricultura sin un compromiso firme con la sostenibilidad ni con la equidad social

3. La modulación obligatoria de las ayudas

* Traspase de recursos desde las ayudas directas a la producción hacia medidas de desarrollo rural. Perjuicio para las pequeñas explotaciones familiares y nuevas desigualdades nacionales

No caso da Espanha, a aplicação do novo PAC (2003), no primeiro ano de sua aplicação ocasionou um abandono ou mudança de atividade agrícola em mais de 500.000 ha. de área produtivas, causando um impacto negativo sobre a economia, os empregos e mercado. Neste aspecto, Segrelles (2007) sintetiza muito bem os impactos causados com as políticas do novo PAC (2003) (Figura 1).

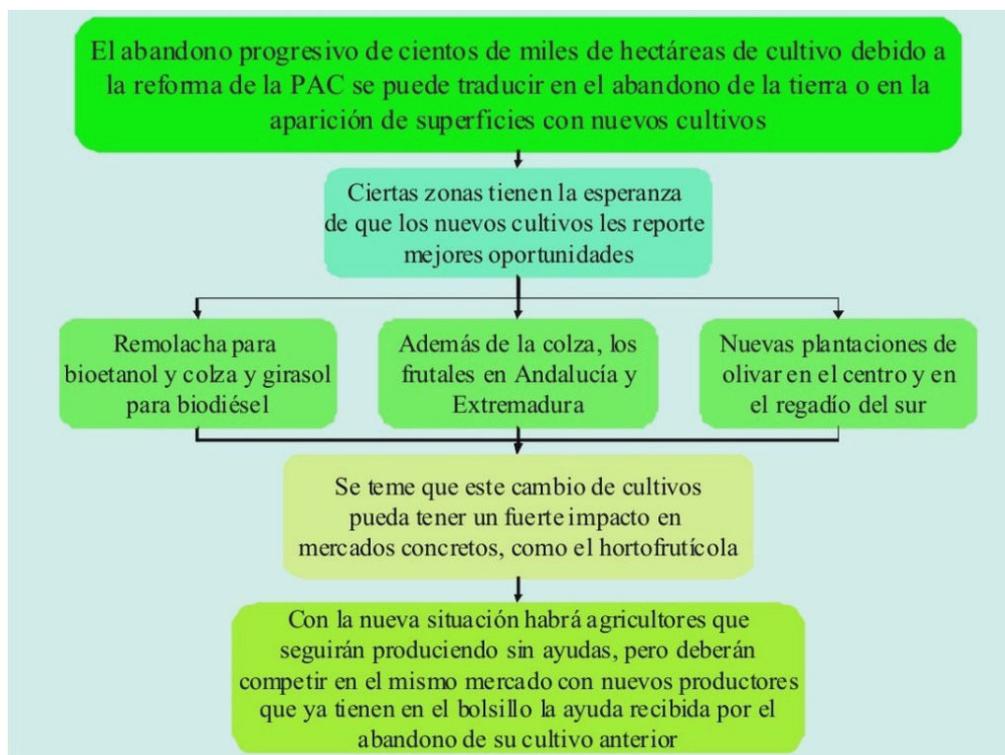


Figura 1. Impactos ocasionados pela implantação do PAC (2003) no campo espanhol (SEGRELLES, 2007).

Santonja (2008; p.379) também descreve as alterações que a reforma do PAC tem ocasionado, principalmente para os pequenos e médios agricultores:

La reforma de la PAC ha tenido entre sus principias cambios de enfoque el control y la limitación de las producciones a través del establecimiento de cuotas, el fomento de la pluriactividad rural y el cambio del enfoque en las ayudas que pasaron de sostener los precios por las ayudas a los agricultores...Atrás queda el modelo intensivo y especializado que se fundamentó en la aplicación de la PAC desde finales de los años cincuenta.

Para A. Massot (2005) apud Segrelles (2007) o paradigma da multifuncionalidade nasce como uma justificativa ideológica dos países da UE, Estados Unidos e Japão principalmente, devido as negociações econômicas e políticas ocorridas na OMC, agora sob a retórica da sustentabilidade e multifuncionalidade.

Segrelles (2007; p.10), cita que tais políticas de planejamento, no caso da Agenda 2000, têm por objetivo:

[...] favorecer a las explotaciones de mayores dimensiones, en aras de la competitividad y la productividad, ya los sistemas agrarios de Europa continental, mientras que las explotaciones familiares de pequeño y mediano tamaño y la agricultura mediterránea (hortalizas, frutas, vino, aceite de oliva, algodón) son claramente marginalizados. Incluso la agricultura mediterránea aparece como posible moneda de cambio [...].

No caso da agricultura mediterrânea inclui-se a Espanha e mais especificamente a Província de Alicante.

Ademais as políticas implantadas pela Agenda 2000 representam uma discriminação territorial que na prática prejudica os europeus mediterrâneos, pois a maior parte vem sendo realizada nos países do sul da Europa.

Estas políticas também sofreram alterações, que para os pequenos e médios proprietários rurais, as mudanças estruturais necessárias a fim de mantê-los efetivamente no campo, pouco foram realizadas. Isto pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2. Alterações da AGENDA 2000 e suas deficiências.

Intensificação dos pressupostos da Reforma Do PAC.	Difusão do conceito de <i>multifuncionalidade rural</i> .
Consideração global e integrada dos espaços rurais.	Intensificação do turismo rural, artesanato, produção e comercialização de produtos típicos, oferta de serviços específicos, revalorização das características paisagísticas, culturais e ambientais do lugar.
Modificação do tradicional discurso agrarista da União Européia.	Redução das produções e das ações setoriais no campo.
Dicotomia entre atividades agrárias e atividades rurais.	Proliferação dos conceitos que na realidade marginalizam a agricultura (turismo rural, ecoturismo, agroturismo, desenvolvimento rural endógeno, desenvolvimento sustentável, espaços de ócio, recursos ambientais, etc.).
	Aprofundamento dos desequilíbrios territoriais e agrários (Norte UE - UE Mediterrânea).

DEFICIÊNCIAS DA AGENDA 2000

- Não contém medidas para ter maior racionalidade nas atividades agrícolas;
 - Não toma medidas para uma melhora estrutural;
 - Apenas menciona a agricultura mediterrânea;
 - Não realiza política fiscal para mobilizar a propriedade e o regime de pertencimento das terras;
 - Não incentiva a transformação e comercialização de produtos agropecuários;
 - Concede recursos pressupostos abundantes a os instrumentos agroambientais.
- Objetivo:* potenciar o desenvolvimento sustentável das zonas rurais e responder a crescente demanda de serviços naturais e ambientais por parte da sociedade.

Fonte: Segrelles (2007)

Nos últimos anos, no caso da Espanha, os programas de FEOGA pouco têm privilegiado as políticas agrícolas, e sim centralizado mais...

[...] en las infraestructuras hoteleras y de ocio, la mejora ambiental y la recuperación y conservación del patrimonio arquitectónico-artístico, actuaciones que tienen como resultado inmediato una profundización de la división regional del trabajo, de forma que España y otros países mediterrâneos van camino de ser privados de sus fuerzas productivas para convertirse en paíse de servicios en los que el turismo figura como un dependiente monocultivo, es decir, en un lugar para el ocio de los europeos más prósperos (MARTÍN, 1996 *apud* SEGRELLES, 2007).

Como descrito anteriormente, a introdução de uma nova mentalidade de proposta de alteração no campo, levou a mudanças de um paradigma tradicional de agricultura para uma proposta diferenciadora, a partir da lógica da multifuncionalidade.

Segundo R.Crecente (2002) *apud* Santonja (2008; p.380) tem ocorrido uma alteração na concepção inicial do conceito de multifuncionalidade, em que:

[...] se ha producido una distorsión en la definición del concepto de multifuncionalidad y se ha pasado de basar el desarrollo rural en la multifuncionalidad de la agricultura (producción de alimentos y defensa de los valores paisajísticos, entre otros) a sustentarlo en la multifuncionalidad del espacio agrario (turismo rural e introducción del proceso urbanizador, entre otros).

Veremos na próxima etapa quais influências a política da União Européia através do PAC tem ocasionado na Província de Alicante-Espanha.

A situação da Província de Alicante no contexto da multifuncionalidade rural

Em relação a Província de Alicante, a situação não esta sendo diferente principalmente para as regiões de Montana (secano), Bajo Segura (regádios tradicionais), Nuevos regádios (sul) e Zonas La Marina y Vinalopó (Figura 2).

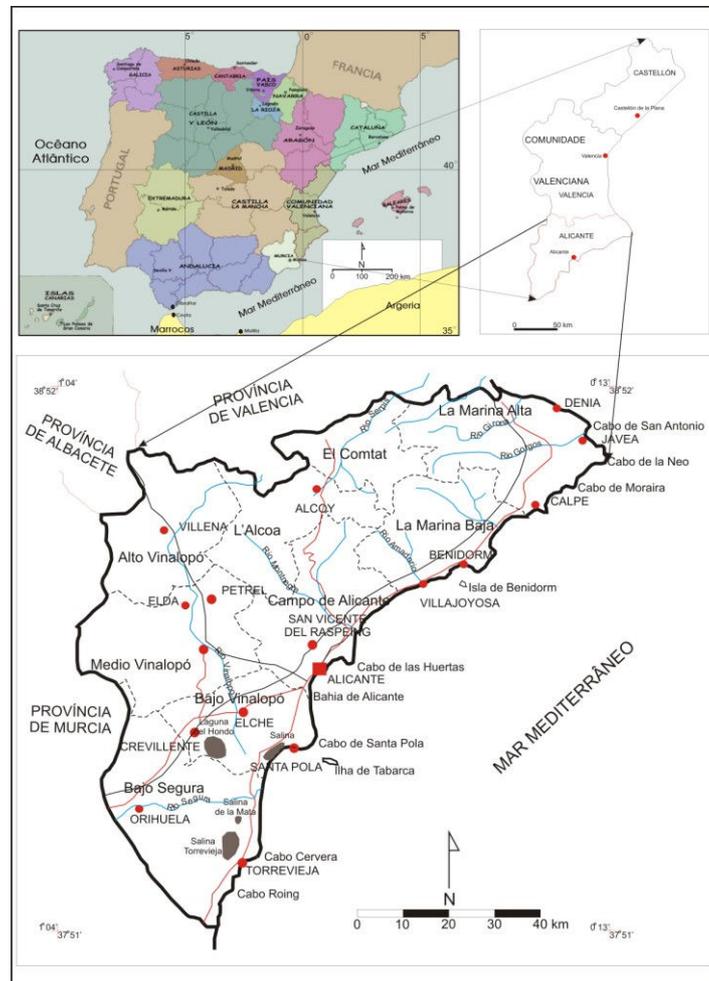


Figura 2. Localização da Província de Alicante no território espanhol. Organizado e desenhado por Nunes (2008).

Esta situação pode ser identificada através dos seguintes dados do Instituto Nacional de Estatística: de superfície de produção agrícola por hectares, da estrutura fundiária e da idade dos agricultores, no período de 1990 à 2005. Estas informações foram fornecidas pelo técnico agrícola Alberto Trave, chefe da Zona 1 da LA UNIÓN DE LLAURADORS Y

RAMADERS DEL PAÍS VALENCIÁ¹ vinculada a la Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos (COAG)², que representa a Província de Alicante.

De acordo com o último Censo Agrário realizado na Espanha (1999), e com os levantamentos anuais realizados até o ano de 2007, a Província de Alicante apresentou um predomínio de pequenas a médias propriedades agrícolas (Tabela 3).

Em muitas propriedades ocorrem cultivos de secano ou de irrigação, devido às condições climáticas rigorosas de escassas precipitações ao longo do ano.

Tabela 3. Total de propriedades com terra da Província de Alicante - Espanha.

	Nº de explotaciones	Superficie total km ²
Explotaciones con tierras (ha)	52.292	378.375
>=0,1 a < 0,2	1.887	285
>=0,2 a < 0,5	8.393	2.825
>=0,5 a < 1	10.301	7.357
>=1 a < 2	11.311	15.921
>=2 a < 3	6.134	14.901
>=3 a < 4	3.497	12.004
>=4 a < 5	2.202	9.772
>=5 a < 10	4.545	31.208
>=10 a < 20	2.079	28.317
>=20 a < 30	602	14.450
>=30 a < 50	475	18.071
>=50 a < 70	230	13.385
>=70 a < 100	159	13.221
>=100 a < 150	144	17.024
>=150 a < 200	76	13.069
>=200 a < 300	97	23.421
>=300 a < 500	57	21.103
>=500 a < 1000	60	40.982
>= 1000	43	81.056

Fonte: Censo Agrário de *Espanha* (1999).

No ano de 2007, conforme os dados do Instituto Nacional de Estatística da Espanha (INE), havia 564.779 hectares de áreas que predominava a produção agrícola vinculadas às propriedades agrícolas familiares, e apenas 3.100 hectares de áreas com caráter empresarial, ou seja, a maior parte das propriedades rurais ainda estava vinculada a algum tipo de produção agrícola ou de criação. Todavia, nos últimos anos, devido a falta de rentabilidade, tem ocorrido uma concentração de terra, principalmente entre as propriedades com mais de 10 hectares, aumentando de 10.824 em 1999, para 11.931 propriedades em 2007 (INE, 2007).

De acordo com LA UNIÓ a situação no campo alicantino esta muito difícil, devido às políticas agrícolas que a União Européia vem implantando nos países da Península Ibérica.

Estas políticas têm ocasionado sérias conseqüências sociais, ambientais e econômicas principalmente com a concentração de terras e com o êxodo rural.

De acordo com dados sobre a estrutura das propriedades agrícolas elaborado pelo INE referente ao ano de 2007, somente nos últimos dois anos, a Província de Alicante tem perdido em torno de 4.000 pequenas propriedades agrícolas familiares, menores que 10 hectares. Esta situação, além de ter gerado uma redução generalizada no número de

¹ LA UNIÓ é a única organização agrária de âmbito autônomo vinculada a COAGO, com presença em todas as comarcas valencianas, representando mais de 30.000 associados.

² COAG (Coordenadora de Organizações de Agricultores e Criadores). É considerada a maior entidade representativa dos pequenos e médios produtores rurais da Espanha.

propriedades, também tem diminuído a superfície agrícola tanto em áreas de *secano*³ como de *regadio*⁴, bem como na geração de postos de trabalho nos períodos de colheita ou *campanha*.

Isto pode ser observado no gráfico abaixo (Figura 3), onde a superfície agrícola entre os anos de 1990 à 2005, sofreu uma diminuição de aproximadamente 180.103 ha, em quase todos os cultivos com exceção dos Olivares que houve um aumento de 31.134 ha.

No caso dos Olivares, deve-se a conjunção de três aspectos principais:

- a tradição de produzir azeite para abastecimentos próprio (familiar) e para o mercado;
- as condições ambiental rústicas de semi-árido típicas de cultivos mediterrâneo, que os olivares se adaptaram muito bem;
- e aos incentivos financeiros que propicia a produção, recebidos da União Européia.

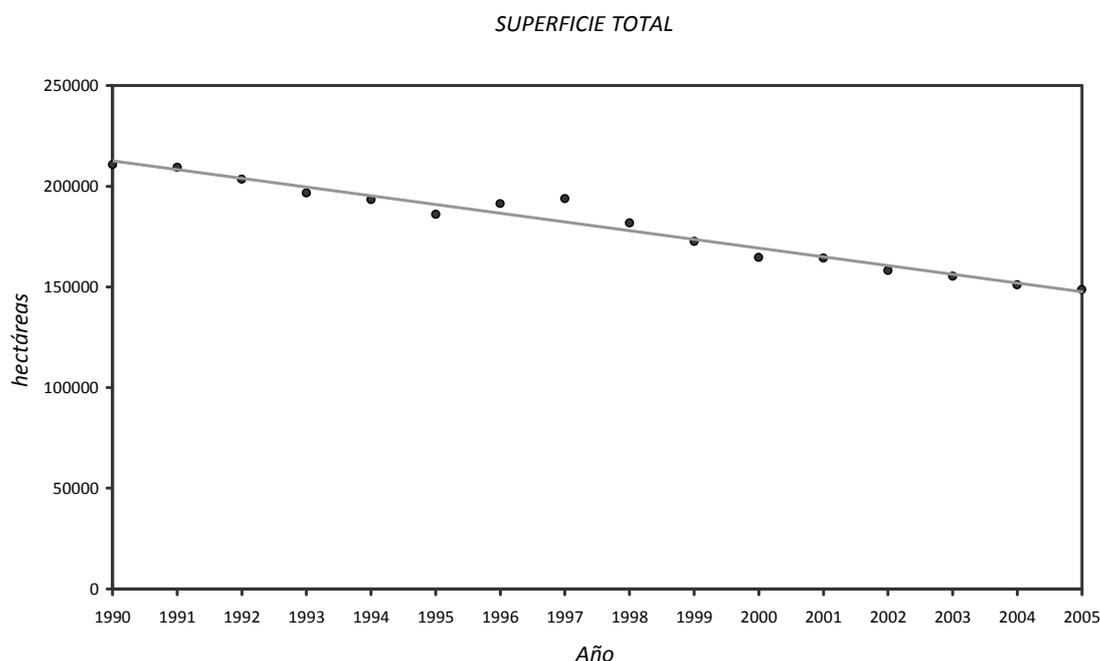


Figura 3. Superfície total de cultivo entre o período de 1990-2005. Observa-se que ocorreu perda expressiva de área cultivada. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

Esta perda fica mais clara quando comparamos os anos de 1990 (Figura 4) com 2005 (Figura 5) e calculamos as perdas em superfície de produção por ha (Figura 6).

³ Mesmo sendo áreas localizadas em regiões de clima semi-árido, os produtos cultivados não necessitam irrigação. São os casos dos cultivos de uva e de oliva, denominados de cultivos de *secano*.

⁴ São áreas localizadas em regiões de climas semi-áridos à áridos, que necessitam de irrigação. É o caso dos produtos de cítrico, hortaliças, etc.

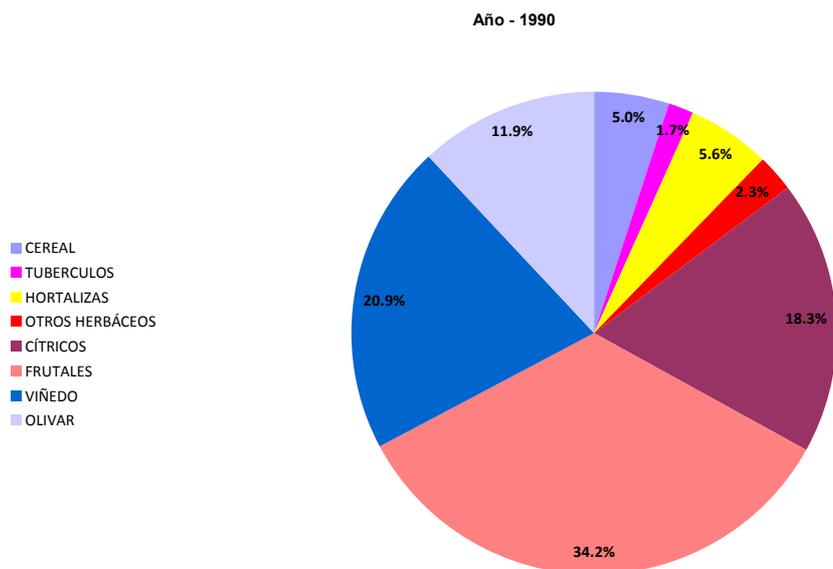


Figura 4. Superfície agrícola por cultivo no ano de 1990. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

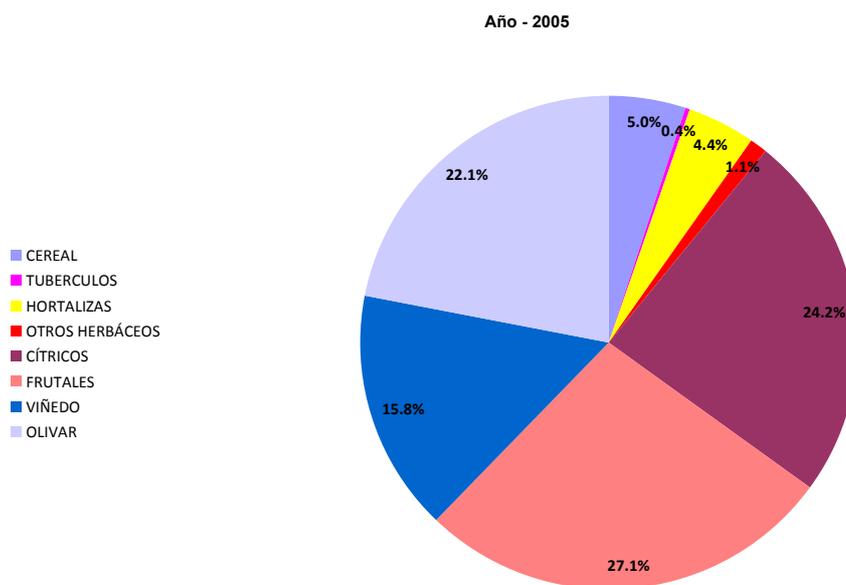


Figura 5. Superfície agrícola por cultivo no ano de 2005. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

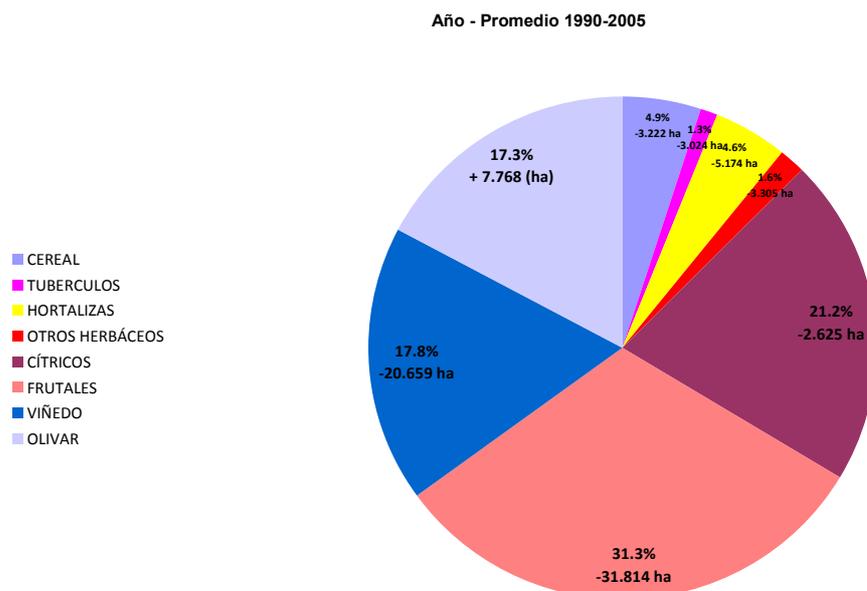


Figura 6. Comparação entre as superfícies agrícola por cultivo entre os anos de 1990-2005. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

Como dito anteriormente quase todos os cultivos sofreram redução na área plantada, com destaque para os Frutales (-31.814 ha) e o Viñedo (-20.659 ha). Ambos têm forte presença dos pequenos e médios agricultores na região. Novamente, quando observa-se todos os gráficos de superfície agrícola dos cultivos é possível identificar com clareza estes fatos (Figuras 7 à 14).

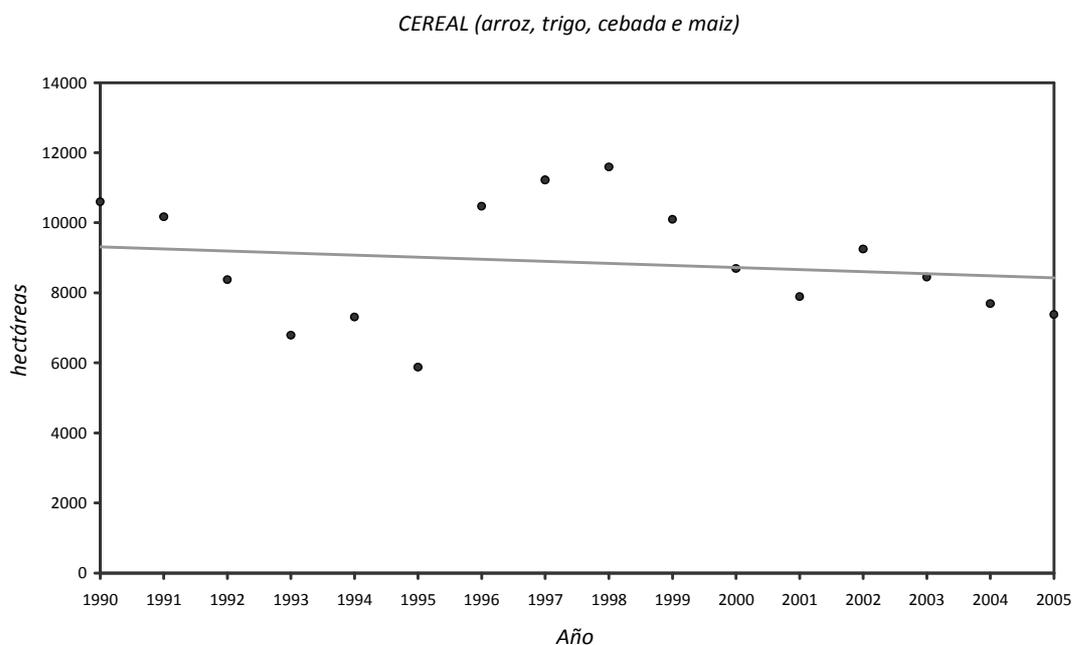


Figura 7. Superfície agrícola de cultivos de Cereal. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

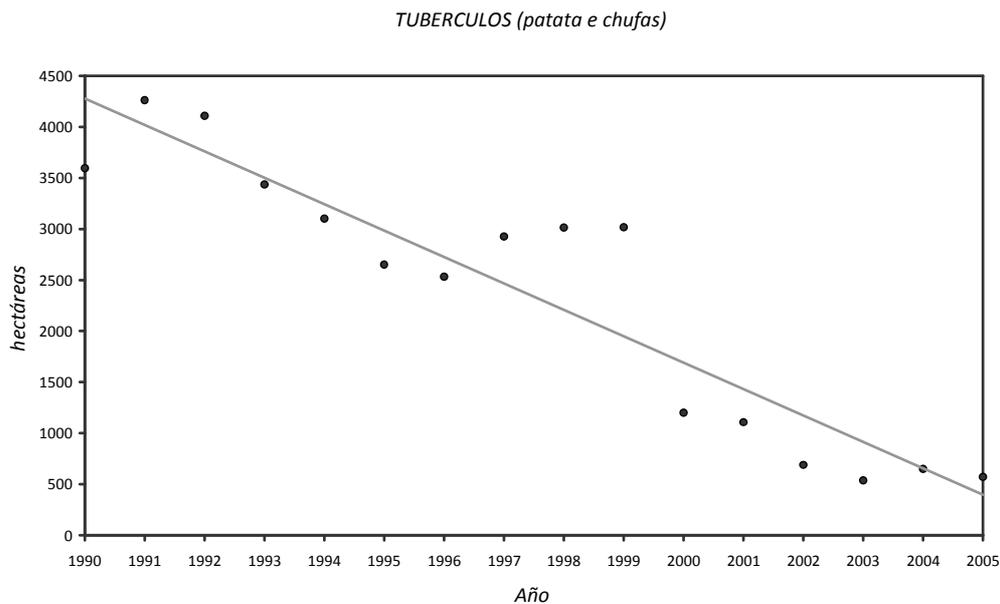


Figura 8. Superfície agrícola de cultivos de Tuberculos. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

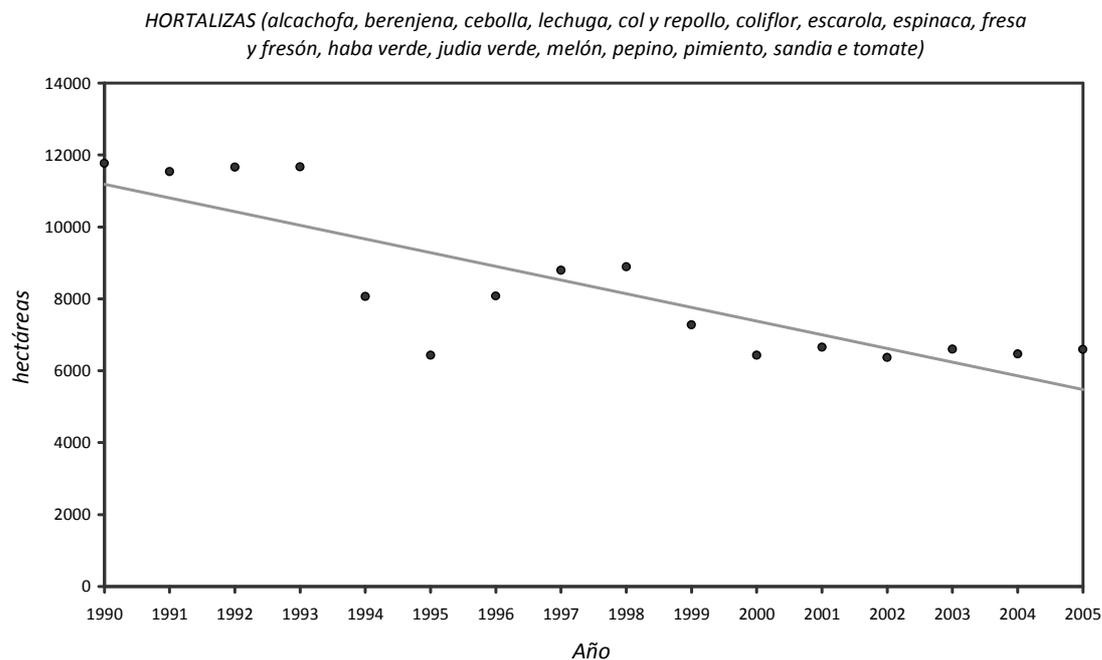


Figura 9. Superfície agrícola de cultivos de Hortalizas. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

OTROS HERBÁCEOS (alfafa, algodón, flores e ornamentales)

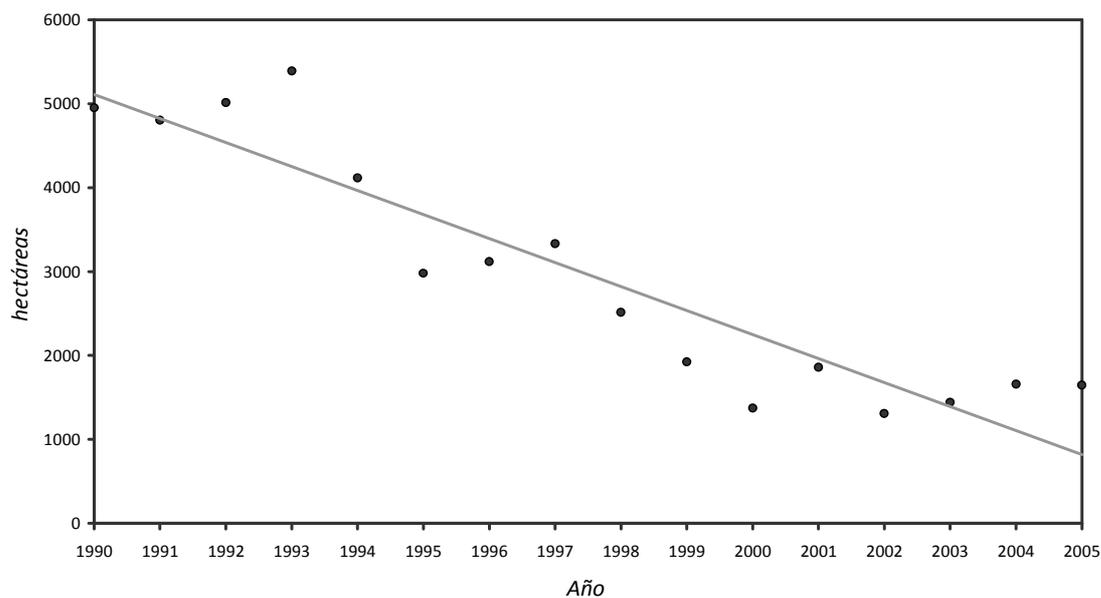


Figura 10. Superfície agrícola de cultivos de Outros herbáceos. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

CÍTRICOS (naranja dulce, mandarino e limonero)

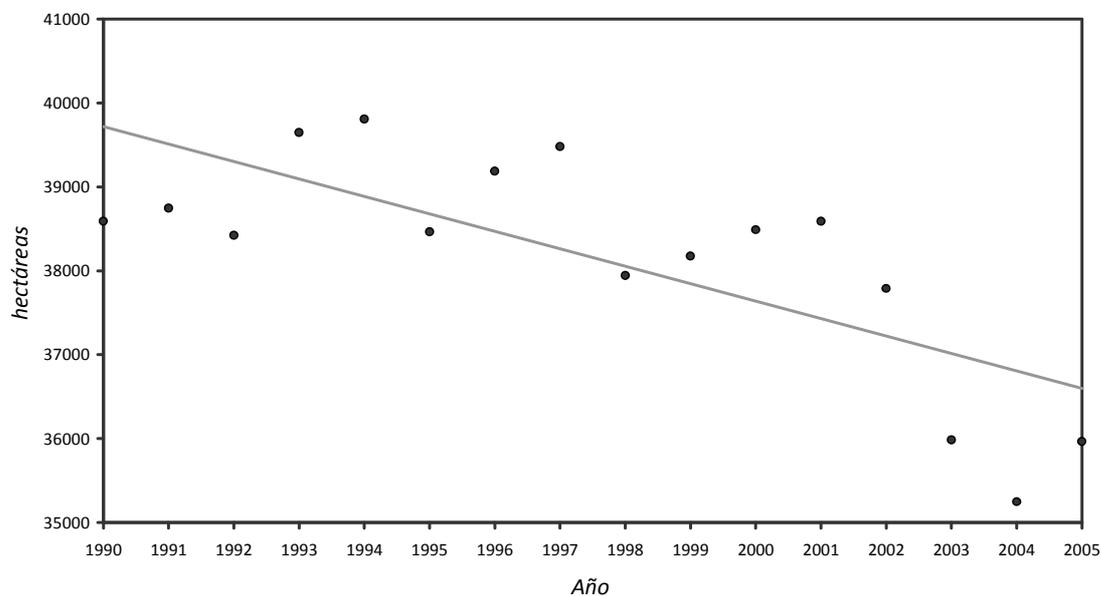


Figura 11. Superfície agrícola de cultivos de Cítricos. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

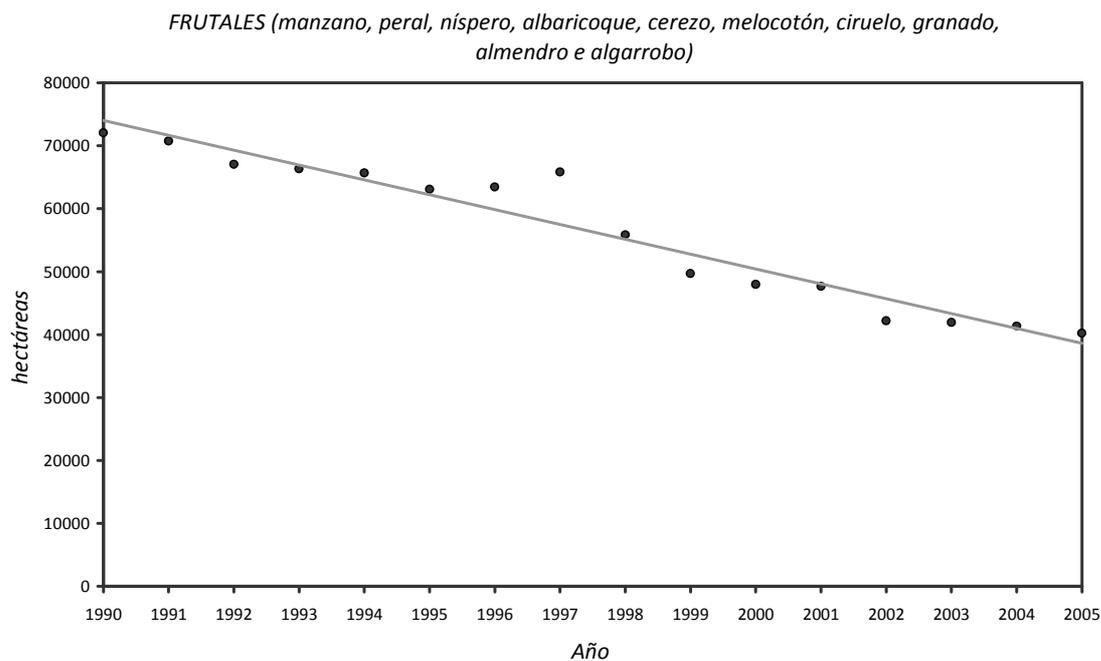


Figura 12. Superfície agrícola de cultivos de Frutales. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

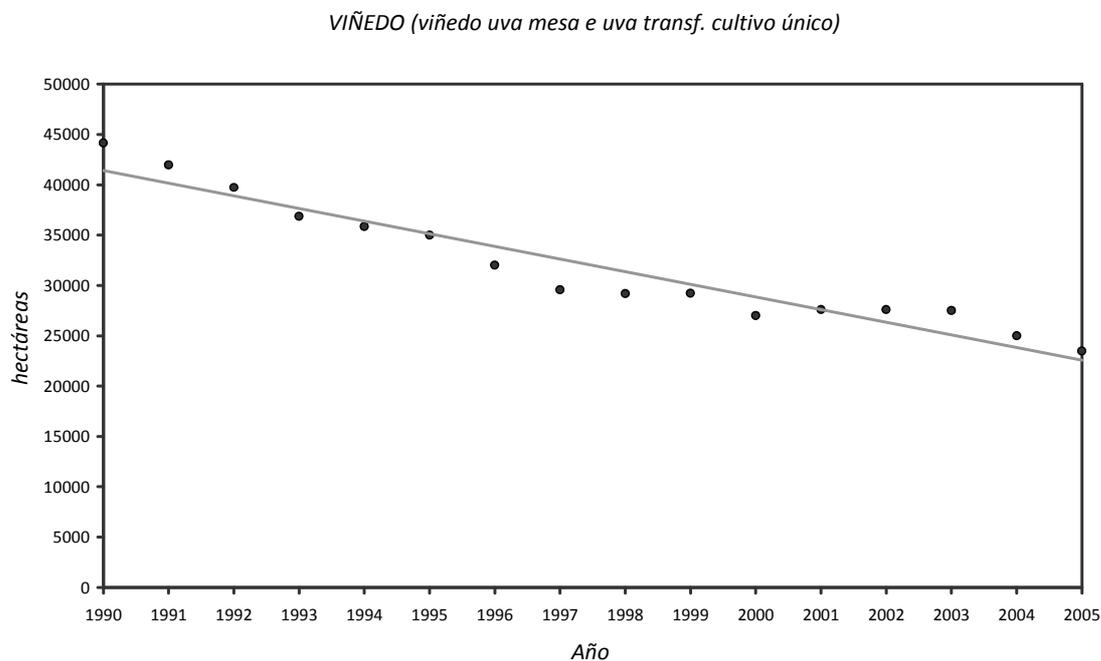


Figura 13. Superfície agrícola de cultivos de Viñedo. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

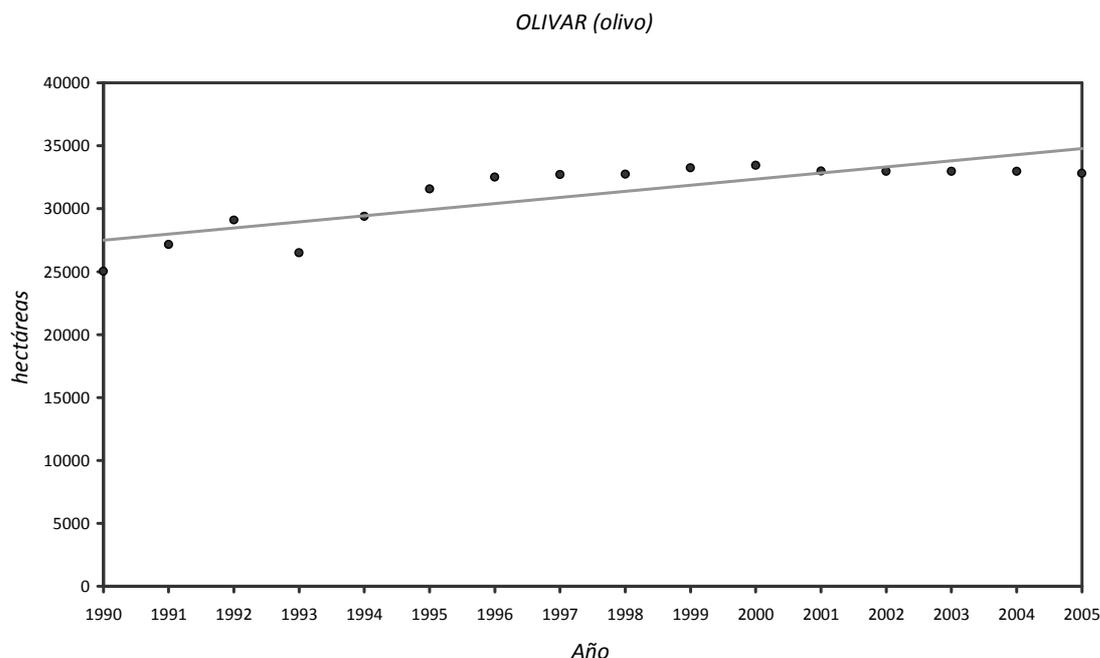


Figura 14. Superfície agrícola de cultivos de Olivar. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

Desta forma, como bem demonstrado ao longo do período de 1990–2005, quem mais tem perdido são os pequenos e médios agricultores. Ademais também são os maiores responsáveis pela geração e garantia de emprego no período de colheita dos produtos, que na sua quase totalidade é realizada de forma manual por trabalhadores locais e imigrantes vindos de países do leste europeu, do norte da África e da América Latina.

Além do aspecto da geração e garantia de emprego, tem-se observado uma sensível redução da presença de jovens trabalhando no meio rural (Figura 15).

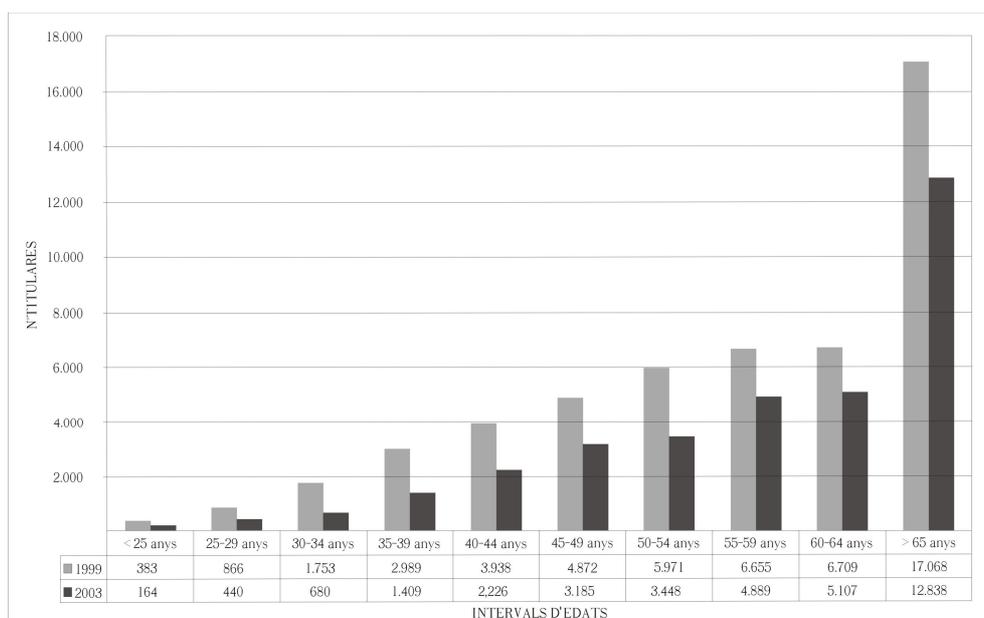


Figura 15. Números de titulares proprietários de terra por intervalos de idade. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007).

Os titulares das propriedades rurais na Província de Alicante entre < 25 anos e 35-39 anos, têm passado de 5,86% para 3,74% no ano de 2003. Ou seja, em quatro anos ocorreu uma redução do número de jovens de quase 5.991 (1999) para 2.693 (2003). Significa uma redução de 3.298 proprietários em idade produtiva, que sem perspectivas de ficarem no campo, por causa dos custos e das políticas agrárias implementadas pela União Européia, rumam em direção às cidades. Outros para não perderem suas propriedades arrendam para outros cultivos, como é o caso dos Olivares.

Também é possível observar no gráfico da Figura 16, como esta redução ocorre na relação tamanho das propriedades rurais pelo número de proprietários.

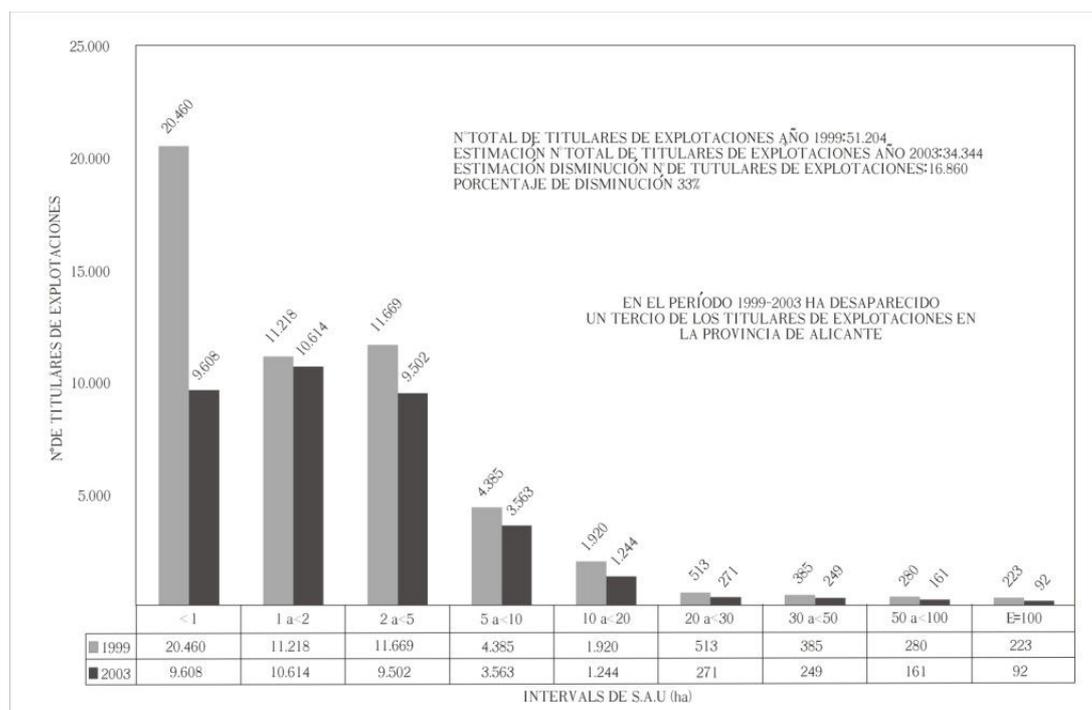


Figura 16. Números de titulares proprietários de terra por tamanho de propriedade em hectares. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007).

A maior diminuição ocorreu entre os proprietários de < 1 ha de terra, de 20.460 (1999) para 9.608 (2003), ou seja, 10.852 agricultores perderam suas propriedades em um período de 4 anos.

Como dito anteriormente, a situação de envelhecimento dos agricultores no campo é preocupante, pois não está ocorrendo uma reposição de jovens para o campo. Isto também fica claro quando observamos a pirâmide da distribuição demográfica no setor agrário da Província de Alicante (Figura 17), em que a maior parte da população é de velhos.

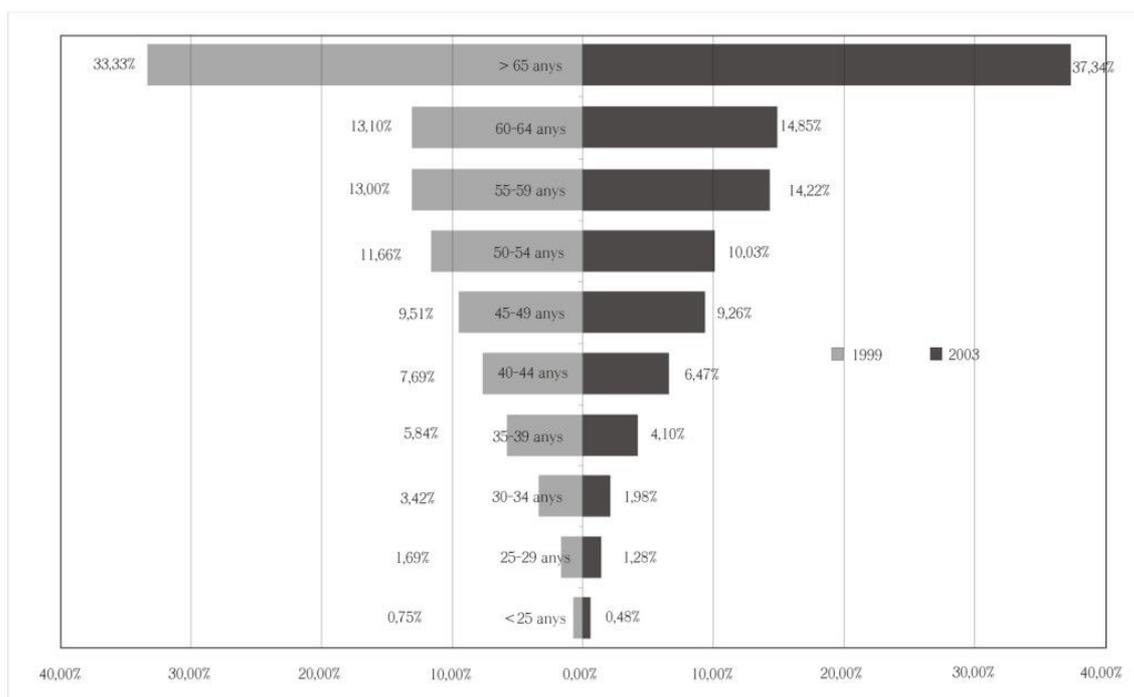


Figura 17. Pirâmide da distribuição demográfica no setor agrário da Província de Alicante. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007).

Observa-se que a população de > de 60 anos tem passado de 46,44% para 66,48% em 2003.

A porcentagem de proprietário com > de 65 anos aumentou 4,05% de 33,33% (1999) para 37,38% (2003). Todavia, na base da pirâmide a população jovem de < 35 anos, diminuiu de 5,86 (1999) para 3,74 (2003), uma redução de 2,12%.

Frente a esta situação a LA UNIÓN – COAG compreende que, com base nas políticas atuais do PAC (2003), a tendência é a diminuição rápida do setor agrário produtivo, com a marginalização e envelhecimento gradual da população rural, convertendo a Província de Alicante, em uma região turística de descanso e serviços para os estrangeiros.

Desta forma, com base nas informações obtidas junto a LA UNIÓN e apoiadas em trabalho de campo, para reverter esta situação na Província de Alicante, e que tende a ampliar-se para outros espaços do território espanhol, concordamos que os órgãos governamentais, a sociedade civil organizada, os produtores rurais e os sindicatos representativos devem atentar-se para os seguintes aspectos:

- La falta de perspectivas económicas seguras, al no percibirse la voluntad política de conceder prioridad a este tema.
- La falta de racionalización en los actuales procesos de urbanización del territorio de uso agrícola.
- La reducción del nivel de los servicios que disponen las personas, las familias y las empresas en las zonas rurales y, por tanto, de la calidad de vida en general. Esta situación desanima a los jóvenes, especialmente a las mujeres, a constituir nuevas familias en estas zonas.
- La percepción que las condiciones sociales no son adecuadas enfrente de la atracción permanente de otros sectores económicos y de otros entornos de vida y trabajo.
- Los elevados precios de venta y alquiler de terrenos, demasiado altos en comparación con las perspectivas de renta.
- Los altos costes de inicio de la actividad, compra de maquinaria y mejora de la explotación.

- Las cargas administrativas onerosas, obstáculos jurídicos y fiscales para el inicio y desarrollo de la actividad, todo un exceso de normas que dificulten la gestión sin un asesoramiento adecuado.
- La formación escasa, teniendo en cuenta el entorno en el cual ha de funcionar una explotación agraria moderna, bien orientada desde el punto de vista técnico, al corriente de los problemas de producción y venta, capaz de integrar actividades e ingresos aprovechando la necesaria multifuncionalidad de la agricultura (LA UNIÓN, 2008).

Considerações finais

A Província de Alicante ocupa uma superfície de 5.863 km² com uma população de aproximadamente 1.825.264 habitantes divididos em nove comarcas (El Comtat, Alcoy, Alto Vinalopó, Vinalopó Medio, La Marina Alta, La Marina Baja, L'Alacant, Bajo Vinalopó e Bajo Segura)⁵.

Referente ao conceito de multifuncionalidade rural, este é um modelo teórico e prático de agricultura, que vem sendo implementado na Europa, desde a década de 50 atreladas as políticas do PAC..

No caso da Espanha, em especial na Província de Alicante, durante um determinado período os investimentos realizados através do FEOGA, para os pequenos e médios agricultores, melhorou a eficácia produtiva e competitiva dos seus produtos em relação aos mercados locais, nacionais e internacionais, tendo o exemplo dos cultivos de Níspero (ameixa), uva de mesa e vinho e de Olivares.

Todavia, a nova proposta de PAC (2003), tem intensificado o acirramento das políticas agrícolas dentro do território europeu, aprofundando a divisão territorial do trabalho com o aumento de recursos para a Europa Central e Oriental, prejudicando a maior parte dos pequenos produtores rurais.

Na prática para a agricultura espanhola, somente no primeiro ano de aplicação do PAC (2003), ocorreu um abandono ou mudança de atividade agrícola em mais de 500.000 ha. de áreas produtivas, incluindo a Província de Alicante, causando um impacto negativo sobre a economia, os empregos e o mercado

Desta forma, devido à falta de rentabilidade dos pequenos e médios agricultores alicantinos, tem ocorrido concentração de terra, principalmente nas propriedades com mais de 10 hectares, passando de 10.824 para 11.931 propriedades (INE, 2007), diminuição da superfície de área plantada pelos pequenos agricultores e forte expansão das atividades vinculadas ao turismo rural, por parte de empreendimentos estrangeiros, devido ao aumento dos custos de produção agrícola.

Assim, a Província de Alicante tem sofrido as consequências das políticas agrícolas que a União Europeia vem implantando nos países da Península Ibérica, gerando sérias consequências sociais, ambientais e econômicas.

A tendência é a diminuição rápida do setor agrário produtivo, com a marginalização e envelhecimento gradual da população rural, no qual tem convertido a Província de Alicante, em uma região turística de descanso e serviços para os estrangeiros.

Assim, a implantação das políticas agrícolas da União Europeia no campo alicantino, através do conceito de multifuncionalidade rural, associado à crise econômica global, que tem afetado os mercados mundiais, com destaque para a Espanha, tem ocasionado:

- aumento da concentração fundiária,
- empobrecimento dos pequenos e médios agricultores;
- aumento da concorrência com produtos externos;
- incentivos à especulação imobiliária, tendo o turismo como vetor principal,
- aumento da degradação dos ambientes e de seus recursos, em especial as águas superficiais e de subsuperfície, em uma região com predomínio de clima semi-árido e que

⁵ <http://www.dip-alicante.es/documentacion> (2007).

50% da captação para manutenção dos sistemas produtivos (agrícolas e industriais) e das populações é de aquíferos.

Assim, a oportunidade de estudar e refletir sobre estas alterações históricas na paisagem da Província de Alicante - Espanha, a partir de realidades concretas, nos mostrou de modo sucinto, a situação atual dos pequenos e médios produtores rurais, bem como as formas de articulação que os mesmos têm realizado para garantir sua produção (cooperativas), e quais os desafios que terão que enfrentar com as políticas agrícolas atuais da UE.

Referências Bibliográficas

ESPAÑA. Instituto Nacional de Estadística. Censo Agrario de Alicante (1999). Espanha: INE, 2007.

SANTONJA, Jordi Tormo i.. Caracterización socioeconómica, políticas y proyectos para el desarrollo de la Comarca Funcional de L'Alcoià, El COMSAT y La Foia de Castilla. Una apuesta por la planificación estratégica territorial. Alicante, 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia Humana, Universidad de Alicante, Espanha, 2008.

SEGRELLES SERRANO, José Antonio. La multifuncionalidad rural: realidad conflictiva en la Unión Europea, mito en América Latina. Eria. Revista Cuatrimestral de Geografía, Departamento de Geografía, Universidad de Oviedo, nº 72, p.89-99; 2007.

SEGRELLES SERRANO, José Antonio. (Coord) et al. Agricultura y espacio rural en Latinoamérica y España. Posibilidades y riesgos ante la mundialización de la economía. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Madrid, Serie Estudios nº 151, 408p, 2002.

SEGRELLES SERRANO, José Antonio. Los problemas del sector agrario alicantino y propuestas de desarrollo. Investigaciones Geográficas, nº 12, pág. 239-245, 1994.

SOARES, Adriano Campolina. A multifuncionalidade da agricultura familiar. Revista Proposta, nº 87, dezembro/fevereiro, 2000/2001.

LA UNIÓ DE LLAURADORS Y RAMADERS DEL PAÍS VALENCIÁ. Entrevista concedida pelo técnico agrícola Alberto Trave, chefe da Zona 1 representando a Província de Alicante, 2008.

A Genealogy of Black Organizing in Brazil

Bernd Reiter, Ph.D.

Assistant Professor of Comparative Politics
University of South Florida
4202 E. Fowler Ave., FAO 285
813.974.3583
breiter@cas.usf.edu

Abstract

This article argues that the vast literature on “new social movements” misrepresents the historicity of identity-based organization in Latin America. Such organizing is indeed much older than the literature suggests. To prove this argument, I provide a genealogy of black, identity-based organizing in Brazil. This genealogy makes clear that black organizing started when Africans first arrived in Brazil. To explain the ebbs and flows of this organizing, the theoretical frameworks of Sidney Tarrow and Susan Epstein, who focus on political opportunities and changing repertoires, respectively, prove to be more useful.

Keywords: New Social Movements, Brazil, black organizing, slavery, resistance

Resumo

Uma genealogia de organizações negras no Brasil

Neste artigo argumento que uma vasta literatura sobre os "novos movimentos sociais" falseia a historicidade de organizações baseadas em identidades na América Latina. Organizações que usam identidade como catalisador de mobilização são mais antigas do que esta literatura sugere. Para provar este argumento, apresento uma genealogia de organizações negras no Brasil. Esta genealogia mostra que os negros começaram a se organizar desde quando os primeiros Africanos chegaram ao Brasil. Para explicar os reflexos destas organizações, as teorias de Sidney Tarrow e Susan Epstein, que focalizam as oportunidades políticas e diferentes repertórios de protesto, respectivamente, provam ser mais úteis.

Palavras-chave: Novos movimentos sociais, Brasil, organizações negras; escravidão, resistência.

Resumen

Una genealogía de las organizaciones de negros en Brasil

En este artículo discutimos que una vasta literatura sobre los "nuevos movimientos sociales" falsea la historicidad de organizaciones fundadas en identidades en América Latina. Esas organizaciones son más antiguas del que esta literatura sugiere. Para probar éste argumento, presento una genealogía de organizaciones negras fundadas en identidades en Brasil. Esta genealogía muestra que negros empezaron a organizarse desde que los primeros Africanos llegaron a Brasil. Para explicar los reflexos de las organizaciones, las teorias de Sidney Tarrow

y Susan Epstein que enfocan las oportunidades políticas y diferentes repertorios de protesta, respectivamente, prueban ser mas útiles.

Palabras-llave: Nuevos movimientos sociales, Brasil, organizaciones negras; esclavitud, resistencia.

Introduction

According to Alvarez, Dagnino, and Escobar (1998), “new social movements” emerged and spread all over Latin America and Brazil during the 1970s and 1980s. These authors echoed the finding of Johnston and Klandermans (1995), Laraña, Johnston, and Gusfield (1994), Melucci (1996), and McAdam (1996) who had studied new social movements in other regions and countries. The novelty of these movements, they argue, lied in their critique of their own society’s values and goals and in their focus on identity. According to these authors, new social movements often stress solidarity, ecology, and libertarian values and challenge mainstream economic growth theories. Dalton (1990) found new social movements overall decentralized, open, and democratic and most new social movement authors highlight their horizontally deluded decision-making and non-bureaucratic organizational structures.¹

In this article, I argue that identity-based social movements in Latin America go back much further. In the case of Brazilian black power movements there is evidence for identity-based mobilization during slavery, as João José Reis (1986) has shown. Hence, the aim of this article is to provide a genealogy of Brazilian black organizing and resistance in order to highlight the historicity of identity-based organizing in that country, which in turn raises important questions about the applicability of the new social movements frameworks for the analysis of Latin American social movements in general. I thus seek to demonstrate that at least for the case of racial identity, the concept of new social movements is misleading. To put it bluntly: there is nothing new about black organizing in Brazil.

Instead of applying the theoretical frameworks of the authors mentioned above, I rely on the frameworks laid out by Sidney Tarrow (1998) and Susan Eckstein (1989). From Tarrow, I borrow the insight that social movements form whenever they encounter political opportunities and I take inspiration from Eckstein, who demonstrates that political organizing to contest power uses different repertoires, depending on what is possible and effective at different times under changing political conditions.

Darien Davis (1999) has already applied these frameworks to explaining why Brazilian black power movements ebbed and rose again at different times in history. In addition, David Covin (2006) has more recently provided an account of the Unified Black Movement (MNU), but his focus on only one organization limits our understanding of black organizing in Brazil. Although Davis applied a less restrictive lens, his discussion remains equally incomplete and the history of black organizing in Brazil remains to be written. This article seeks to offer a small step in that direction. Its main goal, however, is to provide an approach that allows for a more complete capturing of identity-based, black organizing in Brazil. Hence, the main argument I seek to advance here is that in Brazil, black organizing against different forms of oppression, slavery, racism, and discrimination never stopped and that racial solidarity and black group identity are much older than the new social movement theorists have us believe. To the contrary, throughout the long history of black presence in Brazil, Afro-Brazilians and Africans took advantage of whatever opportunity they encountered to resist and organize, thus relying on and forging collective identities.

¹ Dalton, 1990: 11.

Instead, black organizing in Brazil took varying forms throughout history – depending on what form of protest and resistance was possible at a given time. Over the last 500 years the repertoire of black resistance in Brazil thus ranged from sabotage, non-cooperation, running away for short periods of time, running away for extended periods of time, revolt, fighting and sometimes killing their oppressors, and organizing. Although I briefly discuss all these, this article is mostly concerned with identity-based organizing. Black organizing in Brazil, just like all other forms of resistance, took various forms at different times and Brazilian blacks created a broad variety of associations, clubs, and religious orders to oppose their oppressors and contest their oppression. Early on, Brazilian blacks thus found in African religion a form of resistance (Braga, 1995). The Catholic Church also provided a framework that ensured, although limited, protection to organize. Culture and music also provided for outlets, as well as opportunities for organizing and protesting the status quo. Finally, broader and more vehement political organizing arose whenever the Brazilian state allowed for it. At the same time, although the Brazilian state acted as the main institution to rather facilitate or block black political organizing, opportunities at times also were provided above and beyond the state level, namely locally, by permissive slave holders or benevolent local politicians, or internationally by such far-reaching events as the American, the French, and even more importantly the Haitian revolutions and in more recent times, and more recently by the World Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia, and Related Intolerance, held in Durban, South Africa, in September of 2001.

Identity-based Social Movements

Many of the authors contributing to the edited volumes of Hank Johnston and Bert Klandermans (1995), as well as those writing for Sonia Alvarez, Evelyn Dagnino, and Arturo Escobar (1998) have described and explained a shift in both academic approaches, as well as a shift in real-life phenomena towards culture. According to Johnston and Klandermans (1995), “The movement toward cultural analysis was first perceptible in the early 1980s... Gary Fine (1985) noted that small groups produce a culture of their own that shapes the interaction and course of development. Ann Swidler (1986) later comprehensively examined what could and could not be done with cultural analysis, but without specifically addressing social movements. Lofland (1985) sought to classify types of social movement cultures, and in this volume he moves toward the kinds of measures that permit comparison between movements.”² Alberto Melucci (1996), as well as Dalton, Kuechler, and Bürklin (1990), however, applied this framework of identity only to Western industrial societies. Dalton thus says: “The challenge that new movements pose to the political order in Western democracies springs from within... It manifests itself in the proliferation of citizen-interest lobbies and single-issue groups in America, civic associations in France, *Bürgerinitiativen* in West Germany, and citizen-action groups in other industrialized democracies.”³ In the chapter called “The Challenge of New Social Movements,” Dalton, Kuechler, and Bürklin explain how the term “New Social Movements’ (NSM) entered the English research vocabulary as an identifier for this new type of interest organization.”⁴ Along the same lines, Johnston, Laraña, and Gusfield (1994) argue that, “a more systematic approach to NSMs requires stronger conceptual development regarding identity, especially if the linkages between the social actor and structural changes characteristic of

² Johnston and Klandermans, 1995:4.

³ Dalton, Kuechler, and Bürklin, in Dalton and Kuechler, 1990:3.

⁴ Dalton, Kuechler, and Bürklin, 1990:4.

postmodern society are to be specified.”⁵ A focus on identity, so goes the reasoning, is what makes the new social movements new.

This focus on identity can be traced back to such authors as Italian sociologist Alberto Melucci. Melucci argues that, “the empirical unit of a social movement should be considered as a result rather than a starting point, a fact to be explained rather than evidence.”⁶ For Melucci, “individuals or subgroups contribute to the formation of a “we” (more or less stable and integrated according to the type of action) by rendering common and laboriously adjusting three orders of orientation: those relating to the ends of the actions (...); those relating to the means (...); and finally those relating to the relationships with the environment (...).”⁷ However, Melucci, who is probably the central proponent of the “new” focus on identity visible in postmodern, western, societies, expresses “dismay” with the fact that the idea of newness has indeed be reified. In his essay “A Strange Kind of Newness: What’s “New” in New Social Movements?” Melucci contends that, “If analysis and research fail to specify the distinctive features of the new movements, we are trapped in arid debate between the supporters and critics of newness.”⁸ To him, the newness of new social movements hinges on structural change typical of advanced western societies that have produced a need among actors to “conduct their search for identity by transforming them into a space where they reappropriate, self-realize, and construct the meaning of what they are and what they do.”⁹ Similarly, David Slater, in his contribution to the same book, quotes Melucci and argues that new social movements “have emerged in many different societies.”¹⁰ Quoting yet another new social movement theorist, Slater further finds that “the possibility of the newness of social movements is circumscribed by a ‘specific rendition of what it means to be political, and of where the political is to be found’ (Walker 1995, 312).”¹¹

Indeed, this reasoning seems adequate and helpful for capturing and explaining the European post-materialistic youth movements emerging during the late 1960s, which are strongly related to the advanced welfare and security such countries as Germany and France were now able to offer.

From there, however, the idea of new social movements swept over to Latin America and was applied to explain identity-based social movements based on race, gender, ethnicity, and certain “post” issue areas in that region of the world. Sonia Alvarez (1998), for example, when writing about the Latin American feminist movement, ponders that, “some of the so-called new social movements that emerged in Latin America over the past two decades – such as the environmental and human rights movements – may have been similarly reconfigured since the late 1980s.”¹² Similarly, in their 1992 edited volume, Arturo Escobar and Sonia Alvarez concluded that, “at the most basic level, social movements must be seen as crucial forces in the democratization of authoritarian social relations. This influence is most evident, of course, in the cases of feminist, gay, and racial/ethnic movements. Several of the studies collected in this volume document the spread of issues and ideas first articulated by social movements into a multiplicity of political and social spaces (see Sternbach et al., Chapter 12; Chinchilla, Chapter 3; see also Jaquette, ed. 1990; Jelin 1990).”¹³ Their follow-up volume entitled *Cultures of Politics, Politics of Cultures. Re-Visioning Latin American Social Movements*, applies this framework of new social movements to the analysis of Latin American phenomena that took place, according to the authors, during the 1970s and 80s, thus connecting them to European and North

⁵ Johnston, Laraña, and Gusfield, 1994:28.

⁶ Melucci in Johnston and Klandermans, 1995:43.

⁷ Melucci in Johnston and Klandermans, 1995:43f.

⁸ Melucci in Laraña, Johnston, and Gusfield, 1994:105.

⁹ Melucci in Laraña, Johnston, and Gusfield, 1994:101-102.

¹⁰ Slater in Alvarez, Dagnino, and Escobar, 1998:380.

¹¹ Slater in Alvarez, Dagnino, and Escobar, 1998:385.

¹² Alvarez in Alvarez, Dagnino, and Escobar, 1998:316.

¹³ Alvarez and Escobar 1992:326.

American new social movements. The image that emerges from this transfer of analytical frameworks, however, is distorted. Thus, one of the central arguments advanced by several of the new social movement theorists represented in this edited volume is that the cultural movements emerging in Latin America during the late 1970s and early 80s were “identity-based.” Alvarez, Dagnino, and Escobar “concur with the definition of cultural politics advanced by Jordan and Weedon,” which, among other things, stresses that, “for marginalized and oppressed groups, the construction of new and resistant identities is a key dimension of a wider political struggle to transform society. (1995, 5-5).”¹⁴ Alvarez, Dagnino, and Escobar all seem to agree that “class, race, and gender” are the new battlegrounds where subaltern groups struggle for the right to have rights and organize in new social movements. In the introduction to the edited volume, they argue that “popular movements, along with feminist, Afro-Latin America, lesbian and gay, and environmental movements, have been instrumental in constructing a new conception of democratic citizenship...”¹⁵ It is this version of new social movements that made it into the American textbooks on Latin American politics. Vanden and Provost, for example, write under the subtitle *Mass Organizations*: “The growth and development of mass organizations also introduced a new category of political actor in the political scene. As suggested previously, powerful indigenous groups like CONAIE in Ecuador or rural groups like the Landless Movement in Brazil have proved themselves capable of mounting major mobilizations and demonstrations on a national basis... Likewise, organizations representing Afro-Latins in countries such as Colombia and Brazil are also developing strong regional and national power bases.”¹⁶

Culture has indeed always been a contested field, especially in highly divided societies, where small groups of elites have been able to define what “culture” should be, thus stigmatizing the cultural expressions of historically marginalized groups and silencing their cultural expressions – especially when these expressions had political content. This element of new social movement theorizing is thus fairly unproblematic and offers helpful insight into the dynamics of subaltern protest and resistance, as demonstrated by the accounts provided e.g. by Kim Butler (1998), Michael Hanchard (1998) and John Burdick (1998), and more recently Reiter (2009). However, the identity component of the new social movement framework does not fit Latin American realities and runs the risk of producing erroneous findings, especially when attributing novelty to identity-based organizing. To support this point, the following discussion will focus on the historicity of black organizing in Brazil and thus present a crucial case, which invalidates the usefulness and veracity of the new social movements framework for Latin American identity-based organizing.

Brazilian Black Power Movements: Struggling against Racism ever since 1530

Black resistance against slavery started as soon as slavery began. To adequately take account of this fact would require a discussion of different forms of resistance against the attempts of slave merchants and traders to capture and buy slaves in African towns and cities; on the way from the African hinterland to the merchants and forts at the coast; and most importantly, during the passage from Africa to the Americas on slave boats – the middle passage. The scope of such a systematic study by far extrapolates the available space, and even the boundaries of the discipline, as it would lead into historiography. Luckily, the available accounts of slavery in Africa and the slave trade allow us to understand that resistance against it was as common as the phenomenon itself.

Joseph Miller (1988), for example, has provided a comprehensive study of the Angolan

¹⁴ Alvarez, Dagnino, and Escobar, 1998:5-6.

¹⁵ Alvarez, Dagnino, and Escobar in Alvarez, Dagnino, and Escobar, 1998:12.

¹⁶ Vanden and Provost, 2002:214.

slave trade between 1730 and 1830, from which we learn that during the transportation from the places of capture to the African ports, “twenty to over one hundred frightened and angry captives, each ready to flee at the slightest opportunity and all prepared to harm or slay captors who blocked efforts to regain their liberty, presented real dangers.”¹⁷ Once on the slave boat, attempts at resistance and revolt continued. According to Miller (1988), an average slave ship leaving Angola for Brazil transported 400 to 500 captives and had a crew of twenty to twenty-five.¹⁸ The same author tells us that, “against all these odds the slaves occasionally succeeded in mounting revolts.”¹⁹ Mills further explains, that

The rebels sometimes mustered the competence to kill all whites on board and run the ship aground north of Luanda. Most spared a few Europeans to beach the ship for them. In one reported revolt the slaves did not slay their captors but, rather, put them in longboats and left them to make their own way back to the shore; inexplicable magnanimity, as well as considerable nautical skill, must be assumed in these cases.²⁰

None of this is, of course, surprising. Black resistance, like any other resistance, was a direct response to the oppression suffered and it aimed at freedom by any means available. Resistance against oppression required collaboration between different African ethnic groups and was hence only possible based on a minimal sense of collective destiny. Collective identities that were trans-ethnic and thus more “racial” than ethnic thus emerged as early as on the slave ships bringing Africans to the Americas, which allows for the conclusion that the middle passage was indeed the beginning of identity-based social movements in the Americas.

Once slaves arrived on Brazilian soil, this “leitmotif,” did not change. What indeed changed were the strategies of resistance and revolt available to them, as slaves now had to adapt to the new circumstances and opportunities. Among the best documented strategies of black organizing against slavery, oppression, racism, and exclusion during slavery were the creation of *Quilombos*, free communities of runaway slaves, and the 1835 Muslim Revolt, known as the “Male Revolt,” involving the city of Salvador, Bahia and its surrounding plantations. To shed light on the continued resistance and the changing repertoires of black organizing, it is worth looking in some more detail at those two major strategies.

The most known and influential attempt of establishing a Quilombo in Brazil was the “Quilombo of Palmares,” a conglomerate of free, fortified cities in the northeastern hinterland of the current states of Bahia, Pernambuco, Sergipe, and Alagoas. It is difficult to obtain a realistic description of these free cities from the only source available: the accounts of Portuguese and Dutch army members describing what they saw, but did not understand or cared to understand, during the several attempts of destroying Palmares. Available accounts are tainted with the chauvinism of the winner, as well as that of the colonizer and slaveholder. Nevertheless, it is by now broadly accepted that Palmares consisted of several cities, all created around 1630. The Dutch, who controlled this part of Brazil from 1630 to 1645, destroyed the first settlements in 1644, but runaway slaves continued to re-settle in the same region, mostly because of its proximity to the major plantation centers of Olinda and Recife, but also because of the geographical conduciveness of this area, as it facilitated hiding from intruding armies and establishing fortified cities. A detailed description of Palmares was published in 1859, in Rio de Janeiro, in the journal of the newly founded Brazilian Historical and Geographical Institute, the *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, based on the account provided by the Portuguese commander Drummond, who partook in the colonial army’s expedition against

¹⁷ Miller 1988:193f.

¹⁸ Miller 1988:409.

¹⁹ Miller 1988:410.

²⁰ Miller 1988:410.

Palmares during the 1670s.²¹ Furthermore, Alfredo de Carvalho (1902) published a diary written by a soldier who also participated in the Portuguese expedition against Palmares in 1645, under the command of Captain João Blaer.²²

From these accounts, it becomes apparent that what was called Palmares referred to a conglomerate of at least nine free cities, of which the following have been documented: Zambi, Arutirene, Tabocas, Dambrubanga, Subupira, Macaco, Osengá, Amaro, and the Palmares of Antalaquituxe, brother of the leader who resided in Macaco.²³ Macaco was the capital of what has been called a “Federation” by early Brazilian researchers, such as Nina Rodrigues, with more than 1,500 houses and a church. Other cities were smaller, ranging from having 800 houses in Subupira, to one with 220 houses, described in the above-mentioned diary. All cities were fortified and highly organized. Each city had a well-structured government, which include a legislative, a judicial, and an executive branch, with a police force. The leader of the Federation held the title “Zambi.” The sophistication of the internal organization of these cities and their successful regional cooperation and interaction among each other, as well as with surrounding plantations and settlements, led some 18th and 19th century historians to refer to Palmares as a free, “black republic” or a “black state.”²⁴

Palmares was destroyed in 1697, but its mere existence and the complexity of its internal organization allow us to perceive that the creation of free communities and cities was an important and constant strategy of resistance during slavery. According to the Brazilian historian João José Reis (1993), “Quilombos, or runaway slave (maroon) communities, had existed since the beginning of Bahian slavery, and slave rebellions became more frequent in the early nineteenth century.”

The Brazilian state currently recognizes 1,739 Quilombo communities, with an estimated total population of about 2 million.²⁵ Contemporary Quilombo communities are officially termed “Reminiscent Quilombo Communities” and the sheer number in 2008 testifies to their continued importance as a repertoire of resistance against slavery, and discrimination. To many such communities, claiming land rights and maintaining strong community ties are still perceived as efficient tools of resistance and indeed of survival. The “Malungu” Quilombo association of the state of Pará, for example, has the following specific objectives (article 4 of their statute):

- To struggle together with the Quilombo associations and communities for land rights and to monitor the legal process of land title recognition;
- To support the Quilombo associations and communities so that they get to know the complete set of rights that the law provides for them;
- To fight all forms of prejudice and racial discrimination;
- To valorize, promote, stimulate, and disseminate the traditions, culture, and religion of Afro-Brazilians in Quilombo communities, and thus to reconstruct the history of black populations;²⁶

Forming Quilombos must thus be seen as a continuous repertoire of black resistance

²¹ The original title of this account is “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador D. Pedro de Almeida de 1675 a 1678,” Vol. 22, p.303.

²² Carvalho, Alfredo. 1902. “Diário da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645 (a translation from the Dutch “Brieven en Pepieren ui Bresilien), *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Vol. X, N. 56, page 87, March

²³ Rodrigues, Nina 1988 [1906]: 74.

²⁴ Sebastião de Rocha Pita. 1730. *Historia da America Portuguesa*.

²⁵ This number comes from the Brazilian “Special Ministry for the Politics of Promoting Racial Equality – SEPPPIR.” News communication from June 4, 2008. Available online at:

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepppir/noticias/ultimas_noticias/asq_lancada

²⁶ My translation. This is not the complete list, but an excerpt. The complete list can be accessed at: http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pa/pa_malungu_estatuto.html.

that focuses on separation from the hegemonic society as the main strategy of survival, both physical and cultural. As such, Quilombism represents a strategy of Black Nationalism that is a genuine New World repertoire to white oppression. This repertoire has inspired black resistance in the New World ever since 1512, when the first free communities of runaway slaves were reported in the Caribbean and it made a late, but massive, entrance into the United States with the Jamaican-born black leader Marcus Garvey.²⁷ The creation of free black republic is not conceivable without the presence of an underlying shared identity. Given that the strategy of resistance chosen by Quilombolas was to remain in the country and create free republics, their identity already was Afro-Brazilian, especially if we contrast this option with the strategy of other former slaves who chose to return to Africa after conquering their freedom.

Separatism and Black Nationalism were, of course, not the only repertoires of black organizing and resistance in the New World and in Brazil. Open revolts and attempts at overthrowing the system were common throughout the colonial New World.

The massive uprising against slavery and its representatives in Hispaniola was merely the most successful, large-scale, and thus widest known among a plethora of similar revolts. In Brazil, an 1835 slave revolt in the city of Salvador failed to overthrow the system, but it still provides evidence of yet another very common repertoire of black organizing in the Americas, namely revolution. In his analysis of this attempted revolution, Brazilian historian João José Reis (1993) reveals that this revolt was masterminded by Haussa slaves (an ethnic group residing in what is now northern Nigeria) and supported by the then dominant African ethnic group in Bahia, the Yorubas. In his detailed account of this event, Reis demonstrates that West African slaves living in Bahia prepared for over one year towards the day of the revolt and had created a variety of organizations to further their ends, most importantly Koran study circles. According to Reis, some distinguished British residents of Salvador hosted these Koran study circles in the backyards of their mansions, thus providing Muslim slaves with the opportunity they needed in order to organize. Explains Reis:

In some cases slaves took advantage of their masters largesse and met in their own quarters, where they received friends and spent time reading and writing. That went on in the house of an Englishman names Stuart. Another Englishmen, Abraham, let his slaves James and Diogo construct a hut on his property. In 1835, thus hut was perhaps the most important Malê community center in Bahia.²⁸

A massive concentration of Yoruba slaves, produced by a belated sugar boom that was caused by Haiti's drop-out from the international sugar market and further facilitated by the lifting of trade restrictions after the Portuguese crown had moved to Brazil in 1808, all provided the basis upon which such a revolt could be envisioned. As Reis demonstrates, in 1835 about 80 percent of Salvador's population was black and although the black population was internally divided, Yorubas were able to establish a cultural hegemony among this population, based on

²⁷ The first Maroon societies were established in the Caribbean as early as 1512, according to the travel report of Sir Francis Drake, reproduced in Eliot, Charles William.1909-14. *Voyages and Travels: Ancient and Modern*. Vol. XXXIII, paragraph 21. Drake's report is available online at: <http://www.bartleby.com/33/34.html>.

In Colombia, the Palenque Maroon society of San Basilio was established around 1600, by a runaway slave called Benkos Bioho and his followership. It was never conquered by the Spanish colonizers and still exists at the same location today (Friedemann 1979:35).

The history of Jamaican maroon societies is well established and documented, reaching back to the mid-17th century. What during the early 20th century came to be know and Black Nationalism in the United States, initiated by the Jamaican black leader Marcus Garvey, thus stands in a long tradition of creating separate free communities, a tradition to which Garvey was certainly well acquainted.

²⁸ Reis 1993:105.

their massive influx during the first half of the 19th century. As Yoruba became the lingua franca among Bahian blacks, language barriers that had long complicated communication were broken down and organizing was facilitated. Increased levels of urbanization provided another element facilitating black organizing during this time, enabling secret encounters in shielded backyards and secret meetings in the houses of free Africans and blacks and in general in the backyards and shadows of the slave-holding society.

According to Reis, the Muslim who masterminded the 1835 revolt in Bahia did not seek to return to Africa, but rather attempted to establish a Bahian Caliphate, a “Bahia for the Africans.”²⁹ To them, Islam provided the social glue able to forge a trans-ethnic and transnational, yet already Brazilian black identity. According to Reis, “Islam was not just a class ideology, not just a slave ideology; it was rather, the ideology of many peoples of non-European civilizations. It confronted the Brazilian master with a full-length portrait of an undivided Other.”³⁰

Pierre Verger (1987) lists a total of ten slave revolts between 1807 and 1830, leading up to the big revolt of 1835 in the state of Bahia alone, but Bahia was not the only state built on slave labor that had erected plantation societies where enslaved and free blacks by far outnumbered whites and there is no reason to believe that Bahia was at all extraordinary in this regard. Slave revolts, just as the formation of free communities and cities, in other words, were common phenomena wherever slavery existed.

Open revolt and revolution must thus be seen as the second major repertoire of black resistance to oppression in the Americas. This strategy was applied wherever political opportunities arose and where slaves and free blacks were able to gather enough resources and build up enough momentum for large-scale uprisings, as the cases of Haiti and Salvador demonstrate.³¹ To be sure, among the facilitating factors in Salvador were the establishment of Yoruba as a lingua franca among slaves of different linguistic background; the proximity created by increased urbanization, which allowed for gatherings and coordination; the opportunities created by lax authorities; and finally the overcoming of internal divisions and the creation of a pan-ethnic, and pan-racial solidarity. This solidarity was crucial for mobilization, as Reis demonstrates. It was also its weakest point, which becomes clear considering that it was a slave from a non-dominant ethnic group (Bantu) that prevented the success of the Malê revolt by alerting the police. In Haiti, according to Dubois (2005), the revolution also became possible when racial divisions between blacks and mulattoes were overcome, allowing for a broad mobilization.

Were opportunities for large-scale rebellion and the creation of free communities were not present and resources for mobilization not readily available, slaves had to resort to other strategies. Given that achieving freedom must be seen as the main goal for slaves, it comes to no surprise that under most circumstances, the achieving of this goal required much cunning and compromise. Seeking manumission and achieving status in white society through mixing with whites or achieving higher-ranking jobs must be seen as the most quotidian strategy of resistance to systematic oppression and exclusion for all those not able to resort to more drastic means. Running away for short, or sometimes extended, periods of time also comprises the rather unspectacular and common strategies of resistance. So does sabotage, as is illustrated, for example by the description of Brazilian sugar plantation life, by the Jesuit Father André João Antonil (1976), first published in 1711. Pierre Verger (1992) has provided an elucidating account of different strategies used by former slaves to achieve their freedom. Among those, the buying of one’s freedom rates salient.

²⁹ Reis 1993:121.

³⁰ Reis 1993:113.

³¹ Dubois, Laurent 2005.

Post Abolition

Once freedom was achieved for all Brazilian slaves (in 1888), Brazilian blacks continued to struggle for their rights and against the racist institutions and attitudes of their white counterparts. According to Butler (1998), who carried out a comparative historical study on post-abolition black organizing in São Paulo and Salvador, the industrialized context in São Paulo allowed for a more political response to exclusion on the side of the excluded Afro-Brazilians in the post-abolitionist time period of 1888 to 1930, whereas the barely industrialized context of poor Bahia led to Afro-Brazilian organizing in the cultural realm. Butler finds that,

Abolition brought a new sense of freedom for Africans and their descendants to fully express themselves and their culture. In so doing on the public streets of Salvador during Carnival, they crossed a tacit boundary, unleashing a floodgate of anger at what was perceived as the Africanization of Bahian culture. White elites, supported by the legal system, government, and armed forces, were determined to stamp out Africanisms, particularly the rapidly growing Candomblé. Despite such opposition, Africans ultimately succeeded in making Salvador the city in the Americas most closely associated with African-based culture in the twentieth century.³²

Butler shows how the Afro-Brazilian Candomblé religion that is widely practiced in Bahia, along with other cultural activities, such as Carnival, functioned as spaces of resistance for the local black population.³³ According to Butler,

Manifestations of self-determination outside the strictly defined political world of formal parties and electoral processes could nonetheless have had important political repercussions. The most visible ethnic activism on the part of Afro-Bahian collectives between 1888 and 1938 was directed toward the protection of cultural freedoms. These included what became known as the “African” Carnival clubs and the many congregations of Candomblé. The simple act of manifesting African-based cultural forms was a political act of self-determination in that it counteracted the restrictive ideologies of the dominant culture. Viewed in that light, the underlying objectives of Afro-Brazilians did not differ so dramatically in the northeast and the south. Afro-Brazilians viewed abolition as an opportunity to redefine their position in Brazilian society and culture. In both areas, when the promise of freedom fell short, they staked out social spaces to be conquered through collective activism. By so doing, they forced Brazilian society to open its doors to a population of African descent no longer willing to accept the terms of its exclusion.³⁴

Culture and religion both provided for spaces for protest and organizing, where political organizing was just not an option, for several reasons. Not only was political organizing outlawed at times, it was also typically dependent on organizing opportunities provided at the workplace. Given that Brazilian blacks remained marginal at the labor market, their potential for political organizing was severely restricted. Wherever these two factors changed, political organizing followed. In the city of Sao Paulo, with its industrial growth after abolition, blacks found opportunities to organize politically, whenever the states, and even more concretely, the police, did not make it impossible. Examples of early twentieth century black organizing include the *Frente Negra Brasileira*, the “Brazilian Black Front,” which was created in 1931 and had a

³² Butler 1998:169.

³³ Butler 1998:206.

³⁴ Butler 1998:133.

membership of about 200,000 members in 1936 – until the government of Getulio Vargas started to suppress and finally outlaw the *Frente*.³⁵

When the Vargas regime finally loosened its grip on Brazilian society and initiated a transition to democracy, identity-based black organizations almost immediately took advantage of this opening. One of the most salient organizations created under this climate of political *abertura* (opening) was the *Teatro Experimental do Negro*, the “Experimental Negro Theater,” (TEN) which was co-founded by one of the most important and influential of all Brazilian black activists, Abdias do Nascimento. In 1950, TEN organized the First National Negro Congress, held in Rio de Janeiro.³⁶

In the city of Salvador, the first black political organizations emerged during the times of the “Old Republic,” namely the Typesetter Association of Bahia, created in 1870 and Worker’s Center of Bahia, created 1894, but suppressed by the Vargas regime as of 1930. According to Borges (1992),

Early Brazilian unions had developed out of mutual-aid associations and Catholic brotherhoods, and they retained a strong concern with survivors’ and burial benefits. The leading labor organization in Bahia, the Associação Tipográfica da Bahia and the Centro Operário, were accommodationist unions, the latter particularly close to J.J. Seabra.³⁷

The proto-fascist “Estado Novo” regime, which lasted from 1937 to 1945, vehemently suppressed and streamlined all forms of labor organizing, as well as all associations that focused on ethnic, racial, or otherwise potentially divisive loyalties in the name of an all-embracing, and some might say suffocating, nationalism, projected and sold to the broader public as the only way to be Brazilian, namely to be part of a “Racial Paradise.” However, after the fall of the Vargas regime in 1945, political organizing re-started. The São Paulo-based *Teatro Experimental do Negro* is but one of many black power organizations emerging in the late 1940s and early 1950s. In Salvador, black organizing was advanced, for example, by the dockworkers – the first predominantly black workforce able to achieve certain labor rights in the city of Salvador. In 1949, they created the Carnival Society “Sons of Gandhi” (“Filhos de Ghandy”), which provided an important space for the display and projection of black pride, as the Club members took the street during Carnival, playing African rhythms and dancing according the African rhythmic tradition, known in Salvador as *Ijexa* and preserved in city’s *Candomblés*.³⁸

Religion provided yet another institutional framework for resistance and organizing, on many different levels. The practice of African religion, which is very widespread all over Brazil but especially in urban centers like Salvador, provides a space for the renewal of self-esteem for all those exposed to the daily mistreats and discrimination by the privileged classes. At the same time, African religion provided for institutional spaces to organize, rebuilt, and renew community (Braga, 1995). According to Butler,

The *Candomblés* also offered practical assistance to the poor people who made up *Candomblés* membership base. Ruth Landes recalled the comment of Edison Carneiro that “the *Candomblé* organization offered the only social insurance of value to the blacks ... if a man, or a woman, were poor, his temple group would try to help him out. They would try to get him a job or introduce him to somebody useful or, if he were in trouble with the police, would hide him with

³⁵ Davis 1999:187

³⁶ Davis 1999:192.

³⁷ Borges 1992:144.

³⁸ <http://www.degandhy.com.br/home/>.

no questions.” In this respect, the ability of Candomblés to deliver vital services and resources ensured their popular support in much the same fashion as the Frente Negra Brasileira.³⁹

The same is true for the still dominant Roman Catholic Church. Even though this church was heavily involved in the exploitation of Africans in the Americas, it also provided an institutional framework for organizing under difficult conditions, when no other institution could grant even minimal protection. Under the protection of the Roman Catholic Church, Brazilian blacks created church-related lay organizations, called “orders of the third degree,” brotherhoods, and solidarities as mutual aid societies and to seek protection and status. According to Marjo de Theije (1990), who conducted a case study of lay brotherhoods in the city of São João del-Rei, Minas Gerais. Theije found that in São João del-Rei, “the first brotherhoods were organized by the inhabitants of the settlement before the town acquired official status (1713) and even before the parish was formed.”⁴⁰ According to this author, “the first inhabitants were the Portuguese and their slaves. The first brotherhood was the Irmandade de Nossa Senhora do Rosario, founded in 1708 for and by black slaves and freemen.”⁴¹ Patricia A. Mulvey (1980), who studied slave confraternities in colonial Brazil, equally demonstrates their importance as mechanisms for black organizing. She finds that “like modern trade unions and medieval guilds, the black sodalities provided needed social welfare services and protection for the African population in Brazil.”⁴²

Afro-Brazilians also created their own social clubs, the first of which emerged in 1872, in the southern city of Porto Alegre, namely the black social club *Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora* (“Beneficent and Cultural Society Floresta Aurora”), which until today promotes social and cultural event for their members.

Black organizing thus never ceased – even if it was at times severely difficult to achieve. As pointed out earlier, in 1937, Getúlio Vargas outlawed such organizations as the Frente Negra. In 1945, once Vargas’ “new state” collapsed and democracy was restored and restrictions on black organizations were lifted, black organizing responded by once again creating visible organizations. During the time of official restrictions however, black organizing did not stop but rather had to change its repertoire as activists and militants had to find innovative ways to pursue their goals. As Zelbert Moore (1989) demonstrates, during the years of the Brazilian military regime (1964-1985), when overt organizing was outlawed, Brazilian blacks resorted to culture as a way of promoting black identity. According to Moore, during the 1960s, “they adopted the trappings of Afro hairstyles, clothing, Soul music, and even the language of “Black Power.”⁴³ During the harshest years of the military regime, overt political organizing was impossible and culture became the main arena for black organizing. However, when the iron grip of the military started to soften, in the late 1970s, political organizing once again became a central tool of black organizing. According to Moore, “in 1975, Blacks in Rio de Janeiro and São Paulo established two organizations in order to facilitate communication within the various communities. These were the *Sociedade de Intercambio Brasil-Africa-SINBA* (Brazil-Africa Interchange Society) and the *Instituto de Pesquisas das Culturas Negras – IPCN* (Research Institute for Black Cultures).”⁴⁴ Other, similar black consciousness organizations were formed in other parts of the country – such as the *Centro de Cultura Negra do Maranhão* (Center of Black Culture of Maranhão), in the city of São Luis, which was created in September of

³⁹ Butler 1998:206.

⁴⁰ Theije 1990: 192.

⁴¹ Theije 1990:192f.

⁴² Mulvey 1980:41.

⁴³ Moore 1989:403.

⁴⁴ Moore 1989:404.

1979.⁴⁵ Even more importantly, in 1978, black activists founded the *Movimento Negro Unificado* – *MNU* (Unified Black Movement), the first nation-wide organization of organized black resistance.⁴⁶

Brazilian Black Power after 1979

1979 marks the beginning of the Brazilian “abertura,” the beginning of the redemocratization process. Under the military regime, all political organizing was severely restricted and any organize along ethnic line outlawed, in an effort to undermine potentially disruptive social movements. Thus, during the 1970s and 80s, when Brazil transitioned back to democracy, not surprisingly, identity-based black activism re-surfed and many black organizations were created all over the country. In an interview conducted in November 7, 2003, Edna Santos Roland, long-time Brazilian black power activist and since 2003 Coordinator of the *Struggle against Racism and Racial Discrimination in Latin America and the Caribbean*, an UNESCO organization, explained that Brazil’s participation in the Third World Conference against Racism, held in Durban, South Africa in September of 2001, provided political opportunities back home, once the Brazilian state was forced to officially admit that Brazil was a racist country. According to Roland, “Durban was a watershed experience for the Brazilian Black Power Movement,” because it forced that state to revise its traditional discourse of racial democracy and triggered the production of official data and statistics by such governmental organizations as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Institute for Applied Economic Research (IPEA). Since 2001, the Brazilian Black Power Movement has been able to successfully challenge the hegemonic doctrine that Brazil is a racial paradise⁴⁷ and this recognition has created the possibility of discussing issues of affirmative action and group rights.⁴⁸

After Durban, the Brazilian state indeed radically changed its approach towards ethnic minorities, replacing the age-old strategy of simply denying the very existence of racial inequality, to openly admitting to problems of racism and even responding to this newly admitted problem by crafting public policies to address racism and racialized exclusion in Brazilian society. The Minister of Education under the presidency of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Paulo Renato Souza, for example, addressed the topic of affirmative action in a public letter, published in Brazil’s most respected daily newspaper, the *Folha de São Paulo*. In an open letter, published on August 30, 2001,⁴⁹ Souza discusses different strategies to combat racism in Brazil, thus providing evidence that issues of race and affirmative action are no longer taboo in Brazilian public discussions. On January 24, 2002, The *Folha de São Paulo* published another article about racism in the Brazilian industry entitled “Brazilian Company is white and male,” providing further evidence for the gradual dissemination of a new racial common sense in Brazilian society.⁵⁰ Furthermore, in 2002, the Ministry of Agriculture and several Federal and State Universities adopted affirmative action policies in their admissions, a policy that was subsequently adopted by numerous Universities across the country.

These examples demonstrate that the Anti-Racism Conference held in Durban in 2001 opened the door for a broader discussion of racism in Brazilian society. At the same time it is important to recognize that identity-based activism is much older than the accounts on new social movements suggest.

⁴⁵ Interview with Maria Raimunda Araujo, co-founder, conducted on July 30, 2008.

⁴⁶ The history of the MNU has been documented by Covin, 2006.

⁴⁷ Several articles in Hanchard 1999 tell the story of the Brazilian black power movement. Hanchard (1994) has also written a book about the black power movement of Sao Paulo and Rio de Janeiro, covering the time-period from 1945 to 1988. Lélia Gonzales has discussed the Movimento Negro Unificado (MNU) in her contribution to the book edited by Pierre-Michel Fontaine (1991). George Reid Andres (1991) has included a history of the São Paulo black power movement into his analysis of Brazilian race relations, and Kim Butler (1998) has compared Afro-Brazilian Post Abolition organizing in São Paulo and Salvador.

⁴⁸ Articles like these have appeared since the mid 1990s in several major Brazilian newspapers and journals, such as *Veja*, *Isto É*, and *Folha de São Paulo*.

⁴⁹ *Folha de São Paulo*, January 24, 2002, page A3.

⁵⁰ *Ibid*, page B10.

Identity-based black power movement in the Americas is as old as the institution of slavery and has achieved outstanding victories against state elites as early as in the 17th century, when the free republic of Palmares was founded in the Brazilian hinterlands.

Conclusion: Brazilian Black Power: A Constant with Varying Repertoires

Black organizing in Brazil has a long history of contention that responded, whenever possible, directly to the racist and exclusionary practices of white society and the state. Furthermore, whenever direct confrontation was made impossible by an authoritarian state or an extremely pervasive cultural hegemony able to de-legitimize any discourse around issues of racism, identity-based black power movements responded by shifting their strategies away from the political realm into other field of organizing, namely into the field of culture and religion, thus transforming African-based religion into an instrument of political resistance and making even Carnival a podium to protest white supremacy and exploitation, as Butler has demonstrated. Black, and thus identity-based, organizing was indeed extremely persistent and consistent in Brazil, even in the face of extreme exploitation and control. Under slavery, when even public gatherings and drumming were outlawed, Brazilian blacks – slaves and free persons – were able to create such identity-based organizations as black lay orders (*ordens terceiras*) that used the only institutional framework able to grant minimal degrees of protection, the Catholic Church. The idea of “new” social movements emerging in the Americas during the 1970 and 80s is thus misleading and the case of black organizing in Brazil raises important question about the applicability of this framework for the analysis of other, related identity-based social movements in Latin America.

References

- ALVAREZ, Sonia; DAGINO, Evelyn; ESCOBAR, Arturo (eds.) Cultures of Politics. Politics of Cultures. Boulder: Westview, 1998.
- ANTONIL, André João. Cultura e Opolência do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, [1711]. 1976.
- BORGES, Dain. The Family in Bahia, Brazil, 1870-1945. Stanford: Stanford University Press, 1992.
- BRAGA, Julio. Na Gamela do Feitiço. Salvador: EDUFBA, 1995.
- BURDICK, John. Blessed Anastasia. London: Routledge, 1998.
- BUTLER, Kim. Freedoms Given Freedoms Won. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.
- COVIN, Davis. Unified Black Movement in Brazil, 1978-2002. New York: McFarland & Company, 2006.
- DALTON, Russell; KUECHLER, Manfred and BÜRKLIN, Wilhelm. “The Challenge of New Movements.” Pp. 3-20 in Challenging the Political Order, ed. by DALTON and KUECHLER. New York: Oxford University Press, 1990.

- DARIEN, Davis. Avoiding the Dark. London: Ashgate, 1999.
- DUBOIS, Laurent. Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution. New York: Belknap, 2005
- ECKSTEIN, Susan (ed.). Power and Popular Protest. Latin American Social Movements. Berkeley: University of California Press, 1989.
- HANCHARD, Michael. Orpheus and Power. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- JOHNSTON, Hank and Bert Klandermans (eds.). Social Movements and Culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.
- LARAÑA, Enrique; JOHNSTON, Hank and GUSFIELD, Joseph. New Social Movements: From Ideology to Identity. Philadelphia: Temple University Press, 1994.
- MCADAM, Doug; MCCARTHY, John and ZALD Mayer. Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MELUCCI, Alberto. Challenging Codes. Collective Action in the Information Age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MILLER, Joseph. Way of Death. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- MOORE, Zelbert L. “Out of the Shadows: Black and Brown Struggles for Recognition and Dignity in Brazil, 1964-1985.” Journal of Black Studies, Vol. 19, No. 4, June 1989:394-410.
- MULVEY, Patricia. 1980. “Black Brothers and Sisters: Membership in Black Lay Brotherhoods of Colonial Brazil.” Luso Brazilian Review, Vol. 17, No. 2 (Winter, 1980):253-279
- REIS, João José. Slave Rebellion in Brazil. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.
- REITER, Bernd. “Fighting Exclusion with Culture and Art. Examples from Brazil,” in: International Social Work, 52(2), March 2009: 146-157
- RODRIGUES, Nina. Os Africanos no Brasil. Brasilia: Editora UnB, [1906] 1988.
- TARROW, Sidney. Power in Movement. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- THEIJE, Marjo de. “Brotherhoods Throw More Weight Around than the Pope: Catholic Traditionalism and the Lay Brotherhoods of Brazil.” Sociological Analysis, 50, 2: 1990.189-204.
- VANDEN, Harry and PROVOST, Gary. Politics in Latin America. The Power Game. New York: Oxford University Press, 2002.
- VERGER, Pierre. Fluxo e Refluxo. São Paulo: Corrupio, 1987.
- VERGER, Pierre. Os Libertos. São Paulo: Corrupio, 1992.

Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST

Harry E. Vanden

Professor titular de Ciência Política e Estudos Internacionais na Universidade do Sul da Flórida, Tampa. Professor visitante na UNESP (2007)

Endereço profissional: University of South Florida, Department of Government and International Affairs, 4202 East Flower Avenue, SOC107

Tampa, Florida 33620-8100

Endereço eletrônico: vanden@cas.usf.edu

Resumo

O Neoliberalismo e outros aspectos da globalização que afetam negativamente as massas na América Latina fizeram as classes populares reavaliarem sua participação nos partidos políticos e na política que não lhes empoderou. Na sublevação de Caracas em 1989, novos movimentos começaram a se formar e crescer como, por exemplo, o Movimento V República da Venezuela, os Zapatistas no México, os movimentos indígenas no Equador (CONAIE) e na Bolívia (Cocaleros e federações/sindicatos de camponeses). O Movimento Sem Terra (MST) - o maior dos novos movimentos sociais - apresenta ao mesmo tempo seu potencial e suas limitações como se observa no fato do Partido dos Trabalhadores de Lula não realizar a profunda reforma agrária que o MST reivindica e, ao contrário, apóia o agronegócio.

Palavras – chave: novos movimentos sociais, MST, Brasil, democratização, globalização.

Resumem

Nuevos movimientos sociales, globalización y democratización: la participación del MST

El neoliberalismo y otros aspectos de la globalización que afectaba negativamente a las masas en América Latina causaron las clases populares reevaluar su participación en los partidos políticos y la política que no les empoderó. Empezando con la sublevación en Caracas en 1989, nuevos movimientos empezaron de formarse y crecer como se ve en el Movimiento V República en Venezuela, los Zapatistas en México, los movimientos indígenas en Ecuador (CONAIE) y Bolívia (Cocaleros y federaciones/sindicatos de campesinos). El Movimiento Sin Tierra (MST) - el más grande de los nuevos movimientos sociales representa a la vez su potencial y sus limitaciones como se ve en la manera que el Partido de los Trabajadores de Lula no ha alcanzado la profunda reforma agraria que el MST pedía y al contrario apoyaba al agroexportador.

Palabras-clave: Nuevos movimientos sociales, MST, Brasil, democratización, globalización.

Abstract

New Social Movements, Globalization, Democratization, MST Participation

The neoliberalism and other aspects of globalization that impacted negatively on the masses in Latin America caused the popular classes to reevaluate their participation in traditional parties and politics that did not empower them. Starting with the 1989 uprising in Caracas new movements began to form and grow as manifest in the V Republic Movement in Venezuela, the Zapatistas in Mexico and the indigenous movements in Ecuador (CONAIE)

and Bolivia (Cocaleros and peasant federations). The Landless Movement in Brazil (MST) - the largest of the new social movements represents their potential as well as their limitations as manifest in the way Lula's Labor Party has not achieved the thoroughgoing land reform the MST has called for and has instead sided with export oriented agribusiness.

Keywords: New Social Movements, MST, Landless Movement, Brazil, democratization, globalization.

Introdução

Na América Latina é amplamente conhecido como as elites têm determinado os rumos da política externa. Através dos diversos tipos de mídia, as elites manipulam a opinião pública e controlam a maior parte da população pobre, que marginalizada e dependente não tem autonomia nos processos de tomada de decisão. Todavia, nas últimas décadas, observamos diversas formas da mobilização popular que têm mudado a conduta e os rumos da política em alguns países latino-americanos. Por exemplo, o aumento dos protestos populares na América Latina contra as políticas econômicas neoliberais e suas medidas de austeridade ligadas às políticas externas.

Esses protestos tomaram formas variadas: a rebelião Zapatista no México; o Movimento Quinta República, de caráter neopopulista, liderado por Hugo Chávez na Venezuela; o movimento indígena nacional liderado pela Confederação Nacional Indígena do Equador (CONAIE) e as mobilizações em prol de Rafael Correa; as mobilizações contra Sánchez Lozano e Mesa e em prol de Evo Morales na Bolívia; as intensas e diversas mobilizações populares na Argentina e as manifestações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil.

Estes movimentos são uma recente e bradante manifestação do fantasma de mobilizações populares que atormenta as elites governantes e que assombra a América Latina desde os tempos coloniais. Atualmente, um vasto contingente de pessoas, especialmente os pobres, parecem compreender melhor que a incorporação da América Latina ao processo de globalização deixou-os marginalizados econômica e politicamente. As reações no México, Bolívia, Brasil, Equador, Venezuela e Argentina vêm sendo fortes e significantes e, de formas variadas, nos fazem ponderar se o projeto político dominante nesses países contempla de fato o povo. É possível afirmar que a democratização e celebração da sociedade civil permitiram e encorajaram a emergência de fortes e amplos movimentos sociais.

Novos movimentos sociais e a democratização

Há um consenso cada vez mais amplo de que o novo empreendimento político das elites tradicionais e modernas deixa para trás a maior parte da população, marginalizando efetivamente ainda mais grupos específicos. São muitos os indicadores dessa insatisfação e descrença: alienação geral quanto aos processos políticos tradicionais, aumento da criminalidade, altas taxas de abstenção nas eleições, como evidenciado pela baixa taxa de comparecimento nas eleições argentinas de 2001 (PURCEL, 2001). As eleições nacionais de 1998 no Brasil observaram um fenômeno semelhante, com 40% do eleitorado abstenendo-se, anulando ou votando em branco (BANCO DE DADOS POLÍTICOS DAS AMÉRICAS, 2002). Mudanças de atitudes como estas muitas vezes levaram ao abandono de partidos políticos tradicionais em favor de novos partidos, mais amorfos e formados de improviso, como o Movimento Quinta República na Venezuela, liderado por Chávez. Tais mudanças também produziram um levante de novos movimentos sociopolíticos e organizações de massa, bem como uma grande quantidade de greves nacionais e protestos, como aqueles que atravessaram a Argentina no final de 2001 e começo de 2002.

Sistemas de comunicação de massa e acesso fácil e relativamente barato como a Internet combinaram-se com maiores níveis de alfabetização e maior grau de liberdade política durante o processo de democratização (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, 1999). Isso ocorreu simultaneamente à disseminação ampla de idéias de democracia de base, participação popular, fortalecimento de políticas públicas pela reivindicação de movimentos populares e até elementos de Teologia da Libertação e associativismo cristão. Há uma crença cada vez maior de que deve existir igualdade econômica e de que os sistemas contra tal igualdade necessitam de mudanças. Diferentemente dos movimentos radicais revolucionários das últimas décadas, esses novos movimentos sociais não advogam a reestruturação radical do Estado através de uma violenta revolução. Seu foco primário é trabalhar com o sistema político existente, pressionando-o em seus limites para conseguirem as mudanças e reestruturações necessárias¹.

O fim dos governos autoritários e a democratização iniciada em meados dos anos 1980 criaram novas dinâmicas políticas em muitas nações latino-americanas. Espaços políticos começaram a ser criados, transformando-se no que se passou a chamar “sociedade civil” e novas formas de atuação política surgiram em conseqüência. O prospecto de uma vanguarda elitista armada começou a sumir em face de mobilizações sociais e políticas desarmadas. A asserção do poder popular, remanescente das mobilizações das Ligas Camponesas do Nordeste brasileiro, começou a borbulhar em novas e variadas formas.

No momento em que as políticas econômicas neoliberais tornaram-se mais amplamente utilizadas nos anos 1990, ficava evidente que os ultrapassados sistemas políticos da maior parte da América Latina não eram capazes de satisfazer as necessidades da maior parte da população. De fato, aos olhos da maior parte dos setores populares da América Latina, os ajustes estruturais e as reformas neoliberais defendidas por instituições levaram-nos a procurar novas formas de protesto e estruturas políticas diferenciadas que pudessem lidar melhor com suas necessidades, uma vez que os governos e partidos tradicionais pareciam cada vez mais incapazes de atendê-los.

Ao longo dos anos 1990, a insatisfação com os líderes e partidos políticos tornou-se mais difundida, assim como as dúvidas sobre a legitimidade do próprio processo político. Personalismo, clientelismo, corrupção e cobiças tornaram-se objetos de zombaria e revolta, até mesmo de fúria. Os efeitos do neoliberalismo, do racismo e classismo contínuos, bem como os clamores cada vez mais fortes por igualdade se intensificaram. Com crescentes questionamentos sobre a relevância e legitimidade do sistema, essas demandas não eram direcionadas exclusivamente ao sistema político em si, mas sim para a sociedade em geral. Tampouco as populações da maior parte dos países buscaram na luta armada e em movimentos revolucionários formas de remediar seus problemas (o caso da Colômbia é uma notável exceção). Eles buscaram algo diferente. Os grupos procuraram por novas estruturas que respondessem às demandas percebidas, embora nem sempre claramente articuladas, emergentes dos setores populares.

MST, organização e globalização

O próprio MST formou-se como resposta às condições econômicas, sociais e políticas do Brasil, há muito inalteradas. A terra, a riqueza e o poder foram alocados de formas extremamente desiguais desde o início do século XVI. A posse da terra continuou altamente concentrada e, mesmo depois de muitos anos, em 1996, 1% dos proprietários de terra possuíam 45% da terra (PETRAS, 2001). Por outro lado, em 2001, havia algo em torno de 4,5 milhões de trabalhadores rural sem-terra no Brasil. A riqueza permaneceu igualmente concentrada. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2001) anunciou que os

¹ A participação muito breve da CONAIE's em uma junta que se apoderou do edifício do Congresso do Equador por uma noite em Janeiro de 2000 é exceção. Ver: COLLINS (2000).

10% mais ricos da população recebiam uma renda média que era 19 vezes maior que a dos 40% mais pobres.

A agricultura de “plantation” que dominou o período colonial e o início da era republicana tornou-se padrão para a sociedade brasileira. Os poucos ricos que tinham controle das terras apropriaram-se dos lucros e decidiam os destinos políticos da população. A instituição da escravidão provia a maior parte da mão-de-obra para o sistema de plantação inicial e assim contribuiu ainda mais para a polarização das relações sociais entre as ricas elites proprietárias de terras e as fadigadas massas sem direito ao voto trabalhando nos campos. A terra se manteve nas mãos de poucos e os trabalhadores rurais continuaram a ser mal pagos e mal tratados.

A “revolução verde” iniciada nos anos 1970 intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o êxodo rural. Esse processo continuou e tornou-se ainda mais forte com a consolidação do agronegócio ligado à crescente globalização da produção. Grandes propriedades demitiram trabalhadores rurais, expulsaram arrendatários da terra que cultivavam e adquiriram a terra de camponeses. Isso resultou em crescente desemprego rural e o aumento das famílias rurais sem terra que migraram para as cidades, inchando as estatísticas de miséria urbana. Outros optaram pelo programa de colonização da Amazônia patrocinado pelo governo, que promoveu a migração de famílias para a região amazônica.

O MST foi fundado no Sul do Brasil em 1984 como uma resposta à pobreza rural e à incapacidade das políticas agrária de promover o acesso a terra. As condições que propiciaram o surgimento do MST se reproduziam em muitos estados, o que possibilitou a sua territorialização. De fato, havia trabalhadores e camponeses sem-terra por todo o país e o MST logo se territorializou do Rio Grande do Sul e Paraná para estados como Pernambuco no Nordeste e Pará na região amazônica (STÉDILIE e FERNANDES, 1999). O MST rapidamente tornou-se uma organização nacional com políticas coordenadas e fortes estruturas de participação local, caracterizadas pelas freqüentes reuniões estaduais e nacionais baseadas na representação direta. Já em 2001, havia organizações ativas do MST em 23 dos 26 estados (BRADFORD e ROCHA, 2003). Hoje o MST é, possivelmente, o maior e mais amplo movimento socioterritorial da América Latina. O número de associados passa de 1.000.000. Ele possui alta capacidade de mobilização local, estadual e nacionalmente. Em 1997, por exemplo, a organização foi capaz de mobilizar 100.000 pessoas para uma marcha em Brasília. O Movimento organiza simultaneamente protestos em vários estados continuamente.

Suas ações são bem articuladas. O MST entende claramente a crescente comercialização da produção agrícola, suas ligações a economia capitalista internacional e suas conseqüências para a vida social. De forma análoga, têm consciência plena de como a globalização está fortalecendo essas tendências e ameaçando seu modo de vida. Em pequenas aulas, encontros e assembléias, e por meio de seu jornal, *Jornal dos Sem Terra*, sua revista, *Revista Sem Terra*, e diversos panfletos, eles informam suas bases com um programa bem planejado de educação política. Eles até mesmo fundam escolas em seus acampamentos, assentamentos e cooperativas para certificar-se de que a próxima geração tenha uma visão clara da política em jogo². As novas gerações freqüentam o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA e a Escola Nacional Florestan Fernandes, onde obtêm uma forte orientação política e popular, instrução bem fundamentada em teoria organizacional e política e em habilidades práticas como contabilidade e administração.

O MST também facilita o desenvolvimento de estruturas organizacionais de base altamente participativas baseadas em grupos de aproximadamente 10 famílias, que constituem um “Núcleo Base” nas comunidades. Assembléias locais se reúnem com freqüência e os membros da unidade familiar são encorajados a participar. Por sua vez, as freqüentes assembléias regionais, estaduais e nacionais incorporam representantes dessas

² Pesquisas do campo no Estado do Rio Grande do Sul 2001. O MST produz matérias educacionais e guias, instrução e orientação em como desenvolver escolas e a educação popular. Ver, (MST, 1999 e MST 1999a).

unidades de nível local³. A liderança é coletiva em todos os níveis, mesmo nacionalmente, no qual aproximadamente 102 militantes compõem o Conselho de Coordenação Nacional⁴.

Sua cultura política e processo de tomada de decisões rompem claramente com a tradição autoritária. O Movimento foi altamente influenciado pela Teologia da Libertação e pela cultura de democracia representativa gerada pelo estudo e uso das idéias de Paulo Freire sobre educação crítica auto - ministrada. De fato, a natureza fortemente participativa da organização e a natureza coletiva da liderança e tomada de decisões fizeram com que surgisse uma cultura política que desafia noções tradicionalmente autoritárias e estruturas verticais de tomada de decisões (BOGO, 2000 e BRANDÃO, 2001).

Uma das características de movimentos sociais como o MST é uma ampla visão nacional e cada vez mais internacional. Os Sem Terra visam uma reforma agrária abrangente e uma completa reestruturação da produção agrícola em todo o Brasil, como sugere o panfleto preparado para seu quarto congresso nacional em 2000: “Reforma Agrária para um Brasil sem latifúndios” (MST, 2000). O MST acredita que é impossível desenvolver o país, construir uma sociedade democrática ou mitigar a pobreza e desigualdade social no campo sem eliminar o latifúndio. Entretanto, defendem que a Reforma Agrária só será viável se for parte de um projeto popular que transforme as estruturas sociais e econômicas do Brasil (Ibid, 2000).

Como muitos dos movimentos sociais e políticos recentes da América Latina, os Sem Terra estão bem cientes de que sua luta está vinculada a conjunturas internacionais. Portanto, desafiam a visão positiva do neoliberalismo apresentada pela mídia global⁵. Em um documento sobre os “Princípios Fundamentais para a transformação social e econômica do Brasil Rural”, eles apontam que “a unidade política das classes dominantes sob a administração Fernando Henrique Cardoso consolidou a implementação do neoliberalismo”, e que essas políticas neoliberais levaram à concentração crescente de terra e riquezas nas mãos de poucos e um maior empobrecimento da sociedade brasileira. “Movimentos populares”, diz o documento, “devem desafiar essa conceitualização neoliberal de nossa economia e sociedade” (MST, 2001).

Mobilização política de massas é outro de seus princípios organizacionais fundamentais, como observado em suas imensas mobilizações para ocupação de terras e passeatas nas ruas. Essa estratégia é amplamente utilizada e divulgada pelos membros do MST. O panfleto distribuído com o tema: “O Brasil precisa de um projeto popular”, clama pela mobilização popular, apontando que “todas as mudanças na história da humanidade só aconteceram quando as pessoas se mobilizaram” e que, no Brasil, “todas as mudanças sociais e políticas foram obtidas quando as pessoas se mobilizaram e lutaram” (MST, 200?).

Como pode ser apreendido com os casos dos países latino-americanos, a política tradicional e os partidos políticos provaram-se incapazes e/ou relutantes em dedicar-se às deteriorantes condições econômicas de grupos marginalizados que sofrem os efeitos negativos da globalização econômica. Por sua vez, os movimentos sociais responderam com organizações de base popular e a criação de um novo repertório de ações que rompe com antigas formas de atividade política e inclui pressão para mudar a política externa para beneficiar a população em geral. Processos organizacionais e ações grupais em desenvolvimento, às vezes com a assistência externa de organizações progressistas preocupadas com a justiça social, agregaram membros individuais em torno de uma forte identidade de grupo.

No caso do Brasil e dos Sem Terra, essa ajuda externa foi prestada, por exemplo, pela igreja Luterana em se e com setores da Igreja Católica pela Comissão Pastoral da

³ Essa forma de organização de dez famílias pode ser o núcleo de base em uma cooperativa, em um assentamento ou em um acampamento. Cada grupo tem representante nas coordenações dos assentamentos, acampamentos e cooperativas, dependendo do caso. Dessa forma de organização saem os representantes para os encontros e congressos regionais, estaduais e nacional. Segundo, Geraldo Fontes (2003), membro da Direção Nacional do MST.

⁴ Ibid.

⁵ Ver, por exemplo, o panfleto de educação política que o MST (1993) utiliza para explicar o Neoliberalismo a seus afiliados.

Terra. Apesar do auxílio dessas organizações e de setores do Partido dos Trabalhadores (PT), a organização nunca perdeu sua autonomia e visão internacional. Estava decidido desde o início que esta seria uma organização para os trabalhadores sem-terra, a ser dirigida por sem-terra em seu próprio benefício conforme definido por eles mesmos dentro de um mundo com fortes pressões dos processos de globalização.

Os Sem Terra, agora organizados na Via Campesina, consideram-se parte da luta internacional contra a globalização econômica. Eles ajudaram a organizar e participaram ativamente do Fórum Social Mundial e já enviaram representantes a passeatas em todo o mundo. Disputas que uma vez já foram localizadas e isoladas tornaram-se inter-relacionadas e efetivamente globais (BROAD, 2002). As redes de comunicações internacionais, incluindo a telefonia celular e, principalmente, a Internet facilitaram enormemente a globalização da consciência sobre as disputas locais e do apoio e solidariedade que recebem. Combinado com ações dramáticas como as grandes ocupações de terras, o MST gerou apoio considerável, tanto nacional quanto internacionalmente e ajudou a transformar lutas locais em eventos nacionais, redefinindo problemas localizados como problemas nacionais que necessitam de atenção e recursos do governo nacional (DELA PORTA e TARROW, 2005).

A interação entre o MST e o PT é bastante instrutiva. As relações entre as duas organizações são, de modo geral, boas em escala local, com muitos indivíduos filiados a ambas as instituições. Entretanto, as lideranças nacionais permaneceram separadas e nem sempre tão cordiais. O MST tem mantido uma linha de atuação no que diz respeito à necessidade de ocupar terras improdutivas e afirmar sua agenda, enquanto grande parte do PT tem optado por uma via mais conciliatória. Assim, os Sem Terra apóiam o PT de modo geral, na maior parte das campanhas locais e apoiaram Luiz Inácio Lula da Silva em suas exitosas campanhas presidenciais. Eles ajudaram a alcançar uma significativa mudança de regime no Brasil: Lula foi eleito em uma vitória sem precedentes com 61% dos votos nas eleições de 2002 e eleito de novo em 2006 apesar de um escândalo sobre corrupção em seu governo.

De fato, percebendo o combate histórico do PT às políticas neoliberais e ao governo elitista, os Sem Terra compareceram em peso nos dois turnos da eleição. Terminada a eleição, o MST não reivindicou fazer parte do governo. Não obstante, continuaram a pressionar este por uma reforma agrária abrangente e pela redistribuição de terras e riqueza. O movimento não admitiria o retorno à “velha política de sempre”. O PT dedicaria ao seu programa “Fome Zero” e a outras iniciativas de cunho socioeconômico e os Sem Terra continuariam a pressionar o governo petista por reformas estruturais que julgassem importantes, em especial a Reforma Agrária (FERNANDES e WELCH, 2008). Já em 2004, o MST mostrava insatisfação considerável com o que considerava uma relativa falta de ação do governo no que diz respeito à reforma agrária e ameaçava engajar-se novamente em grandes ocupações de terras. Ao mesmo tempo, o governo Lula deparava-se com uma crescente pressão por parte das instituições financeiras internacionais por políticas econômicas moderadas. Optando por funcionar dentro da sociedade civil e não se tornar parte do governo, o MST ficou livre para dedicar-se a suas demandas originais pela reforma agrária e pela transformação socioeconômica do país. Nos últimos anos estão cada vez mais conscientes da política externa Brasileira de exportar mais álcool e biodiesel produzido por as grandes unidades agrícolas comercializados nacionais e transnacionais como o Bunge e Born e o efeito negativo que essa orientação tem para os camponeses (JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, 2007).

Como o MST, muitos dos movimentos sociais tornaram-se cada vez mais politizados. Eles representam uma clara resposta às políticas econômicas neoliberais que foram impostas aos países da América Latina pelas instituições financeiras internacionais, pelo governo norte-americano e pelas elites econômicas nacionais. Nos últimos 25 anos, desde que os militares deixaram o governo brasileiro, o MST estabeleceu-se na sociedade civil, aproveitando-se do espaço político considerável que se abriu com a institucionalização da democracia nominal. Atualmente, o Partido dos Trabalhadores, de esquerda, controla o governo nacional, bem como muitos governos estaduais e prefeituras, e prometeu

mudanças e reformas estruturais (STÉDILDE, MORONI e FARIA, 2008). Apesar de talvez faltar-lhe a vontade política necessária para implementar muitos de seus programas, como a reforma agrária, o PT não é totalmente oposto às práticas advogadas pelo MST. Mesmo que ainda não tenha gerado mudanças efetivas, a nova situação política torna improvável a repressão e concede um novo espaço político considerável onde movimentos sociais como o MST podem reivindicar.

Considerações finais

À medida que se engajaram em organizações de base popular e em imensas mobilizações locais e nacionais, o MST e os movimentos sociais desafiaram os padrões de formulação de políticas no Brasil e em muitos outros países da América Latina. Sua militância e crescimento geraram um novo repertório de ações que inclui mobilizações de massa tão grandes que podem depor governos, como na Bolívia, ou forçá-los a mudar seus programas. Eles tornaram os partidos tradicionais ultrapassados, ao mesmo tempo forjando novos horizontes políticos e criando uma cultura política e participativa. Tais movimentos estão apropriando-se do espaço político existente ao máximo. No processo, fortalecem substancialmente a prática da democracia participativa.

Resistem vigorosamente ao processo de globalização corporativa que vem sido apresentado como a cura para o subdesenvolvimento e a pobreza. De fato, a realidade econômica vivida por essas massas de pessoas por toda a América Latina fornece um potente antídoto empírico à prescrição universal por globalizar-se. A formulação de movimentos sociais altamente politizados e a democracia participativa que praticam fornecem uma nova e promissora resposta ao neoliberalismo global. Além disso, essas respostas representam uma mudança substancial da forma anterior de ação política e estão transformando a condução da política no Brasil e na América Latina.

Ainda que o MST não tenha tido o êxito esperado em modificar a política nacional e externa, de modo que o PT respondeu às mobilizações do MST, novos movimentos sociais em outros países tiveram mais sucesso. Por exemplo, as mobilizações massivas na Argentina em 2001 e 2002 facilitaram a política forte em contra da política e influência das instituições financeiras internacionais como o F.M.I. e em prol de uma política externa mais próxima das necessidades populares e nacionais argentinas. É duvidoso que Kirchner tivesse formulado uma política nacionalista tão forte sem tal articulação popular. De igual maneira, a política nacionalista de Evo Morales sobre os recursos naturais como o gás em Bolívia é conquista das mobilizações populares de vários movimentos sociais em 2005 e 2006. Até em Venezuela, é duvidoso que Hugo Chávez pudesse manter sua política externa sem as fortes mobilizações populares dos Círculos Bolivarianos e outros movimentos em Venezuela que o apoiassem.

Por fim, é de notar que o MST está consciente da necessidade de buscar novas ferramentas para mudar a política de Lula e o PT com respeito a agronegócio. Inclusive, em publicação ligada ao MST, eles notam que “O governo Lula em particular, tem se apresentado como um dos grandes defensores da produção de etanol e de biodiesel no cenário internacional.” E que “a agenda dos agrocombustíveis é marcada pelo predomínio dos interesses do capital internacional e do agronegócio, com conseqüências graves para a população” (KUREDA, 2007) A resposta da organização e buscar outro mecanismo de mobilização: celebrar uma conferência com o objetivo de elaborar propostas concretas que armam os movimentos sociais com uma agenda alternativa, a qual expressava os interesses da agricultura familiar e do povo brasileiro (Ibid, 2007). Mais ainda falta ver se esta forma de protesto é e o início de uma política eficaz para mudar a política externa ou somente outro gesto de frustração de um movimento social que tem lutado pela democracia e continua excluído do processo de tomada de decisão na política interna e externa.

*Partes do artigo foram traduzidas por Pedro de Lima Marin (Incrá-SP)
Revisão: Bernardo Mançano Fernandes – UNESP*

Referências

BANCO DE DADOS POLITICOS DAS AMÉRICAS. Brasil: Eleições Presidenciais de 1998. Disponível em: <www.georgetown.edu/pdba/Elecdata/Brazil/press98.html>. Acesso abril 19, 2002.

BOGO, Ademar. O MST e a Cultura. Caderno de Formação, São Paulo, nº 34, 2000.

BRADFORD, Sue; ROCHA, Jan. Cutting the Wire, the Story of Landless Movement in Brazil. London: Latin American Bureau, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. História do menino que lia o mundo. Fazendo História, Veranópolis, nº7, 2001.

BROAD, Robin. Global Backlash, Citizen Initiatives for a Just World Economy. Laham, Maryland: Roman and Littlefield, 2002.

COLLINS, Jennifer. A Sense of Possibility, Ecuador's Indigenous Movement Takes Center Stage. “¡Adelante! The New Rural Activism in the Americas. NACLA: Report on the Americas, 2000. Vol.35, Nº. 5 pp.40-46.

DELA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. Transnational Protest & Global Activism. Lanham, MD.: Roman and Littlefield, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Brazil's Experience with Agrarian Reform, 1995-2006: Challenges for Agrarian Geography. Human Geography. v.1, p.59 - 69, 2008.

FONTES, Geraldo. Entrevista com Geraldo Fontes, membro da Direção Nacional do MST. São Paulo, 17, Set., 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. País termina anos 90 tão desigual como começou. São Paulo, 5, abr, 2001. Folha de São Paulo.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. São Paulo, Out, 2007.

KUEREDA, Rui. Movimentos Sociais realizam Conferência sobre agroenergia. Brasil de Fato, São Paulo, 31 Out. 2007. pp. 25 -31.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. O Neoliberalismo, ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres. São Paulo, 1993.

_____. O que queremos com as escolas dos assentamentos. Caderno de Formação, São Paulo, nº 18, 1999.

_____. Como fazemos a escola de Educação Fundamental. Caderno de Educação, São Paulo, nº 9, 1999a.

_____. Reforma Agrária, por um Brasil sem latifúndio. São Paulo, 2000.

_____. Fundamental Principles for the Social and Economic Transformation of Rural Brazil. Journal of Peasant Studies, Halifax, Vol. 28, Nº. 2:153-54, 2001.

_____. O Brasil precisa de um projeto popular. Cartilha No. 11, São Paulo, 200?.

PETRAS, James. The Rural Landless Workers' Movement. Z Magazine. Campinas, março, 2000.

PURCELL, Susan Kaufman. Electoral Lessons. América Economia. Dezembro 6, 2001, p. 40.

STÉDILE, João Pedro; MORONI, Antônio; FARIA, Nala. É Hora de Mudança. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 Dez. 2008.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente: a trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, Human Development Report, 1999. New York: Oxford University Press, 1999. pp.3-9.

WRIGHT, Agnus; WOLFORD, Wendy. To Inherit the Earth, the Landless Movement and the Struggle for a New Brazil. Oakland: Food First Books, 2003.

Análise do processo de constituição e desestruturação da Cooperativa de Agricultores Assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS

Marcos Botton Piccin

Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFRRJ, e doutorando do Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. Bolsista CNPq.

Endereço: Rua Maria Bicego, 115 fundos, Vila Santa Isabel, CEP: 13084-461 Campinas/SP
E-mail: marcospiccin@yahoo.com.br

Vinicius Ballbianco

Engenheiro Agrônomo, mestrando do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Endereço: Avenida Roraima, nº 51, apto: 5133.
Bairro Camobi, Santa Maria/RS, CEP: 90105-900
E-mail: vinidalbianco@yahoo.com.br

Marcelo Trevisan

Engenheiro Agrônomo, formado pela UFSM.

Endereço: Rua General Tasso Fragoso, nº 54, apto: 102, Bairro Passo da Areia
CEP: 90520-580 Porto Alegre/RS
E-mail: marcelo.trevisan@poa.incra.gov.br

Maurício Botton Piccin

Graduando em Medicina Veterinária pela UFSM.

Endereço: Rua Conceição, nº 947, apto: 303, Centro, CEP: 93010-070 São Leopoldo/RS
Email: piccinae1@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo analisa o processo de constituição e desestruturação da Cooperativa de produção, serviços e comercialização Terra Vida/COOPERVIDA, localizada no Assentamento Ceres, município de Jóia, Rio Grande do Sul (RS). Esse Assentamento foi formado em 1997, como resultado da compra pelo INCRA da chamada Granja Ceres, considerada altamente especializada na produção intensiva de leite. À COOPERVIDA caberia assumir a infraestrutura produtiva da antiga Granja e utilizar uma área de 200 hectares com a atividade leiteira, além de tutorar os assentados tanto na produção quanto na comercialização leiteira. Contudo, as conjunturas da ocorrência da febre aftosa no ano de 2000, da valorização do preço da saca de soja, da introdução de sementes transgênicas, da conjuntura internacional do mercado de lácteos, da aplicação dos créditos do PROCERA, além da *lógica do rolo*, foram fatores determinantes tanto para que a COOPERVIDA desestruturasse sua base produtiva física (área de terra e infraestrutura), quanto para que sua base social perdesse a confiança e referência. Deste modo, problematiza-se a trajetória da COOPERVIDA desde os processos que desencadearam sua fundação até sua desestruturação.

Palavras-chave: Assentamento Ceres; assentamentos rurais; COOPERVIDA; MST; cooperativas no MST.

Resumen

Análisis del proceso de constitución y desestructuración de la Cooperativa de Agricultores Assentados Terra Vida - COOPERVIDA, RS

Este artículo analiza el proceso de constitución y desestructuración de la Cooperativa de producción, servicios y comercialización Terra Vida/COOPERVIDA, situada en el Asentamiento Ceres, en la municipalidad de Jóia, en Rio Grande del Sur (RS). Ese asentamiento fue formado en 1997, según lo resultado de la adquisición por la parte del INCRA de la llamada Granja Ceres, considerada altamente especializada en la intensiva producción de leche. A la COOPERVIDA cabría asumir la infraestructura productiva de la vieja Granja y utilizar una área de 200 hectáreas con la actividad lechera, más allá de tuturar los asentados en la producción tanto como en la comercialización lechera. Sin embargo, las coyunturas de la ocurrencia de la fiebre aftosa en el año de 2000, la valorización del precio de la saca de la soja, la introducción de semillas transgénicas, la coyuntura internacional del mercado de lácteos, el uso de los créditos de lo PROCERA, más allá de la *lógica de la bobina*, han sido factores determinativos para que la COOPERVIDA desestructurase su base productiva física (área de la tierra e infraestructura), así como para que su base social perdiera la confianza y la referencia. De esta manera, buscarse problematizar la trayectoria del COOPERVIDA desde los procesos que han desencadenado su fundación hasta su desestructuración.

Palabra-clave: Asentamiento de Ceres; asentamientos rurales; COOPERVIDA; MST; cooperativas en el MST.

Abstract

Analysis of the process of setting up and destructing farmers Cooperative of Terra Vida Settlements - COOPERVIDA, RS

The present paper examines the process of formation and destruction of the Cooperative of production, service and marketing Earth Life / COOPERVIDA, located in the settlement Ceres, City of Jóia, Rio Grande do Sul (RS). This settlement was formed in 1997 as a result of the purchase of the so-called by INCRA Granja Ceres, considered as highly productive, modern and specialized in intensive production of milk. COOPERVIDA would be responsible of using productive infrastructure of the former farm and productively use an area of 200 hectares with dairy, and tutor farmers-settlers both in production and in dairy milk marketing. However, the circumstances of the occurrence of FMD in 2000, the recovery in the price of bag of soybean, the introduction of transgenic seeds from the international market of milk, the application of credits from PROCERA, beyond the *logic of the roll*, were determinants for both the unstructured Coopervida and its physical productive base (area of land, infrastructure, machinery and equipment), in addition, making the cooperative lose its social base and reliability. Thus, the present paper examines and presents the trajectory of Coopervida from the processes that triggered its creation until its destruction.

Keywords: Settlement Ceres; rural settlements; COOPERVIDA; MST; Cooperative of MST.

Introdução

Este artigo analisa o processo de constituição e desestruturção da Cooperativa de produção, serviços e comercialização Terra Vida/COOPERVIDA, localizada no Assentamento Ceres, município de Jóia, Rio Grande do Sul (RS). Esta cooperativa foi

fundada em 18 de setembro de 1997. Sua fundação está diretamente relacionada com a constituição do Assentamento Ceres em janeiro daquele mesmo ano, quando 113 famílias iniciaram o processo de instalação na referida área. O Assentamento Ceres havia herdado uma grande infraestrutura relacionada com a produção leiteira da antiga proprietária da área, a empresa Varig Agropecuária S.A. (VAGRO). Entre os objetivos da referida Cooperativa figurava pôr em funcionamento aquela infraestrutura, utilizar produtivamente com a atividade leiteira 200 hectares (ha) que ficou sob sua responsabilidade e estabelecer uma espécie de tutoramento produtivo, de prestação de serviços com máquinas, equipamentos e comerciais para com os agricultores-assentados, especialmente, em atividades relacionadas com a produção leiteira. Além disso, a COOPERVIDA se constituiu como uma cooperativa regional, englobando outros quatro assentamentos do município de Jóia: Tarumã, Barroca, Botão de Ouro e Rondinha. Contudo, no decorrer dos anos, vários problemas se interporam para a concretização dos planos iniciais, como os relacionados com: a aplicação de recursos do PROCERA, a concorrência com outras empresas de recolhimento e beneficiamento do leite, a soja transgênica, a ocorrência da Febre Aftosa, o relacionamento com os agricultores-assentados, entre outros. Deste modo, objetiva-se com este artigo analisar e problematizar a trajetória da COOPERVIDA desde os processos que desencadearam sua fundação até sua desestruturação orgânica.

Por desestruturação orgânica entendemos um duplo processo que comporta a inviabilização econômica do empreendimento e a perda de credibilidade por parte de sua base social. Não significa, necessariamente, que, juridicamente, tenha deixado de existir. As formas de manifestação desse duplo processo serão abordadas durante o artigo. Nesse sentido, a análise depende do contexto sócio-histórico em que esses empreendimentos são formados, pois os motivos, significados e repercussões são particulares às situações enfrentadas (SCOPINHO, 2007). Ou seja, não dá para entender a formação da Cooperativa sem ter em vista o projeto mais geral idealizado para o Assentamento, assim como não dá para ter uma dimensão mais aproximada dos motivos que levaram à sua desestruturação sem ter em vista as relações internas ao assentamento e os fatores que caracterizam a região onde se localiza.

O Assentamento Ceres é formado em uma região e em um período temporal onde há uma valorização crescente da cultura da soja como atividade comercial entre os proprietários rurais do município, exercendo influências diversas na vida do conjunto dos agricultores-assentados. Desde a década de 1960 há uma expansão da sojicultura como atividade comercial entre os proprietários rurais da região do Planalto riograndense (GUBERT e BASSO, 2005). Nesse ambiente regional a soja passou a substituir progressivamente as culturas produtivas, tanto das colônias quanto das antigas estâncias pastoris. Se nas primeiras, desde a década de 1950, a economia baseada no policultivo cedeu lugar ao binômio trigo-soja, nas segundas, a pecuária extensiva foi desvalorizada abrindo caminho para o arrendamento capitalista baseado no trigo. A partir de então, a cultura da soja tornou-se tanto hegemônica comercialmente nas áreas de campo quanto nas áreas onde há bem pouco tempo eram cobertas por florestas; nas quais houve a implantação das colônias de imigrantes (SILVA NETO e BASSO, 2005). Isso marcou uma espécie de metamorfose do território e uma redefinição dos poderes sobre tal (RÜCKERT, 2003). Formou-se uma nova categoria social proprietária de terras composta, principalmente, por cidadãos de origem colonial, os quais se convencionou chamar de agricultores modernos, agricultores capitalistas ou, simplesmente, de *granjeiros*. Eles foram os precursores do cooperativismo empresarial e da expansão da soja para todos os rincões dessa região. Na década de 1970, estancieiros convertidos em capitalistas da agricultura passaram a compor essa nova categoria, assim como aqueles colonos mais aquinhoados que fizeram da soja o centro de suas estratégias produtivas comerciais, em associação com as recém criadas Cooperativas Triticolas. Durante as décadas seguintes a valorização tanto objetiva, com a expansão da área cultivada, quanto subjetiva, devido à afirmação das idéias de que os agricultores teriam melhoria econômica, foi aprofundada por conjunturas favoráveis devido ao aumento do preço internacional dessa *commoditie*, como a que se

desenvolveu a partir de 1999, até meados de 2004 (BENTEVI, 2005) e, no Assentamento, com a ocorrência da febre aftosa em 2000/2001, situação que será abordada na seção 3.

É nesse meio socioeconômico e político-cultural em que o Assentamento Ceres foi formado e onde se concebeu uma Cooperativa que, além de reativar uma infraestrutura destinada à produção intensiva de leite, se propunha a incentivar essa atividade entre os agricultores-assentados. Isso estabeleceu uma espécie de disputa constante entre as orientações/iniciativas das direções do Movimento Sem Terra (MST) e das direções da COOPERVIDA com a matriz produtiva sojícola regional, materializada por empresas, outras cooperativas e granjeiros, quanto à influência sobre a produção nos lotes dos agricultores-assentados.

Neste sentido, o artigo está dividido em sete seções, considerando esta introdução e as considerações finais: na segunda seção analisam-se os principais aspectos fundantes do Assentamento Ceres e da COOPERVIDA. A reconstituição do processo de venda da Granja Ceres ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os embates políticos entre direções do MST e poder executivo municipal de Jóia, que não aceitava a transformação da Granja em Assentamento, e os projetos de futuro para a área realizados tanto pelo MST quanto pelo INCRA são decisivos para os objetivos deste artigo. Além disso, argumenta-se que a lógica inerente à política de assentamentos de distensionar conflitos sociais restringe as possibilidades de progresso social e econômico para os indivíduos envolvidos, pois reproduz minifúndios. Na terceira seção abordam-se as conjunturas da ocorrência da febre aftosa e da introdução de variedades da soja transgênica no Assentamento. A ocorrência da febre aftosa no ano de 2000 nas intermediações dos assentamentos desequilibrou a relação entre as direções do MST e COOPERVIDA em relação à matriz produtiva regional, devido ao abate de todos os animais e a conseqüente ocupação das áreas dos lotes e os 200 ha da COOPERVIDA com a soja. As sementes transgênicas também penderam a balança em favorecimento da plantação da soja. Na quarta seção aborda-se o uso que a COOPERVIDA realizou dos créditos com origem no extinto PROCERA¹. A abordagem dessa questão é realizada nesta altura do texto porque é necessário o conhecimento da conjuntura, realizada nas seções anteriores, para o entendimento de como foi concebido e modificado o investimento dos recursos monetários. Na quinta seção, analisa-se como a Cooperativa tentou recuperar sua influência entre os agricultores-assentados após a possibilidade da reposição dos animais a partir da metade do ano de 2001. Nessa seção, aborda-se a iniciativa da COOPERVIDA em realizar e compor uma espécie de associação com outras duas cooperativas de assentamentos de reforma agrária do estado (a COANOL, no município de Sarandi, e a COOPERTERRA, no município de Tupaciretã), chamada de Intercooperação, para a venda conjunta do leite dos assentamentos dessas regiões para a empresa Bom Gosto, por um preço pago ao litro de leite maior que outras empresas ofereciam. Contudo, a conjuntura da falência da multinacional PARMALAT em dezembro de 2003, desencadeou uma série de problemas que levaram ao fim dessa iniciativa. Na sexta seção, analisa-se o que é conhecido internamente no assentamento como a *lógica do rolo* e a *lógica da empresa social*. A nosso ver, esse é um aspecto fundamental a partir do qual se podem discutir as direções do MST e da COOPERVIDA. Por fim, realizam-se algumas considerações finais.

A bibliografia recente especializada na análise dos processos de desagregação das cooperativas de assentamentos rurais tem-se centrado, principalmente, sob dois aspectos: de um lado, os estudos privilegiam os processos sociais internos, que dizem respeito às relações entre assentados (associados ou não) e direções, nos processos de organização do trabalho, capital e terra, assim como nas dissonâncias entre projetos de futuro entre esses agentes (SOUZA, 2001; SCARIOT, 2002; ANJOS, 2005; SCOPINHO, 2007; LACERDA E MALAGODI, 2007; TEIXEIRA, 2008). Esses estudos pouco relacionam os processos sociais internos nos assentamentos aos externos que caracterizam as regiões onde estes projetos de reforma fundiária são instalados, ou ainda, fazem uma análise da

¹ PROCERA foi o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária. Teve início no ano de 1985 e foi extinto em 1999. Sobre esse assunto *vide* Rezende (1999) e Schneider; Mattei; Cazella (2004).

psicologia social dos agentes envolvidos cuja demonstração empírica dos argumentos não é realizada. Por outro lado, têm-se estudos que, na tentativa de considerar as influências externas, reificam e simplificam essas influências considerando-as como influências “do capitalismo”, não discutindo quais são os processos sociais constituintes dessas relações (BONAMIGO, 2001; SCOPINHO e MARTINS, 2003; VAZZOLER e FARID, 2004). Ora, não basta afirmar que as cooperativas sob influência das direções do MST não se comportam como cooperativas tradicionais - que se orientariam somente na busca do lucro -, acabando por não analisar e tomando como natural os problemas internos. Enfoques desta natureza pouco contribuem para o entendimento desses processos sociais complexos, assim como para ajudar/sugerir possíveis caminhos a serem considerados.

De certa forma, este artigo procura contribuir, a partir da observação de um caso concreto, metodologicamente sobre a análise de processos sociais relacionados com a formação e desagregação das cooperativas em assentamentos rurais. Tem-se como pressuposto que é da interconexão dialética entre fatores sociais, políticos e culturais internos e externos aos assentamentos, que se pode construir uma aproximação analítica maior à realidade. Assim, a abordagem procura colocar em evidência que e como as conjunturas condensaram situações cujos resultados não eram previsíveis, sejam eles relacionados com a luta política mais geral do RS, sejam pelas iniciativas das direções do MST e da COOPERVIDA para a construção de alternativas produtivas e de comercialização. Todas essas situações são componentes da trajetória da Cooperativa, pois nela se refletem, seja do ponto de vista produtivo ou da credibilidade perante aos assentados, em seu fortalecimento ou não. Portanto, o artigo está centrado na análise das contingências sócio-históricas que proporcionaram a formação e a desagregação da referida cooperativa. Privilegiar este método de análise permite uma visão mais ampliada e completa das circunstâncias, dos motivos e significados das situações particulares enfrentadas num tipo de formação social específico, o assentamento rural.

Além disso, outro fator singulariza esta análise: em várias entrevistas realizadas com as direções das cooperativas de reforma agrária, assim como com as do MST, no referido estado, explicitavam um desejo/projeto de industrializar por conta própria o leite oriundo dos assentamentos, sem a intermediação de grandes empresas. Nesse sentido, duas grandes iniciativas foram levadas a cabo (que são importantes para a análise da COOPERVIDA porque a influenciam diretamente). Uma foi o Projeto Leite Sul, resultado de um convênio entre o INCRA e a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), que assessorava o assentamento Ceres na época da pesquisa, através do Programa Terra Sol, firmado em final de 2004. A outra foi a formação da já referida Intercooperação, entre três cooperativas de reforma agrária do RS. Esta análise permite, assim, abordar de primeira mão os desdobramentos de tais iniciativas e problematizá-las.

A maior parte dos dados empíricos aqui apresentados e analisados foram gerados por ocasião da pesquisa de mestrado do primeiro autor, cujo campo foi realizado entre os meses de maio a julho de 2006. A metodologia utilizada valeu-se tanto de técnicas para a geração de dados quantitativos quanto qualitativos. Utilizou-se a observação direta para: a) a vivência do cotidiano dos grupos familiares no Assentamento Ceres, assim como o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Cooperativa e corpo técnico - no período citado da permanência no campo; b) entrevistas em profundidade de uma amostra de 12 grupos familiares, 3 dirigentes do MST, 2 dirigentes da Cooperativa e 2 dirigentes do INCRA – todas as entrevistas citadas foram concedidas ao autor principal do artigo; c) análise de documentos, atas, projetos e planejamentos realizados pela COOPERVIDA. Além disso, este artigo conta com dados empíricos recolhidos nos anos de 2007 e 2008 pelos demais autores, em diferentes momentos e em situações do Assentamento.

Da Granja ao Assentamento Ceres: a venda ao INCRA, embates políticos e projetos de futuro para o Assentamento e à Cooperativa

A partir de um documento enviado pela VAGRO ao INCRA em 29 de Janeiro de 1996, informando que desejava vender a Granja, desencadeou-se o processo de aquisição da área para fins de reforma agrária. A área da Granja Ceres era, desde a década de 1960, de propriedade da empresa VAGRO, cuja principal acionista era a Fundação Ruben Berta.² Durante a década de 1980, essa empresa desenvolveu uma Granja especializada na produção leiteira, considerada pelo INCRA, quando da aquisição da área, como “altamente produtiva” (INCRA, 1996: 64). Nas duas décadas anteriores, a chamada modernização da agricultura havia promovido a alteração da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, aumento da produtividade bruta do setor, consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e integração dos capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro. Alterações promovidas a partir de farta concessão de créditos agrícolas a taxas de juros reais negativos, além de outros mecanismos de promoção de certos setores produtivos coordenados pelo Estado, como aqueles relativos às políticas setoriais. Provavelmente, essa conjuntura tenha favorecido a Fundação Ruben Berta no desenvolvimento de tal atividade produtiva na Granja Ceres. Contudo, a partir do final daquela mesma década, os créditos agrícolas diminuíram progressivamente, principalmente aqueles destinados a investimento, aprofundando-se na década de 1990, juntamente com a reestruturação do Estado brasileiro: liberalização econômica, valorização cambial e retirada do Estado como regulador de alguns setores produtivos, entre eles, da atividade leiteira (BELIK e PAULILLO, 2001; LEITE, 2001, DELGADO, 2001; BENETTI, 2000; CORDEIRO, SCHMITT, ARMANI, 2003: 13). A hipótese, portanto, para os motivos da venda da Granja Ceres é de que ela não foi capaz de competir nesse novo ambiente institucional, ou seja, alcançar taxas médias de remuneração do capital como em outros setores da economia.

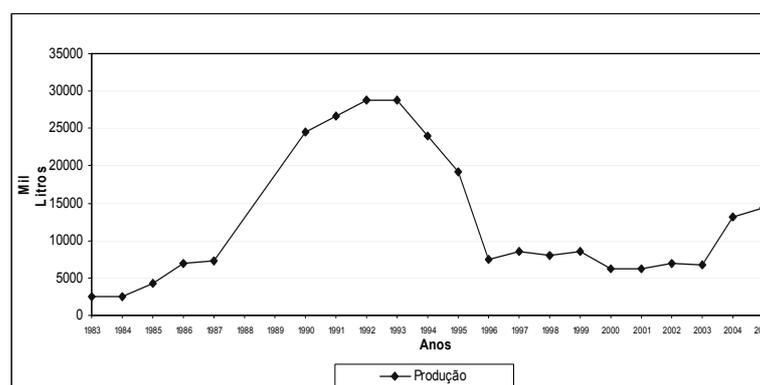
Nesse sentido, em 06 de fevereiro do mesmo ano, o INCRA constituiu uma Comissão de Avaliação e Vistoria com vistas à elaboração de um relatório técnico sobre o imóvel ofertado. De acordo com esse relatório a área era situada em uma região de “ótima infraestrutura de apóio às atividades agropecuárias”. Isso se deve à existência no município de Jóia de uma filial da Cooperativa Triticola de Ijuí (COTRIJUÍ) e outra da Cooperativa Agrícola de Tupaciretã (AGROPAN), com suas respectivas lojas agropecuárias e unidades de recebimento de cereais, além de outras empresas que oferecem serviços nesse setor da agropecuária. O relatório técnico ainda apresenta o imóvel como em “ótimas” condições para o desenvolvimento tanto da agricultura quanto da pecuária, devido às condições de fertilidade do solo, por não apresentar afloramento de rochas em mais de 85% da área, ser cortado por pequenos rios e por possuir várias nascentes, assim como pela infraestrutura presente. Nessa direção, informa que a referida área apresenta 2.210,40 ha, distribuídas da seguinte forma: 1.707,9 ha destinadas para culturas anuais; 80 ha ocupadas com culturas

² A VAGRO constituiu a área da Granja pela compra de uma porção da fazenda Tarumã, então de propriedade de Marcial Gonçalves Terra, *vide* Piccin (2007: Capítulo II). A VAGRO era uma empresa de capital aberto e sua composição acionária, em 1996, era constituída da seguinte forma: 78% das ações estavam sob controle da Fundação Ruben Berta, 21% das ações pertencentes à Viação Aérea Rio-grandense (VARIG propriamente dita) e o restante dividido entre pequenos acionistas. Vale destacar que a VAGRO possuía, até 1996, em vários estados do país, 15 imóveis rurais, incluindo a Granja Ceres, num total de 68.733,7 ha. Sua sede localizava-se no estado de Pernambuco, cidade de Recife (INCRA, 1996). Essa empresa será “esvaziada” em 2001, passando seus ativos e passivos para outra empresa recém constituída, chamada de Seletto Alimentos Nordeste, da mesma Fundação Ruben Berta. Essa última empresa teria sido “absorvida” por outra empresa de nome AASTEC, dirigida por um cunhado do então presidente da Fundação. Segundo o jornal O Estado de São Paulo (21/12/2005) “a AASTEC não teria desembolsado um tostão pelo negócio, tampouco pago as dívidas com o INSS, que corrigidas somariam mais de 80 milhões”. Desse modo, é provável que o fim da VAGRO insira-se numa conjuntura, segundo o jornal Valor Econômico (20/12/2005a; 20/12/2005b), “de fraudes, desvios de recursos, nepotismo e disputas de poder [que] aconteceu entre o final dos anos 90 até meados de 2003, quando a Fundação Ruben Berta era presidida por Yutaka Imagawa e que levou aquela Fundação a vender algumas das empresas que controlava [...]”. Para uma discussão da origem política da VARIG em final da década de 1920, como resultado das estratégias geopolíticas internacionais do Estado Alemão e sua influência no empresariado ítalo-brasileiro no Rio Grande do Sul, e da posterior formação da Fundação Ruben Berta; *vide* Fortes (2004: 137-238).

permanentes (reflorestamento); 403 ha como área de preservação permanente, área de floresta; 2,1 ha ocupadas com açudes; e, em torno de 17 ha ocupadas com benfeitorias e estradas internas. Ainda é importante destacar que essa área está situada a 6 km do perímetro urbano no município de Jóia. Com uma população total de 8.284 pessoas, esse município faz vizinhança com Augusto Pestana a 29 km, com 7.848 habitantes, e Ijuí a 42 km, com 75.916 habitantes, todos localizados na região do Planalto, e dista a 432 km de Porto Alegre (IBGE, 2000). As estradas que ligam esses municípios são todas pavimentadas com asfalto, sendo apenas aquela que liga o município de Jóia à Granja Ceres constituída por cascalho de pedra. Isso facilitaria, segundo o relatório, o acesso das famílias aos serviços de saúde, educação, transporte, assessoria técnica e creditícia, além do comércio de insumos e produtos agropecuários. Ao final do relatório de Avaliação e Vistoria a comissão responsável concluiu que a área era viável para a realização de assentamento e que a mesma apresentava uma potencialidade de assentar 128 famílias em lotes individuais de 17ha (INCRA, 1996).

A Granja Ceres possuía uma grande infraestrutura composta por: aeroporto, dois estábulos *fristall*, dois geradores de energia elétrica, duas salas de ordenha, silos 'tipo trincheira', silos 'tipo cobertura', casas, galpões, alojamentos, refeitório, nove açudes, tanque de combustível, fábrica de ração, piscina, dois tanques de resfriamento de leite, e outras benfeitorias utilizadas para manejo dos animais como cercas, estábulos, etc. Com exceção do aeroporto, as demais benfeitorias foram indenizadas pelo INCRA quando houve a aquisição da área. No auge da produção leiteira a referida Granja possuiu, conforme 'Declaração para Cadastro de Imóvel Rural' realizado em maio de 1992, 462 bovinos leiteiros com idade até dois anos e 459 bovinos leiteiros com idade superior a dois anos. Esses animais foram, progressivamente, leiloados pela VAGRO a partir de 1993, e, portanto, não foram adquiridos pelo INCRA (INCRA, 1996). Neste mesmo ano a Granja possuía 143 funcionários distribuídos entre os vários setores de atividades, sendo que quatro deles optaram por permanecer e receber lotes, e outros dois optaram por permanecer como funcionários da Cooperativa dos assentados, que foi criada após o assentamento das famílias sem-terra. A Granja chegou a produzir mais de 10 mil litros de leite 'tipo B' diariamente, o que influenciava de forma determinante o conjunto da produção total de leite do município de Jóia, como indica o Gráfico-1.

Gráfico – 1. Evolução da produção leiteira no município de Jóia entre os anos de 1983 a 2005.



Fonte: Gubert e Basso (2005) e IBGE - SIDRA

Nesse gráfico é possível sugerir que a VAGRO investiu, decididamente, na atividade leiteira a partir de 1987, tendo seu pico de produção entre os anos de 1992 e 1993, quando já se iniciava o processo de desativação que resultou na venda da Granja Ceres ao INCRA no ano de 1996. Quando a Granja fora desativada completamente, os índices de produção leiteira do município voltaram a se assemelhar com aqueles anteriores a 1987. Tais índices aumentam, significativamente, somente a partir de 2004.

Esta diminuição da produção leiteira municipal foi usada pelas autoridades do executivo de Jóia como argumento contrário à instalação de assentamento rural nessa área, haja vista o que a Granja significava econômica e simbolicamente no município (ZERO HORA, 21/08/1996). Nesse sentido, tanto o INCRA quanto as lideranças do MST sofreram pressões para que a estrutura instalada não fosse desativada com a realização do Assentamento e que a produção da Granja fosse mantida ao menos em parte. Por outro lado, o próprio MST queria construir no município uma imagem de que os assentamentos eram produtivos, usando isso na *luta* política como uma das justificativas para a realização da reforma agrária. Esse “embate” realizado a partir das críticas de lideranças municipais sobre o futuro daquela área constituiu um dos tensionamentos enfrentados pelas lideranças do MST e que foi importante na organização futura do Assentamento, na quantidade de famílias assentadas, na distribuição na área e no formato que ganharia a Cooperativa – esses aspectos são discutidos mais a frente.

Contudo, além das pressões contrárias à implantação do assentamento providas do poder Executivo Municipal, tanto a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) quanto o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) se mobilizaram a fim de evitar que aquela área fosse destinada à política de assentamentos. Em entrevista realizada com o Coordenador da Divisão de Assentamentos do INCRA/RS na época da constituição do Assentamento Ceres, Sr. José Rui Cancian Tagliapietra³, relatou que aqueles dois órgãos de proteção ambiental investiram no sentido de evitar a aquisição da área pelo INCRA, devido à existência nas matas da Granja de uma espécie de papagaio considerada em extinção. Segundo ele, tanto o IBAMA quanto a FEPAM consideravam que o assentamento de famílias de agricultores naquela fazenda levaria ao desmatamento dos 403 ha de preservação permanente, o que podia colocar em risco a espécie de tal papagaio.

Dessa forma, para evitar que houvesse o impedimento de constituição do Assentamento por questões ambientais, foi constituído uma área de 120 ha de preservação permanente com caráter intocável, ou seja, não entraria no processo de loteamento e concessão para as famílias. O restante da área de preservação permanente seria distribuído entre os lotes dos agricultores sem-terra, mas eles teriam que assumir o compromisso de não desmatar a área que estivesse em seu lote. Segundo esse entrevistado, estas foram às condições com que aqueles órgãos ambientais permitiram a constituição do Assentamento, uma vez que fariam a fiscalização ambiental da área com regularidade.

Vencidas as principais dificuldades políticas e institucionais para a aquisição da área e sua destinação para Assentamento rural, o INCRA pagou um total de R\$ 5.181.150,70 pela mesma, sendo que destes, R\$ 4.423.404,60 foi o valor total pago em Títulos da Dívida Agrária - TDA's pela terra nua (um valor médio por Hectare de R\$ 2.343,98); R\$ 180.000,00 o valor total pago pelas culturas permanentes (reflorestamento); e R\$ 568.746,10 como valor total pago pelas benfeitorias presentes na área (INCRA, 1996).

A partir da finalização da negociação de compra e aquisição ocorrida em agosto de 1996, houve a constituição de uma comissão formada por técnicos do INCRA e representantes do MST para a discussão de como seria realizada a instalação das famílias e a organização do Assentamento. Para o INCRA, de acordo com a entrevista concedida pelo Sr. Rui Cancian Tagliapietra, o debate central estava em entender “[...] qual seria a racionalidade de aproveitamento daquela infraestrutura”; para a direção do MST, de acordo com a entrevista concedida pelo Sr. José⁴, além de “ter que dar rumo” para aquela

³ Na ocasião da entrevista, coordenava o Projeto Brasil Quilombola e era o Superintendente Substituto do INCRA/RS.

⁴ À época da realização do Assentamento Ceres compunha a Direção Estadual do MST e acompanhou desde o processo de mobilização das famílias em suas comunidades de origem para formar os acampamentos, assim como participou dos debates com o INCRA sobre a área da Granja Ceres. Na época da entrevista compunha instâncias de direção local e regional e é assentado desde 1995 em outro assentamento, próximo ao Assentamento Ceres (aproximadamente 25 km), no mesmo município. Os nomes dos dirigentes do MST e dos agricultores-assentados aqui citados não conferem com os nomes reais.

infraestrutura era uma oportunidade para promover mecanismos que diminuíssem a tendência “de individualismo dos agricultores”, através de “coletivos de produção” e concessão de créditos com aval cruzado (quando um determinando grupo de indivíduos se responsabiliza conjuntamente pelo crédito acessado individualmente)⁵, entre outros. Neste sentido, é possível sugerir que, enquanto o INCRA procurava garantir a viabilidade econômica da área, a direção do MST também se preocupava em estimular interações sociais entre os agricultores-assentados que, de acordo com seu ideário, pudesse permitir a geração de “novos valores sociais”.⁶ Em ambos os casos estava em jogo uma afirmação positiva para o conjunto da sociedade sobre a viabilidade do processo de assentamentos rurais e, de um modo geral, do debate em torno da potencialidade da reforma agrária brasileira.

Neste contexto, o INCRA considerou duas possibilidades de como organizar o Assentamento: ou assentar as 128 famílias em lotes de 17 ha cada, ocupando toda a área disponível do Assentamento, ou constituir uma determinada área de produção coletiva, trazendo para a discussão conjunta com as direções do MST a possibilidade da formação de uma Cooperativa de agricultores-assentados, para colocar, de acordo com o Sr. Rui Cancian Tagliapietra, “em imediato funcionamento aquela infraestrutura”. Essa segunda possibilidade visava, além de permitir a manutenção e utilização da infraestrutura, estimular a atividade leiteira entre o conjunto dos agricultores-assentados. A Cooperativa seria um agente promotor para tornar essa atividade a fonte principal de obtenção da renda monetária das famílias. Além do mais, poderia tornar-se uma Cooperativa de âmbito regional englobando os outros quatro assentamentos que já existiam no município e estimular também as atividades produtivas desses assentamentos vizinhos. Contudo, essa opção reduziria a quantidade de famílias assentadas, bem como a quantidade de hectares por lote.

Após as discussões realizadas juntamente com a direção do MST, houve preferência pelo segundo modelo, procedendo-se a constituição de uma área de uso coletivo de 200 ha, que ficaria sob responsabilidade de uma Cooperativa de agricultores-assentados, e um Assentamento com 113 famílias em lotes de aproximadamente 13,7 ha cada.

Ainda de acordo com o Sr. Rui Cancian Tagliapietra, a opção do INCRA-RS por essa forma de constituição do Assentamento gerou protestos do INCRA-Brasil devido ao alto preço por família assentada que o modelo representava. Segundo ele:

[...] foi uma surpresa interna [no INCRA]. Mas como assim destinar 200 ha como área coletiva!? Pois toda a pressão de Brasília [do INCRA-Brasil] era de reduzir o custo de implantação do Assentamento, ou seja, aumentar o máximo o número de famílias e reduzir o custo do INCRA por família [...]. Aliás, acho ainda, que aquele imóvel foi o mais caro adquirido até então.

Dessa forma, as pressões do INCRA-Brasil eram dadas pelas limitações de recursos empregados na obtenção de terras, haja vista que uma área de 200 ha destinada à Cooperativa diminuía o número de famílias assentadas e, conseqüentemente, aumentava o custo geral do projeto. Assim, a constituição do tamanho dos lotes dependia do grau de prioridades do Governo Federal frente à implantação de assentamentos rurais e da lógica de sua ação nas questões de ordem fundiária.

Para Medeiros e Leite (2004: 19), a ação governamental em relação à reforma agrária e a constituição de assentamentos rurais sempre foi marcada por dar respostas às situações de conflito e mobilização social. Não há a definição de áreas prioritárias às políticas de reforma agrária, que assumem um caráter pontual e de dispersão dos projetos. Portanto, seria possível sugerir que o sentido da intervenção Estatal, na formação do Assentamento Ceres, estava guiado mais por uma preocupação em atender as

⁵ A esse respeito *vide* Bavaresco (1998) e Navarro (2002).

⁶ Por não compor os objetivos deste artigo não será realizada uma análise do ideário da direção do MST. Para o caso estudado importa os mecanismos e conseqüências de tais opções. Para uma leitura expositiva de tais idéias, segundo as concepções das Direções do MST, *vide* Caldart (2000).

reivindicações dos demandantes por terra e diminuir as pressões e mobilizações populares, do que com a geração das condições objetivas para viabilização socioeconômica das famílias envolvidas. Mesmo que tenha ocorrido a formação da área da Cooperativa, essa lógica de ação governamental pode ser constatada pelos lotes serem menores que aquele sugerido pelo Relatório de Avaliação e Vistoria, além de também serem menores que o módulo fiscal⁷ regional fixado em 25 ha. O estabelecimento final do tamanho médio dos lotes em 13,7 ha pode ser atribuído à natureza de uma política pública que visa distensionar conflitos sociais. Assim, uma ação que poderia ser centrada na análise das capacidades de geração de renda nas áreas de reordenação fundiária foi substituída pelo preceito de aumentar ao máximo o número de famílias e reduzir o custo do INCRA. Portanto, não pode ser desprezado o fato de que a forma como essa política é operacionalizada pelo Estado também determina um lugar mercantil *restringido* e *mutante* (MOREIRA, 1999) a esses agricultores-assentados.

Além do mais, segundo aquele entrevistado, existiam dificuldades de agilização dos processos desapropriatórios para a aquisição de imóveis passíveis de reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul. O que em última instância dependia da luta política travada entre os setores patronais e o MST (principalmente) e o rebatimento dessas pressões nas esferas governamentais responsáveis pela realização da reforma agrária.⁸ Dessa forma, a pouca disponibilidade de terras adquiridas em relação ao número de demandantes para os projetos de assentamentos pressionava para o aumento do número de famílias a serem assentadas em uma única área, dada a lógica da ação governamental. Nos embates travados internamente ao INCRA, a justificativa apresentada para a opção de formação da área da Cooperativa foi a “grande” infraestrutura presente e a “qualidade” das terras compradas, o que poderia apresentar “uma potencialidade” para o desenvolvimento das atividades produtivas dos agricultores-assentados.

Após o delineamento geral de como seria organizado produtivamente o Assentamento, definiram-se os critérios para a seleção das famílias que seriam beneficiadas em tal área. A partir da análise das duas entrevistas supracitadas é possível sugerir que o INCRA tenha influenciado apenas que deveriam ser privilegiadas aquelas famílias que demonstrassem interesses em trabalhar com a atividade leiteira. A direção do MST estabeleceu os demais critérios tendo em vista o desejo de tornar tal Assentamento um modelo de produção e organização no estado do Rio Grande do Sul. Com esses objetivos a principal consideração definida, além daquela pactuada com o INCRA, foi a de que teriam preferência àquelas famílias que estivessem organizadas em grupos de produção coletiva ainda no período de acampamento. Nesse sentido, quando indagado sobre os critérios utilizados para a seleção das famílias, o dirigente do MST entrevistado irá declarar que:

Foi um debate na verdade da organização [do MST], onde o INCRA ajudou propor para que a gente fizesse um debate diferenciado e colocasse critérios para a questão de tu concorrer na área. E aí nós começamos a fazer o debate interno. Nós levamos quatro meses fazendo o debate dessa área, colocando o que era, quais eram os objetivos dela, como era a área, da importância da produção de leite, de como era para produzir e tal. Como nós no acampamento não podia dizer: ó, o ‘fulano’ vai para o sorteio e o ‘ciclano’ não vai, nós não podia dizer isso, aí nós colocamos critérios, e um deles foi de que teriam preferência aqueles organizados em grupos de produção coletiva, e aí o povo veio [...].

Dessa forma, o projeto elaborado pela direção do MST e pela Divisão de Assentamentos do INCRA previa a constituição de uma área coletiva de 200 ha, que seria

⁷ O módulo fiscal é entendido pela legislação como a área necessária para a reprodução familiar e das suas atividades econômicas, respeitadas as diferenças regionais e tecnológicas existentes.

⁸ Para uma discussão do processo de luta política no estado do Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2002, entre o MST e os setores patronais e o rebatimento de tais lutas no andamento das políticas públicas no âmbito da reforma agrária, *vide* Da Ros (2006).

administrada por uma Cooperativa, e o restante da área do Assentamento dividida entre “grupos de produção coletiva” que englobariam as famílias beneficiadas. Na área sob administração da Cooperativa seria reativado o tambo (instalações) leiteiro, sendo que a produção ali desenvolvida visaria manter o corpo de funcionários e despesas gerais da Cooperativa e contribuir com a organização do MST e mobilizações. Contudo, a criação de animais dar-se-ia de forma semi-confinada, ao invés do confinamento das vacas em sistema de *Fristall* como era realizado anteriormente. Essa área de 200 ha deveria ser autônoma na produção de alimentos para os animais instalados e produzir bezerras de até dois anos como futuras matrizes para os agricultores-assentados produtores de leite. Da mesma forma, a Cooperativa deveria reativar uma fábrica de rações deixada pela antiga proprietária e produzir esse insumo para os sócios, além de ativar um pequeno mercado no interior do Assentamento, onde se ofereceriam produtos que os agricultores-assentados não pudessem produzir. Além de caracterizar-se como de produção e comercialização, a Cooperativa prestaria serviços aos associados: transporte de produtos, aluguel de máquinas e equipamentos para a plantação dos lotes.

Nessa direção, coordenaria a produção de leite dos sócios com a oferta de animais, na recolha, comercialização da produção de leite, com a venda de insumos agrícolas e outros produtos que os agricultores-assentados não produzissem em seus lotes e forneceria serviços aos mesmos. Esse era o projeto elaborado para a Cooperativa e para a área sob sua responsabilidade. Já os “grupos de produção coletiva” deveriam privilegiar a produção de leite e a produção de autoconsumo, como declarou o referido dirigente do MST:

Nesse Assentamento o leite era para ser a principal fonte de renda dos assentados. O leite era para formar a renda e as miudezas deveriam ser produzidas para o pessoal não gastar tanto em mercado [...].

Portanto, o centro das estratégias produtivas dos agricultores-assentados “deveria ser” a atividade leiteira, em integração com as atividades desenvolvidas pela Cooperativa do Assentamento.

A partir disso, as áreas dos grupos coletivos foram demarcadas antes da entrada das famílias no Assentamento. Posteriormente, procedeu-se a divisão de lotes individuais que constituiu o desenho, à época da pesquisa, entre a área da Cooperativa, os lotes dos agricultores-assentados e a Reserva de Proteção Ambiental. Foi nessa base espacial que houve a intervenção do poder público para construção de vias de acesso, rede de energia elétrica e água potável. Nesse sentido, entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997, as famílias selecionadas entraram na área do Assentamento Ceres e, já em 1997, ocorreu a formação da Cooperativa Agrícola Terra Vida Ltda (COOPERVIDA).

Entretanto, o projeto inicialmente elaborado pelo MST e o INCRA não teve um desenrolar conforme planejado. A COOPERVIDA enfrentou problemas na administração dos 200 ha, na tentativa de restabelecer o tambo leiteiro, além da administração da fábrica de ração e do mercado interno. Por sua vez, as famílias que entraram na área passaram, imediatamente, a desfazer os tais “grupos de produção coletiva” e reivindicar a demarcação dos lotes individuais, com exceção de dois deles.⁹ Além de que ambas as situações depararam-se com outros problemas como a doença da Febre Aftosa em 2000/2001 e das conjunturas de valorização do cultivo da soja na região onde o Assentamento está localizado. Essas e outras questões são tratadas a seguir.

O contato dos agricultores-assentados com os granjeiros, a febre aftosa, a valorização do preço da saca da soja e a soja transgênica

⁹ Para os objetivos deste artigo não interessa abordar os motivos que levaram à desagregação dos grupos coletivos. Essa questão é bastante tratada na bibliografia especializada. Sobre o assunto, vide: Medeiros (1994); Medeiros e Leite (1999); Scariot (2002); Anjos (2005); entre outros.

O primeiro contato entre granjeiros e assentados ocorreu já em 1997, quando se iniciou o trabalho de limpeza dos lotes, pois alguns deles estavam em áreas de macegais, e no estabelecimento do preparo da terra para o início dos cultivos de inverno, verão ou perenes. Segundo os agricultores-assentados entrevistados, essa relação foi estabelecida de duas formas: os trabalhos realizados nos lotes pelos granjeiros foram pagos em dinheiro ou através do arrendamento dos lotes a estes, por um valor em dinheiro ou determinada quantidade da produção final, definidos *a priori*.

Tanto em uma situação quanto em outra os motivos para tais relações baseavam-se no fato de que os créditos do PROCERA não haviam sido liberados, e, portanto, os agricultores-assentados estavam recém iniciando a aquisição das primeiras ferramentas, máquinas, equipamentos, fazendo as moradias, etc. Dessa forma, o relacionamento com os granjeiros permitia realizar trabalhos agrícolas e colocar de imediato a terra em produção e gerar alguma receita. Do contrário, só seria possível quando fossem adquiridas as devidas máquinas e equipamentos, notadamente tratores e implementos.

A declaração do Sr. Vanderlei, agricultor-assentado que cultivou a soja como a base comercial do lote desde a chegada no Assentamento, e que, na época da entrevista, estava desenvolvendo a atividade leiteira, é esclarecedora desse processo. Indagado sobre como havia realizado nos primeiros anos de cultivo e por que sua opção foi pela soja, ele irá declarar que:

Quando nós chegamos aqui **tivemos que contratar os granjeirinhos** aí perto para plantar os lotes. Eles diziam que **aqui na região era a soja**, a soja era melhor porque dava dinheiro e tal. E aí era o que a gente via, todo mundo plantava soja aí por roda [do Assentamento] [...]. Nós achávamos que **a soja ia tirar o pessoal do fundo do poço**, ia **melhorar de vida**. [...] **Não precisa trabalhar muito** porque paga para passar veneno, paga para plantar, paga para passar veneno de novo, depois paga para colher e pronto, tá com o dinheiro no bolso.

Os trechos em negrito na declaração do Sr. Vanderlei destacam um ambiente regional onde havia agentes legitimados produtivamente com o cultivo da soja e uma determinada influência objetivo-subjetiva exercida sobre os agricultores-assentados, pois essa era a atividade que “ia tirar o pessoal do fundo do poço”, ou seja, fazer os agricultores-assentados melhorar materialmente. Dessa forma, as idéias de “melhorar de vida sem muito trabalho” com o cultivo da soja, ameaçavam os planejamentos iniciais de construir um Assentamento voltado para a produção leiteira e integrado pela Cooperativa. Além do mais, essa perspectiva produtiva e as idéias associadas eram reforçadas pelos sucessivos aumentos do preço da saca de soja praticadas pelo comércio internacional até meados de 2004, além de outros dois acontecimentos: a ocorrência da febre aftosa e a introdução de variedades de soja transgênica.

Em agosto de 2000 é diagnosticada em bovinos a doença popularmente chamada de febre aftosa, que provocou o abate de todos os animais de casco fendido (bovinos, caprinos, suínos, ovinos) no Assentamento Ceres e arredores, modificando os sistemas produtivos dos agricultores envolvidos (ANDREATA, 2003). Isso significou a interrupção imediata de toda a atividade leiteira que era empreendida pelos agricultores-assentados e pela COOPERVIDA. Acontecimento que marca as entrevistas realizadas como uma espécie de baliza onde a dinâmica e hegemonia regional da soja sobrepõem os projetos produtivos de tornar o Assentamento Ceres voltado para a produção leiteira. Mesmo com a possibilidade de reposição progressiva dos animais entre março e julho de 2001, após o período chamado de ‘vazio sanitário’, nem a COOPERVIDA voltou a ter a mesma quantidade de animais que anteriormente possuía em sua área de 200 ha, e nem todos os agricultores-assentados que antes possuíam bovinos leiteiros com interesses comerciais voltaram a investir nessa atividade - pelo menos até o momento em que houve a queda do preço da saca de soja a partir de 2004.

O diagnóstico e o abate de todos os animais de casco fendido atingidos pela referida doença não interrompeu apenas a atividade comercial daqueles agricultores-assentados

que obtinham renda monetária com o leite, mas inviabilizou também qualquer atividade de autoconsumo que tivesse origem nesses animais. Portanto, ameaçou as condições de produção da alimentação básica das famílias. Essa situação, além de gerar resistência entre os agricultores-assentados para tentar evitar que fossem realizados os abates, também gerou preocupação por parte do Governo Estadual, sob administração da Frente Popular – Gestão Olívio Dutra (1998/2002). De acordo com o Sr. José, que na época fora contratado pelo Gabinete de Reforma Agrária para trabalhar na execução dos programas desse órgão, o Governo Estadual buscou atender e dar suporte às famílias atingidas.

Entre as principais ações desenvolvidas esteve a formação das chamadas patrulhas agrícolas que realizaram o preparo do solo e a semeadura da soja a custo zero, o fornecimento de alimentação e a indenização dos animais aos agricultores-assentados. Nesse contexto, a realização do preparo do solo e cultivo da soja provocou uma diminuição dos custos intermediários dessa atividade, ampliando as margens de lucro. Além do mais, segundo as entrevistas realizadas com os agricultores-assentados, nesse ano agrícola não teria ocorrido estiagens, o que garantiu a colheita de uma *boa* safra. Isso reforçou a crença de que a atividade sojícola seria o meio para os agricultores-assentados “melhorar de vida sem muito trabalho”. Some-se o fato de que nessa conjuntura, paradoxalmente, houve uma “autonomização” dos agricultores-assentados com relação aos contratos de parceria ou arrendamento realizados com os granjeiros para a plantação da área dos lotes.

A entrevista do Sr. José, também atingido pelo abate dos animais em assentamento vizinho, quando questionado sobre esse momento por qual passavam os agricultores-assentados, é reveladora dessa situação. Segundo sua declaração:

[...] nesse período, num desespero emocional muito grande, o estado colocou estrutura para plantar, como não tinha gado e não podia ter gado, o estado colocou aqui trator e plantadeira de tudo quanto foi tipo, e aí o povo encheu tudo de soja. Isso era [o ano] 2000, e aí o quê que aconteceu? Naquele ano deu safra de encher a boca do balão. Nunca em período de Assentamento tinha dado tanto quanto aquele ano. Custo zero, o estado colocou trator e tudo mais. Safra *record*. E aí o pessoal não queria mais voltar para o leite, era só soja, todo mundo só falava na tal da soja [...].

Dessa forma, somando-se às influências já exercidas pela presença dos granjeiros no Assentamento, a Febre Aftosa condicionou a que todos plantassem a soja. Como não havia animais, as pastagens perenes formadas foram desfeitas e em muitos poteiros (local onde os agricultores costumam deixar os animais) os gramados receberam venenos para preparar a terra para a sojicultura. Assim, estava, de forma geral, desorganizada a estrutura e investimentos já realizados tanto pela COOPERVIDA quanto por aqueles agricultores-assentados que produziam ou que estavam em vias de começar a produzir leite.

No entanto, para os agricultores-assentados, a frustração provocada pela febre aftosa era contrabalançada pelos fatos da realidade empírica, que lhes apresentava: custo zero da plantação da soja, preços da saca em ascensão e safra de “encher a boca do balão”, ou seja, uma *safr record*, e sem a necessidade de “trabalhar muito”, como exigido pela atividade leiteira. Portanto, essa realidade apresentava muitos fatores aos agricultores-assentados para tornar a atividade sojícola a principal fonte de obtenção de recursos econômicos dos lotes.

Para completar o quadro de argumentos e fatos empíricos que promoveram a adoção dessa oleaginosa como atividade produtiva principal no Assentamento, variedades de soja transgênica foram introduzidas por alguns agricultores-assentados a partir de meados do ano de 2000. Com a promessa de reduzir os custos de produção e aumentar a produtividade, esses grãos tornam-se motivo de “discórdia” (MENASCHE, 2005) também dentro dos assentamentos rurais.

O debate em torno das sementes transgênicas aprofundou-se no estado ainda em 1999, com a intenção do Governo Estadual em tornar o Rio Grande do Sul um território livre de transgênicos. Menasche (2005) aborda os principais fatos e embates ocorridos entre o

Governo do estado, movimentos e organizações sociais populares com os grandes agricultores rurais organizados pela Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul (FARSUL) e sindicatos patronais rurais sobre essa temática. Segundo a autora, as principais ações de fiscalização nas lavouras de soja realizadas pelo Governo Estadual ocorreram na região do Planalto, entre os municípios de Cruz Alta e Tupaciretã, o que, por outro lado, gerou reação dos sojicultores, impedindo, através de piquetes, bloqueios de estradas e manifestações a ação dos fiscais da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. O resultado dessas ações foi a suspensão das vistorias e um “passo atrás” do Governo em tornar o estado um território livre de transgênicos.

Neste contexto, a direção estadual do MST tirou uma orientação política não permitindo que os agricultores-assentados plantassem as sementes ilegais. Contudo, era impossível negar o fato de que o aumento aparente da renda atraía cada vez mais agricultores-assentados para esse cultivo, inclusive alguns indivíduos que compunham instâncias de direção do MST. No Assentamento Ceres, segundo a entrevista concedida pelo Sr. Paulo, então presidente da COOPERVIDA (Gestão 2002/2004), a direção regional do MST (que envolve os assentamentos instalados no município de Jóia) e a COOPERVIDA teriam se enfraquecido internamente devido às tentativas de colocar em prática as decisões da direção estadual do MST. Segundo sua declaração, a direção regional chegou a punir e afastar lideranças por plantar a tal soja; nesse município as mobilizações promovidas queimaram lavouras dessa soja e a assessoria técnica do Assentamento trabalhou para evitar que os agricultores-assentados a cultivassem. No entanto, segundo esse entrevistado:

[...] outras regiões [as direções regionais do MST] não sustentaram [as posições tiradas pela direção estadual], exemplo: [o município de Tupaciretã], vizinho aqui, não sustentou e nós quebramos muito a cara; [o município de] Sarandi fazia o debate, mas teve dirigente que plantou transgênico e aí o povão chegava e falava: mas o que vocês querem e tal, se nos outros assentamentos os assentados plantam [soja transgênica] [...]. Então nós enfrentamos isso. Aqui envolvia tudo, envolvia a direção política [do Assentamento] e também a Cooperativa porque tinha a área [de 200 ha] e não podia plantar [soja transgênica]; só que a COANOL [Cooperativa de alguns assentamentos do município de Sarandi] comprava soja transgênica nas estruturas da cooperativa [...].

Assim, as contradições entre a decisão tirada pela direção estadual do MST e a realidade de outras regiões do estado, como no município de Tupaciretã e Sarandi, em que os agricultores-assentados plantaram a soja transgênica mais livremente, não apenas gerava conflitos entre os agricultores-assentados e as direções do Assentamento Ceres. Também, a COOPERVIDA ficou prejudicada, pois plantar (em parte dos 200 ha, que não eram utilizadas para o gado leiteiro, ou em toda a área, quando ocorreu a Febre Aftosa) a soja convencional significava maior custo intermediário em relação à soja transgênica, além de enfraquecer as estratégias de estímulo da atividade leiteira entre os agricultores-assentados. De todo modo, nos anos subseqüentes houve uma introdução progressiva no Assentamento Ceres dessas variedades de soja, constituindo mais um elemento da afirmação dessa cultura produtiva como capaz de fazer os agricultores-assentados melhorarem materialmente e do conseqüente enfraquecimento da Cooperativa em orientar os padrões produtivos.

Contudo, tem relevo importante um elemento na ambiência local vivida pelos agricultores-assentados: o desenvolvimento propriamente dito das atividades da COOPERVIDA. Esse aspecto será analisado a seguir.

Em tempo, deve ser lembrado que se está tratando de um momento de valorização da cultura da soja e abordando os principais fatores dessa situação, o que não implica afirmar que todos os agricultores-assentados tenham aderido a essa estratégia produtiva. Após o fim do ‘vazio sanitário’, devido à febre aftosa, muitos voltaram a recolocar os animais na área e a investir na atividade leiteira, outros, todavia, permaneceram no cultivo da soja, como geradora principal da renda familiar. A partir do ano de 2004, quando o preço da saca

de soja diminui, as idéias hegemônicas relacionadas ao seu plantio perdem densidade, e é intensificado pela COOPERVIDA e pela assessoria técnica o desenvolvimento da atividade leiteira, agora, tendo como modelo produtivo o chamado Pastoreio Racional *Voisin* (PRV), como será abordado nas próximas seções.

Os créditos do PROCERA, as reestruturações de investimentos e a concorrência com outras empresas

Os recursos financeiros acessados pela COOPERVIDA para pôr em funcionamento suas atividades e realizar o assessoramento aos agricultores-assentados foram via PROCERA-Teto II. Segundo o Sr. Rui Cancian Tagliapietra¹⁰, o chamado Teto II consistia em uma complementação financeira para investimentos não suportados pelo chamado Teto I, ou seja, uma modalidade de crédito em que os recursos dobravam o valor normalmente recebidos pelo Teto I. Os recursos eram acessados por um determinado grupo de agricultores-assentados e repassados, total ou parcialmente, para a Cooperativa. Dessa forma, a COOPERVIDA acionou duas vezes esse fundo de crédito agrícola no ano de 1998.

De acordo com o Projeto de Investimento Teto II (LUMIAR, 1997), elaborado em dezembro de 1997, o primeiro investimento foi no valor de R\$ 195.435,00. Foi utilizado para a aquisição de maquinário, animais leiteiros, reformas de infraestruturas e transporte, o que formou o chamado parque de máquinas com o objetivo de colocar em funcionamento a estrutura produtiva.¹¹ De forma especial, esse Projeto previa a aquisição de 50 vacas leiteiras e um planejamento da área dos 200 ha da Cooperativa, de modo que, no decorrer de 5 anos o plantel de animais em lactação chegasse a 150, quando deveria se estabilizar, sendo que esse planejamento não previa a compra de novos animais. Também previa uma redução, inversamente proporcional ao aumento do número de animais, da área cultivada com cereais destinados à venda direta, como a soja.

O segundo acesso àquele fundo financeiro ocorreu a partir de um segundo Projeto de Investimento (LUMIAR, 1998), aprovado pela Comissão Estadual do PROCERA em 23 de dezembro de 1998 (INCRA, 1998), no valor de R\$ 312.070,00. Esse projeto era qualitativamente diferente do primeiro e, de forma especial, previa a aquisição de 210 vacas de leite, sendo que destas, 60 seriam incorporadas na atividade leiteira da COOPERVIDA e as demais seriam repassadas para os agricultores-assentados. Com relação ao planejamento do número de animais em lactação no tambor leiteiro administrado pela Cooperativa, permanece a mesma meta a ser atingida dentro dos 5 anos seguintes. Pode-se, portanto, levantar questionamentos quanto à validade dos planejamentos, em especial do primeiro – uma vez que não previa como necessário a compra de mais 60 animais - ou quanto ao manejo dos animais inicialmente adquiridos - a partir hipótese de que ocorreram mortes e declínio dos índices zootécnicos, ou quanto à aplicação dos recursos nesse fim.

Esse ambiente de aquisição de máquinas, equipamentos, veículos para transporte, animais, tentativa de restabelecimento da fábrica de ração, oficina mecânica e mercado de produtos alimentícios e insumos agrícolas, somando-se às discussões na fase de acampamento de criação de um Assentamento “modelo”, traduzem alguns indícios das promessas de futuro, tanto para a COOPERVIDA quanto para os agricultores-assentados. Entre os agricultores-assentados entrevistados a declaração do Sr. João pode ser

¹⁰ De acordo com sua declaração, além de ter ocupado o cargo de Diretor da Divisão de Assentamentos do INCRA-RS, nessa época também foi o presidente da Comissão Estadual do PROCERA. Essa comissão era composta por um representante da EMATER/RS, um representante do Banco do Brasil, um representante do então Setor de Assentamentos do Governo Estadual e um representante da Central das Cooperativas de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (COCEARGS).

¹¹ Não foi possível localizar a Ata da Comissão Estadual do PROCERA que autorizou a liberação do referido crédito, mas o Laudo de Aplicação de Recursos elaborado por LUMIAR (1998) comprova a liberação do mesmo.

considerada a síntese das demais entrevistas realizadas sobre esse período, para quem a Cooperativa era imaginada como “a verdadeira mãe dos assentados”. No entanto, ainda segundo sua declaração, no decorrer dos anos esses projetos transformaram-se em decepção e deram lugar a sentimentos de que teriam sido “iludidos” pelas promessas realizadas.

Os principais problemas que surgiram na tentativa de colocar em funcionamento as infraestruturas herdadas envolveram: a) a aplicação dos investimentos provindos do PROCERA – Teto II; b) as tensões com os agricultores-assentados no estabelecimento de preços ao leite, no recolhimento e no pagamento; c) a concorrência com outras empresas para o recolhimento do leite dos agricultores-assentados; e, d) o aparecimento da Febre Aftosa; fator já analisado. Os problemas daí decorrentes condicionaram um desenrolar diferente dos planejamentos iniciais realizados em relação à COOPERVIDA e ao Assentamento.

Com efeito, já na aplicação do primeiro recurso financeiro a Cooperativa teria começado a se “desvirtuar” dos objetivos iniciais, de acordo com a declaração do Sr. José. As máquinas e equipamentos que deveriam ser adquiridas se enquadrariam como sendo de “porte médio e pequeno” e não de “porte grande”, como as que foram compradas. Essa declaração pode ser comprovada quando são analisados e comparados os documentos relativos à Ata nº 2 da Assembléia Geral dos Associados, que autorizou o Conselho Administrativo a fazer as aquisições, com os documentos dos investimentos realizados - documentos presentes no primeiro Projeto de acesso do Teto-II, LUMIAR (1997).

Nos anos seguintes, esses investimentos foram objeto de dois pedidos por parte da COOPERVIDA para desalienação de bens e reinvestimentos, endereçados para a Comissão Estadual do PROCERA (Câmara Técnica), conforme os documentos LUMIAR (1999) e COOPERVIDA (2002). O primeiro solicita, em junho de 1999, que fosse autorizada a venda do veículo denominado ‘caminhão MB 2318 ano 93’, no valor de R\$ 40.000,00, devido aos demonstrativos financeiros apresentarem prejuízos referente a esse investimento, com argumento de que esse valor seria “reinvestido na atividade principal da COOPERVIDA: a atividade leiteira”. O segundo, solicita em janeiro de 2002, (lembrar que essa data é após o abate dos animais devido a Febre Aftosa) que fosse autorizada a desalienação de outros bens para o reinvestimento em máquinas e equipamentos considerados “menores”. O argumento central da justificativa desse último documento é de que seria “irracional, econômica e administrativamente manter uma estrutura subutilizada”. A diferença financeira também seria reinvestida na atividade leiteira com a compra de 27 vacas leiteiras, sendo que com esses animais seria estabelecido um planejamento para que em 6 anos se atingisse um total de 110 vacas leiteiras, quando se estabilizaria o tamanho do rebanho na área administrada pela Cooperativa.

A comparação desse último planejamento com os outros dois anteriores demonstra uma redução das expectativas quanto ao ideal do tamanho do rebanho a ser atingido, além de um estendimento do tempo em que se pretendia alcançar as metas. Paralelamente, a partir de 1999, a Cooperativa readequou seu parque de máquinas e “enxugou” o escopo de atividades propostas inicialmente. Nesse sentido, foram desativadas a fábrica de ração, a oficina mecânica e o mercado de produtos alimentícios e de insumos agrícolas, assim como parte da prestação de serviços aos agricultores-assentados como serviços de trator, de caminhão, entre outros.

A pesar desse contexto, para o Sr. Paulo, até a ocorrência da Febre Aftosa, a COOPERVIDA estava no auge de sua produção de leite, assim como na coordenação dessa atividade entre os agricultores-assentados. Segundo sua declaração, até então, a Cooperativa fazia a intermediação entre a indústria e 80% dos agricultores-assentados produtores de leite. Por outro lado, no entanto, havia a influência de outras empresas entre os demais agricultores-assentados, que estabelecia concorrência com a COOPERVIDA.

Ainda de acordo com sua declaração, essa concorrência foi motivo para certos atritos entre agricultores-assentados e direção da Cooperativa no que se referia aos mecanismos de pagamento do leite. Ou seja, inicialmente foi realizada uma padronização do preço do litro do leite pago a cada produtor, independente da quantidade vendida. Esse

mecanismo era distinto de outras empresas, pois estas incentivavam com um preço maior pago ao litro à medida que a escala de produção também aumentasse. Essa situação gerou certa indisposição entre aqueles agricultores-assentados que produziam maior quantidade de leite, pois havia a tendência de receberem maior quantia monetária comercializando com outras empresas que não a COOPERVIDA. Isso fez com que a direção da COOPERVIDA introduzisse, também, o pagamento do leite pela quantidade vendida - apesar desse debate, de pagamento escalonado pela quantidade de produção vendida, ser classificado, pelo Sr. José, como “difícil” para a direção do MST, COOPERVIDA e agricultores-assentados. No entanto, segundo esse entrevistado, não tinha como manter o mesmo preço entre aqueles que produziam “durante todos os meses do ano” e aqueles que produziam “apenas nos meses de inverno”, quando a pastagem nativa nas lavouras vigorava, sob pena da COOPERVIDA “perder os melhores produtores de leite”.

Por mais que todos esses problemas afetassem as atividades desenvolvidas e a credibilidade da COOPERVIDA, o período anterior à Febre Aftosa é considerado pelo Sr. José como um momento em que o Assentamento deu “um salto de qualidade e avançou na produção leiteira”. Segundo ele, cerca de 15% apenas dos agricultores-assentados não tinham investido ou não estavam investindo na bovinocultura de leite, permanecendo na atividade sojícola.

Contudo, esse cenário foi modificado com a ocorrência daquela doença e o aumento do preço da saca de soja. De acordo com sua declaração:

[...] deu a Aftosa e o pessoal colheu bem, a baixo custo [...]. No ano seguinte, foi plantado de novo, deu safra cheia e deu aquele “preção” que chegou a R\$ 50,00 a saca, coisa que nunca tinha acontecido.

[...] ta, e aí tu na política não segurava mais, a maioria ficou na soja, no outro verão em torno de 30% do pessoal vendeu as vacas e encheu o lote de soja [...].

Essa declaração é importante por dois motivos principais: primeiro, porque desenha um ambiente da época em que a soja é valorizada devido aos baixos custos de produção e pelo pico do preço alcançado. Segundo, porque revela os debates que a direção do MST tentou construir no sentido da não produção da soja, em especial da transgênica, o que, devido àquela conjuntura, foi inócuo: “na política não segurava mais”. Ou seja, a soja, independentemente dos debates travados pela direção, tornava-se uma importante alternativa comercial na visão dos agricultores-assentados.

A Intercooperação, o Projeto Leite-Sul e a desagregação orgânica

Após a febre aftosa e a reposição dos animais, outros dois projetos procuraram estimular e desenvolver a atividade leiteira: o primeiro, refere-se à chamada Intercooperação entre a COOPERVIDA, COANOL e COOPERTERRA e o segundo, ao Projeto Leite Sul. A principal estratégia da Intercooperação era a busca do monopólio no recolhimento e venda do leite produzido nos assentamentos de reforma agrária. Já, o Projeto Leite Sul buscava a intensificação dos sistemas produtivos por meio do chamado Pastoreio Racional *Voisin* e a profissionalização dos agricultores-assentados.

De acordo com as entrevistas realizadas com as direções do MST e da COOPERVIDA, a Intercooperação surgiu da necessidade de barganhar um preço mais alto do litro de leite junto às indústrias compradoras, pois cada cooperativa comercializava com indústrias diferentes. A idéia era comercializar com apenas uma, exigindo um preço maior. Neste sentido, as cooperativas firmaram um contrato com a indústria regional beneficiadora de leite ‘Bom Gosto’, no ano de 2002, sendo, no entanto, rompido em meados de 2004. A proposta firmada com o proprietário dessa indústria foi considerada “inérita” por aquelas direções: o preço do litro do leite pago era R\$ 0,06 a mais que outras empresas. Ainda, a ‘Bom Gosto’ financiou a compra de 5 caminhões de recolhimento de leite a granel,

destinando 2 caminhões à COOPERVIDA, 2 caminhões à COOPERTERRA, e 1 caminhão à COANOL, para que realizassem o recolhimento de leite nos assentamentos das respectivas regiões. Esse contrato garantiu às Cooperativas uma negociação direta com o proprietário da indústria. Onde havia concorrência com outras indústrias o preço do litro de leite era aumentado, para manter, portanto, o monopólio no recolhimento e comercialização na maior parte dos assentamentos do estado. Em torno de 1.200.000 litros/mês de leite foi o pico de produção que a Intercooperação chegou a comercializar com a 'Bom Gosto'.

No entanto, problemas entre as cooperativas, entre essas e os agricultores-assentados e a conjuntura da falência da transnacional PARMALAT, em dezembro de 2003, determinaram o fim do contrato e da Intercooperação.¹²

Os principais episódios entre as cooperativas referem-se ao fato de que a COOPERVIDA possuía uma infraestrutura de resfriamento do leite herdada da antiga proprietária da Granja Ceres, onde também era concentrado o leite da COOPERTERRA e depois transportado conjuntamente. No entanto, freqüentemente, ocorriam divergências sobre a quantidade de leite depositado pela COOPERTERRA, uma vez que essa alegava enviar uma determinada quantidade que, geralmente, não se confirmava com a medição dos tanques de resfriamento. Além do mais, se alguma cooperativa depositasse leite com níveis de acidez acima do aceitável, corria-se o risco de que todo o leite misturado fosse condenado pela indústria, sendo as duas cooperativas penalizadas.

Em relação aos agricultores-assentados, os principais problemas também residiam no recolhimento de leite que devia ser considerado de qualidade. Ou seja, a COOPERVIDA foi condicionada a implantar um sistema de controle de qualidade do leite recolhido para evitar que pequenas quantidades "impróprias" de leite fossem misturadas nos tanques dos caminhões e desencadeassem a condenação de toda a carga, o que gerava indisposições com alguns produtores. Se por algum motivo ocorresse a perda de uma ou várias cargas de leite dos caminhões, a COOPERVIDA não tinha condições políticas de penalizar os agricultores-assentados, pois, nas palavras do Sr. José: "Tinha que pagar o produtor. Como é que recolhia e depois não pagava? Então era a Cooperativa que ficava no prejuízo!". Ou seja, se não pagasse os agricultores-assentados corria-se o risco de gerar crise política, tendo, portanto, que a COOPERVIDA absorver as perdas. Ainda segundo sua entrevista, durante a gestão da qual participou ativamente na administração da COOPERVIDA, ocorreu a perda de até 80.000 mil litros/mês de leite devido aos acontecimentos relatados acima.

Contudo, para este entrevistado, foi depois da interrupção do recolhimento e industrialização do leite pelas plantas industriais da PARMALAT no estado, que os problemas se precipitaram. A 'Bom Gosto' passou a ocupar o espaço deixado pela PARMALAT, ampliando sua influência no mercado de produtos lácteos. Essa situação impediu que a Intercooperação continuasse negociando diretamente com o proprietário, que passou a ser realizado com funcionários recém contratados e que, até então, trabalhavam para a PARMALAT. Dessa forma, a 'Bom Gosto', num ambiente conjuntural de excesso de oferta de matéria prima, mudou a política de relacionamento com as cooperativas e começou a jogar com as contradições da própria Intercooperação - como os problemas relatados acima. Assim, passou a negociar separadamente o preço do litro de leite com cada cooperativa, gerando disputas entre a COOPERVIDA, a COOPERTERRA e a COANOL. Outras empresas também passaram a oferecer maiores preços ao leite dos agricultores-assentados. A própria PARMALAT, durante o processo de reativação de suas plantas industriais, para recuperar mercado, ofereceu um preço maior ao praticado pela 'Bom Gosto'. Isso, por outro lado, também fez com que as cooperativas não vendessem todo o leite recolhido apenas para a 'Bom Gosto'. Esse conjunto de circunstâncias

¹² A PARMALAT foi considerada inadimplente depois da descoberta de um rombo financeiro de mais de 14 bilhões de Euros. Para o jornal *Le Monde Diplomatique*-Brasil (fev/2004: editorial) o escândalo financeiro da PARMALAT foi, até então, o maior da Europa desde 1945. Mais de 100 pessoas, entre elas o então dono Calisto Tanzi e os filhos, além de seis bancos estrangeiros, "foram acusados de bancarrota fraudulenta, elaboração de falsos balanços contábeis, formação de quadrilha e divulgação de falsas informações na Bolsa de valores" (PORTAL DE NOTÍCIAS G1, 20/02/2007).

determinou o fim do contrato e da Intercooperação, assim como o monopólio no recolhimento do leite realizado pelas cooperativas internamente nos assentamentos, devido à emulação de alguns agricultores-assentados por outras empresas.

A partir de então, a COOPERVIDA passou a disputar a produção dos agricultores-assentados com outras empresas. Com sérios problemas de fazer com que a contabilidade das atividades desenvolvidas dentro de seus 200 ha saísse do negativo, dependia das margens de lucro da comercialização do leite recolhido nos assentamentos para manter suas atividades. De acordo com a entrevista concedida pelo Sr. Paulo, o custo operacional mensal da cooperativa era em torno de R\$ 6.000,00. Além disso, havia dívidas financeiras que eram motivo de preocupação quase que diária, o que exigia o recolhimento de uma determinada quantidade mínima de leite mensal para que a margem negociada com a indústria permitisse a geração daquela quantia financeira operacional mínima, o que nem sempre era atingido.

Esse cenário de crise produtiva e financeira gerava uma situação onde os agricultores-assentados que comercializavam o leite via Cooperativa podiam ter seus pagamentos mensais atrasados. Para os agricultores-assentados isso significava incerteza do recebimento e instabilidade no planejamento dos gastos mensais. Quando da realização do trabalho de campo dessa pesquisa, a COOPERVIDA oferecia R\$ 0,08 a mais que as outras empresas pelo litro de leite recolhido, o que, mesmo assim, para muitos agricultores-assentados não se tornava atrativo devido aos riscos por eles considerados de não recebimento, ou de recebimento atrasado.

Para os agricultores-assentados o desenrolar destes acontecimentos transformavam-se em sentimentos de frustração e, não raramente, de revolta. Talvez seja possível atribuir a essas percepções algumas reações dos mesmos como: a ocorrência de uma espécie de ocupação, com a construção de um barraco de lona na área dos 200 ha da cooperativa realizada por um filho de um agricultor-assentado; a grande maioria dos agricultores-assentados que possuíam lotes fazendo divisa com a área da COOPERVIDA passaram a largar seus animais nas pastagens, poteiros e lavouras dessa última; furtos de palanques e arames eram freqüentes, além de relatos de furtos de gado leiteiro da Cooperativa. Nesse ambiente, a perda de controle das questões relacionadas com a COOPERVIDA pela direção do MST era evidente para qualquer observador.

Considera-se importante chamar a atenção para esses acontecimentos, pois fragilizaram a influência da COOPERVIDA na proposição de estratégias produtivas para as famílias. Logo, ganharam espaço as perspectivas individuais de buscar desenvolvimento socioeconômico.

Se, é possível considerar que os agricultores sem-terra são herdeiros de uma matriz sociocultural caracterizada por um comportamento previdente antes da entrada na luta pela terra, desconfiado com agentes externos devido aos fracassos das “fórmulas” para promover o propalado desenvolvimento (GAIGER, 1994), os eventos vivenciados no Assentamento reativam essas referências. Qualquer atividade ou tentativa de desenvolvimento de projetos, programas, entre outros, que forem propostos, serão vistos com desconfiança. A postura construída frente o contexto vivenciado no assentamento é de descrédito, o que reforça, assim, as iniciativas individuais a partir do conjunto de experiências e referências incorporadas ao longo de suas trajetórias. Para muitos, a alternativa passa a ser o cultivo da soja ou o arrendamento do lote, conforme uma dinâmica da ambiência regional.

Uma hipótese explicativa para tais comportamentos reticentes em adotar novas técnicas e manejos de produção propostos pela Cooperativa é de que isso provém de uma espécie de senso prático dos agricultores-assentados. Ou seja, foram eles ou seus pais que não resistiram à disseminação da economia de mercado e das inovações técnicas. Quando buscaram se adaptar ao processo de modernização, substituindo cultivos e investindo naquilo que a ideologia dominante e o mercado informavam, esses agricultores trilham uma experiência traumatizante de perdas e fracassos sucessivos. Sejam eles que sofreram diretamente esse processo ou que viram outros agricultores passando por tais situações,

esse sentimento tendeu a ser incorporado, e acionado quando defrontado com novas propostas.

As percepções de que o Assentamento Ceres “era a menina dos olhos dos sem terra do estado” e de que a Cooperativa “seria a mãe”, conforme declarações dos agricultores-assentados, que iria orientar e tutorar o desenvolvimento das atividades produtivas, estimulou e reacendeu expectativas para com o futuro, onde novos projetos e propostas foram, de forma geral, vistos como meio para “melhorar de vida”. No entanto, o que era expectativa tornou-se “ilusão” e frustração. Aquele senso prático é agora ratificado por experiências vivenciadas internamente no Assentamento e novas “aventuras” sobre a terra são recebidas com muita desconfiança. As observações realizadas a campo sugerem que, de modo geral, o critério utilizado pelos agricultores-assentados no estabelecimento de novas e alternativas técnicas, cultivos e manejos torna-se o da referência empírica. Ou seja, o “novo” não é aceito até que se comprove que algum outro agricultor-assentado o esteja desenvolvendo e habilitado a dar certo: “tem que ver pra crer”, como foi dito por um agricultor-assentado em uma reunião que se discutiam as técnicas e manejos do Pastoreio Racional *Voisin* (PRV). Dessa forma, não adotam de imediato novas técnicas e processos, não por que são motivados por uma postura conservadora ou por apego a uma possível tradição, mas porque suas trajetórias lhes apresentam motivos para constituir tal lógica de previdência. Tão logo lhes pareça que valha a pena encampar tais “novidades”, alçarão novamente os projetos de futuro que até então tenham sido negados pelas circunstâncias socioeconômicas.

Contudo, falta ainda à análise um elemento fundamental que também constitui o *modus operandi* na administração da Cooperativa e atravessa as relações sociais relacionadas com a produção no Assentamento: a chamada *lógica do rolo e da empresa social*, que serão analisadas a seguir.

Lógica do rolo e a lógica da empresa social

A pesar de este fator ser abordado por último, não significa que é menos importante. Ele constitui e perpassa a própria dinâmica de funcionamento do assentamento, da Cooperativa e é um aspecto fundamental para “fechar” o conjunto de argumentos com relação à desestruturação orgânica da COOPERVIDA. Na esteira dos episódios que provocaram sucessivas crises econômicas e políticas na COOPERVIDA e a conseqüente perda de referência e frustração por parte dos agricultores-assentados, o chamado *rolo* não pode ser desconsiderado da análise.

Para Caldart (2000: 90), a *lógica do rolo* consiste em tornar os assentamentos uma retaguarda para fazer avançar a *luta* pela terra, de construção de mobilizações, novos acampamentos e ocupações. É, portanto, uma lógica de movimento a curto prazo. No entanto, outra lógica está internalizada dentro dos assentamentos - segundo a autora, especialmente nas cooperativas - que é aquela referente à organização da produção, na qualificação profissional, no planejamento a longo prazo. Há, assim, duas lógicas organizativas distintas com as quais os dirigentes do MST procuram conviver. Nas palavras da autora: “[...] trata-se da lógica do rolo (ou de movimento) versus a lógica da empresa social (de organização, planejamento)”. Dessa forma, a organização produtiva dos assentamentos, geralmente através das cooperativas, torna-se responsável pela manutenção econômica da estrutura necessária para os integrantes do MST ajudarem na organização de novos acampamentos e mobilizações. Os mesmos integrantes que ajudam na mobilização e na chamada “frente de massas” para a montagem de acampamentos e ocupações de terra são também dirigentes das estruturas responsáveis pela organização e promoção da produção nos assentamentos. Assim, para a autora: “[...] uma lógica mais empreendedora de organizar a produção acaba se mesclando nas formas de condução das próprias lutas pela terra”. No entanto, não parece que a convivência entre as duas lógicas seja tão “pacífica” e equilibrada em assentamentos rurais, como a autora sugere. Temos como hipótese provável que a *lógica do rolo* tende a suplantir a *lógica da empresa social*,

não só na administração das cooperativas, mas, a modo de influência, de condicionar uma grande parte das atividades relacionadas com a produção a uma posição subordinada, uma vez que a própria produção a ela é submetida.

Tanto planejamentos, organização da produção, cursos técnicos e a assessoria técnica ficam submetidos a uma dinâmica de movimento social que responde às demandas de curto prazo. O *rolo* é uma expressão recorrente na fala de dirigentes, assentados e mesmo dos integrantes da equipe técnica. Dependendo da situação, pode tornar-se sinônimo de confusão (sem controle separadamente de gastos direcionados para a *luta* e aqueles direcionados para a atividade produtiva, por exemplo), em que “tudo vira um rolão”, como freqüentemente foi ouvido no assentamento, com relação aos assuntos relacionados à produção e à *luta*. Submeter a administração de uma empresa ou cooperativa à lógica do *rolão* pode representar um importante fator na inviabilidade financeira do empreendimento – sobretudo, em um ambiente de economia oligopolizada e regido pela dinâmica da concorrência intercapitalista na produção e venda de mercadorias. Em relação a análise do caso em questão, constitui, junto com outros elementos, um fator responsável pela frustração dos agricultores-assentados frente à COOPERVIDA.

Se, antes, a *lógica do rolo* era entendida como um instrumento importante para manter os agricultores-assentados e os dirigentes ligados e solidários à *luta* pela terra, *mutatis mutandis*, agora, o *rolão* tende a significar afastamento dos agricultores-assentados das mobilizações e dificuldade dos próprios dirigentes em continuar propondo-se enquanto tais. Pois, fora dos “grupos coletivos de produção”, os dirigentes também têm seus lotes para cultivar individualmente. Pode-se sugerir assim, que, se os planos e projetos de futuro tornam-se revestidos pela frustração, há uma tendência de retração tanto dos agricultores-assentados quanto dos integrantes da direção às atividades restritas aos seus lotes. Enfraquece, assim, a mobilização da *luta* pela reforma agrária, a cooperação - ao menos como é pensada pela direção do MST – e as referências de que seria possível melhorar materialmente de acordo com o desejado e construir um Assentamento e Cooperativa que fossem tidos como modelos para outras experiências no estado.

As principais situações e circunstâncias relacionadas com a desestruturação orgânica da COOPERVIDA foram abordadas no decorrer do texto. O recurso de analisar separadamente cada fator é apenas metodológico, pois eles agem conjuntamente na realidade complexa do Assentamento Ceres.

Considerações finais

Quando da realização do trabalho de campo dessa pesquisa, era voz corrente entre os dirigentes do MST, entre os agricultores-assentados e entre o corpo técnico a possibilidade de assentar outras famílias sem-terra na área dos 200 ha da Cooperativa ou readequar a área e distribuí-la entre os agricultores já assentados no Ceres. Isso começou a ocorrer ainda no ano de 2006, quando quatro, até então, empregados da COOPERVIDA, com suas famílias, ali passaram a constituir lotes individuais de aproximadamente 14 ha. O restante da área dos 200 ha foi distribuído entre os agricultores já assentados, depois de uma espécie de readequação do tamanho da maior parte de todos os lotes. Além disso, o tambo de leite e as outras infraestruturas administradas pela Cooperativa estavam sendo desativadas e, quando possível, vendidas. Era a materialização do fim daqueles projetos iniciais, realizados em 1997, tanto pelo INCRA quanto pelas direções do MST, depois de várias reestruturações e tentativas de reacionamento de uma infraestrutura herdada.

De fato, em nenhum momento a COOPERVIDA conseguiu concretizar todos aqueles projetos iniciais. Isso vale tanto para o uso da área de 200 ha que ficou sob sua responsabilidade, quanto à orientação produtiva dos agricultores-assentados. Com relação ao primeiro aspecto, isso fica nítido pela análise dos três planejamentos para a instalação e reposição de animais leiteiros naquela área. O primeiro, em 1997, previa a aquisição inicial de 50 vacas leiteiras, sendo que em cinco anos se previa 150 vacas em lactação, quando o rebanho seria estabilizado. Esse primeiro planejamento não previa a compra de mais

animais, dado o escalonamento de partos e incorporação de bezerras à produção. O segundo, em 1998, previa a incorporação de mais 60 vacas à atividade leiteira da COOPERVIDA, cuja meta de animais permanecia a mesma nos cinco anos seguintes. O terceiro, realizado em início de 2002, depois da reposição dos animais devido à ocorrência da febre aftosa, informa que a diferença na venda de bens e máquinas seria reinvestido na compra de 27 vacas leiteiras e que seria estabelecido um planejamento para que em 6 anos se atingisse um total de 110 vacas, quando o rebanho seria estabilizado. Uma patente revisão das metas. O segundo aspecto, quanto à orientação produtiva dos agricultores-assentados, houve uma disputa constante com a matriz produtiva regional baseada na soja.

Em ambos os casos, as conjunturas da ocorrência da febre aftosa, da valorização do preço da saca da soja e da introdução de sementes transgênicas, além da *lógica do rolo*, foram fatores determinantes tanto para que a COOPERVIDA desestruturasse sua base produtiva física (área de terra, infraestrutura, máquinas e equipamentos), quanto para que sua base social perdesse a confiança e referência. Um outro fato duplamente interessante foi a Intercooperação realizada entre as cooperativas. Pois, por um lado, fica evidente a força e a potencialidade que tem a produção leiteira nos assentamentos rurais do estado do RS. Por outro lado, demonstra quanto o mercado de leite e derivados é instável, concorrencial, oligopolizado e globalizado, além dos desafios que se colocaram para a coordenação tanto das relações entre cooperativas, empresa beneficiadora, como também para com os assentados. Essa experiência mereceria um estudo específico e mais aprofundado, tendo em vista que a atividade leiteira é hoje uma das principais atividades realizadas por quase todos os agricultores de assentamentos rurais no estado. Além de que as direções tanto do MST quanto das cooperativas regionais ou mesmo da Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária (COCEARGS), cultivam a ideia de industrializar, por conta própria, o leite oriundo dos assentamentos rurais.

Vale a pena destacar que, por maior que seja a riqueza dos movimentos, possibilidades, desdobramentos e criatividade das iniciativas individuais e/ou coletivas, o ambiente econômico regional e o poder imanente de diferenciais de poderes a favor de grandes agricultores, empresas capitalistas, instituições governamentais e dos movimentos sociais organizados, também portadores de diferentes posições nas estruturas de poderes regionais, definem um campo de reprodução e de poderes para a construção de alternativas produtivas nos assentamentos rurais. Nesse sentido, a trajetória de formação e desestruturação orgânica da COOPERVIDA aqui analisada responde, interage e reconhece a dinâmica regional da soja, seja na sua expansão e ou em seu declínio, além das dinâmicas do mercado internacional de lácteos. Desconsiderar que as dinâmicas regionais (que também refletem a dinâmica de poderes em nível nacional) agem condicionando as trajetórias das Cooperativas de assentamentos de reforma agrária seria desconsiderar o poder estruturante dos poderes sociais abrangentes, supervalorizando os projetos e desejos de futuro. Esse reconhecimento, a nosso ver, não desqualifica as lutas sociais e as iniciativas de construção de alternativas de organização produtiva e sim valoriza e reconhece os diferenciais de poderes associados à distribuição desigual da terra, que, em algum grau, representam os diferenciais de poderes da sociedade brasileira.

As análises das experiências locais e regionais são fundamentais para se ter uma dimensão dos desafios a serem vencidos.

Bibliografia citada

ANDREATA, Tanice. Febre Aftosa no Rio Grande do Sul no ano de 2000: uma análise das transformações ocorridas nos sistemas de produção dos agricultores produtores de leite de Jóia. Porto Alegre, 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - PGDR/UFRGS, 2003.

- ANJOS, Eliene Gomes dos. Coprasul: entre o idealizado e o vivido uma análise da prática cooperativa no MST. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PGCS/FFCH/UFBA.
- BAVARESCO, Pedro Antônio. Assentamentos Annoni fase IV [RS]: uma análise de seu desempenho sócio-econômico. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, 1998.
- BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O Financiamento da Produção Agrícola Brasileira na Década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio Pereira (Coord.). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp. 53-94.
- BENETTI, Maria D. Reestruturação do Agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização do capital. In: FLIGENSPAN, Flávio Benevett (Coord.). Economia Gaúcha e Reestruturação nos anos 90. Porto Alegre: FEE, 2000, pp. 63-117.
- BENTEVI, Benchmarking na agricultura – IGEagro. Informativo Soja. Disponível em: <<http://200.161.200.233/INFORMATIVO%20soja.pdf>>, 2005. Acesso em: 10 set 2006.
- BONAMIGO, Carlos Antônio. O trabalho cooperativo como princípio educativo: a trajetória de uma cooperativa de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Porto Alegre, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRGS/PGEEd.
- CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COOPERVIDA. Projeto de Transferência de Investimento – Teto II. Jóia/RS, 2002.
- _____. Ata nº 2 da Assembléia Geral dos Associados, 1997.
- CORDEIRO, Ângela; SCHMITT, Cláudia Job; AMANI, Domingos. Organizações Sociais Rurais Diante do Ajuste: o caso do Brasil (relatório preliminar do estudo encomendado pela FAO (América Latina) sobre o impacto do ajuste estrutural dos anos 90 sobre a dinâmica das organizações sociais do campo no Brasil), 2003. Disponível em: <www.fase.org.br> acesso em: 10 mar. 2006.
- DA ROS, César Augusto. As Políticas Agrárias Durante o Governo Olívio Dutra e os Embates Sociais em Torno da Questão Agrária Gaúcha (1999-2002). Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, 2006.
- DELGADO, Nelson Giordano. Política Econômica, Ajuste Externo e Agricultura. In: LEITE, Sérgio Pereira (Coord.). Políticas públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp. 15-52.
- FORTES, Alexandre. Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora Porto-Alegrense e Vargas. Caxias do Sul/RS: Educus, 2004.
- GAIGER, Luiz Inácio. Cultura e Religião no Espaço Agrário do RS: uma visão Parcial. In: Estudos Leopoldenses. São Leopoldo, Vol. 30, nº 136, mar./abr. 1994, pp. 69-94.
- GUBERT, José Eduardo; BASSO, David. Fortalecimento de Agricultores Familiares no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul: análise diagnóstico de sistemas agrários - Jóia e Eugênio de Castro. Ijuí: FIDENE/DEAg/UNIJUÍ, 2005.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática. 2000. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 10 fev. 2007.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Arquivo de Registros do Processo de Aquisição de Imóvel Rural (Granja Ceres). Porto Alegre, 1996.

- _____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Comissão Estadual do PROCERA-LUMIAR. Subcomissão para Análise de Projetos Especiais e Teto II. Ata 04/98. Porto Alegre, 1998.
- LACERDA, Automar Guedes de; MALAGODI, Edgard. Formas de Cooperação e Reforma Agrária. Raízes. Campina Grande, vol. 26, nºs 1 e 2, p. 93–100, jan./dez. 2007.
- LE MONDE DIPLOMATIQUE-BRASIL. O escândalo da Parmalat. 2004, Disponível em: <www.diplo.uol.com.br/2004-02,a852> Acesso em: 23 fev 2007.
- LEITE, Sérgio Pereira. Padrão de financiamento, Setor Público e Agricultura no Brasil. In: LEITE, Sérgio Pereira (Coord.). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp. 53-94.
- LUMIAR. Projeto de Transferência de Investimento Teto II. Equipe Lumiar de Jóia/RS, 1999.
- _____. Projeto Suplementar de Investimento Teto-II. Equipe Lumiar de Jóia/RS, 1998.
- _____. Projeto de Investimento Teto-II. Equipe Lumiar de Jóia/RS, 1997.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. Marchas e Contra-Marchas na Política Agrária no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). In: INESC (Org). A Era FHC e o Governo Lula: transição? Brasília: Instituto de Estudos Sócio-econômicos, 2004, pp. 359-390.
- _____; _____. A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo et al. (Org's.) Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: USP, 1994.
- MENASCHE, Renata. Os Grãos da Discórdia e o Trabalho da Mídia. In: Opinião Pública. Campinas, Vol. XI, nº 1, mar. 2005, p. 169-191.
- MOREIRA, Roberto José. Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- NAVARRO, Zander. Mobilização Sem Emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura dos (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. Grupo Varig teve rombo de R\$ 160 milhões: auditoria encomendada por controladora detecta fraudes entre 1999/2003. São Paulo, 21/12/2005.
- PICCIN, Marcos Botton. Lógicas Socioculturais e Estratégias Produtivas no assentamento menina dos olhos dos sem-terra. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado), CPDA/UFRRJ.
- PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Júri condena filhos do fundador da Parmalat: ambos estavam envolvidos no escândalo financeiro da empresa. Eles ficarão três a cinco anos na prisão. 2007, Disponível em: <www.g1.globo.com/noticias/0,,mui6569-5600,00.html> Acesso em: 20 Fev 2007.
- REZENDE, Gervásio Castro de. Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera): Institucionalidade, Subsídio e Eficácia. In: IPEA – Texto para Discussão nº 648. 1999. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0648.pdf>>. Acesso: 12 nov. 2006.
- RÜCKERT, Aldomar. Metamorfoses do Território: a agricultura trigo e soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930/1990. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SCARIOT, Adriano. Identidade, Coesão e Desagregação Social na Trajetória da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata - COOPTAR. Santa Maria, 2002. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), PPEX/UFES.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre Cooperação e Cooperativas em Assentamentos Rurais. In: Psicologia & Sociedade. São Paulo, nº 19, Edição Especial, 2007, pp. 84-94.

_____; MARTINS, Adalberto. Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método. Psicologia e Sociedade. São Paulo, nº 15 (2), 2003, pp. 124-143.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org's). Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Unijuí, 2005.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Orgs.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 21-50.

SOUZA, Cimone Rozendo de. A Cooperação como Estratégia Organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Paraná: o caso da Cooperativa de Produção e Serviços de Pitinga. Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFPR/PGS.

TEIXEIRA, Igor. Análise dos processos de diversificação produtiva, social e organizacional no assentamento Trinta de Maio, Charqueadas, RS. Porto Alegre, 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS/PGDR.

VAZZOLER, Márcia Regina; EID, Farid. Cooperativismo em Assentamentos de Reforma Agrária: a Sobrevivência de Cooperativas do MST na Economia Capitalista. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte, set. 2004.

VALOR ECONÔMICO. Audidores apontam fraudes em cinco empresas da Varig. São Paulo, 20/12/2005a.

_____. Especial: “Sangrias” em coligadas minaram a Varig, auditorias revelam negócios suspeitos, mas investigados dizem que tudo não passa de briga política. São Paulo, 20/12/2005b.

ZERO HORA. Incra compra e desapropria no Estado. Porto Alegre, 21/08/1996.

Entrevistas citadas

Sr. Vanderlei - Agricultor-assentado no Assentamento Ceres, concedida em julho de 2006.

Sr. José – Dirigente regional do MST, concedida em julho de 2006.

Sr. José Rui Cancian Tagliapietra, à época da formação do Assentamento Ceres Coordenava a Divisão de Assentamentos do INCRA-RS, Coordenador atual do Projeto Brasil Quilombola e Superintendente Substituto do INCRA-RS, Concedida em outubro de 2006.

Sr. João - Agricultor-assentado no Assentamento Ceres, concedida em junho de 2006.

Sr. Paulo – Presidente da COOPERVIDA entre os anos de 2002/2004 e integrante, à época, da direção regional do MST.

Lutas Camponesas e Diferentes Atividades Associativas nos Assentamentos de Sem-Terra¹

Djoni Roos

Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Membro do Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na
Cidade – GEOLUTAS

Endereço Profissional: Rua Pernambuco, 1.777, Centro, 85960-000, Marechal Cândido
Rondon, PR, Brasil – UNIOESTE, GEOLUTAS – Telefone: (45) 3284-7870
Endereço eletrônico: djoni_roos@yahoo.com.br

Resumo

Os camponeses têm por meio de suas lutas e resistências se territorializado. O MST possui destaque neste processo, contribuindo para que o campesinato conquiste o acesso a terra. A trajetória de lutas no movimento tem desdobramentos nas formas de organização nos assentamentos, com a realização de variadas atividades associativas e coletivas. Estas são formas utilizadas pelos assentados para garantir a sua manutenção e existência no campo. Verifica-se também nos assentamentos de sem-terra, um conjunto de relações resultantes do aprendizado ocorrido no decorrer das lutas destes sujeitos.

Palavras-Chave: Sem-Terra; Luta pela Terra; Assentamentos; Atividades Associativas; Camponeses.

Resumen

Luchas Campesinas y Diferentes Actividades de Asociación en los Asentamientos de Sin-Tierra

Los campesinos tienen por medio de sus luchas y resistencia se territorializado. El MST ha puesto de relieve en este proceso, contribuyendo para que el campesinato conquiste el acceso a la tierra. La trayectoria de luchas en el movimiento tiene desarrollando en las formas de organización en los asentamientos, con la realización de variadas actividades de asociación y colectivas. Estos son formas utilizadas por los asentados para garantizar su mantenimiento y existencia en el campo. Se verifica también en los asentamientos de sin-tierra, un conjunto de relaciones resultantes del aprendizaje ocurrido en el transcurrir de las luchas de estos sujetos.

Palabras Clave: Sin-Tierra; Lucha por la Tierra; Asentamientos; Actividades de Asociación; Campesinos.

Abstract

Fights Peasants and Different Associative Activities in the Without-Land Nestings

The peasants have by means of its fights and resistance if territorialized. The MST have prominence in this process, contributing so that the peasants conquers the access the land. The trajectory of fights in the movement has unfoldings in the forms of organization in the nestings, with the accomplishment of varied associative and collective activities. These are

forms used for the seated ones to guarantee its maintenance and existence in the field. It is also verified in the without-land nestings, a set of resultant relations of the learning occurred in elapsing of the fights of these citizens.

Keywords: Without–Land; Fight for the Land; Nestings; Associative Activities; Peasants.

Introdução

A modernização da agricultura, ocupação e incorporação de novas áreas à produção capitalista do agronegócio, intensificaram o processo de expropriação e expulsão dos camponeses, motivando um conjunto de conflitos no campo brasileiro. Estes conflitos indicam um enfrentamento da classe camponesa à ordem capitalista exploradora e expropriatória.

A partir da década de 1980, o campesinato se organizou e passou a ocupar latifúndios para pressionar o Estado a resolver o problema da posse da terra e realização da reforma agrária. As diferentes lutas sociais que aconteceram no campo brasileiro são assim, respostas à expansão capitalista sobre o território camponês.

Neste contexto de enfrentamento surgiu no campo brasileiro os sem-terra, um “novo” sujeito social organizado nos movimentos, detentor de uma identidade construída na luta e resistência. A trajetória de lutas tem desdobramentos nas formas de organização destes camponeses, que realizam variadas atividades coletivas e associativas nos assentamentos, a fim de garantir a sua manutenção e existência no campo. Neste sentido, será abordada a organização dos assentados de Rio Perdido, no município de Quedas do Iguaçu/PR, onde se verificam importantes atividades coletivo-associativas construídas na trajetória de lutas destes camponeses.

O aprendizado construído no movimento da luta se desdobra em conquistas ligadas à produção nos lotes como infra-estrutura, assistência técnica, financiamentos, etc. Além de conquistas econômicas, a ação dos grupos de assentados proporciona um conjunto de discussões de caráter politizador, ou seja, as diversas manifestações coletivas existentes nos assentamentos não estão restritas somente à produção agrícola, pois também são visualizadas na esfera política.

No assentamento Rio Perdido, os assentados desenvolvem um conjunto de atividades coletivas e associativas, tanto na esfera produtiva como política. Exemplar é a organização de grupos de assentados para tratar da produção agrícola, bem como as caminhadas/marchas, ocupações de terras, fechamento de rodovias, e discussões políticas da organização do assentamento.

Para compreender a diversidade de conflitos, inclusive aqueles provenientes da luta dos sem-terra, é necessária uma contextualização das lutas ocorridas no campo brasileiro. A abordagem geral é imprescindível, pois a luta dos camponeses que resultou no assentamento Rio Perdido, objeto deste estudo, faz parte de um contexto de expropriação e subordinação, mas também de resistência, em que os camponeses estão inseridos. Portanto, a luta dos sem-terra de Quedas do Iguaçu não está desvinculada das demais lutas camponesas.

As lutas no campo brasileiro

Os primeiros a sofrerem com o processo de expansão capitalista foram os povos indígenas, que desde a invasão do Brasil pelos europeus foram expulsos de suas terras. Como afirma Oliveira (1999, p.15), “o território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Estes povos, que hoje se encontram aprisionados nas chamadas reservas são os maiores prejudicados pelo processo de expansão capitalista”.

Mesmo sendo exploradas e sufocadas pelo avanço capitalista, as nações indígenas tiveram/têm forças para lutar, buscando assim, garantir sua sobrevivência que ocorre pela permanência na terra. Para os povos indígenas, a terra significa a manutenção de sua cultura, pois sem a terra não há cultura. Estes lutam, atualmente, pela conservação e demarcação de suas reservas, pois é somente o que lhes resta.

No período da escravidão emergiram outras lutas no campo brasileiro, como a luta dos negros que buscavam viver em liberdade. Para tanto, se organizavam em Quilombos, territórios para onde iam aqueles que conseguiam fugir das fazendas em que eram cativos. Os Quilombos se constituíram no grande marco de luta e resistência destes povos. Nestes havia uma organização tanto social quanto política, para se defender dos fazendeiros e conquistar liberdade e proteção da posse coletiva da propriedade da terra. “Os Quilombos, representavam a única possibilidade, fora à morte, para fugir da escravidão e a tentativa de estabelecer uma comunidade negra, autônoma, livre, no meio da floresta” (COMISSÃO 1987, apud OLIVEIRA 1999, p.16).

Surgiram também no final do século XIX e início do XX no campo brasileiro, os chamados movimentos “messiânicos”. Estes nasceram da organização de camponeses que estavam sendo expulsos de suas terras, os que mais se destacaram foram o de Canudos (Bahia) e do Contestado (Paraná e Santa Catarina). No entanto, foram considerados movimentos religiosos e embora sofressem grande repressão por parte dos governantes da época, nunca receberam reconhecimento político.

Nesse mesmo período ocorreram várias outras revoltas, como o caso dos pequenos agricultores em Pernambuco e das greves dos colonos nas fazendas de café no Estado de São Paulo. Estas greves e revoltas aconteciam de maneira isolada, ou seja, eram lutas localizadas em uma determinada fazenda, determinado local, etc.

Conforme se desenvolviam as lutas no campo brasileiro surgiram posteriormente entidades, sindicatos, ligas, associações, vinculados aos camponeses. Na maior parte dos casos, havia a presença do PCB (Partido Comunista Brasileiro). É importante destacar que foi o Partido Comunista Brasileiro que trouxe para o debate a questão da Reforma Agrária, medida que começou a ser incorporada nas lutas camponesas e também urbanas. Desta forma, a partir de 1940 os camponeses intensificaram estratégias para resistir à expropriação causada pelo avanço do capitalismo no campo.

Na década de 1950, houve também a luta dos camponeses de Trombas e Formoso em Goiás, que reuniu milhares de pessoas na defesa de suas posses contra as investidas de grileiros da região. Estes camponeses se recusavam a entregar as suas posses aos grileiros, que contrataram jagunços para tentar expulsá-los das terras. O conflito teve destaque principalmente com a entrada do Partido Comunista nas lutas, fato que colaborou na organização de conselhos e no desenvolvimento do trabalho coletivo em mutirão, contribuindo assim, na defesa contra as investidas dos pistoleiros e da polícia.

No Nordeste, emergiram na década de 1950 as Ligas Camponesas, apresentando importante significado não por sua espacialização², mas pelos desdobramentos na formulação de uma proposta de democratização da posse da terra. Os primeiros conflitos foram no engenho Galiléia em Vitória do Santo Antão, Pernambuco, devido às ameaças de despejo que os foreiros³ estavam recebendo. Este fato desencadeou uma resistência por parte dos trabalhadores do engenho, que além de lutar pela permanência na terra passaram a incorporar necessidades imediatas como, por exemplo, a manutenção do sítio (área para o plantio de gêneros de subsistência), diminuição do foro além de outras reivindicações. A luta destes camponeses resultou mais tarde na formação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco que era a sede da Liga Camponesa de Galiléia.

² Estas estavam concentradas no Nordeste, porém possuíam alguns desdobramentos que refletiram em outros lugares.

³ Camponeses que pagam o foro para utilizar parte da propriedade do Engenho. O foro é um tributo pago aos proprietários das terras, ou seja, a renda da terra que esses camponeses são obrigados a passar para o dono do Engenho.

No Rio Grande do Sul levantou-se na década de 1950, na cidade de Encruzilhada do Sul o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Este resultou da organização de posseiros – migrantes que se apossam de uma determinada área de terra, a fim de realizar seu trabalho e produzir o sustento de sua família – contra as ameaças de despejo que vinham sofrendo. Como forma de resistência, os camponeses decidiram acampar no perímetro dos latifúndios. A construção de acampamentos marcou uma nova forma de luta pela terra, pois não se tratava mais de posseiros resistindo ao despejo, ou greves de trabalhadores das fazendas. Mas, eram ofensivas de trabalhadores já expropriados, que através de pressão direta sobre o Estado demandavam terras ainda não cultivadas.

Nesse período, as lutas tiveram grande destaque, porém se constituíam em lutas isoladas e organizadas localmente. Eram greves de colonos de uma determinada fazenda de café, de cortadores de cana em uma usina ou engenho, de posseiros, ou seja, elas não se comunicavam, apesar de possuírem na maioria das vezes reivindicações semelhantes. O avanço destas lutas fez surgir um grande número de sindicatos e associações, resultando na formação da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) que teve forte influência do PCB na sua organização. Com isso, houve a organização de encontros de trabalhadores rurais organizados pelos sindicatos, resultando numa melhor comunicação entre as diversas lutas.

Os encontros tinham a função de articular as frentes de lutas, procurando colocar em evidência a necessidade de realização da reforma agrária como parte do desenvolvimento do Brasil. Segundo Medeiros (1989), os encontros tinham grande importância para o levante da reforma agrária. “Foi através desses encontros que, pouco a pouco, a palavra de ordem reforma agrária começou a ganhar forças no interior das lutas, sempre entendida como antifeudal e antiimperialista e como condição para uma revolução de caráter democrático-burguês”. (p. 51).

Nesse contexto foram incorporados conteúdos políticos à reforma agrária, como o conceito de latifúndio, por exemplo, que deixou de ser entendido apenas como grande propriedade fundiária, improdutiva e atrasada tecnologicamente, passando a expressar uma relação de poder e exploração dos trabalhadores. Assim, a luta contra o latifúndio incorporou conteúdo político e ganhou legitimidade, passando a ser entendida no contexto das relações de poder e de conflito de classes.

Com o golpe de 1964, as lutas de resistência foram duramente reprimidas pelo governo militar. A militarização da questão agrária, conforme afirma Martins (1984) foi uma forma de conter as lutas sociais que estavam em ascensão neste momento. Um dos instrumentos utilizados foi a elaboração do Estatuto da Terra, que baseado em um modelo desenvolvimentista previa a classificação dos imóveis rurais em minifúndio, latifúndios por dimensão ou exploração e ainda em empresa rural. O latifúndio e o minifúndio, fontes geradoras dos conflitos deveriam ser substituídos pela empresa rural. Considerado como uma irracionalidade, o latifúndio seria substituído por uma exploração “racional”, ou seja, a empresa rural capitalista. Este modelo ideal de imóvel rural deveria cumprir a função social da terra determinada pela Constituição.

Com a criação do Estatuto, a desapropriação de terras para a realização da reforma agrária ficou em segundo plano, sendo dada preferência à tributação na extinção dos latifúndios. Os projetos de assentamentos não tinham como centro a desapropriação, mas sim a distribuição de títulos de posse (principalmente na Amazônia) aos agricultores despossuídos de terras. Desse modo, não se tem por parte do governo uma política de Reforma Agrária com a eliminação dos latifúndios, mas sim, de proteção aos mesmos. Além disso, essa distribuição de terras na Amazônia tinha um caráter desmobilizador da luta que estava em ascensão no país.

Conforme Martins (1981),

O estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O estatuto procura

impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe (p. 96.).

As lutas tiveram sequência nos anos seguintes ao golpe, porém de forma muito isolada e localizada devido à severa repressão. No final da década de 1970, surgem sinais de esgotamento das políticas agrárias e econômicas do governo militar, com o agravamento das tensões no campo brasileiro. Observam-se neste momento as greves nos canais em Pernambuco, organizadas principalmente pela CONTAG e mais tarde em 1984 na região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Neste momento houve também a emergência de um sindicalismo combativo, o surgimento da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em 1975 e a participação de pequenos agricultores principalmente os “integrados” – camponeses que produzem determinadas mercadorias (fumo, frango, suínos, etc.) em “parceria” com agroindústrias – na crítica a política agrícola exercida pelo governo.

Outra luta que eclodiu no campo brasileiro foi a dos seringueiros e posseiros na Amazônia. Estes enfrentaram as investidas das empresas agropecuárias e madeireiras que se deslocaram para esta região devido à expansão da fronteira agrícola. Os latifundiários contavam com subsídios e investimentos da SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia) o que facilitou a compra dos seringais e a exploração da madeira e transformação em pastagens.

Os seringueiros perceberam que a sua reprodução social estava ameaçada com a derrubada da mata, pois a fonte de vida era a extração do látex das áreas nativas. Diante da intensa derrubada da mata promovida pelos latifundiário-madeireiros, os seringueiros começaram a se organizar e a resistir. Neste processo contaram com o apoio dos sindicatos dos trabalhadores rurais e da Igreja, através da CPT. A organização dos seringueiros para impedir o avanço do desmatamento resultou na realização dos empates, ações em que homens, mulheres e crianças se perfilavam de mãos dadas entre os trabalhadores que estavam desmatando e a floresta. Os empates objetivavam também, a conscientização dos trabalhadores contratados sobre a importância da preservação da mata.

A expansão da fronteira agrícola, principalmente para áreas da Amazônia, coloca também em xeque a reprodução social dos agricultores/posseiros. Estes ao negar sua proletarianização se lançam em direção a áreas de fronteiras, a fim de estabelecer ali um território de trabalho camponês. O posseiro está em busca da sua “liberdade” e autonomia, ou seja, controlar seus meios de produção para assim poder se reproduzir socialmente. É a procura do sustento da família e não de acumular capital. Para ele a terra é uma garantia de existência (terra de trabalho), não possuindo importância como propriedade privada capitalista (terra de negócio). Já as empresas que vinham se instalando na fronteira agrícola, buscavam a possibilidade de acumular capital através da propriedade capitalista da terra.

O que está em pauta é o uso da terra, a forma como está é utilizada, que levou grileiros e grandes corporações empresariais a expulsar os posseiros de suas posses. Para estes, restaram duas alternativas, aceitar a expulsão ou resistir. A resistência camponesa que se teve nestas áreas, sofreu com a ação de pistoleiros a mando de grileiros e também com o incentivo do Estado às empresas que pretendiam explorar as terras da Amazônia. Desta forma, mesmo resistindo os posseiros foram sendo expulsos de suas terras, para que a terra de liberdade fosse dando espaço à propriedade capitalista.

Lutas camponesas no Paraná

As lutas pela terra no Estado do Paraná estão inseridas num contexto de mudanças ocorridas na agricultura, que implicaram na expulsão de milhares de trabalhadores do campo. Muitos foram obrigados a migrar para as cidades, para a Amazônia e até mesmo para o Paraguai. Com o advento da “modernização conservadora” teve-se uma reorganização do espaço agrário paranaense. Os conflitos pela terra estão inseridos nesta conjuntura.

No passado, houve no Paraná conflitos como o do Contestado (Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina). Existiram também na década de 1950, a Guerrilha de Porecatu e o conflito do Sudoeste.

A região de Porecatu no norte do Estado, onde havia mais de mil posseiros habitando aquelas terras devolutas, foi palco de vários conflitos, pois o governo do Estado cedeu às terras ocupadas pelos camponeses a grandes proprietários. Diante desta situação, os camponeses se armaram e organizados no Partido Comunista passaram a lutar contra os despejos, buscando garantir seu modo de vida, negando assim a proletarização.

Em Francisco Beltrão e Capanema, no sudoeste do Paraná, ocorreram conflitos entre os colonos e a CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial LTDA), empresa madeireira e imobiliária. Muitos colonos oriundos de áreas de ocupação mais antiga e que estavam em busca de terras se deslocaram para esta região, impulsionados principalmente pela abertura de uma colônia agrícola oficial (Colônia Agrícola Nacional de General Osório - Cango). Porém, a gleba que fazia parte da CANGO também foi repassada pelo governo do Estado em 1950 para o controle da CITLA.

A confusão gerada pela dupla concessão das terras motivou intenso conflito, pois, os colonos que haviam comprado as terras se viram na condição de posseiros. Organizadas em “assembléias gerais do povo” e “juntas governativas” os camponeses marcharam sobre a cidade de Francisco Beltrão, expulsando as autoridades constituídas e tomando a emissora de rádio da cidade. A situação só foi resolvida com a militarização do conflito, quando em 1962, foi criado o GETSOP (Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná), que possuía a presença do exército e tinha como objetivo resolver o conflito. O grupo atuou na demarcação e titulação dos lotes aos camponeses, que assim conquistaram o título da propriedade.

A partir do final de década de 1970, entra em cena no Estado do Paraná um novo elemento responsável pela expropriação e expulsão dos camponeses: a construção de complexos hidrelétricos. Segundo Bonin (1991),

... o Paraná, como o país, foi palco de um processo que conduziu à expropriação de milhares de produtores e trabalhadores rurais: a construção em série de hidrelétricas e a conseqüente desapropriação de terras produtivas e densamente ocupadas. Este processo obedece a uma mesma lógica do modelo agrícola modernizador, qual seja, a de abrir novos campos de aplicação do capital nacional e internacional no Brasil, além do seu objetivo explícito, que era criar condições para o desenvolvimento ampliado das atividades industriais e de serviços. (p.120).

A construção de hidrelétricas levou a expulsão de pequenos proprietários que com o apoio da CPT se mobilizaram pelo pagamento “justo” das indenizações das terras e das benfeitorias ali existentes, bem como o reassentamento das famílias no próprio Estado. As mobilizações realizadas pelos trabalhadores afetados pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu são exemplares e resultaram na formação do Movimento Justiça e Terra (MJT), passo para a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Resultante das experiências de luta no “Movimento Justiça e Terra” surgiu em 1981 no Oeste paranaense o MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná). Enquanto o MJT lutava para garantir a posse da terra, o MASTRO inaugura uma nova proposta, ou seja, a luta pela reforma agrária.

A partir da luta do MASTRO, surgiram diversos movimentos de luta pela terra como foi o caso do MASTES (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná). Este movimento se organizou principalmente com o apoio da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR)⁴, e da CPT.

⁴ Entidade fundada por padres belgas, pertencentes a ala progressista da igreja católica, e tinha como principal objetivo o desenvolvimento de um trabalho de organização dos pequenos agricultores, empenhando-se na formação de lideranças comunitárias.

Acrescenta-se à compreensão do surgimento de diversos movimentos no campo paranaense a omissão dos STR's (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais), que neste momento possuíam apenas uma atuação assistencialista. Posteriormente, com a eleição de diretorias oposicionistas, alguns sindicatos se embrenharam nas lutas mais combativas dos camponeses.

Essa organização em diversos movimentos de luta pela terra, surgidas no final da década de 1970 e início de 1980 no Estado do Paraná, representa o quadro que existia no campo brasileiro, ou seja, eram vários movimentos estabelecidos regionalmente e possuíam pouca comunicação com as demais lutas camponesas. Logo, não eram lutas espacializadas nacionalmente, porém impulsionaram a emergência do MST, movimento que mais tarde veio a unificar as várias frentes de luta.

A luta dos camponeses no MST

As diversas frentes de lutas que estavam ocorrendo no campo paranaense e brasileiro resultaram primeiramente, num encontro entre as lideranças de movimentos dos cinco Estados do sul do Brasil, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul na cidade de Medianeira/PR no ano de 1982. Estes encontros tinham por objetivo criar uma articulação entre as diversas lutas que vinham ocorrendo no país.

Em 1984, realizou-se em Cascavel/PR o primeiro encontro de caráter nacional dos camponeses organizados nestes movimentos regionais, com a participação de camponeses organizados em outros estados (SP, MS, RS, SC). Neste encontro surgiu o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), com a finalidade de unir a diversidade de lutas regionais que vinham ocorrendo em todo o território nacional. Com o MST, as lutas no meio rural tiveram uma reconfiguração, implantou-se uma nova forma de organização e perspectiva de luta.

É justamente a forma de organização e a perspectiva de luta colocada por este movimento que dão a atual luta pela terra no Brasil – e em especial no Paraná, onde tem sido mais significativa – sua diferença e originalidade em relação aos períodos anteriores. ...Seus princípios e propostas sugerem, na verdade, um salto qualitativo em termos de organização da ação popular no meio rural, transcendendo o localismo de lutas anteriores e recuperando uma preocupação constante com a participação efetiva das suas bases no processo de decisão. (BONIN 1991, p. 123)

A formação do MST permitiu a articulação das lutas existentes no campo brasileiro, rompendo com o isolamento geográfico em que se encontravam e inserindo-as num mundo mais amplo de reivindicações. O movimento com um caráter popular passou a representar uma nova fase na organização dos camponeses, apresentando também novas formas de luta como as ocupações, passeatas, etc. Estas são usadas como estratégias para envolver o Estado com a questão da reforma agrária, e também para mostrar à população sua condição de “excluídos” da propriedade da terra e dos meios necessários para a sua sobrevivência.

As ocupações de terras e acampamentos se constituíram como os principais instrumentos de luta do MST. O acesso a terra por parte dos camponeses é essencial para solapar a estrutura agrária vigente no campo brasileiro e para que se consigam novas conquistas, tanto econômicas, quanto políticas. Assim, os camponeses organizados no MST passaram a recusar a proletarização, a “exclusão” e a conseqüente perda dos seus valores, visualizando na luta a possibilidade de retorno a terra, ao cultivo de seus saberes e principalmente à manutenção da vida de sua família.

A partir das ações do MST ampliou-se a presença camponesa nas discussões políticas, quando o Estado foi colocado no centro das reivindicações. As ocupações, acampamentos e assentamentos transformaram muitos territórios do latifúndio em território

camponês, ou seja, lugar de manutenção da vida e não de especulação e acumulação capitalista.

A consolidação do MST fez com que as lutas ganhassem mais intensidade, aumentando assim o número de ocupações e acampamentos. O fato das lutas realizadas por meio de ocupações surtiram efeito positivo, forçando ações do Estado em favor dos sem-terra, levou outros segmentos como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federações e Sindicatos a ela vinculados, a também se utilizar de ocupações e acampamentos como forma de luta pela terra.

Como estratégia de luta, o MST procurou se espacializar. Desse modo, o movimento se encontra articulado tanto nacional, como internacionalmente. Conforme Fernandes (1996. p. 136), “é na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST”. Assim, a organização no MST tem possibilitado a operacionalização de um conjunto de conquistas para os camponeses, dentre as quais se destacam os assentamentos de reforma agrária destinados às famílias sem-terras.

Nas lutas no MST foi forjado um “novo” sujeito no campo, denominado de sem-terra. Destes muitos conquistaram a terra, surgindo a partir da década de 1980 um modelo de assentamento rural que se diferencia daqueles até então existentes (colonização), pois apresenta camponeses com uma trajetória de luta e organização, o que se desdobra nas atividades de produção.

Neste sentido, será abordado o assentamento Rio Perdido localizado no município de Quedas do Iguaçu, na região Centro-Sul do Paraná. Este assentamento é constituído por 60 famílias, na sua maioria ex-arrendatários que não conseguiram mais terras para trabalho devido ao processo de modernização ocorrido no campo.

A luta dos camponeses do assentamento Rio Perdido

As transformações ocorridas no campo paranaense, derivadas da modernização da agricultura influenciaram nas relações de trabalho. Muitos agricultores que trabalhavam como arrendatários ou parceiros não conseguiram mais terras para trabalhar, devido à introdução de maquinário agrícola, por exemplo. Portanto, trata-se de um processo de expulsão do campesinato das terras e não apenas de expropriação.

Não se trata necessariamente de expropriação dos trabalhadores rurais, mas de mudanças que levaram à expulsão, pois estes trabalhadores não eram os proprietários da terra. Através de dados coletados nos assentamentos pôde-se verificar que apenas 15,2% dos assentados foram expropriados de suas terras no passado, sendo que a maioria dos trabalhadores rurais assentados nunca foi proprietário da terra de trabalho. (FABRINI 2001, p. 76).

Este processo atingiu a região de Quedas do Iguaçu, que está inserida neste contexto de transformações ocorridas no campo paranaense, em que muitos camponeses perderam ou foram expulsos das terras. Além disso, existiu também nesta região a ação de grileiros que contribuíram na expulsão de muitos camponeses.

Esses camponeses expulsos e expropriados não vendo a possibilidade de sua sobrevivência nas cidades e não possuindo condições financeiras para adquirir um pedaço de terra, decidiram lutar pela conquista da mesma e contra a subordinação/exploração a qual estão sujeitos. Através de lutas e enfrentamentos, como por exemplo, as ocupações e manifestações das mais diversas, é que os camponeses têm conquistado parcelas de terras definidas como assentamento.

A luta dos camponeses em Quedas do Iguaçu resultou na compra pelo governo federal, de parte da fazenda Rio Perdido que era de propriedade de Darci Mário Fantin, conhecido também como “Teixeirinha”. A área ocupada possuía um total de 1.383,00

hectares. A fazenda foi adquirida por “Teixeirinha” do grupo GIACOMET MARODIN Ind. de Madeiras S.A., da qual havia contestações sobre a posse deste imóvel.

O acampamento, primeiro “instrumento” de luta destes camponeses que foram expulsos de suas terras, começou a ser formado no ano de 1984 por cerca de 130 famílias. Estas acamparam as margens da Rodovia PR-473, localizada ao lado da fazenda Rio Perdido. Somente seis meses depois, já no ano de 1985 é que os camponeses ocuparam a fazenda e formaram o acampamento no perímetro do latifúndio.

Em 12 de novembro de 1987, o então Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, através da Portaria Nº. 233/87 autorizou a aquisição de uma área de 1.200,00 ha e benfeitorias existentes sobre a mesma. A fazenda Rio Perdido foi adquirida pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) pelo montante de Cz\$ 32.472.000,00 (Cruzados), pagáveis em TDA (Títulos da Dívida Agrária) tendo como prazo cinco anos e resgate a partir do segundo ano na proporção de 25%. Portanto, a área foi obtida por aquisição, não havendo assim, decreto de desapropriação nem processo que tenha tramitado na Justiça, pois a venda e os valores foram acordados.

A reforma agrária através da compra das terras apresenta-se na contramão da proposta formulada pelos movimentos sociais. Para estes, as áreas devem ser arrecadadas pelo Estado sem o pagamento da terra, visto que na maioria dos casos encontram-se em situações irregulares (latifúndios, trabalho escravo, grilagem, entre outros). A compra da terra não visa solapar a estrutura agrária existente, pois transfere para as mãos de latifundiários e grileiros a renda da terra. Através desta renda os proprietários fundiários compram áreas maiores em outras localidades.

Porém, o que os latifundiários não querem é que o pagamento das terras seja através de TDAs, pois são resgatadas em longo prazo, perdendo “valor”. Conforme Martins (1981), a reforma agrária a partir da aquisição de terras não traz nenhuma infelicidade aos latifundiários, desde que seja paga em dinheiro e à vista. O autor afirma ainda que a venda da terra de uma só vez transforma a renda capitalizada (terra) em capital. “... fazendo agora de uma só vez a metamorfose da renda capitalizada em capital, cobrando a renda de uma só vez, para de uma só vez revertê-la à condição de capital” (p. 168).

A formação do assentamento Rio Perdido em Quedas do Iguaçu, resultou na territorialização das relações camponesas, em que a terra deixou de servir aos interesses do capital especulativo, para se tornar terra de trabalho. Portanto, a realização do assentamento, etapa posterior à ocupação, se constitui na construção do território camponês. Sem esta conquista não ocorre a materialização das relações camponesas no espaço, a não ser num espaço reduzido onde foram montadas as barracas dos sem-terras ocupantes.

Os assentamentos indicam a conquista de uma fração do território (terra) e se constitui como possibilidade para a ampliação das lutas. Assim, são nos lugares que ocorrem uma concentração maior de assentamentos (fração do território) que se amplia a organização dos sem-terra. A região de Quedas do Iguaçu é palco da luta dos camponeses no Centro-Sul do Paraná, sendo que ali se encontram vários assentamentos e acampamentos.

O assentamento e as atividades associativas

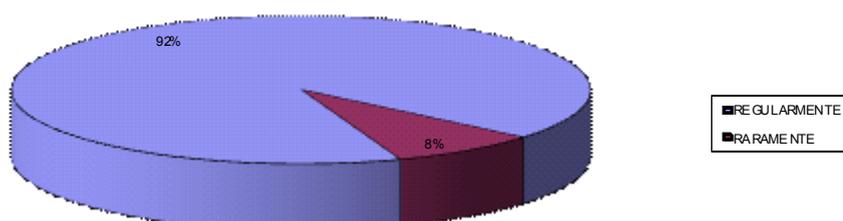
Os assentados do Rio Perdido, encontram-se distribuídos em 5 grupos de 12 famílias cada. Esta organização não possui a finalidade de constituir uma produção coletiva ou especialização desta nos lotes, mas têm uma função política entre os camponeses. Os grupos se reúnem para tratar de assuntos relativos ao assentamento e sempre que se faz necessário organizar lutas e reivindicações.

A dinâmica dos grupos constitui-se, principalmente, nas discussões de assuntos referentes ao assentamento. Estas acontecem geralmente na casa dos coordenadores, sendo posteriormente socializadas e ampliadas numa assembléia geral realizada na sede da comunidade. As reuniões dos grupos servem para apontar caminhos que os assentados

devem tomar após a conquista da terra e juntamente com as assembléias se constituem em importantes “fóruns” de debates sobre os problemas econômicos, políticos e sociais vividos pelos assentados, discutindo-se ainda questões ligadas ao lazer, religião, cultura e uma infinidade de assuntos do cotidiano das famílias.

No gráfico 01 é possível verificar a porcentagem de entrevistados que participam regularmente das reuniões e assembléias no assentamento. Até mesmo pessoas que não possuem ligação com o movimento e com todo o processo de luta vivenciada no acampamento (compradores dos lotes), participam regularmente das atividades desenvolvidas pelos grupos. Apenas 8% responderam que frequentam raramente as reuniões dos grupos e assembléias. A alegação da baixa participação é de que estão “cansados” com atitudes de alguns assentados que compraram o direito de utilização dos lotes.

Gráfico 01 – Participação nas Reuniões dos Grupos e Assembléias – Assentamento



Fonte: Trabalho de campo, 2007. Org.: ROOS, D.

Há importante participação das mulheres e dos filhos dos assentados nessas reuniões e assembléias. Estes não são meros espectadores, pois têm direito à voz e voto. Cabe ressaltar que este espaço conquistado pelos filhos e pelas mulheres dos assentados é fruto do processo de luta, em que o homem passa a reconhecer a diversidade e dar valor para as opiniões da sua família.

A disposição dos grupos é feita através da proximidade dos lotes, facilitando a participação das famílias nas reuniões e discussões realizadas. A organização dos camponeses em grupos e as discussões políticas ali ocorridas têm como finalidade buscar melhorias para o assentamento, podendo ocorrer na esfera econômica, por exemplo, através da venda de produtos em conjunto ou ainda para conseguir algum financiamento.

A organização dos camponeses reflete também no âmbito político, no aprendizado, na coragem de reivindicar a solução de seus problemas desdobrando-se no fortalecimento das lutas. Trata-se de um aprendizado que se distende em novas conquistas ligadas à produção nos lotes, tais como, infra-estrutura, assistência técnica, financiamentos, etc.

O caminho de lutas percorrido pelos camponeses implica no desenvolvimento de um conjunto de atividades nos assentamentos, muitas das quais iniciadas durante os acampamentos. Assim, os assentados procuram meios para garantir a sua existência enquanto sujeito social a partir da terra conquistada. O estudo sobre o acampamento que resultou no assentamento Rio Perdido em Quedas do Iguaçu possibilita a compreensão de como ocorre o aprendizado coletivo na trajetória de lutas.

Na tabela 01 verifica-se o número de famílias que participavam dos grupos durante o acampamento. De uma amostragem de 20% do total das famílias assentadas (60 famílias), constatamos que apenas 17% não participavam dos grupos existentes no acampamento. Estas são famílias que compraram seus lotes, não participando do período de acampamento, portanto não tendo participado de todo um processo de aprendizado que gira em torno da luta pela terra.

Tabela 01: Participação das Famílias nos Grupos Existentes no Acampamento.

Participava	Não Participava
83%	17%

Fonte: Trabalho de campo, 2007. Org.: ROOS, D.

Além dos grupos, o assentamento Rio Perdido encontra-se organizado em lotes destinados a exploração familiar, não possuindo assim, coletivização das terras nem produção em cooperativas. Porém, a cooperação no assentamento ocorre por meio de atividades “comunitárias”, baseadas nos laços de solidariedade, por exemplo, na troca de dias de serviço no momento em que se torna necessário uma maior quantidade de pessoas nos lotes como nos períodos de plantio e de colheita.

Ao visualizar a tabela 02, constata-se que dentre as atividades comunitárias realizadas pelos camponeses do Rio Perdido se encontra a troca de dias de serviço entre as famílias. 67% dos assentados trocam dias de serviço como modo de suprir as necessidades de trabalho extra no lote. É importante salientar que estas formas de cooperação ocorrem, principalmente, entre vizinhos devido à proximidade dos lotes o que facilita tais atividades e pelas relações de parentesco existentes dentro dos assentamentos.

Tabela 02: Porcentagem (anual) de Assentados que Trocam dias de Serviço e dos que Trabalham de Bóia-Fria.

	Sim (%)	Não (%)
Troca de dias de Serviço	67%	33%
Trabalham de Bóia-Fria	25%	75%

Fonte: Trabalho de campo, 2007. Org.: ROOS, D

Outro dado levantado indica que apenas 25% dos assentados continuam trabalhando de “bóia-fria” após a criação do assentamento. Os outros 75% afirmaram que antes da conquista do lote os mesmos necessitavam trabalhar como diaristas “bóia-fria” para sobreviver. Entretanto, com a conquista da terra isso não se faz necessário, visto que, produzem seus próprios alimentos e também produtos que havendo excedentes são vendidos para a aquisição de outros gêneros não produzidos nos lotes.

Os camponeses assentados organizados ou não no MST vêm nas ações coletivo-associativas nos assentamentos uma forma de garantir sua manutenção e existência no campo. Esta organização dos assentados não se dá apenas na esfera produtiva, mas também na esfera das relações políticas e de solidariedade, ou seja, através de lutas coletivas tais como protestos, caminhadas, auxílio variado nas ocupações de terra, fechamentos de rodovias, mutirões, trocas de dias de serviço, etc.

No assentamento Rio Perdido as atividades associativas não ocorrem por meio de uma cooperativa, mas numa associação entre os assentados. É uma cooperação realizada por meio de relações de trocas de dias de serviço e de ajuda mútua entre os camponeses. É possível verificar assim, que a cooperação existente nos assentamentos de sem-terra não se materializa apenas na forma de uma cooperativa, mas principalmente nas relações do dia-a-dia dos assentados.

Através da organização, das relações mantidas entre os assentados e das discussões existentes entre estes, é operacionalizado um conjunto de atividades tanto de natureza econômico-produtiva como também de ordem política que vêm a beneficiar o assentamento. Neste processo é importante destacar o conteúdo pedagógico existente nos acampamentos de sem-terra. Pois, o aprendizado político adquirido nos acampamentos se desdobra nos assentamentos e as famílias continuam realizando discussões para organizar lutas e reivindicar direitos.

O acampamento surge como possibilidade de socialização política, visto que os acampados passam a compor um grupo integrado na mesma luta. Desse modo, pode-se dizer que o acampamento e a luta no movimento possuem caráter pedagógico que auxilia na formação político-ideológica e social dos assentados.

O MST exerce um importante papel aglutinador dos assentados para a realização de lutas, pois a conquista da terra se realizou a partir da agregação dos camponeses na organização do movimento. Porém, é preciso salientar que em algumas ocasiões existem atitudes do MST que visam eliminar algumas características camponesas dos sem-terra, tidas como entraves para o desenvolvimento de lutas futuras.

A luta dos camponeses é uma luta coletiva para conquistar a terra e exercer o trabalho familiar. Nos assentamentos são necessárias novas lutas para sobreviver nesta fração de território conquistado, estas também são realizadas coletivamente, através da organização em associações comunitárias, grupos, núcleos, trabalhos associativos, etc. Entretanto, a organização coletiva da produção como, por exemplo, formação de cooperativas e coletivização de terras, trabalho e gestão, tidas pelo MST como formas ideais para novos patamares de lutas, não são aceitas em sua grande maioria pelos camponeses. Estas formas de produção coletiva apresentadas pelo movimento são contrárias ao próprio modo de vida camponês, exemplar é a proposta de formação das CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária), que buscam a coletivização das terras.

A criação desta forma de cooperação vai contra o objetivo do modo de vida camponês assentado na solidariedade, na posse familiar da terra, na produção de autoconsumo, procurando através desta organização fugir das estruturas de dominação capitalista que estão ligadas ao mercado. A proposta das cooperativas do MST é justamente o contrário, pretendendo inserir cada vez mais o camponês no mundo da mercadoria. Por isso, tais propostas na maioria dos casos não se concretizam entre os camponeses.

No caderno de cooperação Agrícola Nº 08 “A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST”, publicado pela CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), fica explícito a idéia de cooperativismo que o MST idealizava para os assentamentos. Segundo o documento,

A meta a ser atingida é passar da produção de subsistência para a produção de mercadorias, este é o primeiro passo. O segundo passo deverá ser passar da produção de mercadorias para o acúmulo de capital, onde os retornos da produção priorizem os investimentos, passando a resolver apenas alguns problemas sociais dos grupos. O terceiro passo deverá ser alocar o capital acumulado em produtos agroindustriais (CONCRAB, 99. p. 11)

O documento salienta ainda, ser necessário que as cooperativas dos assentados criem formas de produção para melhor competir no mercado. Para tanto, seria indispensável à compra de máquinas e meios de produção, aumento da divisão do trabalho, criação de agroindústrias dentre outras formas que sirvam para aumentar a produção do assentamento. Ou seja, a idéia é transformar os assentamentos em grandes empresas agrícolas com condições de competir no mercado.

Deste modo, é possível compreender a rejeição dos camponeses à proposta de reforma agrária balizadas na coletivização das terras e construção de cooperativas defendida pelo MST. Este modelo visa transformar o camponês noutro sujeito, através de moldes do operariado, de modo que nesta organização o camponês perde o controle dos meios e do processo de produção.

A individualidade dos lotes, as atividades associativas (não materializadas nas cooperativas) e a produção existente na maioria dos assentamentos de sem-terra, também devem ser vistos como frutos da resistência do campesinato diante à expansão do sistema capitalista no campo. Contudo, não se pode dizer que não existe cooperação ou trabalho coletivo nestes assentamentos, pois são realizadas formas camponesas de cooperação, assentadas na solidariedade, no trabalho comunitário e autonomia de cada família.

Essas formas de organização são estratégias de resistência da classe camponesa, visando se proteger até mesmo da tentativa de superação de alguns de seus conteúdos pela ação dos movimentos. Pois, os movimentos lutam para que os camponeses

conquistem a terra, no entanto, após a conquista negam algumas características destes sujeitos, estabelecendo relações estranhas a natureza desta classe.

No assentamento Rio Perdido não se encontram formas de produção coletiva em cooperativas, mas possui uma diversidade de relações assentadas no modo de vida camponês, como mutirão, troca de dias de serviço, associação, grupos, entre outras. As atividades associativas realizadas por estes assentados, não ocorrem numa cooperativa, porém não significa que não estão organizados ou há inexistência de cooperação entre eles. Ao contrário, esta organização no assentamento é um coletivo balizado pelas características camponesas e não na superação destas.

Cabe salientar que o processo de luta contribui na formação desta resistência camponesa, visto que os mesmos aprendem a não se sujeitarem às relações de dominação. O fato de estarem lutando pela terra se constitui como negação à subordinação e dominação.

Por fim, é preciso compreender que os sujeitos políticos/sociais produtores de seu espaço são os camponeses e que suas ações não estão limitadas aos movimentos sociais, mas assentadas num projeto mais amplo que visa se manter e existir enquanto classe e modo de vida no sistema adverso (capitalismo).

Considerações Finais

A luta dos camponeses se constitui como uma das principais características do campo brasileiro. Resultante do processo de enfrentamentos com os proprietários de terra e capitalistas, os camponeses vão conseguindo algum resultado em seu favor, que se materializam sobretudo, na conquista da terra (assentamentos), créditos, infra-estrutura, renegociação de dívidas, políticas públicas, etc.

Entende-se que a organização dos camponeses assentados não se constrói apenas na esfera da produção, mas também é verificada politicamente através de manifestações, passeatas, etc. Neste sentido, destaca-se a importância dos movimentos sociais durante todo esse processo de luta pela terra (acampamento) e depois para nesta permanecer (assentamento). Porém, é preciso considerar que os camponeses são sujeitos políticos que buscam sua autonomia no campo, sendo que sua organização não está pautada em “ordens superiores”.

As atividades associativas e formas de cooperação nos assentamentos de sem-terra não se materializam apenas nas cooperativas ou na coletivização das terras como idealizam os movimentos sociais. Mas, ocorrem principalmente nos moldes do campesinato, na posse e trabalho familiar do lote de terra, nas relações de solidariedade e troca de dias de serviço entre vizinhos e familiares e na esfera política organizativa de luta dos camponeses, através da organização em grupos, associações, entre outros.

Buscou-se nesse estudo entender a organização camponesa nos assentamentos para além da melhoria econômico-produtiva, averiguando assim, a realização de um conjunto de atividades coletivo-cooperativas na esfera política, como, caminhadas/marchas, ocupações de terra, fechamentos de rodovias, participação de eventos, entre outros, que refletem outras faces de cooperação e resistência do campesinato.

A constatação da diversidade de relações comunitárias existente entre os assentados, muitas das quais não balizadas pelo MST nos leva a acreditar que na luta pela terra há um movimento camponês que é mais amplo do que os movimentos sociais “estruturados”. É desse modo que os camponeses se constroem enquanto sujeitos políticos nos assentamentos de sem-terra.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Re)Criação do Campesinato, Identidade e Distinção: A Luta Pela Terra e o Habitus de Classe. São Paulo: ed. UNESP, 2006. 377 p.

BONIN, A. A. et. al. Luta pela Terra e Contradições de um Projeto Comunitário de Vida. In: Movimentos Sociais no Campo. Curitiba: ed. da Universidade Federal do Paraná, 1987. p. 67 – 95.

BONIN, A. A. et. al. A Luta pela Terra no Paraná Recente. In: Cenários de Economia e Política: Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991. p.119 – 143.

BRANFORD, Sue. ROCHA, Jan. Rompendo a Cerca: A História do MST. Tradução Rubens Galves Merino. São Paulo: ed. Casa Amarela, 2004, 400 p.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. Relações de Poder Dominação e Resistência: O MST e os Assentamentos Rurais. Cascavel: Edunioeste, 2002. 300p.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem-Terra. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004, 440 P.

CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados. 2 ed. São Paulo. Concrab. Caderno de Cooperação. n. 5. 1998.

_____. A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST. São Paulo. CONCRAB. Caderno de Cooperação. n ° 08. 1999.

FABRINI, João Edmilson. Assentamentos de Trabalhadores Sem-Terra: Experiências e Lutas no Paraná. Marechal Cândido Rondon: LGeo, 2001 140 p.

_____. A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Sem Terra. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003. 275 p.

FERREIRA, A. D. D. Movimentos Sociais Rurais no Paraná – 1978-1982. In: Movimentos Sociais no Campo. Curitiba: ed. da Universidade Federal do Paraná, 1987. p. 09 – 50.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST – Movimento dos trabalhadores rurais sem – terra: formação e territorialização em São Paulo. SP: HUCITEC, 1996. 285 p.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. 3ª edição. Petrópolis: vozes, 1991. 90p.

LOPES, Marco Aurélio. Ação de Reintegração de Posse. Juízo de Direito da Comarca de Quedas do Iguaçu, Cartório do Cível e Anexos. Requerentes: Darci Mario Fantin e Marlene Bárbara Fantin. Requeridos: Alcebíades Borges Vieira, Manoel Zilmar Tomaz Fernandes e outros. Quedas do Iguaçu, 1986.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. Ação Coletiva em Assentamentos de Reforma Agrária: Processos de Organização dos trabalhadores Rurais. Cascavel: Edunioeste, 2003. 150p.

LIECHESKI, Eliane. A Contribuição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medianeira nas Lutas dos Trabalhadores Rurais do Oeste do Paraná. Relatório final da iniciação científica (departamento de Geografia) UNIOESTE. Marechal C. Rondon 2000. 53 p.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil: as Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político. Petrópolis, RJ: Editora Vozes 1981, 185 p.

_____. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Editora Vozes, Petrópolis, 1984.

_____. O Sujeito Oculto: Ordem e Transgressão na Reforma Agrária. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003, 238 p.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (org.). História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989 216 p.

_____. A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre / Rio de Janeiro: ed. Universidade / UFRGS / CPDA, 1999.

MIRAD. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Projeto Oficial de Criação – Assentamento Rio perdido. Curitiba, PR. 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1990. 88 p.

_____. A Geografia das Lutas no Campo. 9ª ed. São Paulo: contexto, 1999. 128 p.

OLIVEIRA, J. NUNES, R. BORGES, W. Org. Desterro: Uma Cronologia da Violência no Campo no Paraná na Década de 90. Curitiba. CPT, 2006. 152 p.

ROOS, Djoni. As Atividades Associativas nos Assentamentos de Sem-Terra: o Caso do Assentamento Rio Perdido em Quedas do Iguaçu – PR. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2007 (Monografia).

Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas

Juscelino Eudâmidas Bezerra

Doutorando em Geografia pela UNESP/Presidente Prudente
Endereço postal: Av. Claudionor Sandoval, n. 1405, Apt. 23, Presidente Prudente –SP,
CEP: 19023-200,
Telefone: (18) 3223 2644
Endereço eletrônico: juscelinob@yahoo.com.br

Resumo

Nos últimos anos o debate sobre a conceituação do agronegócio tem superado o plano instrumental e assumido um caráter teórico mais avançado ao situar o agronegócio como atividade promotora de importantes transformações econômicas, culturais, políticas e espaciais. O resultado desse caminho é que hoje podemos considerar o agronegócio como um verdadeiro metametaconceito. No presente texto pretendemos contribuir teoricamente na elucidação da relação entre agronegócio e ideologia destacando os principais debates sobre o conceito de ideologia e como o agronegócio construiu um aparato discursivo-ideológico que impacta diretamente na dinâmica socioespacial brasileira.

palavras-chave: agronegócio; ideologia; metametaconceito; discurso; dinâmica socioespacial.

Resumen

Agronegocio e ideología: contribuciones teóricas

En los últimos años el debate acerca de la conceptualización de agronegocio ha superado el plano instrumental para asumir uno teórico más avanzado, al situarlo como actividad promotora de importantes transformaciones económicas, culturales, políticas y espaciales. El resultado de ese camino es que hoy se puede considerar al agronegocio como un verdadero meta-metaconcepto. Se pretende hacer una contribución teórica acerca de la relación entre el agronegócio y la ideología, destacando los principales debates sobre el concepto de ideología y cómo el agronegócio construyó un aparato discursivo-ideológico que impacta directamente en la dinámica socioespacial brasileña.

Palabras clave: agronegocio; ideología; meta-metaconcepto; discurso; dinámica socioespacial.

Abstract

Agribusiness and ideology: theoretical contributions

In recent years the debate about the conceptualization of the agribusiness has surpassed the plan instrumental and assumed a more advanced theoretical character when pointing out the agribusiness as promotional activity of important economical, cultural, political and spatial transformations. The result of this way is that today we can consider the agribusiness as a true meta-meta-concept. In the present text we intend theoretically to contribute in the briefing of the relation between agribusiness and ideology detaching the main debates on the ideology concept and as the agribusiness constructed a discursive-ideological apparatus that impact directly in the Brazilian socio-spatial dynamics.

keywords: agribusiness; ideology; meta-meta-concept; discourse; socioespacial dynamics.

Introdução

O agronegócio é indubitavelmente uma realidade mundial na contemporaneidade. Sua existência e expressão corroboram o entendimento da complexidade do estudo da agricultura e do campo no século XXI, pois trata-se de um conceito nascido em pleno vigor da superação das “amarras” que então prendiam este setor na simplicidade da relação agricultura e comércio ou mesmo na definição simplória que o enquadra como o setor primário da economia. O agronegócio surge para designar uma etapa de transformação da agricultura remetendo-a a posição de destaque quando vista a partir da sua relação com a indústria.

Todavia, lembremo-nos, a existência deste novo ideário para o desenvolvimento do setor da agropecuária é marcada pela concretização de um projeto voltado, de uma vez por todas, a extinguir do imaginário social a concepção da agricultura como setor arcaico de práticas tradicionais, dando lugar a um discurso segundo o qual o agronegócio constitui uma das principais vocações econômicas para o país. Cabe-lhe responder pela modernização do campo brasileiro e pelo alardeado crescimento tanto do PIB, quanto da geração de emprego e renda. Neste sentido, faz-se necessário destacar a importância de averiguarmos o construto discursivo-ideológico do agronegócio sobretudo por impactar diretamente na dinâmica socioespacial brasileira.

Perscrutar o construto discursivo-ideológico do agronegócio nos remete, antes de tudo, ao aprofundamento do debate sobre o papel da ideologia como discurso e como prática social. Como prática social, a ideologia é motor das transformações desencadeadas a partir da visão da realidade que é promotora de posturas defensivas de projetos distintos de sociedade. Neste caminhar, percebemos a necessidade histórica de pontuarmos as práticas discursivas realizadas pelo capital na proposição do agronegócio.

Nosso primeiro passo para o desvendar da ideologia como instrumento de concretização da reprodução do capital no campo brasileiro será exatamente pontuar as considerações essenciais sobre a ideologia. Desta forma, pretendemos elencar as contribuições mais significativas no estudo deste temário, enfatizando os principais autores, bem como as principais divergências conceituais, com vistas a construir os vínculos que nos possibilitarão apreender a centralidade da ideologia na construção do modelo de expansão do agronegócio.

Ideologia: da falsa consciência à consciência prática da sociedade de classe

Começemos com a citação que demonstra bem o real desafio a nós posto quando discutimos o conceito de ideologia. Segundo Lowy:

É difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo, tão cheio de significados, quanto o conceito de ideologia. Nele se dá uma acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedades, de ambigüidades, de equívocos e de mal-entendidos, o que torna extremamente difícil encontrar o seu caminho nesse labirinto. (LOWY, 1998, p.11)

As palavras de Lowy encontram ressonância no livro de Terry Eagleton intitulado *Ideologia*¹, pois no intuito de fazer o caminho de refletir “O que é a ideologia” temos uma plêiade de posicionamentos complexos e conflituosos. Nesse sentido, Eagleton afirma:

A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um *texto*, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linguagens a reunirse em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado. (EAGLETON, 1997, p.15)

Posto o dilema relacionado ao termo ideologia, passamos a um breve histórico deste conceito e dos seus desdobramentos. O sentido etimológico da palavra ideologia deriva do estudo científico das idéias. Como consta em Eagleton (1997), o criador do termo e seu principal impulsionador foi o filósofo francês Destutt de Tracy, no início do século XIX. Desde então, a ideologia passou a designar uma preocupação fundamental no concernente à importância das idéias na formação do pensamento pela busca de sua gênese. O estudo das idéias seria então um embate efetivo às concepções metafísicas colocando-se como uma ciência capaz de proporcionar à sociedade o entendimento do mundo tendo como força motriz as idéias.

Todavia, mesmo com a proposta de ser uma ciência, a ideologia, conforme chamou atenção a Eagleton (1997), é vista em nossa época como algo que se contrapõe ao conhecimento científico assumindo características dogmáticas fundamentadas em um conjunto de crenças. Em reforço à concepção e ressaltando o caráter da ideologia como valorização do “senso comum”, Gramsci (apud Konder, 2002) condenava a concepção fisiológica da ideologia na qual seria possível decompor as idéias até se chegar à sensação, à *percepção sensorial*.

Apesar desta crítica aparentemente pontual acerca da construção dos sentidos atribuídos ao termo ideologia, o caráter decisivo que marcou o debate sobre a ideologia e que sem sombra de dúvida perdurará por muitas décadas é o caráter político do termo. O principal acontecimento desencadeador de uma série de debates foi exatamente quando Napoleão Bonaparte cunhou a expressão “ideólogos” ao se referir ao grupo de filósofos do qual fazia parte Destutt de Tracy, criador do termo ideologia. Para Napoleão este grupo era responsável por deformar a realidade mediante suas idéias.

Aproveitando o termo e o sentido elaborado por Napoleão Bonaparte, Marx deu início a um profundo debate cujo objetivo era mostrar a ideologia como falsa consciência². Porém o pano de fundo a sustentar as críticas lançadas por Marx era o conflito filosófico entre a corrente idealista e a materialista. Marx em seu livro intitulado *A ideologia alemã* dirigiu pesadas críticas aos idealistas alemães que acreditavam ser as idéias o motor da vida social. Para Marx os idealistas deixaram se embebedar por suas próprias idéias porquanto eles “inclinaram-se perante as suas próprias criações”, ou seja, renderam-se ao império das idéias.

¹ Eagleton (1997) reúne em seu livro vários significados atualmente em voga para o conceito de ideologia. São eles: a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social; b) um corpo de idéias característico de um determinado grupo ou classe social; c) idéias que ajudam a legitimar um poder político dominante; d) idéias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; e) comunicação sistematicamente distorcida; f) aquilo que confere certa posição a um sujeito; g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; h) pensamento de identidade; i) ilusão socialmente necessária; j) a conjuntura de discurso e poder; k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; l) conjunto de crenças orientadas para ação; m) a confusão entre realidade lingüística e realidade fenomenal; n) oclusão semiótica; o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

² Conforme Eagleton (1997), Marx nunca cunhou a expressão falsa consciência. Esta foi uma designação formulada por Engels.

Ao se contrapor radicalmente à corrente dos idealistas, Marx optou por se dedicar à compreensão materialista, mas, como destacou, de forma alguma optou por um materialismo vulgar³, pois atribui ser a realidade fruto da condição material da produção social ao longo da história humana. Ainda segundo Marx:

Contrariamente à filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui parte-se da terra para atingir o céu. Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital (...) serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. (MARX, 2002, p.19-20)

Como podemos observar, Marx traz contribuições valiosas ao considerar ser a realidade fruto das relações materiais de produção e reprodução dos indivíduos. Tal fato indica uma retomada na valorização do processo histórico e, portanto, da filosofia da práxis. Todavia o grande salto que possibilitou Marx nos conduzir a uma compreensão material da realidade e romper com o idealismo dos filósofos alemães também foi responsável por estabelecer uma visão pejorativa da ideologia (LOWY, 1998; EAGLETON, 1997). Se foram as idéias e sua absolutização o fundamento de compreensão de uma pretensa realidade, o uso da ideologia, como uma ciência das idéias, teria sempre uma função de iludir, de impossibilitar a compreensão da mencionada realidade.

Neste ínterim, a concepção de ideologia assume, de uma vez por todas, a função de conduzir à falsa compreensão da realidade. Trata-se mesmo de invertê-la por meio das idéias. Esta dimensão nefasta da ideologia só encontra êxito quando entendemos a sociedade a partir da sua divisão composta por classes. Nesse contexto a ideologia teria como função exprimir uma posição de classe a partir de mecanismos ilusórios para com o seu oponente, ou mesmo para aquele a quem se quer dominar.

É nesse momento que para Marx toda a ideologia cumpre um papel fundamental na manutenção dos interesses dos grupos sociais. Contudo, determinados autores, mesmo fazendo parte dos grandes nomes que compartilham a teoria marxista, não aceitam a prerrogativa marxista da ideologia como invariavelmente uma falsa consciência ou como instrumento usado unicamente para deturpar a realidade.

Konder (2002) ao tratar da ideologia no pensamento de Gramsci destaca a preocupação do filósofo italiano em não desqualificar os fenômenos ideológicos. Para o autor, a ideologia não necessariamente significava um embate entre uma falsa consciência e uma consciência verdadeira, pois todo o conhecimento carrega consigo um conteúdo ideológico e toda concepção de mundo orienta a prática dos homens. Ainda segundo Gramsci (apud Konder):

[...]é preciso distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, que são necessárias a uma certa estrutura, e ideologias arbitrarias, racionalizadas, desejadas (...) As ideologias “arbitrarias” merecem ser

³ De acordo com Lefebvre (1975, p. 66-67), ao discutir a diferença entre o materialismo metafísico e o materialismo moderno, o que está em jogo é que enquanto o materialismo vulgar ou metafísico nega “o ‘eu’, a consciência, a atividade humana; levando ao absoluto constatações de detalhe”, o materialismo que ele atribui ser moderno “constata a existência – real, efetiva, eficaz- da consciência e do pensamento. Nega apenas que essa realidade possa ser definida isoladamente e destacar-se da história humana (social), do organismo humano e da natureza.”

submetidas a uma crítica que, de fato, as desqualifica. As ideologias “historicamente orgânicas”, porém, constituem o campo no qual se realizam os avanços da ciência, as conquistas da “objetividade”, quer dizer, as vitórias da representação “daquela realidade que é reconhecida por todos os homens, que é independente de qualquer ponto de vista meramente particular ou de grupo”. (KONDER,2002, p.104-105)

Outro autor que também contribuiu para o debate acerca da ideologia foi Lênin. Ao divergir de Marx, acreditava na existência de uma ideologia burguesa e de uma ideologia proletária. De acordo com Lowy:

Para Lênin, existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária. Aparece, então, a utilização do termo no movimento operário, na corrente leninista do movimento comunista, que fala de luta ideológica, de trabalho ideológico, de reforço ideológico, etc. Ideologia deixa de ter o sentido crítico, pejorativo, negativo, que tem Marx, e passa a designar simplesmente *qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe*. (LOWY,1998,p.12) (Destaque nosso)

Este ponto de vista esboçado por Lênin está muito próximo da concepção de ideologia defendida pelo filósofo húngaro Lukács. Para nos acompanhar na leitura e entendimento de Lukács o autor Sérgio Lessa é uma referência quando o assunto é a análise e compreensão da teoria e da obra deste filósofo. Nesse sentido, ao explicitar a compreensão lukacsiana do termo ideologia, Lessa (1996) mostra o seguinte:

... para o filósofo húngaro, a ideologia é uma função social. O que faz de uma ideia uma ideologia é sua capacidade em conferir sentido às necessidades colocadas pela socialização, em dado momento da vida social, através da construção de uma interpretação global da vida, de uma visão de mundo. (LESSA, 1996, p.54)

Vale ressaltar ainda o lembrete posto pelo autor quando mostra que Lukács adverte que só podemos considerar como ideologia uma opinião, uma hipótese ou uma teoria quando atentamos não apenas para sua assertividade ou falsidade, mas sim quando estas se tornam “veículos teóricos ou práticos” para combater conflitos sociais.

Depois das críticas dirigidas à noção da falsa consciência deve-se afirmar que nem só de falsa consciência vive a teoria marxista sobre a ideologia. Pelo menos é essa a proposição de Eagleton (1997). Segundo o autor, existe uma perspectiva totalmente diferenciada nos escritos econômicos elaborados por Marx nos quais a ideologia aparece relacionada com a teoria da alienação e o fetichismo da mercadoria. Nesse caminho analítico traçado por Marx, Eagleton observa uma transição de um caminho que prioriza a consideração do que antes era uma perspectiva distorcida dos seres humanos provocada pela inversão do real na consciência coletiva de determinado grupo social para uma perspectiva que enfatiza o poder mistificador da mercadoria que controla a estrutura do capitalismo e tem em seu âmago o poder de realizar uma inversão na própria realidade. Assim, afirma Eagleton:

A vantagem dessa nova teoria da ideologia diante do argumento defendido em *A Ideologia alemã* é certamente clara. Enquanto a ideologia na obra inicial surgia como especulação idealista, ela agora recebe uma fundamentação firme nas práticas materiais da sociedade burguesa. Não é mais inteiramente redutível à falsa consciência: a ideia da falsidade persiste na noção de aparências enganadoras, mas estas são menos ficções da mente do que efeitos estruturais do capitalismo. Se a realidade capitalista abrange sua própria falsidade, então essa falsidade deve, de

certa maneira, ser real. E há efeitos ideológicos, como o fetichismo da mercadoria, que não são, de maneira nenhuma, irreais, por mais que possam envolver mistificação. Pode-se sentir, contudo, que, se *A Ideologia alemã* corre o risco de relegar as formas ideológicas ao domínio da irrealidade, a obra posterior de Marx coloca-as desconfortavelmente muito perto da realidade. (EAGLETON, 1997, p.84-85)

Das elucubrações dos autores ora citados e que divergem da concepção elaborada por Marx podemos apreender a seguinte mensagem: não devemos tomar a ideologia como somente um discurso unilateral prévio de determinada classe social com vistas a desautorizar o real mediante a falsa consciência. Contudo isso também não deve nos levar a acreditar ser possível existir ideologia numa sociedade sem classes, bem como a perceber que hoje existe mais um desafio, qual seja, o de analisar a conflituosidade e a mistificação como parte do real. Dessa forma, nos coadunamos com Mészáros ao afirmar:

Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independente), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social. (MÉSZÁROS, 2006, p.65) (Destaque nosso)

Longe de almejarmos uma solução ou de encerrarmos o debate entre as diversas concepções de ideologia, podemos agora partir para o que acreditamos ser o elemento principal para construirmos o que seriam os vínculos entre o agronegócio e a ideologia, ou seja, enfatizar a ideologia como uma *consciência prática inevitável da sociedade de classes* para, assim, apreendermos o tipo de racionalidade operante na ideologia dominante que hoje controla o agronegócio.

Agronegócio como metametaconceito

Desde sua “descoberta” no século XVI até a atual configuração do século nascente, a agricultura no Brasil é marcada pelo domínio expresso da classe dominante no espaço agrário. O quadro advindo desta constatação preliminar mostra quão complexa tem sido a compreensão da questão agrária no Brasil. Ao enfatizar as relações desenvolvidas pela burguesia agrária na sua histórica luta pela manutenção da posse da terra e a implementação de uma agricultura empresarial pretendemos analisar como o agronegócio tem sido utilizado como a grande bandeira dos empresários agrícolas para colocar o setor como um dos mais promissores da economia brasileira. No segundo momento, trataremos de propor alguns apontamentos que sirvam de contradiscurso ao agronegócio, acentuando seu processo contraditório de desenvolvimento.

Contrariamente a posições tais como a de Valente (2007) para quem a definição do agronegócio, que para autora é um termo meramente descritivo, não deveria despertar tanta polêmica, partimos do pressuposto que a conceituação do agronegócio não pode ser concebida apenas enquanto um termo de caráter instrumental. Tal fato está na contramão das múltiplas significações oriundas das palavras, que além de serem um código lingüístico, estão, isto sim, carregadas de significações socialmente construídas. Konder (2002, p.151)

ao destacar os vínculos entre ideologia e linguagem, recupera as contribuições trazidas por Walter Benjamin, Mikhail Bakhtin e Jürgen Habermas para assegurar que: “É na linguagem que se revelam os movimentos de busca do conhecimento, das aspirações generosas, mas também os movimentos dos medos, dos desejos subterrâneos, dos preconceitos, das ambigüidades.”

O autor também põe em discussão várias palavras tais como “maluco”, “estrangeiro”, “povo”, “vilão”, “arrogante”. “perturbar”, etc. Estas longe de serem apenas termos descritos são exemplos fabulosos de como as palavras guardam um conteúdo histórico e social em constante movimento (é importante destacar o movimento) na qual está marcadamente posto um claro discurso ideológico. De acordo com o contexto esboçado propomos o debate sobre o agronegócio numa dimensão mais ampla, denotativa de uma trama extremamente complexa onde nasce uma discussão de maior capacidade analítica sem deixar de perceber as contradições.

Para o objetivo supracitado sentimos a necessidade de buscar no debate mais específico da lingüística onde identificamos, a partir da contribuição de Barbosa (2004), a oportunidade para alargarmos nossa concepção acerca da complexidade da construção de conceitos. Para a autora, a construção do conceito obedece a um percurso cognitivo onde derivam três níveis de construção: o arquiconceito, o metaconceito e o metametaconceito.

O arquiconceito consiste em ressaltar os traços semânticos conceptuais de caráter universal, ou seja, os traços que identificam de forma geral o elemento central da elaboração de um determinado conceito. Dito de outra forma, é o chamado conceito *strictu sensu*. O metaconceito é uma derivação do arquiconceito mas que possui características peculiares, pois no metaconceito há uma adição de elementos ideológicos e culturais que qualificam os níveis contextuais onde os conceitos são erigidos. Diferentemente do arquiconceito onde há uma neutralização da oposição existente entre propostas explicativas de um mesmo fato, o metaconceito já contém a oposição.

O nível identificado como metametaconceito quer demarcar uma perspectiva crítico-dialética onde o elemento intencional emerge como principal força explicativa para a elaboração de um conceito. É na construção de um metametaconceito em que estão presentes os traços universais, ideológicos, culturais e, principalmente, políticos que participam da elaboração de um conceito.

O resultado dessa proposição construída por Barbosa (2004) é a formação de um campo conceptual criado a partir da passagem de um conceito *strictu sensu* para um conceito *lato sensu*.

Com o objetivo de redimensionar o peso da influência do campo ideológico-cultural na construção do conceito é que ressaltamos as tramas políticas que impactam diretamente na leitura que fazemos do que seja o agronegócio. Segundo Fernandes (2005), podemos considerar o agronegócio como o novo nome do novo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. O termo agronegócio surgiu da tradução do termo *agribusiness*, estruturado pelas contribuições dos professores Goldberg e Davis. De acordo com Araújo, Wedekin e Pinazza:

Pela definição de Goldberg e Davis, o “agribusiness” é “a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles”. Dessa forma, o “agribusiness” engloba os fornecedores de bens e serviços à agricultura, os produtores agrícolas, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e no fluxo dos produtos agrícolas até o consumidor final. Participam também nesse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como o governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços. (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990, p.3)

A idéia de ser um setor que interliga diversos segmentos da economia leva o agronegócio a se considerar um “supersetor”, pois dentro e fora da porteira desenvolvem-se uma série de dinâmicas intercaladas entre os vários segmentos produtivos ligados à reprodução do setor. Desse modo, o resultado prático das estratégias do capital no setor agropecuário pode ser percebido, por exemplo, quando se analisa a constante presença na imprensa de notícias sobre os recordes de produção e de exportação de produtos agropecuários no Brasil.

Conforme podemos observar, o ritmo das exportações e o crescimento do mercado externo configuram um clima de bastante euforia entre os empresários agrícolas. Apesar de o setor passar por constantes momentos de estagnação fruto de azares climáticos e das frequentes flutuações dos preços nas bolsas de mercadorias das principais commodities, o panorama geral do agronegócio nos últimos anos tem sido de grande êxito. Para muitos, falar em crescimento e êxito pode parecer um pouco precipitado. Contudo parece-nos coerente, pois, na verdade, boa parte das lamúrias dos empresários agrícolas diz respeito mais às queixas da falta de um lucro suplementar acima do lucro médio.

De modo geral, o impulso ao setor do agronegócio tem sido efetivado via políticas creditícias por meio das quais o Estado tem repassado portentosas somas de recursos públicos para as classes dominantes do setor agropecuário, criando verdadeiro paradoxo no neoliberalismo praticado no Brasil.

Como é visível, o fortalecimento dos ideais do agronegócio possui grandes linhas discursivas para sua concretude no ideário político, econômico e cultural. Entre estas, destacamos: a) o agronegócio como carro chefe da economia brasileira; b) o agronegócio como vetor da modernidade e do progresso no campo.

Ainda hoje a expressão “terra à vista”, associada aos tripulantes da caravela de Pedro Álvares Cabral ao chegar às terras tupiniquins no ano de 1500, é bastante comum. Sua utilização na aurora do século XXI deve-se à expansão das fronteiras agrícolas pelo agronegócio brasileiro sedento por terra para o cultivo de commodities para exportação. Essa é a sensação a nos dominar quando identificamos como um dos principais argumentos em defesa do crescimento do setor a prerrogativa de termos pelos menos 90 milhões de hectares esperando serem cultivados. Nesse prisma, a expressão “terra à vista” guarda seu sentido perverso desde sua utilização primeira, corroborando para o desencadeamento de uma celeuma atribuída àqueles que vêem o espaço geográfico como apenas um espaço geométrico. Sob a ótica perversa da busca pela lucratividade máxima do capital, desprezam o fato de que nesses 90 milhões de hectares existe uma diversidade socioambiental, assim como uma riqueza de culturas e saberes historicamente produzidos pela dinâmica social.

Todavia o que está em jogo é a análise da viabilidade econômica da expansão do agronegócio. Neste sentido, muitos economistas, políticos, intelectuais e obviamente a burguesia agrária fazem questão de enfatizar a importância do agronegócio para a economia brasileira e sua participação como o grande reboque da economia responsável pelo equilíbrio da balança comercial. O veredicto desse discurso pode ser comprovado quando observamos as estatísticas macroeconômicas. Assim, de acordo com Jank, Nassar e Tachinardi (2004):

A relevância desse complexo para a economia nacional pode ser medida por indicadores da magnitude de um Produto Interno Bruto (PIB) setorial de US\$ 165 bilhões, ou 31% do total das riquezas produzidas no país, mão-de-obra empregada correspondente a 35% da população economicamente ativa e uma participação de 42% nas exportações brasileiras. (JANK;NASSAR;TACHINARDI, 2004,p.15)

Como afirmam estes autores, o agronegócio tem apresentado taxas elevadas de crescimento a partir do ano de 1999 quando da desvalorização do real em relação ao dólar. O advento de uma política de câmbio flutuante voltou a trazer ânimo aos agricultores. Em decorrência da alta internacional dos preços aliada ao crescimento exponencial da demanda

dos países asiáticos, em especial a China, houve uma verdadeira corrida dos agricultores para o plantio das principais commodities.

O resultado dos anos gloriosos para o setor da agropecuária empresarial trouxe expectativas animadoras. Em artigo com título no mínimo inusitado “Para um agronegócio sem exclusão”, Leitão e Rosenbaum (2006) chegam a comparar o agronegócio brasileiro com a produção de petróleo no Golfo Pérsico com uma visão bastante otimista. Para os autores:

Comumente nos espantamos com a riqueza do Golfo Pérsico, onde se concentram 63% das reservas conhecidas de petróleo que somam 1,2 trilhão de barris com um horizonte de 41 anos de exploração. Assim, o Golfo dispõe de 18,44 bilhões de barris por ano e, supondo um preço médio (para estes 41 anos) a valor presente, de US\$ 40 por barril, teríamos um faturamento médio anual para a produção de petróleo do Golfo Pérsico de US\$ 737,6 bilhões. (...)Este faturamento é quase o PIB do Brasil projetado para 2005, de R\$ 1.936 bilhões equivalentes a US\$ 775 bilhões. Conforme dados oficiais do Ministério da Agricultura, o agronegócio já é responsável por 33% do nosso PIB. Ao mesmo tempo nossa área ocupada por atividades do agronegócio *ainda pode ser triplicada*. (...)Matematicamente, portanto, não é impossível que em 18 anos com um crescimento médio de 6% ao ano, *o agronegócio esteja produzindo riqueza equivalente a um Golfo Pérsico e sem problemas de exaustão de reservas ou danos irreversíveis ao meio ambiente*. (ROZENBAUM; LEITÃO, 2006, p.297-298) (Destaque nosso)

Numa perspectiva totalmente diferente, mas aproveitando do mesmo artifício de comparação utilizado pelos autores supracitados, nossa percepção nos possibilita comparar não a riqueza do petróleo, mas sim a pobreza da população rural vitimada pelo modelo de expansão do capital no campo que apresenta níveis de degradação semelhantes aos da África subsahariana (SAMPAIO, 1997).

Diante do quadro exposto, torna-se imprescindível esclarecer alguns mitos erroneamente associados ao setor do agronegócio. Por exemplo, apesar da idéia generalizada segundo a qual as grandes propriedades que produzem a maioria dos produtos do campo, os dados analisados por Oliveira (2004) mostram o inverso, ou seja, devemos creditar às pequenas unidades a responsabilidade pela maior produção dos produtos no campo. Tal fato pôde ser evidenciado mediante análise da produção das lavouras permanentes e temporárias. De acordo com Oliveira, mesmo entre as principais commodities brasileiras como a soja e o milho, sua maior produção adveio das pequenas unidades.

Como vimos, os defensores do agronegócio não têm dúvida de como este setor é central para a estrutura econômica no país. Os dados ora citados servem apenas como amostra denotadora do ritmo frenético de territorialização do capital no campo. Dessa forma, como aponta Romão (2006, p.2), “o discurso do agronegócio constrói uma tessitura de sentidos de potência e riqueza como se eles fossem partilhados igualmente por todos, distribuídos de maneira homogênea e geradores de um bem-estar coletivo.”

A dualidade entre modernidade e arcaísmo não é novidade nos debates acadêmicos focados na dinâmica da sociedade. Todavia, é no campo e toda a esfera cultural que o cerca que podemos notar o encrustamento deste debate inerente à história da relação campo-cidade, bem como do caldeirão de conceitos e definições do que seja urbano e/ou rural no Brasil. Devemos, porém, atentar para o seguinte: nesta dualidade residem fortes conteúdos ideológicos reveladores da constante luta entre a modernidade do agronegócio contra o arcaísmo dos (des)terreados do campo.

Neste ínterim, cabe destacar o papel da mídia como elemento central do fortalecimento/ruptura dos estereótipos. Segundo Pereira e Queiroz:

O cenário rural brasileiro retratado pela mídia revela-se hoje sob dupla face: a “modernidade”, representada pelo agronegócio – ou *agribusiness*, no pedante jargão dos economistas; e “arcaica”, cujo perfil se esboça nas ações do MST e na persistência do que se chama de “trabalho escravo” no campo. (PEREIRA; QUEIROZ, 2004, p. 7)

De acordo com esta visão exposta e com a compreensão aqui defendida da ideologia como *consciência prática das sociedades de classe*, fica claro que neste debate estão presentes duas figuras centrais, quais sejam: o empresariado rural e o pequeno produtor com ou sem terra. O lado mais precarizado deste embate é, sem dúvida, o associado ao produtor hegemônico, vitimado pela pobreza e pela busca da sobrevivência assim posta pela mídia.

Contudo, para além da visão entre um empresário abastado e um agricultor faminto, esconde-se uma questão estrutural ao próprio setor, ou seja, a idéia generalizada da agricultura como setor arcaico e do campo como ambiente melancólico não encontra sintonia com a perspectiva do agronegócio como setor moderno, de utilização de tecnologias avançadas. Nesse ínterim, tornou-se necessário ao *marketing* do agronegócio amenizar a idéia da agricultura como subsetor arcaico.

Um exemplo da vinculação entre o agronegócio e o *marketing* midiático pode ser visto no trabalho de Romão (2006), ao publicar um importante estudo que trata da análise crítica da formulação ideologicamente articulada de uma imagem e, portanto, de um discurso no qual setores da burguesia agrária da região de Ribeirão Preto tentaram forjar a criação da “capital brasileira do agronegócio”. A autora elegeu como elemento de análise o material publicitário da “Campanha de valorização institucional do agronegócio da ABAG⁴/RP”. Referida campanha adotou como *slogan* central o seguinte título “Agronegócio, sua vida depende dele”, cuja meta, segundo Romão, era:

criar uma campanha que “(...) não tem a pretensão de convencer a população, mas sim de esclarecê-la. Já são 12 meses ininterruptos no ar, com projeto de permanecer por mais um bom período, afinal de contas conceitos errados sobre o agronegócio vêm sendo disseminados há décadas. A sociedade tem o direito de receber informações corretas sobre o maior e o mais importante setor da economia brasileira.” (ROMÃO, 2006, p.2)

A partir do objetivo central da campanha foram convocadas diversas personalidades da política, do esporte e da música para anunciar mensagens que tinham como pano de fundo vários temas em suas respectivas áreas de atuação expressamente vinculadas com o agronegócio. Assim, comparações das mais estapafúrdias relacionavam-se diretamente com o setor, criando um vínculo entre o agronegócio e o cidadão comum. Todavia as mensagens publicitárias alvo de maior atenção foram aquelas que suscitaram o caráter depreciativo da agricultura camponesa, como mostra o depoimento do cantor Almir Sater, extraído por Romão:

Eu começo a perceber que os tempos mudaram que, aqueles negócios de boi que tinha na mesma mangueira, o comprador de boi que tinha não sei onde, aquela rocinha de milho pequena, antigamente o caboclo plantava para a família dele, hoje eu vejo que um produtor planta para muita gente. Então, hoje em dia não se compra mais boizinho, hoje em dia se faz agronegócios, acho que tá na hora da gente pensar desse jeito para poder enriquecer um pouco mais, agregar um pouco mais de valor porque eu acho que a riqueza é que conserva, é a riqueza que mantém as nossas florestas exuberantes, o maior perigo para a ecologia, para a conservação do nosso Brasil é a pobreza (...). (ROMÃO, 2006, p.4)

⁴ Associação Brasileira de Agribusiness.

Como vimos nos depoimentos analisados, um dos grandes objetivos do agronegócio é romper definitivamente com o ideário social que o vincula a atividades arcaicas e distantes do cotidiano da população, sobretudo a residente na cidade. A citação a seguir, extraída do artigo publicado pelo ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues resume o imaginário que precisa ser rompido:

As pessoas precisam compreender que agricultura não é uma atividade que faz apenas comida (...) A agricultura é responsável por muito mais do que isso. Não há papel sem árvore, e a árvore é produzida por agricultores, de modo que jornalistas, escritores, professores e alunos não teriam onde escrever seus apontamentos se não houvesse o agricultor plantando árvores. Que também fornece as madeiras para construções, que não existem sem a atividade agrícola. Sapatos, bolsas, cintos, estofamentos de veículos só existem porque há couro, que vem do boi, que por sinal só avança com pastagem cultivada. Assim como a lã dos casacos e dos cobertores, que só existe com ovelhas. Assim como o algodão, usado para confeccionar calças jeans, camisetas e toalhas de linho. Enfim, estes materiais porque temos agricultores produzindo a matéria-prima para eles. Uma fábrica de cerveja só tem empregos para operários que nela trabalham porque tem alguém plantando cevada. Esse mesmo setor também é responsável pela contratação de operários nas fábricas de garrafas, de copos, de refrigeradores, de caminhões para transportar cerveja e até de roupas para garçons, portanto, o conceito de que o setor produtivo rural está por trás do desenvolvimento agroindustrial, que gera emprego no setor de serviços, no comércio e na indústria, é que tem que ser compreendido e aceito pela sociedade. (RODRIGUES, 2004, p.57)

Com esta citação pretendemos demonstrar como as estratégias vinculadas pelos *gurus* do agronegócio têm como meta tornar o agronegócio uma dimensão do cotidiano, tanto para quem vive no campo como para quem vive na cidade. O agronegócio como dimensão da própria vida transfigura o valor da soberania alimentar como prática histórica responsável pela reprodução social tanto dos povos camponeses como de toda a sociedade seja ela urbana ou rural, e passa a interferir no processo metabólico, condenando toda a sociedade a ter acesso aos alimentos somente através do mercado. Nesse sentido, quem estará disposto a dar um tiro no próprio pé?

Sua lógica também é de relacionar o sucesso do agronegócio à criação de empregos, bem como à dinamização da economia em seus diversos segmentos. Tal fato contribui para podermos analisar o papel do agronegócio nas transformações das relações sociais de produção no campo. É justamente aqui onde poderemos ressaltar o aspecto do agronegócio como metametaconceito ao recuperar a discussão acerca do agronegócio e como o trabalho se insere na sua lógica. Neste cenário, temos um confronto dialético de traços ideológicos e culturais onde ora encontramos posições favoráveis ao agronegócio como responsável por dinamizar a estrutura de emprego das regiões onde se instala ora uma visão na qual sustenta sua oposição ao modelo do agronegócio quando este é responsável pelo processo de expropriação e exploração dos camponeses e trabalhadores rurais e da própria reprodução do trabalho escravo.

Caminhando do discurso à práxis torna-se notável como os discursos de promoção do desenvolvimento estruturam as ações do capital empresarial e do próprio Estado para propor um redirecionamento das políticas públicas no campo. Estas por sua vez possuem grande impacto nas dinâmicas territoriais no Brasil evidenciadas através da constante marcha rumo à interiorização de culturas como a soja, a cana-de-açúcar ou mesmo um avanço do agronegócio nas áreas anteriormente destinadas a prática da agricultura de subsistência. É o caso, por exemplo, da substituição da agricultura de sequeiro para dar lugar a produção irrigada de frutas para exportação no Nordeste.

Considerações finais

Após termos elencados todos estes argumentos, muitos leitores podem concluir que construímos uma leitura ideológica e enviesada. Sem fugir do risco dessa afirmativa a qual estamos de acordo, é necessário reiterar que uma leitura de um processo social é sempre uma leitura ideológica. Claro que com esta proposição só estendemos o campo das polêmicas, pois no momento em que a visão pós-moderna enfatiza a ruptura com as grandes narrativas, da totalidade social tal como se compreende na perspectiva marxista, a idéia de verdade foi uma das mais atacadas.

Não temos respostas para tantos desafios teóricos. Todavia, a partir da leitura geográfica dos processos de afirmação ideológico-discursiva promovida pelo agronegócio podemos aqui repetir a mesma pergunta a qual se faz Lefebvre quando coloca: O que é uma ideologia sem um espaço ao qual ela se refere, que ela descreve, do qual ela utiliza os vocabulários e as conexões, do qual ela contém o código? Estamos certos que a ideologia cria e produz e/ou requer um espaço. Ela exige deste espaço produzido não somente uma materialidade, mas fundamentalmente as condições que possibilitem a processualidade da realização do capital. Portanto, estas ideologias, conforme nos lembra Lefebvre em A produção do espaço, criam espaços que asseguram sua duração.

Uma idéia que também merece destaque é o da relação entre a psicofera e tecnofera proposta por Milton Santos (2002). A psicofera como um conjunto de idéias, crenças, paixões que funcionam como lugares produtores de sentido, bem como de regras que orientam as racionalidades operadas nos espaços. Dessa forma, seria no campo da psicosfera onde a ideologia costura as estratégias que atuam nas transformações socioespaciais podendo intervir muito antes de se tornar uma tecnofera, ou seja, a materialidade expressa no espaço.

Queremos também dar ênfase as ideologias, as ações e as espacialidades produzidas pelos movimentos sociais contrários ao modelo de expansão do agronegócio. Estes também têm encontrado formas de articulação no conflito social para promover outro projeto de sociedade. A luta pela terra, os processos de resistência, a apropriação de espaços de realização da luta tais como os acampamentos, ocupações e os assentamentos são exemplos de como os movimentos sociais podem ser lidos enquanto categoria de análise geográfica (FERNANDES, 2000).

Com isso queremos afirmar a importância de contextualizarmos o conceito de agronegócio na dinâmica socioespacial brasileira, pois somente assim é que poderemos ter elementos necessários para superar a conceituação construída no plano instrumental, no do debate científico-técnico e chegar ao conflito social, este sim motor da produção da realidade histórico-geográfica.

Referências bibliográficas

ARAUJO, N.B; WEDEKIN, I; PINAZZA, L. Complexo agroindustrial - o "Agribusiness Brasileiro", Agroceres, São Paulo, 1990.

BARBOSA, Maria Aparecida . Estrutura e formação do conceito nas línguas especializadas: tratamento terminológico e lexicográfico.. Revista brasileira de lingüística aplicada, UFMG, v. 4, n. 1, p. 55-86, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio na América Latina: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Por uma Geografia Latino-americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade. São Paulo: X EGAL, 2005.

_____. Movimento social como categoria geográfica. Terra Livre, São Paulo, v. 15, p. 59-85, 2000.

EAGLETON, Terry. Ideologia. São Paulo: Boitempo, 1997.

JANK, Marcos Sawaya ; NASSAR, A M ; TACHINARDI, M H . Agronegócio e Comércio Exterior Brasileiro. Revista USP, São Paulo, v.64.n. Dez/Fev,p.14-28, 2004.

LEFEBVRE, Henri. Lógica formal, Lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEITAO, S. P; ROSENBAUM, S. Para um agronegócio sem exclusão. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 289-312, 2006.

LESSA, Sérgio. Ontologia de Lukács. Maceió: UFAL, 1996.

LÖWY, Michel. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1998.

KONDER, Leandro. A questão da ideologia. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MÉSZÁROS, Istvan. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Terra Livre, São Paulo, v. 21, p. 113-156, 2004.

PEREIRA, J. B. B; QUEIROZ, Renato da Silva. Por Onde Anda Jeca Tatu?. Revista USP, São Paulo, v. 64, n. Dez/Fev., p. 06-13, 2004.

RODRIGUES, Roberto. Terra, gente e tecnologia impulsionam crescimento do agronegócio brasileiro. Revista USP, São Paulo, v.64. Dez/Fev,p.50-57,2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O discurso do agronegócio e a evidência do sentido único. Revista Nera, Presidente Prudente/SP, p. 1-13, 2006.

SAMPAIO, Plínio Arruda. Duas lógicas paralelas na análise da agricultura brasileira. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v.11, n.31, p.117-122,1997.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. 4ª Edição. São Paulo: Edusp, 2002.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. Algumas reflexões sobre a polêmica agronegócio versus agricultura familiar. Texto para Discussão (Brasília), v. 29, p. 1-78, 2008.

Do sonho à devastação, onde tudo se (re)constrói: Experiências e Memórias nas Lutas por Terra da Região do Cariri- CE

Judson Jorge da Silva

Mestrando em Geografia UFC.

Endereço postal: Rua Vereador José Rodrigues, 305, Pirajá, Cep: 63030-110, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.

Endereço eletrônico: judsonjorge@yahoo.com.br

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

Professor dos Cursos de Mestrado em Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, e de Graduação em Geografia da UFC.

Endereço Postal: Manuel Jesuíno, 945, apto. 404, Bairro Varjota, Fortaleza – CE; CEP: 60.175-270

Endereço eletrônico: famaro@ufc.br

Resumo

Esse artigo pretende discutir sobre as formas das lutas pela terra construídas pelos camponeses do assentamento 10 de Abril, localizado no município de Crato, região do Cariri. Nosso trabalho mostra como a história da comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, destruída pelo Governo do Estado do Ceará em 1936, funciona como uma luta de referência que, ao ser rememorado em 1991 por camponeses organizados, criou um fato político que deu origem aos processos de conquista e territorialização do primeiro assentamento rural da região sul do Ceará.

Palavras-chave: Caldeirão; Assentamento 10 de Abril; Lutas de referência; Espacialização; Territorialização

Abstract

From the dream to the devastation, where everything re(builds): Experiences and Memories in the conflict for Land of the Cariri-Ce Region

This article intends to discuss the ways in which the struggle for land and agrarian reform was built by farmers of the settlement 10 de Abril, located in the municipality of Crato, southern Ceará. The work shows how the history of the community of Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, destroyed by Ceará State Government in 1936, worked as a reference struggle that, when remindful organized in 1991 by farmers, has created a political fact which led the processes of territorial conquest and the first rural settlement of the region.

Keywords: Caldeirão; 10 de Abril Settlement; Reference Struggles; Espacialization; Territorialization.

Resumem

Del sueño a la devastação, donde todo se (re)construye: Experiencias y Memorias en las Luchas por Tierra de la Región del Cariri-Ce

Ese artículo pretende discutir sobre las maneras por las cuales la lucha por la tierra y por la reforma agraria fue construida por campesinos del asentamiento 10 de Abril, localizado en el municipio de Crato, región del Cariri. Nuestro trabajo muestra como la historia de la comunidad del Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, destruída por el Gobierno del Estado del Ceará en 1936, funcionó como una lucha de referencia que, al ser rememorado en 1991 por campesinos organizados, creó un hecho político que dio origen a los procesos de conquista y territorialización del primer asentamiento rural de la región sur del Ceará.

Palabras-clave: Caldeirão; Asentamiento 10 de Abril; Luchas de referencia; Espacialización; Territorialización

Introdução

A estrutura fundiária brasileira guarda em suas raízes características herdadas do processo histórico de ocupação e colonização. Entre essas características citamos o alto grau de concentração de suas terras, fruto de mais de 500 anos de apropriação desigual do solo nacional, sempre privilegiando minorias, em detrimento dos interesses públicos da maioria ou da coletividade.

Essa concentração tem o seu início possibilitado com a aplicação da Lei das Sesmarias e constituiu-se na base de origem de vários latifúndios espalhados pelo país. Segundo Ramalho (1998), datam também desse período os primeiros casos de violência, expropriação e subjugação realizadas no campo brasileiro “tendo os povos indígenas como as vítimas da ganância pelas terras por parte dos colonizadores que aqui chegaram, escravizando-os e dizimando-os” (RAMALHO, 1998, p.60).

Já a Lei de Terras de 1850 serviu para garantir o status de propriedade privada da terra. Por essa lei instituiu-se juridicamente a mediação do mercado no ato da aquisição das terras nacionais. Essa medida contribuiu para dificultar o acesso à terra aos diversos setores dos povos do campo, sobretudo das camadas pobres.

A respeito da Lei de Terras de 1850, Graziano da Silva (1989, p. 26) afirma que:

Significou, na prática, a possibilidade de fechamento para uma via mais democrática de desenvolvimento capitalista, na medida em que impediu ou, pelo menos, dificultou o acesso à terra a vastos setores da população. Ao mesmo tempo criava as condições para que esse contingente estivesse disponível para as necessidades do capital. É sob a égide da Lei de Terras, pois, que se processarão as transformações capitalistas no Brasil, cujo centro será sempre o privilégio da grande propriedade territorial.

Ao estabelecermos uma relação de influência entre a estrutura fundiária e a produção do espaço geográfico brasileiro com seus diferentes territórios, torna-se indispensável entender o processo histórico de formação dessa estrutura, para que assim seja possível identificar quais as causas dessa concentração e, o mais importante, que consequências ela traz para o desenvolvimento do País. Desenvolvimento entendido aqui como algo que atenda as necessidades elementares do cotidiano das pessoas comuns.

Nesse sentido, Andrade (1995, p. 77-78) nos esclarece que

Para que se alcance uma objetividade, dentro de uma visão totalizadora, necessária se faz uma reflexão histórica, de vez que o presente é plasmado

em um passado que continua presente e se projeta para o futuro; qualquer análise não pode ser feita como uma espécie de instantâneo do que está marcado na paisagem e nas relações sociais, porque a origem da paisagem atual e das relações existentes vem se processando lentamente, através dos tempos, e apresenta as tendências e as indicações das projeções futuras. Assim, a cronologia, com a sucessão do passado, presente e futuro, é apenas formal, estando, dialeticamente, o futuro no passado e o passado sendo preservado no futuro. Daí a necessidade de se analisar a questão agrária no Brasil e a problemática a ser corrigida e modificada, levando-se em conta a formação social que lhe deu origem, sabendo-se que todas as soluções não são definitivas, elas visam a atingir metas que, antes de se efetivarem, já necessitam de reformulação.

Esse histórico processo de má distribuição fundiária provocou o surgimento de um significativo contingente de explorados e expropriados da terra, obrigando os trabalhadores do campo a buscar formas de organizações capazes de recriar as condições para que pudessem se perpetuar enquanto classe social, garantindo a sua reprodução material, a preservação dos seus interesses, das suas manifestações culturais e da dignidade, obtidos por meio do seu trabalho e do conviver na terra, segundo o modo camponês de produção.

Dessa forma, explica-se a existência de diversos movimentos sociais de resistência, de luta contra a opressão ou de reivindicação de direitos, como o movimento dos indígenas e quilombolas em suas manifestações do passado e do presente, o dos messiânicos como Canudos (1896-1897) e Contestado (1912-1916), o do cangaço, o da organização dos trabalhadores rurais em Ligas camponesas a partir dos anos de 1950, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, a atuação da Comissão Pastoral da Terra – CPT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, entre outros, que lutam para (re)conquistar os territórios para que o campesinato possa se (re)estruturar, a partir da criação desses movimentos, que são o símbolo da resistência dos camponeses que lutam para se inserir numa estrutura fundiária desigual que se arrasta no Brasil desde o século XVI.

Conforme Silva (2004, p.12),

Nos últimos anos, o movimento de luta pela terra tem intensificado bastante em várias regiões do país. Atualmente, mais de 35 movimentos estão envolvidos com a questão da luta pela terra. Além dos movimentos organizados, há registros de ações independentes, sem ligação com qualquer movimento. Por outro lado, há também várias organizações urbanas, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), que patrocinam ações de trabalhadores rurais em várias regiões do país. Este é um dado importante para a compreensão da questão agrária, não somente como uma questão isolada, porém em relação estreita com o mundo urbano. No tocante ao movimento mais expressivo – o MST –, sua fundação data de 1984.

As manifestações e os resultados dessas lutas podem ser observados em todo o território nacional, inclusive no Estado do Ceará. Assim, procuramos nesta pesquisa compreender a criação desse tipo de movimento e a sua importância no processo de conquista da terra na região do Vale do Cariri.

No Ceará, a história da comunidade do Caldeirão se destaca pela luta e resistência dos seus participantes, e em razão do *modus vivendi* adotado, constituído por uma experiência de coletivismo, que garantiu durante dez anos a qualidade de vida dos seus moradores, até ser destruída pelo Governo Estadual no ano de 1936.

Compreendemos o Caldeirão enquanto forma de luta isolada, que serviu como base na criação de um processo de espacialização da experiência de luta pela terra permeada pela fé, ocorrido na região do Cariri cearense. Por ter permanecido vivo na mente dos camponeses, apesar da tentativa do Estado de ocultar os fatos, essa experiência adquiriu a condição de luta de referência, sendo utilizada por integrantes do MST, MSTTR, e

da CPT, no ano de 1991, para articular os trabalhadores sem terra da região a fim de ocuparem o antigo imóvel Caldeirão que se encontrava ocioso desde o ano da destruição daquela comunidade, há 55 anos.

Pela história do Caldeirão foram reconstruídas as experiências dos sujeitos sociais, pois após muitas caminhadas e recaídas aconteceu a conquista do Assentamento Dez de Abril, resultado da materialização de um movimento histórico social iniciado na década de 1920, que deve ser considerado como um processo de territorialização da luta pela terra no Cariri. Apesar de possuírem histórias diferentes, fragmentos de memória do tempo e do espaço, procuramos compreender as duas comunidades a partir de sua procura pela conquista de um território para produzir, longe da opressão e exploração, e na busca de um desenvolvimento social justo, capaz de assegurar aos camponeses o exercício da cidadania. Daí a razão do nosso interesse em conhecer e discutir esse tema. De acordo com Fernandes (2001, p.285), uma classe não consegue se realizar no território de outra classe, motivo pelo qual afirma que:

Os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que, enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios.

Atentos ao significado da conquista dos territórios rurais pelos camponeses, buscamos compreender as estruturas sociais, políticas, econômicas e religiosas nas quais estão inseridas essas duas comunidades, de modo a entender a construção desse movimento na Região do Cariri.

Por essa razão desenvolvemos esse pequeno texto em que refletimos sobre essas comunidades, bem como sobre o papel das lutas de referência como agentes que podem impulsionar os processos de espacialização e territorialização de movimentos sociais que lutam pela terra e pelos assentamentos rurais, entre outros objetivos, utilizando o processo em torno da conquista do Assentamento 10 de Abril como objeto central da análise.

Para o desenvolvimento deste trabalho realizamos um breve levantamento bibliográfico sobre a comunidade do Caldeirão, documentários em vídeo, literatura de cordel, e levantamento cartográfico da área. Além do trabalho de análise desses materiais, participamos como ouvintes de algumas atividades da comunidade, visando ter uma aproximação com o empírico.

Aprendendo com o passado: A experiência do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto é destaque agrário na história cearense por suas características peculiares de organização, pois nesse local surgiu uma comunidade que muitos autores atribuem como sendo da categoria de movimento messiânico, em virtude da prática religiosa de seus membros constituir uma de suas características mais marcantes. Para Cordeiro (2004) e Maia (1987), o Caldeirão era uma comunidade camponesa, com uma estrutura social voltada para a prática do trabalho em um sistema de produção e distribuição dos resultados, que tinha na oração um fator de aglutinação do grupo.

A comunidade do Caldeirão não vivia apenas para o trabalho: a vida religiosa era da maior importância. Entretanto o trabalho dependia da

religião, não havendo predominância da religião sobre o trabalho e vice-versa (MAIA, 1987, p. 135).

Portanto, são com essas premissas que as reflexões sobre o Caldeirão devem ser buscadas. História que se inicia em meados de 1926, quando na comunidade do Caldeirão, localizada no município do Crato, região sul do Estado do Ceará, se estabeleceram camponeses em terras que foram confiadas pelo Padre Cícero ao Beato José Lourenço, líder religioso e comunitário, um dos responsáveis pela criação da comunidade que prosperou em função do seu modo de trabalho, que se contrapunha ao trabalho individual e ao coronelismo nordestino.

José Lourenço nasceu provavelmente em 1870, no município de Pilões de Dentro, Estado da Paraíba. Jovem, saiu de casa para trabalhar nas fazendas de gado, no trato dos animais. “Ao retornar para casa, após anos de ausência, soube que seus pais haviam mudado para Juazeiro do Norte, no Ceará – lugar que se tornara um polo de atração devido à fama do Padre Cícero” (ARAÚJO, 2005, p. 39).

À época, o município de Juazeiro do Norte passava por um acelerado processo de crescimento populacional motivado pelo suposto milagre da transformação da hóstia em sangue durante as comunhões ministradas pelo Padre Cícero à Beata Maria de Araújo. Tal fato atraía cada vez mais romeiros de diferentes Estados. Em sua maior parte, os romeiros eram formados por trabalhadores do campo, que buscavam, pela religião, amenizar seus sofrimentos causados pela difícil vida camponesa, quer fosse pela seca, quer fosse pela expropriação e exploração nos grandes latifúndios do nordeste brasileiro. Ao chegar a Juazeiro do Norte, José Lourenço encontrou sua família, estabeleceu-se no município e conquistou, em virtude de sua religiosidade e liderança, o respeito do Padre Cícero.

De acordo com Cordeiro (2004), José Lourenço, por ser seguidor do Padre Cícero, tornou-se beato. Entre as características comuns dos beatos estariam a prática de penitências, da caridade, da castidade e – por desprezarem os bens materiais – da mendicância. Porém, José Lourenço não era um beato comum. Celibatário e casto, despertava entusiasmo nos companheiros de práticas religiosas e sobrevivia do seu próprio trabalho, cujo produto dividia com os pobres. Moldava-se aí a imagem do líder que seria.



Beato José Lourenço carregando a Santa Cruz do Deserto
Foto: Luis Maia, 10 de Maio de 1937.

Entre os anos de 1894 e 1895, José Lourenço, junto com sua família e alguns romeiros, passou a morar no Sítio Baixa Danta, no município do Crato, que havia sido arrendado ao Coronel João de Brito. Essa foi a primeira experiência de organização e produção agrícola liderada por José Lourenço na Região do Cariri Cearense. No sítio, a produção era diversificada:

Foram plantados em ordem de alguns milhares de laranjeiras, magueiras, jaqueiras, limeiras, coqueiros, limoeiros, bananeiras e cafeeiros, ao lado de uma bem-cuidada cultura de algodão, cereais e outras diferentes qualidades de plantas hortaliças. (Figueiredo, José. História do Cariri, 1964, Apud Maia, 1992, p. 13).

A partir de depoimentos colhidos com os “remanescentes” do Caldeirão, Cordeiro (2004), aponta que foi o Pe. Cícero quem aconselhou o Beato a arrendar as terras do Baixa Danta e a estabelecer-se lá com sua família, passando a receber, continuamente, trabalhadores rurais – romeiros, enviados pelo padre, que chegavam em grande número ao povoado de Juazeiro do Norte que se encontrava em acelerada expansão.

Em 1926, após 30 anos de trabalho nas terras, o sítio foi vendido, sendo o Beato e seus seguidores desapropriados sem qualquer indenização pelas benfeitorias realizadas na propriedade. Após a saída do sítio Baixa Danta, José Lourenço e os camponeses foram enviados pelo Padre Cícero para um sítio de sua propriedade no sopé da Chapada do Araripe, conhecido como Caldeirão. O nome da propriedade é proveniente das formas geológicas denominadas de Caldeirão, que são escavações realizadas pela força das águas nas rochas, ocasionando a dissecação do relevo e formando espécies de reservatórios naturais que acumulavam água inclusive nos tempos de estiagem, favorecendo a agricultura no local.



Caldeirão no período de estiagem
Foto produzida pela pesquisa, 2008.



Caldeirão no período das chuvas
Foto: Judson Jorge, 2004.

De acordo com Cordeiro (2004, p. 43),

Dentre todos os espaços organizados por José Lourenço, o de maior visibilidade perante os “contemporâneos” e “remanescentes” é o Caldeirão. O Caldeirão foi uma “comunidade” camponesa, que existiu durante 10 anos, onde habitaram aproximadamente 1.700 pessoas.

O início dos trabalhos no Caldeirão em 1926 não foi tarefa fácil. A terra teve que ser desmatada para só depois ser plantada. As casas tiveram que ser construídas, pois não havia a mínima estrutura de moradia para as famílias expropriadas do Baixa Danta. Conforme Maia (1987, p.15):

No início, teriam que sobreviver com as reservas que traziam de Baixa Danta. O Beato não recebeu indenização pelas benfeitorias feitas na terra

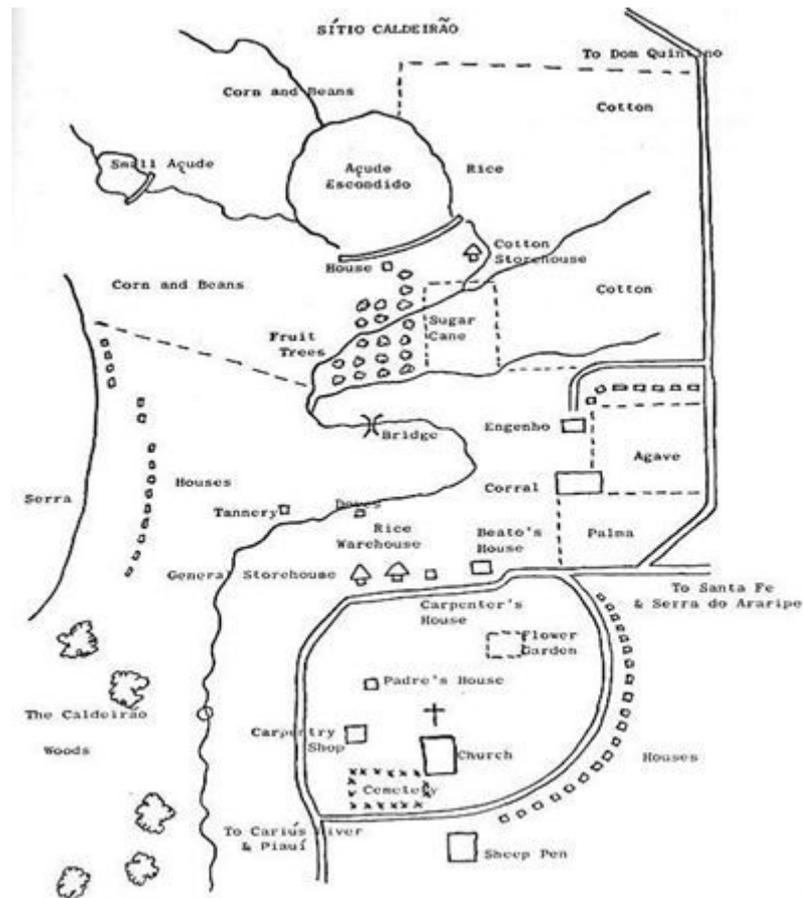
como: pomares, plantação de algodão, construção de casas, currais, mas tinha ele suas reservas feitas das colheitas tidas anteriormente, além de seus animais de carga, montaria, gado vacum e outros animais menores, e as sementes para a plantação das novas roças que seriam semeadas antes do próximo inverno.

Cabe destacar o fato de que apesar de não ter recebido nenhuma indenização pelas benfeitorias realizadas no Sítio Baixa Danta, a comunidade possuía alguns animais e sementes para plantar na nova moradia. Para um camponês que vivia na condição de morador de favor nas fazendas da região, cultivando pequenas porções de terra apenas com o auxílio familiar, essas seriam posses completamente impossíveis de se obter, já que, geralmente, as suas condições de trabalho eram (e ainda são) as piores possíveis, devido à baixa qualidade das terras da parte da fazenda que lhes são permitidas explorar e a certas restrições que lhes são impostas, como a proibição da criação de animais mesmo que de pequeno porte. Nesse sistema eles não conseguiriam adquirir um nível de autossuficiência como conseguiram as famílias do sítio Baixa Danta e, posteriormente, conseguiu de forma ainda mais intensa a comunidade do Caldeirão. Esses são alguns dos indícios concretos de que os trabalhos realizados em regime coletivo e organizados podem fazer a diferença entre o desenvolvimento de uma comunidade de camponeses ou que a carência desse procedimento pode levar à estagnação e até mesmo ao desestímulo quando o mesmo não ocorre, predominando o individualismo como método de trabalho utilizado.

Conforme Maia (1987), a comunidade ao se organizar montou um sistema de produção e distribuição de bens básicos, capazes de assegurar a manutenção de seus membros, garantindo-lhes alimento para o corpo e para o “espírito”, moradia, terra e meios para cultivá-la. Tratava-se de um sistema comunitário, embora não tivesse base em nenhuma teoria política ou modelo de comunismo. A experiência desenvolvida no Baixa Danta já havia apontado para a importância de se trabalhar de maneira cooperada.

Podemos compreender então que a forma de produção agrícola do Caldeirão era uma forma deveras revolucionária dentro das condições sociais do Brasil e particularmente do Nordeste. Não era apenas uma forma de produção onde existiam associações cooperativistas. Era um sistema cooperativista dentro do próprio grupo, o que vale dizer que já praticavam um sistema socialista mesmo sem conhecer as formas já existentes no mundo, tanto práticas como teóricas (MAIA, 1987, p.121).

Trabalhando nesse sistema, o Caldeirão atingiu sua autossuficiência, produzindo desde as suas roupas, que eram confeccionadas em teares manuais, em que era utilizada como matéria-prima o algodão cultivado no imóvel, até as ferramentas de trabalho, além de sabão, panelas, baldes, artefatos de couro, enfim tudo de que precisavam. Fortaleceram, via métodos artesanais, uma espécie de “indústria” que visava suprir as necessidades internas da comunidade. Existiam no imóvel diversas oficinas, cada uma especializada em um ramo, como a funilaria, a carpintaria, o curtume, a ferramentaria, além de casas de farinha e engenhos utilizados no beneficiamento da produção. Observe a figura abaixo:



Fonte: ANDERSON, 1970, p. 88.

Maia (1987) afirma que fabricando tudo de que necessitava, o Caldeirão se tornava uma comunidade autônoma, necessitando minimamente recorrer ao comércio das cidades vizinhas para comprar aquilo que consumiam e utilizavam cotidianamente. Quando recorriam ao comércio era para comprar querosene para iluminação ou remédios para a população.

A grande seca do Nordeste em 1932 comprovou o nível de autonomia e autossustentação conquistado pela comunidade do Caldeirão. Enquanto o Governo do Ceará instalou em vários de seus municípios campos de concentração na tentativa de impedir que os flagelados migrassem para a capital, como havia ocorrido na seca de 1915, o Caldeirão oferecia assistência para uma multidão de pessoas que recorria à sua caridade, praticada em virtude dos princípios cristãos que defendia e que era pregado pela igreja católica, a qual seguia mesmo a comunidade tendo sido posta à margem dos cuidados e serviços prestados pela mesma durante todo o seu período de existência.

De acordo com Araújo (2005, p. 40),

Constantes do semiárido nordestino, duas grandes estiagens forçaram o sertanejo a migrar para o litoral nas primeiras décadas do século passado. Para controlar a 'invasão de flagelados' na de 1915, o governo do Ceará construiu o Campo de Refugiados do Alagadiço, onde uma epidemia de varíola matou boa parte dos reclusos. Em 1932, com a intenção de manter os retirantes longe de Fortaleza, os órgãos públicos intensificaram as medidas de contenção. Assim, ergueram sete campos de concentração – ou 'currais', na língua popular distribuídos pelas linhas férreas do estado. Enquanto os dois campos próximos da capital reuniram cerca de 5,5 mil pessoas, o de Buriti, no Crato, que tinha capacidade para no máximo 5 mil, aglutinou por volta de 18 mil.

Tais fatos ratificam o tratamento prestado pelo Governo do Ceará aos camponeses, que eram aprisionados, sem que pudessem sequer buscar alternativas de sobrevivência. Segundo a historiadora Rosangela Martins, em entrevista concedida a Araújo (2005), durante a seca de 1932 os refugiados do Buriti foram vigiados rigorosamente por sentinelas. Havia ali até mesmo uma prisão interna para os desobedientes.

De acordo com Cordeiro (2004, p.44),

no campo, a única comida disponibilizada era farinha de mandioca e de baixa qualidade. A maioria dos retirantes, que lá era confinada desnutrida, adoecia com indigestão, empanzinada pela farinha. Sem higiene, pesteadada e abandonada, morria e era enterrada em valas comuns.

Enquanto isso, dentro desse contexto de escassez e mortandade, a estrutura coletiva ou comunitária do Caldeirão garantia a segurança alimentar de seus moradores e oferecia guarida para uma multidão de 500 pessoas que recorria ao seu auxílio. Lá estavam garantidas “alimentação suficiente, água, moradia, remédios, trabalho para quem quisesse ficar e amparo espiritual. Isto fez com que, após a seca, sua população tivesse aumentado constantemente (CORDEIRO, 2004, p. 44-45).

A igualdade social e econômica praticada no Caldeirão chamou a atenção de inúmeros camponeses que lá se refugiavam, deixando para trás as condições de expropriação e subordinação as quais eram submetidos nos latifúndios da região. A evasão dos trabalhadores para as terras do Caldeirão despertou a ira dos coroneis da oligarquia fundiária do Cariri, que se sentiu ameaçada e passou a difamar a comunidade, divulgando tratar-se de um movimento de fanáticos religiosos, com aspirações comunistas e com pretensões de transformar-se em uma nova Canudos.

Presumiam e temiam os coroneis que outros camponeses seguissem o exemplo do Caldeirão, fundando outras comunidades com o mesmo princípio de organização, fato que colocaria em risco a estrutura fundiária e, conseqüentemente, a política dos coroneis da região e do próprio Estado.

Como nos lembra Martins (1983, p. 141):

O capital e o capitalismo não podem crescer sem que existam trabalhadores dispostos a trabalhar para um patrão. Para que isso ocorra é necessário que os trabalhadores tenham como única propriedade a propriedade de sua força de trabalho [...]. Se o trabalhador fosse proprietário dos instrumentos de trabalho, não precisaria assalariar-se, trabalhar para outra pessoa.

Temiam também os coroneis que o Caldeirão crescesse em importância política na mesma proporção da cidade de Juazeiro do Norte, tentada a todo custo ser suprimida pelo governo cearense, mas sem êxito. Na guerra que se travou no ano de 1914 e que entrou para a história cearense como a Sedição de Juazeiro, os chamados “fanáticos” derrotaram as tropas militares do Estado e depuseram o então Governador Franco Rabelo, para defender a terra da “Mãe das Dores”.

Iniciou-se a partir daí uma intensa campanha na imprensa do Ceará contra a figura do Beato José Lourenço e contra essa comunidade, mas nenhuma medida mais dura era tomada, pois não interessava ao Estado confrontar-se diretamente com o Caldeirão, sabendo da ligação mantida com o Padre Cícero. Porém, com a morte do sacerdote no ano de 1934, as terras do Caldeirão passaram a pertencer à ordem dos padres Salesianos, já que essa foi a vontade expressa pelo Padre em seu testamento.

A partir de então, a comunidade começou a pagar os foros para que seus habitantes pudessem permanecer nas terras, até que em 1936 o representante jurídico da ordem dos salesianos solicitou a reintegração de posse da propriedade, mesmo o Beato tendo manifestado o interesse em comprá-la. Junto com o pedido de reintegração de posses, o Deputado e procurador dos padres salesianos, Norões Milfont, também iniciou um procedimento de difamação da comunidade junto ao governador do Estado do Ceará, Meneses Pimentel.

No mesmo ano, a cidade de Fortaleza sediou uma reunião de representantes de seis instituições: diocese do Crato, ordem dos padres salesianos, Liga Eleitoral Católica, polícia política (Deops), polícia militar e governo do Ceará. Os representantes ouviram relatos do Capitão José Bezerra, da polícia militar, que, em busca de um pretexto para a invasão havia espionado a comunidade para ver se ali havia armas. O oficial não as encontrou, mas disse que as forças públicas precisavam agir 'com rapidez fulminante, para evitar a possibilidade de uma reação premeditada', pois havia muita gente no arraial. (ARAÚJO, 2005, p. 41).

Na reunião decidiu-se pela dissolução da comunidade. Dois ataques militares deram fim ao sonho dos camponeses do Caldeirão. O primeiro deles ocorreu no dia 10 de setembro de 1936. Conforme as histórias contadas pelos remanescentes, a humilhação e os maus-tratos perpetrados pelas tropas contra os camponeses foram inúmeros. Nessa ocasião, vários bens da comunidade foram saqueados, animais foram soltos nas plantações, paiois de algodão e mais de 400 casas foram queimadas. O Beato, avisado com antecedência do ataque, refugiou-se na mata, onde posteriormente voltou a reunir-se com os membros da comunidade, passando a viver como clandestinos na localidade da Mata dos Cavalos até que pudessem retornar para o Caldeirão.



Moradores do Caldeirão aprisionados pela polícia em 1936.

Fonte: O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto – Apontamentos para a História (2007)

Decidido a vingar a comunidade, um grupo de moradores liderado por Severino Tavares preparou uma emboscada contra o Capitão José Bezerra, que havia comandado as tropas no primeiro ataque. Severino era responsável pela negociação de parte dos excedentes produzidos na comunidade e já havia sido preso e levado para a cadeia de Fortaleza acusado de ser um líder comunista, pois em suas viagens fazia proselitismo sobre o Caldeirão. De acordo com Maia (1987) após ser solto pela polícia, Severino voltou a juntar-se ao grupo, quando teria arquitetado a cilada. Espalharam o boato de que alguns membros do Caldeirão pretendiam atacar uma fazenda vizinha e posteriormente atacar a cidade do Crato. A comunidade enviou, então, a Juazeiro do Norte, o camponês Sebastião Marinho, membro do Caldeirão, para convencer o Capitão Bezerra de que pretendia um entendimento. No dia 9 de maio de 1937, o capitão Bezerra resolveu fazer uma investigação no local, tendo como guia Sebastião Marinho. Para tanto, reuniu um destacamento com 18 praças, entre os quais se encontravam seu filho e seu genro.

O Capitão José Bezerra partiu com seus homens num caminhão que ficou no Cruzeiro, sítio de Benedito Teles. O caminhão ficou com o motorista e

quatro praças, e ele seguiu com o restante. [...] Quando o guia gritou que haviam chegado, pulou para dentro do mato e sumiu. Nesse momento entraram num capão de mato e foram atacados. As armas usadas pelos homens do Caldeirão eram foices e cacetetes. Com um violento golpe de foice foi morto o capitão José Bezerra. Somente escaparam os sargentos Jaime e Brasileiro, que se arrastaram por uns duzentos metros até o caminhão (MAIA, 1992, p.41).

Entre os homens do Caldeirão, cinco perderam a vida, inclusive Severino Tavares, autor do plano. Dois dias após a emboscada que culminou com a morte do renomado capitão Bezerra, veterano chefe de volante na perseguição de cangaceiros, teve início um grande esquema para aniquilar definitivamente a comunidade.

No dia 11 de maio, foi mandado o tenente Assis Pereira, com 30 homens, para o Juazeiro. O Governo do Estado preparava a 1ª Companhia do 1º BC da Força Pública para deixar Fortaleza nos trens da RVC, sob o comando do 1º tenente Abelardo Rodrigues. O Chefe da Polícia partiu no mesmo dia de avião para o Cariri. Os aviões eram constituídos de Paraíba, Chaco e C38 sob o comando do Capitão José Macedo. Levavam, além dos comandantes, três FM e munição (MAIA, 1992, p.42).

Os aviões realizaram voos rasantes sobre a localidade de Mata dos Cavalos, onde estavam refugiados os moradores expulsos do Caldeirão. Comandados pelo Capitão José Macedo, esses aviões inspecionavam a área, disparando rajadas de metralhadoras e lançando granadas no meio da multidão de camponeses que não tinham como se defender. O ataque por terra foi realizado por 200 soldados que adentraram nas matas empunhando armas à procura dos camponeses que fugiam desesperados dos tiros e dos artefatos explosivos lançados dos aviões. Segundo dados oficiais da polícia, 200 pessoas morreram durante a ação, porém fontes não oficiais apontam para um número de aproximadamente 700 vítimas fatais entre homens, mulheres e crianças.

Por tudo o que representou, mesmo após mais de meio século de sua destruição por tropas militares, o Caldeirão foi tomado como modelo a ser seguido por outros camponeses da região do Cariri cearense, que após articulados pelo STTR, CPT e MST, ocuparam suas terras reivindicando sua desapropriação. Deu-se aí a utilização da história e da memória para a formação de novos sujeitos sociais, o passado passava a ter um ressignificado no presente. Foi utilizado na formação da identidade Sem Terra, para a recriação do campesinato.

Nesse sentido, Martins (1983, p.16) nos esclarece que

O camponês não é uma figura do *passado*, mas uma figura do *presente* da história capitalista do país. Classificar a esperança da terra livre como um dado do passado é imputar sentido às lutas camponesas; é admitir equivocadamente que o passado tem uma existência em si mesmo. Entretanto, esse 'passado' só tem sentido, só pode ser compreendido, por meio das relações que tornam sua evocação necessária – essas relações estão na violência do capital e do Estado. Portanto, esse 'passado' é uma arma de luta do presente. Esse 'passado' só tem sentido no corpo dessa luta, só se resolverá quando se resolverem as contradições do capital – quando então será possível compreender que o sentido do passado só se desvenda corretamente 'no futuro', na superação e na solução das contradições do capital – da exploração e da expropriação.

Pelo exposto, buscamos compreender até que ponto a experiência do Caldeirão funcionou como um processo de espacialização da luta pela terra, já que podemos enquadrá-la como uma luta de referência. Compreendemos lutas de referência como aquelas que, de algum modo, chegaram ao conhecimento dos camponeses, seja por meio

da oralidade, da escrita, de documentos ou mesmo pela participação direta dos camponeses no desenrolar dessas lutas, capazes de impulsionar o surgimento de novas lutas.

A espacialidade é um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação. Desse modo, as pessoas do próprio lugar iniciam o trabalho de base porque ouviram falar, viram ou leram sobre ocupações de terra, ou seja, tomaram conhecimento por diferentes meios: falado, escrito, televisivo etc. E assim iniciam a luta a partir de suas experiências (FERNANDES, 2001, p. 54).

Ainda de acordo com Fernandes (1996), a espacialização é um processo de expansão das experiências de luta pela terra. Por sua vez, essas experiências se configuram como base para o processo de conquista e de construção de um espaço social que será o resultado das relações entre as classes e o lugar. Quando ocorre a conquista de uma fração do território por parte dos trabalhadores rurais, há a criação de um novo espaço social, permeado do sentido da luta travada para se obter a terra. A conquista e a produção desse espaço é que configura a territorialização da luta, ou seja, a materialização dos esforços para consegui-la.

Os camponeses que ocuparam o Caldeirão em 1991 reivindicavam as terras como que lhes sendo de direito não somente por serem descendentes direto dos antigos camponeses da época do Beato José Lourenço, mas por se identificarem com a luta por terra e por serem camponeses que também haviam sido expropriados e que desejavam retornar para o trabalho com a terra. Sendo o Caldeirão um território que historicamente havia pertencido a uma comunidade camponesa e que se encontrava agora abandonado, desejavam (re)conquistá-lo.

Para Eric Hobsbawm, essa espécie de ocupação se enquadraria no tipo de “recuperação ou terras de reconquistas – que estavam ocupadas há décadas por camponeses, mas se encontram em litígio por causa da territorialização do capital na expropriação das famílias camponesas” (FERNANDES, 2001, p.63).

Essa não seria uma situação isolada, conforme Martins (1993). Existem diversos casos de comunidades que têm se afirmado como descendentes dos povos de antigas aldeias indígenas e de quilombos, para dessa forma conseguirem reaver porções do território antes ocupadas por esses povos.

A reocupação do Caldeirão ocorreu no dia 10 de Abril e dela participaram 96 famílias que durante 15 dias permaneceram acampadas na fé e na esperança de que as terras fossem desapropriadas para fins de reforma agrária. A ocupação do Caldeirão tinha como objetivo maior criar um fato político que pudesse repercutir para que, dessa forma, o Governo Federal e o do Ceará apresentassem uma solução para o problema dos camponeses que não possuíam terra.



Ocupação da Fazenda Caldeirão por integrantes do MST – Abril de 1991
Foto: Roberta Piancó, Professora do Departamento de Geociência da URCA.

De acordo com Fernandes (2001, p. 52 e 53),

... a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações. Evidente que esse conjunto de elementos modifica a realidade, aumenta o fluxo das relações sociais. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou o interesse da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e a reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania.

Com a recusa do antigo proprietário das terras em vendê-las para o Estado do Ceará, amparado por uma liminar de reintegração de posse, as famílias foram obrigadas a deixar o Caldeirão sob a ameaça de serem expulsas à força pela tropa de choque. Após intensas negociações, os camponeses decidiram que as famílias iriam permanecer acampadas no Parque de Exposições Agropecuárias Pedro Felício Cavalcante, na cidade do Crato, até que fossem assentadas. A escolha pela área do acampamento foi estratégica, uma vez que se trata de um importante espaço para toda a região por ser a sede de um dos maiores eventos agropecuários do Estado do Ceará, onde anualmente os negócios movimentam milhões, sendo também um ponto de convergência da população, tanto das cidades circunvizinhas, como de vários outros Estados. Para se ter uma noção da importância econômica da Exposição Centro-Nordestina de Animais e Derivados (Expocrato), de acordo com o jornal *O Povo* de 21 de julho de 2008, a 57ª edição desse evento foi incluído no circuito nacional de leilões de melhores raças, e só o faturamento de três desses leilões chegou a R\$ 1,3 milhão, recorde da feira. Ainda conforme o jornal, calcula-se que o volume de negócios tenha ultrapassado os R\$ 50 milhões de reais esperados pelo Comitê Gestor da feira e pelo Governo do Estado do Ceará.

De acordo com Fernandes (2001, p. 54),

As formas de pressão são distintas, de acordo com a conjuntura política, bem como as negociações. Essas práticas são resultados dos conhecimentos de experiências, das trocas e da reflexão sobre elas, bem como das conjunturas políticas e das situações em que se encontram as frações dos territórios a serem ocupadas, em diferentes regiões brasileiras.

Pressionado por essa situação, o então Governador do Estado do Ceará, Ciro Ferreira Gomes (1991-1994), desapropriou duas fazendas vizinhas ao Caldeirão, entregando a posse das Fazendas Gerais e Carnaúba Gerais aos camponeses, que passaram a chamá-la de Assentamento Dez de Abril. Dessa forma, o Assentamento é vinculado jurídica e administrativamente ao Governo do Estado do Ceará por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Ceará – IDACE.

Pode-se dizer, portanto, que o Assentamento Dez de Abril é resultado da conquista da terra pelos camponeses, configurando o início do processo de territorialização da luta pela terra na região do Cariri cearense, e remete sua origem ao Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, 1926 – 1936.

Antes da ocupação do Caldeirão em 1991, foi realizado “um trabalho de militância na base”, visando discutir sobre a importância do MST. Conforme Araújo (2005), esse tipo de atividade é de informação e formação dos camponeses. Durante a mobilização é transmitida toda uma noção sobre o MST, abordando sua origem, e são dados esclarecimentos sobre trabalho coletivo, associativismo, cooperativismo, reforma agrária. Entre as atividades do Assentamento 10 de Abril, foi exibido o documentário *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, produzido pelo cineasta Rosemberg Cariri, que por meio de depoimentos dos sobreviventes e de pessoas ligadas à ação do massacre conta a história da comunidade e de seu modo alternativo de trabalho.

De acordo com Fernandes (2001, p.56):

Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização social. Todos esses processos, práticas e procedimentos colocam as pessoas em movimento, na construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas. A superação de suas realidades começa com a deliberação a respeito de sua participação na ocupação da terra. Essa tomada de decisão tem como pressuposto que somente com essa ação poderão encontrar solução para o estado de miséria em que vivem. Devem decidir também sobre qual terra ocupar, onde ocupar.

A eficácia desse método está no depoimento de D. Teresinha a Albuquerque, que escreveu uma espécie de cartilha para os jovens do Assentamento contando toda a trajetória que levou à conquista do Assentamento 10 de Abril. “Por isso o Caldeirão foi escolhido, (...) terra de luta que deveria ser retomada pra que a luta servisse de exemplo. Era nossa luta, era a continuação da luta. Falar da gente era falar do Caldeirão, do Beato, de sua luta e resistência (ALBUQUERQUE, 2000, p. 8).

Desse processo resultou a formação de uma comunidade atenta à importância do trabalho coletivo e da organização dos assentados para que outras conquistas advindas da luta conjunta dos trabalhadores tragam melhorias para as vidas das famílias assentadas. Dessa forma, os assentados conseguiram a implantação de projetos importantes para o desenvolvimento da nova comunidade, diversificaram a produção e aproveitam melhor a potencialidade do imóvel, já que nessa terra não seria possível sobreviver apenas do cultivo agrícola, pois os solos são rasos e muito acidificados. Assim, o Assentamento 10 de Abril que se organizou em torno do trabalho coletivo, integrando todos no processo de produção, desenvolve as atividades de apicultura, caprinocultura, pecuária, cultivo em área irrigada, e pretende implantar um projeto para se trabalhar com piscicultura, aplicando parte do que arrecada na melhoria do assentamento, trazendo benefícios para toda a comunidade.



Área de cultivo coletivo do grupo de mulheres do Assentamento 10 de Abril
Foto: Judson Jorge, 2007.

Porém, mesmo com toda essa diversificação de práticas, os assentados ainda estão longe de cumprirem a meta de alcançar uma renda mensal de três salários mínimos para as famílias, como ficou determinado nas discussões de elaboração do *Plano de Ação* do Assentamento. Apesar disso, a conquista dos projetos estabelece um passo importante na direção desse objetivo, que necessita de um comprometimento maior dos Governos Federal, Estadual e Municipal, garantindo estruturas de apoio para a produção, escoamento e comercialização dos seus produtos, além de melhorias nas áreas de saúde, educação e lazer, que apresentam algumas carências.

Nesse sentido, Alencar (2000, p.38) orienta que as áreas de assentamentos rurais precisam ser vistas e analisadas, dialeticamente, a partir do seu interior, ou seja, de dentro para fora, mas que o inverso também seja realizado: a partir de um olhar de fora para dentro, as áreas devem ser entendidas e trabalhadas como uma unidade empresarial associativa, que necessita de mercado consumidor dos seus produtos para que assim possa se realizar de forma plena, subsistindo e gerando excedente econômico, renda, atingindo a capacidade de crescer e se desenvolver econômica, social e politicamente.

Ainda Refletindo

Consideramos que apesar de ocorrerem em diferentes momentos da história e possuírem características diversas relacionadas aos diferentes estágios do desenvolvimento do capitalismo, tanto a comunidade do Caldeirão como o Assentamento 10 de Abril são exemplos de um modelo diferenciado de trabalho no campo baseado em princípios cooperativistas, coletivos e comunitários, que se apresentam como uma das formas alternativas ao modelo proposto pelo Estado brasileiro, que historicamente tem patrocinado a organização espacial em função da acumulação de capital e dos grandes proprietários fundiários, em detrimento do campesinato ou dos povos do campo

Portanto, compreender as estruturas sociais, políticas, econômicas, religiosas e culturais nas quais estão inseridas essas duas comunidades é o início do entendimento desses movimentos e das lutas pela construção de territórios políticos e de um modelo contra hegemônico do camponês. Caldeirão e Dez de Abril, um passado que é presente que precisamos apreender a articular. Estabelecer elos entre o empírico e o teórico para se buscar a construção de novos mecanismos das lutas sociais na esperança de uma *práxis* transformadora.

Bibliografia

ANDERSON, James Charnel. The Caldeirão Moviment: A Case Study In Brazilian Messianism, 1926 -1938. A Dissertation submtted to the Faculty of The Graduate School of Arts and Sciences of The Geoge Washington University in parcial satisfaction of requeriments for the degree of Doctor of Philosophy, 1970.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e. Uma história da terra. Crato: mimeografado, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Questão do Território no Brasil. São Paulo-Recife: Hucitec – Ipesp, 1995.

ARAÚJO, Garcia de. Assentamentos Rurais: Trajetórias dos trabalhadores rurais assentados e cultura política. Natal: Editora da UFRN, 2005.

ARAÚJO, João Mauro. Sopro de Liberdade: A tragédia de uma utopia de igualdade e auto-suficiência. Problemas Brasileiros, São Paulo, n. 370, p. 38-43, jul/ago. 2005.

CARIRY, Rosemberg & HOLANDA, Firmino. O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: Apontamentos para a História. Fortaleza: Interarte, 2007

CORDEIRO, Domingos Sávio de. Um Beato Líder: Narrativas Memoráveis do Caldeirão. Fortaleza: Editora da UFC, 2004.

ESTIMATIVA: R\$ 50 milhões em negócios na Expocrato. O Povo online, Fortaleza, 21 de jul. 2008. Disponível em:

< <http://www.opovo.com.br/opovo/ceara/805640.html#>>. Acesso em: 28 abr. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Formação e Territorialização em São Paulo. 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (orgs.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MAIA, Veralúcia Gomes. Caldeirão: Uma comunidade cristã de camponeses. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Natal, Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1987.

MAIA, Veralúcia Gomes de Matos. José Lourenço o beato camponês da comunidade do Caldeirão. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. A Chegada do Estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.

PIANCÓ, Ana Roberta Duarte. Ocupação da Fazenda Caldeirão, Assentamento 10 de Abril. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1993. (monografia de especialização).

RAMALHO, Cristiane Barbosa. Quem são os Sem-Terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil. NERA, São Paulo, n. 1, p. 59-72, julho de 1998.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A Luta Pela Terra: Experiência e Memória. São Paulo: UNESP, 2004.